

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Linguística
Programa de pós-graduação em semiótica e linguística geral

**Construindo um domínio não-finito:
a sintaxe de orações de gerúndio em português brasileiro**

Suzana Fong

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em semiótica e linguística geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em linguística

Orientador: Prof. Marcello Modesto dos Santos

São Paulo, 2015
(VERSÃO CORRIGIDA)

Folha de aprovação

**Construindo um domínio não-finito:
a sintaxe de orações de gerúndio em português brasileiro**

Suzana Fong

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em semiótica e lingüística geral do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em lingüística

Área de concentração: semiótica e lingüística geral

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcello Modesto dos Santos (orientador)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rafael Dias Minussi
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Charlotte Marie Chambelland Galves (suplente)
Instituto de Estudos da Linguagem
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Esmeralda Vailati Negrão (suplente)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Raquel Santana Santos (suplente)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

*No universo da cultura, o centro está em
toda a parte.*

Miguel Reale

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Capes pelo financiamento do primeiro semestre da pesquisa e à FAPESP pelo um ano e meio restante (processo #2012/23196-5). Obrigado por terem fornecido os recursos financeiros necessários para que eu pudesse dar os primeiros passos para fazer da lingüística a minha profissão. À FAPESP, gostaria de agradecer também a Bolsa de Estágio em Pesquisa no Exterior (BEPE, processo #2013/20648-5), que foi tão importante para conhecer alguns dos pesquisadores cuja influência, espero, possa ser nitidamente notada nessa dissertação.

Obrigado ao departamento de lingüística por ter fornecido as condições materiais necessárias para realizar a pesquisa. Ao Ben Hur Euzébio, Denise Cristiane dos Santos, Érica Flávia de Lima e Robson Dantas Vieira, obrigado pelo trabalho e paciência.

Agradeço também ao Prof. Marcello Modesto por ter perguntado, quando eu ainda estava no segundo ano da graduação, se eu queria fazer mestrado. No fim das contas, essa pergunta está culminando nesta dissertação. Agradeço também por ter dado o espaço que eu precisava para desenvolver as minhas idéias.

Muito obrigado à Prof. Susi Wurmbbrand por ter supervisionado o estágio na UConn (1º semestre, 2014)! Ela integra gentileza, seriedade e atenção a detalhes em seu trabalho de um jeito que é difícil de encontrar em outro lugar. Muito obrigado também a todos do Departamento de Lingüística da UConn por terem me aceitado como aluna-visitante e por terem permitido que eu participasse de suas atividades. Esse estágio foi sem dúvida uma das partes de maior aprendizagem do mestrado. Espero já estar aplicando o que aprendi lá, não apenas de lingüística teórica, mas também de cooperação e engajamento.

Outra atividade profundamente profícua do mestrado foi/está sendo a monitoria. Agradeço à Prof. Margarida Petter e ao Prof. Jairo Nunes por terem me aceitado como monitora no curso de Elementos 2 (2014) e Sintaxe (2015), respectivamente. Um obrigado especial pelas oportunidades de dar algumas aulas. Muito obrigado sobretudo aos alunos que, mesmo sabendo que falta muito para eu me tornar lingüista e professora, vão às monitorias. Para quem anseia um dia ser um professor competente, certamente não deve ter maneira melhor para aprender a dar aula. A todos vocês, meu sincero obrigado!

Gostaria de agradecer também a Prof. Esmeralda Negrão, por ter me deixado assistir seu curso de sintaxe na graduação como ouvinte (2010) e, principalmente, pela atenção que dedica a todos os alunos. Agradeço também à Prof. Evani Viotti, que, mais do que lingüística cognitiva, me deu lições de seriedade e sobre não se acomodar com as idéias correntes. Agradeço

também à Prof. Raquel Santos, que me deu aula em quatro cursos da graduação; suas aulas sobre aquisição e competência lingüística em Elementos 1 foram algumas das razões por eu ter escolhido a habilitação. Também agradeço ao Prof. Marcos Lopes, cujas aulas de Elementos 2 também foram importantes na decisão. Agradeço também a orientação na minha primeira iniciação científica. Aos Profs. Ana Scher, Marcello Modesto e Jairo Nunes, muito obrigado por terem escrito cartas de recomendação para mim (tanto as do BEPE como as do doutorado), mesmo com todos os afazeres de vocês! Em tempo, um super obrigado ao Rafael Minussi por ter aceitado o convite para fazer parte da banca, apesar do convite ter sido feito bem em cima da hora.

Muito obrigado a todos com quem tive a oportunidade de discutir a pesquisa; uma das ações mais generosas que você pode fazer para quem está tentando se tornar cientista é desafiá-lo seriamente e sem dó. Aos Profs. Jairo Nunes e Juanito Avelar, muito obrigado por terem participado da minha banca de qualificação, pelos comentários detalhados e aos desafios à análise então. Espero ter resolvido pelo menos alguns dos problemas apontados. Muito obrigado à Prof. Susi Wurmbrand pelos comentários sempre atentos e detalhados que pude receber durante o estágio na UConn. Obrigado a todos que participaram do meu Ling Lunch (abril, 2014) lá; um obrigado especial para o Renato Lacerda – o seu empenho em sempre debater dados e análise com seus colegas é um exemplo para mim. Obrigado à Janayna Carvalho e à Karin Vivanco pelos comentários feitos a uma versão embrionária dessa pesquisa, sob a forma de um trabalho de uma disciplina de pós do Prof. Jairo nos primórdios do meu primeiro semestre de mestrado. Obrigado aos Profs. Esmeralda Negrão e Marcelo Ferreira pelas críticas feitas para o projeto quando da prova de seleção para a pós. Por fim, obrigado para todos com quem pude debater durante apresentações de trabalho (menção especial a: 60º GEL, Workshop on Morphology and Interpretation, IX ABRALIN, XVIII ENAPOL Tardes de Lingüística (junho, 2015)). Pelos comentários atentos e generosos nessas ocasiões, agradeço especialmente o Julio Barbosa, a Janayna Carvalho, o Marcus Lunguinho, a Patricia Rodrigues. Para o Marcus, um obrigado especial pela generosidade e gentileza. Obrigado também à organização do GLOW 2015 pela gentileza de ter mandado os pareceres; um deles foi particularmente importante para a apresentação dos dados feita aqui.

Nem precisa dizer que eu assumo responsabilidade plena por todos os erros e incompreensões que estão nessa dissertação.

Gostaria de expressar também minha gratidão à minha família. Sinto muito pela ausência e a distância dos últimos anos. À minha mãe, meu sincero obrigado por sempre continuar do meu lado, apesar de tudo.

Finalmente, gostaria de agradecer ao Prof. Jairo Nunes. Agradeço o tanto que me ensinou de sintaxe e sobre fazer sintaxe; pela generosidade e atenção de sempre quando algum aluno faz alguma pergunta ou observação durante a aula, nos encorajando a continuar e a refinar o raciocínio e, nas ocasiões em que a observação não era fundamentada, pela preocupação em apresentar detalhadamente por quê, ao invés de simplesmente dispensar a pergunta; pelo

exemplo de professor e lingüista; por ter sido a primeira pessoa a sugerir que doutorado no exterior era talvez um mundo que eu podia fazer parte também. Por fim, muito obrigado por me levado a sério e me fazer perceber que um dia eu posso vir a fazer alguma coisa relevante na lingüística.

Também em tempo: até mais, USP. O lugar onde eu descobri em qual ofício eu poderia ser útil vai ser sempre a minha casa. Obrigado a todos amigos e professores que acreditaram mais em mim do que eu jamais acreditei.

Resumo

FONG, Suzana. *Construindo um domínio não-finito: a sintaxe de orações de gerúndio em português brasileiro*. 2015. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Nesta dissertação, investigo orações de gerúndio (OG) em português brasileiro, orações não-finitas em que o verbo está no gerúndio. OGs podem ocorrer numa série de ambientes sintáticos diferentes. Elas podem ser argumentais ou não. Quando argumentais, elas podem ser selecionadas por diferentes predicados, tanto como sujeito quanto como complemento. Quando elas são não-argumentais, as OGs podem ser adjuntos tanto de elementos nominais como verbais. Quando elas são adjuntos verbais, elas podem se adjungir a diferentes porções da estrutura. Não obstante essa diversidade, tento analisar as OGs de maneira unificada. A proposta central é que existem três classes de OG, sendo que elas diferem na composição estrutural. De um lado, haveria a estrutura mais simples de OG, um AspP. Proponho que AspP seja nucleado pelo morfema de gerúndio, $\{-ndo\}$, já que esse morfema parece contribuir com aspecto progressivo para o significado da oração. De outro lado, a estrutura mais complexa de OG é CP, que domina TP, que, por sua vez, domina o AspP mínimo. Entre esses dois extremos, haveria OGs que projetam não apenas AspP, mas também TP, mas sem projetar CP. As OGs mais complexas serão denominadas *classe 1*, as OGs intermediárias, *classe 2* e as OGs de estrutura mínima, *classe 3*. Todas as OGs vão ser submetidas a essa classificação tripartite. Ela vai permitir que se capture o comportamento individual de cada subtipo de OG e, ao mesmo tempo, o modo como as três classes propostas se agrupam em relação a uma série de propriedades sintáticas. Entre essas propriedades, há as que analiso como sendo dependentes de TP, a saber, licenciamento de advérbio e de negação sentenciais. OGs de *classe 1* de *classe 2* apresentam o mesmo comportamento em relação a essas propriedades, o que é capturado pela presença de TP na estrutura das duas. OGs de *classe 3* se distinguem delas em relação a essas propriedades, o que é capturado pela ausência de TP na sua estrutura. O outro grande grupo de propriedades considerado são as que atrelo à noção de fase. Proponho que esse conceito exerce um papel unificador e simplificador na sintaxe. Mais precisamente, proponho que tanto operações como relações sintáticas são definidas em termos de fase. Assim, os domínios sintáticos em que ocorrem fenômenos sintáticos tão diversos como valoração de traços, ligação e alçamento de quantificador são todos uma fase. Quanto a essas propriedades, são as OGs de *classe 2* e de *classe 3* que se agrupam,

para a exclusão da *classe 1*. Isso acontece porque a projeção mais alta das OGs de *classe 2* e de *classe 3* (AspP e TP, respectivamente) não é uma fase, enquanto a projeção mais alta de OGs de *classe 1* (CP) é uma fase. Tento derivar as propriedades do comportamento individual de cada OG e o modo como as três classes propostas se organizam entre si da computação sintática delas. Para isso, delineio um sistema computacional que pretendo que seja geral, com base em hipóteses minimalistas sobre a faculdade da linguagem. A partir desse sistema geral, derivo ainda propriedades de controle (ou ausência de) em certas OGs e algumas propriedades temporais encontradas nessas construções não-finitas.

Palavras-chave: oração não-finita; oração gerundiva; fases; valoração de traços; tempo; aspecto; controle; programa minimalista

Abstract

FONG, Suzana. *Building a nonfinite domain: the syntax of gerund clauses in Brazilian Portuguese*. 2015. Master's thesis – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

In this dissertation, I investigate gerund clauses (GC) in Brazilian Portuguese, nonfinite clauses the verb of which is in gerund form, $\{-ndo\}$. GCs can show up in a series of different syntactic environments. They can be selected by different predicates, both as subjects and as complements. When they are not thematic, GCs can be adjoined both to nominal and to verbal elements. When they are verbal adjuncts, they can be attached to different portions of the structure. Despite this diversity, I try to analyze GCs in unified fashion. The main proposal I put forth is that there are three classes of GCs, such that they differ in structural make-up. On one end of the scale are GCs that project only the bare minimum to build a GC at all, namely, an AspP. I claim that the gerund morpheme heads this phrase because it seems to contribute aspectual meaning to the overall sentence. On the other end of the scale are the GCs that project the most complex structure, a CP that dominates a TP, which in turn dominates the minimal AspP. Between these two ends are GCs of intermediate size, a TP. For convenience, the most structurally complex GCs are dubbed *class 1*, the intermediate GCs, *class 2* and the smallest GCs, *class 3*. All GC subtypes will undergo this tripartite analysis. It will allow us to capture their individual behavior, as well as the way the classes are grouped together along a series of syntactic properties. Some of these properties, I analyze as TP-dependent, namely, sentential negation and sentential adverbial licensing. As far as these properties are concerned, *class 1* and *class 2* GCs behave alike. This is captured by the presence of TP in their structure. *Class 3* GCs are different from both and this is captured by the absence of TP in their structure. The remaining properties are the ones I propose to be phase-based. The proposal is that this concept plays a unifying role in syntax, allowing it to be simpler. Specifically, I propose that both syntactic operations and relations are phase-dependent. Thus, phenomena as diverse as feature valuation, binding and quantifier raising are unified in that their domain is a phase. Now it is *class 2* and *class 3* GCs that behave alike, to the exclusion of *class 1* GCs. The topmost projection of *class 2* GCs is TP, while that of *class 3* GCs, an AspP. Neither of them is a phase. On the other hand, the topmost projection of *class 1* GCs is CP, a phase. I try to derive the characteristic behavior of each GC subtype and the way the classes proposed are clustered together from their

syntactic computation. To this end, based on minimalist assumptions, I outline the way I take the computational system to work. The same system will be an important asset in accounting for the control properties (or lack thereof) in certain GC subtypes and for the temporal properties of these nonfinite constructions.

Keywords: nonfinite clause; gerund clause; phases; feature valuation; tense; aspect; control; minimalist program

Sumário

Agradecimentos	iii
Resumo	vi
Abstract	viii
Introdução	1
1 Descrição dos dados e análise geral	7
1.1 Organizando os dados	7
1.2 Descrição e agrupamento de OGs completivas	9
1.3 Como compreender essas propriedades? Uma análise tripartite	15
1.3.1 É necessário estipular três classes de OG?	22
1.4 Descrição e agrupamento de outros subtipos de OG	23
1.5 Propriedades do morfema de gerúndio e de OGs em geral	29
1.5.1 Traços de T de uma OG de <i>classe 1</i>	29
1.5.2 Traços do morfema de gerúndio: o Caso de $\{-ndo\}$	35
1.6 Conclusão	39
2 Ferramentas teóricas	40
2.1 Herança de traços	40
2.2 Um sistema de valoração de traços	41
2.2.1 Quais traços devem ser deletados?	42
2.2.2 Um sistema generalizado de valoração de traço baseado em sondagem	42
2.2.3 Valoração de traço e movimento: derivando os efeitos de EPP	45
2.2.4 Movimento para escapar de Spell-out	47
2.2.5 Restrições de economia sobre operações sintáticas: Spell-out e a ordenação de operações sintáticas	48
2.2.6 Valoração de traço via c-comando mútuo	49
2.2.7 Valoração de traço como um sub-produto de um movimento anterior	51
2.2.8 Traços valorados não-interpretáveis: valoração parasítica	53
2.2.9 Como traços são deletados?	55
2.2.10 Um exemplo de derivação	56
2.2.11 Outro exemplo: a derivação de construções existenciais	61
2.3 Uma definição de domínios sintáticos uniformemente baseada em termos de fase	65
2.3.1 Domínio de ligação	66
2.3.2 Domínio de alçamento de quantificador	67
2.4 Conclusão	68

3	OGs de classe 1	69
3.1	Auto-suficiência para Caso	69
3.2	OGs desiderativas	72
3.2.1	Um argumento em favor da análise baseada em auto-suficiência para Caso	80
3.2.2	Um problema potencial: clítico acusativo como sujeito da OG desiderativa	81
3.3	OGs adverbiais altas	82
3.4	Conclusão	89
4	OGs de classe 3	90
4.1	OGs perceptuais	91
4.1.1	Passivização em OGs perceptuais	95
4.1.2	OGs perceptuais em posição de sujeito	101
4.2	OGs existenciais	103
4.2.1	Efeitos de definitude	103
4.2.2	Derivação	104
4.2.3	Conseqüências da análise	107
4.3	OGs de controle de objeto	109
4.3.1	A teoria de controle por movimento	111
4.3.2	Derivação	112
4.4	OGs adverbiais baixas	120
4.5	OGs adnominais	122
4.6	Conclusão	129
5	OGs de classe 2	130
5.1	OGs proposicionais	131
5.1.1	Uma nota sobre OGs perceptuais na leitura imaginativa	131
5.1.2	Derivação de OGs proposicionais	132
5.2	OGs-sujeito	142
5.3	OGs adverbiais preposicionadas	148
5.4	Conclusão	151
6	Controle em OGs adverbiais	152
6.1	Introdução: problemas de controle suscitados por OGs adverbiais	152
6.2	Movimento lateral	154
6.3	OGs adverbiais altas: a variante com sujeito aberto	157
6.4	OGs adverbiais baixas: sujeito necessariamente nulo	160
6.5	OGs adverbiais preposicionadas: sujeito necessariamente aberto	165
6.6	OGs adverbiais altas: a variante de controle	170
6.6.1	Conseqüências da análise	173
6.7	Conclusão	179
7	Esboço de uma análise das propriedades temporais de OGs	181
7.1	O sistema de interpretação temporal em Demirdache & Uribe-Etxebarria	182
7.1.1	Propriedades básicas do funcionamento da teoria de D&UE	182
7.1.2	Tempo e aspecto morfologicamente nulos	185
7.1.3	Hipóteses sobre as propriedades temporais de orações não-finitas	186
7.2	Propriedades temporais de OGs completivas	191
7.2.1	Computação temporal em OGs de <i>classe 1</i>	191
7.2.2	Computação temporal em OGs de <i>classe 2</i>	196

7.2.3	Computação temporal em OGs de <i>classe 3</i>	198
7.3	Propriedades temporais de OGs adnominais	201
7.4	Propriedades temporais de OGs adverbiais altas	204
7.4.1	Ordenação temporal na ausência de conectivos	204
7.4.2	Um desafio para teorias de interpretação temporal: progressivo perfeito em OGs adverbiais altas	211
7.5	Conclusão	213
8	Considerações finais	215
8.1	Inconsistências e problemas na análise	215
8.2	Algumas maneiras de continuar a investigação	217
	Referências bibliográficas	224

Introdução

Na presente dissertação, investigo as propriedades sintáticas de **orações de gerúndio** (OGs) em português brasileiro (PB), ou seja, orações em que o verbo está no gerúndio (*{-ndo}*).

- (1)
 - a. O João quer os filhos não soltando nenhum pio durante o jantar.
 - b. Algum professor assistiu todo aluno se apresentando na cerimônia de encerramento.
 - c. Tem umas crianças gritando no apartamento ao lado.
 - d. O médico manteve os pacientes esperando por várias horas.
 - e. O João imagina a Maria jogando na seleção daqui a quinze anos.
 - f. O João considera a Maria como sendo uma boa pessoa.
 - g. O João adorou a Maria jogando na seleção.
- (2) A Maria assistindo tevê no último incomoda muito a mãe.
- (3)
 - a. O João ouvindo música no último, a Maria vai ficar brava.
 - b. A Maria não consegue estudar para a prova com os irmãos fazendo bagunça.
 - c. Tendo realizado todas as tarefas, a Rosa pôde ir para a casa mais cedo.
 - d. A Paula sempre faz a caminhada dela ouvindo mp3.
 - e. Esses meninos jogando bola na rua são filhos do vizinho.

À primeira vista, parece que estamos lidando com construções que têm pouco em comum. Primeiro, tem uma diferença na função sintática que a OG realiza na sentença: elas podem ser complementos – (1) –, sujeitos oracionais – (2) – ou adjuntos – (3). Além disso, quando as OGs são completivas, elas podem ser selecionadas por diferentes tipos de predicado: desiderativo (*querer*), perceptual (*assistir*), existencial (*ter*), para mencionar só alguns. Quando elas são adjuntos, elas podem estar adjungidas a diferentes elementos, como o predicado verbal – (3-d) – ou a um nome – (3-e).

Para tentar compreender esses dados, descrevo as OGs listadas acima de acordo com uma série de propriedades sintáticas, a saber, licenciamento de negação sentencial e de advérbio sentencial, alçamento do sujeito, ligação desse sujeito e possibilidades de alçamento de quantificador. Quando consideramos essas propriedades, podemos agrupar as OGs em três classes gerais. De um lado, está a classe de OGs que não permitem muita interação com a oração-matriz e as quais licenciam certos elementos sentenciais. De outro, existe uma classe de OGs

que apresentam o comportamento oposto: esses subtipos de OG podem interagir com a oração-matriz de uma série de maneiras, mas não podem licenciar elementos sentenciais. Entre esses dois extremos, está uma terceira classe de OGs, as quais podem interagir com a oração-matriz e, ao mesmo tempo, também podem licenciar elementos sentenciais. Esse agrupamento pode ser ilustrado brevemente pelos paradigmas abaixo.

- (4) a. O João preferiu a Maria não mexendo um dedo.
 b. O João imaginou a Maria não mexendo um dedo.
 c. *O João assistiu a Maria não mexendo um dedo.
- (5) a. *A Maria foi preferida *t* cantando.
 b. A Maria foi imaginada *t* cantando.
 c. A Maria foi assistida *t* cantando.

A OG subcategorizada pelo verbo desiderativo *preferir* pode licenciar negação sentencial – (4-a) –, mas não permite que o seu sujeito seja alçado até a posição de sujeito-matriz – (5-a). Em contraste, a OG subcategorizada por um verbo perceptual como *assistir* não permite negação sentencial – (4-c) –, mas permite que o sujeito seja alçado – (5-c). Finalmente, a OG subcategorizada por *imaginar* compartilha algumas semelhanças tanto com as OGs desiderativas como com as perceptuais, mas sem ser exaustivamente idêntica a nenhuma das duas. Essa OG imaginativa pode licenciar negação sentencial – (4-b) –, assim como permite que o seu sujeito seja alçado – (5-b).

Basicamente o mesmo padrão é replicado ao longo de todo o conjunto de dados. Isso levanta duas questões. Responder essas questões é o principal objetivo dessa dissertação.

- (6) a. O que explica o comportamento individual de cada subtipo de OG?
 b. O que explica a maneira como as OGs se agrupam em classes distintas?

Para tentar fornecer uma resposta, proponho uma explicação sintática das propriedades das OGs. Mais precisamente, a proposta principal que eu faço aqui é que existem três classes de OGs, sendo que a diferença entre elas é na estrutura sintática. Além disso, embora distintas, essas estruturas sintáticas não são completamente diferentes entre si. Ao invés disso, as classes de OG podem compartilhar algumas projeções sintáticas. Desse modo, enquanto a estrutura particular de cada OG de uma classe está por trás do comportamento individual dela, o compartilhamento ou não de um dado tipo de projeção explica a maneira por que as OGs estão agrupadas do jeito que estão. As estruturas que eu vou propor para cada uma das três classes são as seguintes:

- (7) a. *Classe 3* [*AspP* -ndo [*vP* *v* VP]]
 b. *Classe 2* [*TP* T [*AspP* -ndo [*vP* *v* VP]]]
 c. *Classe 1* [*CP* C [*TP* T [*AspP* -ndo [*vP* *v* VP]]]]]

OGs de *classe 3* projetam a estrutura mais simples, (7-a). Na verdade, eu vou propor que essa é a estrutura mínima que precisa ser projetada para que seja possível construir qualquer subtipo de OG; se vai ter mais estrutura acima desse mínimo depende de fatores independentes. Do outro lado da escala, OGs de *classe 1* projetam a estrutura mais complexa, (7-c); ela contém não apenas o mínimo possível para uma OG, mas também TP e CP. Entre esses dois extremos, estão as OGs de *classe 2*, (7-b). Essa estrutura se assemelha a (7-c) por conter mais projeções além do mínimo, mas também se assemelha a (7-a) por não conter uma projeção de fase, como CP.

O agrupamento tripartite das OGs, ilustrado brevemente acima, pode ser esquematizado da seguinte maneira:

	Classe 1	Classe 2	Classe 3
<i>Propriedades P</i>	✓		*
<i>Propriedades Q</i>	*	✓	

Tabela 1: Esquema do agrupamento tripartite de OGs

Há um conjunto de propriedades *P* que agrupa OGs de *classe 1* e de *classe 2*, excluindo OGs de *classe 3*. Eu relaciono essas propriedades com a presença de TP na estrutura da OG. Mais precisamente, incorporo a assunção de que elementos como negação sentencial e advérbios sentenciais como *provavelmente* pressupõem a presença de TP. Essa projeção está presente em OGs de *classe 1* – (7-c) – e de *classe 2* – (7-b) –, mas está ausente em OGs de *classe 3* – (7-a). A consequência é o agrupamento das OGs em relação às propriedades *P* no esquema acima. Há também um conjunto de propriedades *Q* que agrupa as OGs de *classe 3* com as de *classe 2*, excluindo as OGs de *classe 1*. Essas são as propriedades que eu vou propor que são dependentes de fase.

Uma das principais propostas que eu vou fazer aqui é que os domínios para relações e operações sintáticas são uniformemente definidos em termos de fase. A derivação prosseguiria de tal maneira que uma fase é construída e então todas as operações sintáticas (por exemplo, valoração de traço e movimento) desencadeadas pelos elementos constitutivos dessa fase são efetuadas dentro da própria fase. Por sua vez, as relações sintáticas (por exemplo, ligação) também seriam estabelecidas dentro de uma fase. Uma vez que as três classes de OG propostas diferem no seu estatuto de fase (i.e., a projeção mais alta delas é uma fase ou não?), a expectativa é que elas também difiram em relação a operações e a relações sintáticas dependentes de fases.

Tudo o que foi dito até agora nos levaria a acreditar que a divisão tripartite dos subtipos de OG em (1)–(3) é pacífica. Isso não é verdade. Frequentemente vai ser o caso que um dado subtipo de OG apresenta comportamento contrastante em relação aos demais membros da sua classe. Isso não nega o propósito de separar as OGs em três classes? Não. Eu vou tentar mostrar que o comportamento de todos os subtipos de OG, tanto quando ele se comporta exatamente da mesma forma que os demais membros da sua classe como quando isso não acontece, pode

ser derivado das diferenças estruturais representadas em (7), juntamente com restrições independentes do funcionamento do sistema computacional e com propriedades idiossincráticas de certos itens lexicais.

Um exemplo é as possibilidades de realização do sujeito de OGs adverbiais:

- (8) a. O João ouvindo música no último, a Maria vai ficar brava.
 b. *PRO* ouvindo música no último, o João vai ficar surdo.
- (9) a. O João não consegue estudar com a Maria ouvindo música no último.
 b. *O João não consegue estudar com *PRO* ouvindo música no último.
- (10) a. *O João corre a Maria ouvindo música no último.
 b. O João corre *PRO* ouvindo música no último.

O par em (8) indica que existem OGs adverbiais que permitem ou um sujeito manifesto (*o João*) ou um sujeito nulo. Em contrapartida, existem também tanto OGs adverbiais que requerem um sujeito manifesto, como em (9), como OGs adverbiais que requerem um sujeito nulo, como em (10). Eu vou tentar mostrar que esse padrão interessante se segue da composição estrutural de cada OG adverbial, somada a recursos gramaticais independentes.

Com efeito, o funcionamento independente do sistema computacional vai ser um componente importante na análise. Seguindo o desiderato comum na teoria de Princípios e Parâmetros, nenhuma das três classes de OG propostas, nem os subtipos de OG, vão ser tratados como primitivos na gramática do PB. Ao contrário, a derivação sintática delas vai ser apenas um produto que o sistema computacional pode gerar a partir de uma certa numeração. Essa derivação tem que obedecer as propriedades dos itens lexicais dessa numeração, bem como os recursos já disponíveis na computação. Dessa perspectiva, as propriedades do sujeito de uma dada OG adverbial (i.e., se ele é nulo ou não) são apenas um subproduto de como a derivação prossegue.

Outro exemplo que ilustra a estratégia central da análise é os efeitos de definitude encontrados em OGs existenciais.

- (11) a. Tem *um menino* correndo no estacionamento.
 b. Tem *meninos* correndo no estacionamento.
 c. Tem *alguns meninos* correndo no estacionamento.
- (12) a. *Tem *o João* correndo no estacionamento.
 b. *Tem *o menino* correndo no estacionamento.
 c. *Tem *todos os meninos* correndo no estacionamento.

Nenhum outro subtipo de OG apresenta a mesma propriedade. Eu vou tentar mostrar que essa propriedade aparentemente surpreendente decorre de uma propriedade particular do predicado existencial *ter*, a saber, a propriedade de atribuir Caso inerente partitivo para o seu complemento. Esse Caso só pode ser recebido por nomes indefinidos. A derivação de uma OG exis-

tencial ocorre exatamente da maneira que toda derivação deveria ocorrer, só que existe um fator a mais a ser computado, o Caso partitivo.

Sozinha, a afirmação que o predicado existencial atribui Caso partitivo não é suficiente. O DP que apresenta efeitos de definitude não é um argumento do predicado existencial; ao contrário, ele é um argumento da OG que é subcategorizada por esse predicado. Uma vez que não deveria existir atribuição excepcional de Caso inerente, é esperado que o sujeito da OG não possa receber esse Caso e, portanto, não deveria haver restrições de definitude sobre ele. No entanto, essas restrições existem, como vemos no contraste em (11)–(12). Vou mostrar que, na realidade, não surge nenhum problema, uma vez que *ter* atribuiria Caso inerente partitivo apenas para a OG que seleciona, mas esse Caso poderia valorar o traço de Caso que eu vou propor que $\{-ndo\}$ possui. Mais tarde na derivação, quando o sujeito dentro da OG tem que ter o seu próprio traço de Caso valorado, a primeira posição em que esse requerimento pode ser satisfeito é a posição em que o sujeito pode entrar numa relação sintática com o morfema de gerúndio. Uma vez que, anteriormente, esse morfema de gerúndio tinha recebido Caso partitivo, esse sujeito também será especificado, por tabela, com esse Caso. Como partitivo, quando portado por nomes, exige que esse nome seja indefinido, fazendo surgir efeitos de definitude. Isso ocorre na ausência de marcação excepcional de Caso inerente, como desejado.

A proposta que $\{-ndo\}$ tem um traço de Caso a ser valorado é outra das principais propostas que faço aqui. Ela é motivada pela distribuição de preposições no complemento de certos predicados que podem também subcategorizar uma OG. Ou seja, parece haver motivação empírica para essa proposta e, além disso, ela vai ser um ingrediente importante na análise de alguns subtipos de OG, como foi o caso da OG existencial mencionada acima.

Essa proposta está no capítulo 1, em que são descritas as OGs completivas desiderativa, proposicional e perceptual em relação a uma série de propriedades sintáticas. O comportamento particular de cada uma dessas OGs e, sobretudo, a maneira como elas se agrupam, vão ser a base empírica para a proposta de que há três classes de OG. No mesmo capítulo, listo algumas das assunções e propostas relativas às propriedades sintáticas usadas para descrever OGs. Por um lado, assumo que propriedades como o licenciamento de negação sentencial e de advérbios sentenciais pressupõem a projeção de TP. Por outro lado, defino o domínio de operações sintáticas como valoração de Caso e de relações sintáticas como ligação e escopo de operadores como sendo uma fase. Com base nessas propostas e assunções, refino a análise tripartite, afirmando que a diferença entre as classes de OG é de natureza estrutural. O produto final são as estruturas em (7). No capítulo 1, também descrevo os outros subtipos de OG, uma tarefa tornada mais fácil depois que as OGs completivas já foram descritas. O capítulo é concluído com algumas considerações sobre os traços existentes na estrutura de uma OG.

No capítulo 2, apresento as propriedades do sistema computacional, tal como ele é assumido nessa dissertação. Primeiro, introduzo herança de traços, que vai ser importante para distinguir as três classes estruturais de OG. Depois, apresento o sistema de valoração de traços assumido. Esse sistema vai ser importante na explicação das distinções entre as três classes e das proprie-

dades particulares de cada subtipo de OG. Tento fornecer argumentos conceituais independentes para como assumo que a valoração de traços ocorre, numa tentativa de evitar uma abordagem de OGs que seja específica para esse tipo de construção. Outra proposta feita no capítulo é que fa- ses são um conceito unificante para diferentes relações e operações sintáticas. Novamente, essa proposta vai ser importante no sistema computacional como um todo e também na explicação das propriedades de OGs.

Os capítulos 3, 4 e 5 são dedicados cada um a uma classe de OG. Nesses capítulos, vamos ver a derivação passo-a-passo dos subtipos de OG de cada classe. No capítulo 3, vamos ver as OGs de *classe 1*, as OGs desiderativas e as OGs adverbiais altas. A derivação desse último subtipo é adiado até o capítulo 6, em que eu lido com as propriedades de controle de todas as OGs adverbiais no conjunto de dados. No capítulo 4, vamos ver as OGs de *classe 3*, que inclui as OGs perceptual, existencial, de controle de objeto, advérbio baixo e adnominal. Tendo explorado os dois extremos da classificação, passamos para a *classe 2*, a classe intermediária, no capítulo 5.

No capítulo 6, o desafio é explicar as possibilidades de realização do sujeito em OGs adverbiais. Vimos uma amostra disso em (8)–(10). Existem três possibilidades, a saber, um sujeito obrigatoriamente *PRO*, um sujeito obrigatoriamente manifesto e a possibilidade de uma alternância *PRO*–sujeito manifesto. Novamente, tento derivar essas possibilidades do modo como a computação sintática procede. Dois ingredientes importantes, ambos com motivação independente, vão ser a teoria de controle por movimento e movimento lateral.

O capítulo 7 é o esboço de uma análise das propriedades temporais das OGs desiderativa, proposicional e perceptual. Essas propriedades vão ser tratadas de modo que elas possam se seguir do funcionamento de um sistema de interpretação mais geral, em conjunção com herança de traços e as estruturas propostas para as três classes de OG. Também discuto uma ambigüidade interessante que caracteriza OGs adnominais em posição de sujeito. Depois disso, nos voltamos para OGs adverbiais altas, cuja ordenação temporal parece ser obtida na ausência de instruções ostensivas para isso. Finalmente, aponto um desafio que OGs adverbiais altas introduzem, a saber, o licenciamento de uma instância de recursão aspectual que parece não estar disponível em nenhum outro contexto. Deixo essa questão sem resposta, mas achei importante registrá-la de qualquer maneira.

Por fim, o capítulo 8 são as considerações finais.

Capítulo 1

Descrição dos dados e análise geral

Como foi introduzido no capítulo anterior, parece haver uma série de subtipos de OG. Ainda assim, quando investigamos algumas de suas propriedades sintáticas, podemos começar a distinguir alguns padrões de comportamento que agrupam OGs em classes diferentes.

1.1 Organizando os dados

Antes de chegar na descrição do comportamento de cada subtipo de OG, vale à pena rotular cada uma delas. Esses rótulos são taxonômicos, para conveniência apenas. Chamo as OGs subcategorizadas por verbos desiderativos como *querer* em (1-a) e *preferir* em (1-b) *OGs desiderativas*. Esse subtipo de OG é considerado na seção 3.2.

(1) *OGs desiderativas*

- a. O João *quer* os filhos não soltando nenhum pio durante o jantar.
- b. O João *preferiu* crianças atuando na peça dele.

OGs também podem ser o complemento de verbos perceptuais como *assistir* em (2-a), *flagrar* em (2-b) e *ouvir* em (2-c). Chamo essas construções de *OGs perceptuais*. Elas são analisadas na seção 4.1.

(2) *OGs perceptuais*

- a. O professor *assistiu* os alunos se apresentando na cerimônia de encerramento.
- b. O monitor *flagrou* o aluno colando na prova.
- c. A população pôde *ouvir* o morro desabando a quilômetros de distância.

OGs também podem ser o complemento de uma série de verbos como *imaginar*, como em (3-a), *considerar*, como em (3-b) e *adorar*, como em (3-c). Esses subtipos de OG revelam não ser facilmente passíveis à análise proposta. Enquanto não tenho uma análise mais detalhada, passo por cima das diferenças e junto as OGs selecionadas por todos esses verbos sob a

denominação *OGs proposicionais*.¹ Essas construções e alguns dos problemas que elas suscitam para a análise são considerados na seção 5.1.

(3) *OGs proposicionais*

- a. O João *imagina* a Maria jogando na seleção daqui a quinze anos.
- b. O João *considera* a Maria como sendo uma boa pessoa.
- c. O João *adorou* a Maria jogando na seleção.

Além disso, o predicado existencial *ter* também pode selecionar uma OG como complemento. A OG existencial é o tópico da seção 4.2.

(4) *Tem* umas crianças gritando no apartamento ao lado.

Ainda no domínio das OGs completivas, outro subtipo de OG considerado aqui é o que chamei de *OG de controle de objeto*. Esse tipo de construção é um dos argumentos internos de verbos como *manter* em (5-a) e *deixar* em (5-b).

(5) *OGs de controle de objeto*

- a. O médico *manteve* os pacientes esperando por várias horas.
- b. O João *deixou* os filhos brincando no quintal e foi preparar o jantar.

Além de complemento, OGs também podem ser o sujeito oracional de verbos como *incomodar* e *orgulhar*. Essas são as *OGs-sujeito*, analisadas na seção 5.2.

(6) A Maria acertando os exercícios *incomodalorgulha* o João.

Finalmente, OGs podem ser não apenas argumentais, mas também adjuntos. Quando elas são adjunto, elas podem ser ou adverbiais ou adnominais. Além disso, há diferentes tipos de OGs adverbiais. As OGs que parecem modificar o predicado verbal e que têm ou uma leitura de simultaneidade, como (7-a), ou uma leitura de modo, como (7-b), eu denomino *OGs adverbiais baixas*. Elas são o tema de discussão das seções 4.4 e 6.4. Quando a OG parece modificar uma porção mais alta da oração-matriz e tem ou uma leitura condicional, como (7-c), ou uma leitura causal, como (7-d), eu chamo a OG de *OG adverbial alta*. Elas são consideradas nas seções 3.3, 6.3 e 6.6. Uma OG adverbial também pode ser precedida por uma preposição, como em (7-e). Essas são as *OGs adverbiais preposicionadas*, que serão investigadas nas seções 5.3 e 6.5.

(7) *OGs adverbiais*

- a. A Paula sempre faz a caminhada dela ouvindo mp3.
- b. Os ladrões arrombaram a porta usando um pé-de-cabra.
- c. Você terminando de preencher esse formulário, pode me chamar.
- d. Tendo terminado de preencher o formulário, a Rosa pôde me chamar.

¹Considero que uma construção é proposicional quando “o predicado subcategorizante não pressupõe ou afirma nada sobre o evento encaixado”, seguindo Wurmbrand (2014b, 404, tradução minha, SF).

- e. A Maria não consegue estudar para a prova com os irmãos fazendo bagunça.

Quando as OGs são adjuntos, elas também podem modificar nomes, como em (8). Eu chamo essas construções de *OGs adnominais*. Elas são investigadas na seção 4.5.

(8) *OGs adnominais*

- a. Esses meninos jogando bola na rua são filhos do vizinho.
b. O passageiro esperando pelo vôo 234 reclamou para o comissário de bordo.

Tendo apresentado e rotulado os subtipos de OG a serem analisados aqui, as próximas seções são dedicadas à sua descrição.

1.2 Descrição e agrupamento de OGs completivas

Para descrever o comportamento sintático de OGs, olho primeiro para as OGs completivas desiderativa – (1) –, proposicional – (3) – e perceptual – (2). Essa escolha é justificada na medida em que parece ser mais fácil controlar os fatores que determinam o comportamento de OGs em posição de complemento. Na próxima seção (1.4), descrevo os demais subtipos de OG, uma tarefa tornada mais fácil depois de termos considerado as OGs completivas primeiro. As propriedades consideradas na descrição são: (i) licenciamento de predicado individual-level (ILP); (ii) licenciamento de negação sentencial; (iii) licenciamento de advérbio sentencial; (iv) alçamento do sujeito para dentro da oração-matriz; (v) ligação do sujeito pelo sujeito-matriz; (vi) escopo invertido; (vii) coordenação com um CP pleno.

A primeira propriedade considerada é a ocorrência de predicados individual level (ILPs).² Para distinguir esses predicados, uso o modificador *várias vezes*, o qual, como visto em (9), pode modificar predicados stage-level (SLPs) como *atravessar a rua*, mas não ILPs como *saber matemática*:

- (9) a. O João atravessou a rua várias vezes.
b. O João sabe matemática (*várias vezes).

Assim, quando *várias vezes* for excluído nos exemplos a seguir, é porque estamos diante de um ILP.

(10) **Licenciamento de ILP**

- a. O João quis/preferiu os filhos sabendo matemática (*várias vezes).
b. O João imagina/adorou a Maria sabendo matemática (*várias vezes).
c. *O monitor flagrou os alunos sabendo matemática (várias vezes).

²Apesar da ocorrência de ILP ser uma propriedade útil para distinguir entre classes de OGs, a análise não abarca uma *explicação* desses contrastes. Ainda assim, é possível que essa propriedade semântica esteja correlacionada com estrutura sintática (ver Diesing 1992).

Enquanto as OGs desiderativa – (10-a) – e proposicional – (10-b) – permitem um ILP, a perceptual – (10-c) – não permite.

Na seqüência, consideramos negação sentencial. Seguindo, entre muitos outros, Stowell (2007), considero que *lift a finger* ‘levantar um dedo’ como parte da expressão *not lift a finger* ‘não levantar um dedo’, na leitura idiomática (*não fazer absolutamente nada*), como um item de polaridade negativa (NPI). A expressão correspondente em PB *mexer um dedo* se comporta da mesma maneira. Nessa leitura idiomática, negação é obrigatória; na ausência de negação, somente um significado literal está disponível (cf. (11-a) vs. (11-b)). Também considero que a negação que licencia um NPI seja uma instância de negação sentencial. Além disso, o licenciamento de NPI precisa ocorrer localmente, sendo que localidade geralmente se restringe a um domínio oracional (cf. (11-c) vs. (11-d)).

(11) *Licenciamento de NPI: mexer um dedo*

- a. O João não mexeu um dedo para ajudar a gente.
 ✓ *O João não fez absolutamente nada para ajudar a gente.*
 ✓ *O João não moveu um dedo para ajudar a gente.*
- b. O João mexeu um dedo para ajudar a gente.
 **O João não fez absolutamente nada para ajudar a gente.*
 ✓ *João moveu um dedo para ajudar a gente.*
- c. A Maria disse que o João não mexeu um dedo para ajudar a gente.
 ✓ *A Maria disse que o João não fez absolutamente nada para ajudar a gente.*
 ✓ *A Maria disse que o João não moveu um dedo para ajudar a gente.*
- d. A Maria não disse que o João mexeu um dedo para ajudar a gente.
 **A Maria não disse que o João não fez absolutamente nada para ajudar a gente*
 ✓ *A Maria disse que o João moveu um dedo para ajudar a gente.*

Para tornar os contrastes mais claros, me utilizo de outro elemento que parece ser um NPI em PB, a saber o *algum* pós-nominal, o qual, se combinado com negação, significa *absolutamente nenhum*. Os dados abaixo mostram que o *algum* pós-nominal se comporta como o *não mexer um dedo* idiomático: ele requer negação (cf. (12-a) vs. (12-b)) e essa negação tem que estar na mesma oração; do contrário, o resultado é agramatical (cf. (12-c) vs. (12-d)).

(12) *Licenciamento de NPI: algum pós-nominal*

- a. O João não leu livro algum.
- b. *O João leu livro algum.
- c. A Maria disse que o João não leu livro algum.
- d. *A Maria não disse que o João leu livro algum.

Tendo em mente essas propriedades de negação sentencial, passemos para a sua distribuição em OGs completivas.

(13) **Licenciamento de negação sentencial** (*não mexer um dedo*)

- a. O João quis/preferiu a Maria não mexendo um dedo.
- b. O João imagina/adorou a Maria não mexendo um dedo.
- c.???O monitor flagrou os alunos não mexendo um dedo.

(14) *Licenciamento de negação sentencial* (*algum pós-nominal*)

- a. O João quis/preferiu a Maria não cantando música alguma.
- b. O João imaginou a Maria não cantando música alguma.
- c.???O João assistiu os alunos não cantando música alguma.

No que diz respeito a negação sentencial, vemos o mesmo agrupamento visto anteriormente para ILP: de um lado, as OGs desiderativa – (13-a), (14-a) – e proposicional – (13-b), (14-b) – permitem negação sentencial, mas a perceptual – (13-c), (14-c) –, não.

OGs completivas também diferem na possibilidade de um advérbio sentencial como *provavelmente*.³

(15) **Modificação por advérbio sentencial**

- a. O João não quer a avião provavelmente sofrendo uma pane na volta.
- b. O João imaginou a avião provavelmente sofrendo uma pane na volta.
- c. *O João flagrou a avião provavelmente sofrendo uma pane na volta.

O agrupamento das OGs é o mesmo visto na negação sentencial.

Quando consideramos o comportamento de OGs em relação a propriedades como a possibilidade de alçar o sujeito delas para dentro da oração-matriz, o quadro resultante é bem diferente. Agora, a OG proposicional – (16-b) – se agrupa juntamente com OGs perceptuais – (16-c) –, deixando OGs desiderativas – (16-a) – de fora.

(16) **Alçamento do sujeito da OG**

- a. *A Maria foi preferida *t* cantando na peça.
- b. A Maria foi imaginada *t* cantando na peça.
- c. O morro pôde ser ouvido *t* desabando a quilômetros de distância.

Consideramos agora o licenciamento de um sujeito anafórico.⁴ Novamente, enquanto as OGs proposicional – (17-b) – e perceptual – (17-c) – permitem que o sujeito delas seja uma anáfora ligada pelo sujeito-matriz, OGs desiderativas – (17-a) – não permitem.

³*Provavelmente* pode modificar ou um constituinte sintático ou a oração como um todo. Nesse último caso, a leitura resultante pode ser parafraseada por 'é provável que...'. Essa segunda leitura é a sentencial e é a relevante para a discussão. Em certos casos, essa leitura sentencial não está disponível, mas a leitura em que *provavelmente* modifica apenas um constituinte (a leitura é, portanto, não-sentencial) está sempre disponível.

⁴Um paradigma mais completo incluiria a distribuição de pronomes como *ele*, mas, em PB, parece ser o caso que pronomes dispõem de uma leitura anafórica, então eu deixo uma discussão sobre pronomes como sujeito de OGs para investigação futura. Gostaria de agradecer o Marcus Lunguinho (c.p.), a Esmeralda Negrão (c.p.) e o Jairo Nunes (c.p.) pelos comentários sobre o assunto.

(17) **Sujeito anafórico**

- a. *O João_i se_i quis/preferiu cantando na peça.
- b. O João_i se_i imaginou cantando na peça.
- c. O João_i se_i flagrou cantando no chuveiro.

A próxima propriedade a considerarmos é a possibilidade de leitura de escopo invertido.⁵ Uma sentença como (18-a), que contém tanto um quantificador universal como um existencial, parece ser ambígua entre uma leitura em que o quantificador universal tem escopo sobre o quantificador existencial – (18-b-i) – e uma leitura em que é o quantificador existencial que tem escopo sobre o quantificador universal – (18-b-ii). Essa última leitura é uma leitura de escopo invertido.

- (18) a. Algum aluno leu todo livro.
- b. (i) *Tem um estudante em particular que leu todos os livros.* ($\exists > \forall$)
- (ii) *?Para todo x, x é um livro e x foi lido por algum estudante qualquer.* ($\forall > \exists$)

Tendo como base a interação entre os quantificadores em (18-a), vejamos o que acontece quando a sentença em questão é um período composto em que a oração subordinada é uma OG completiva; a mesma interação entre quantificadores na sentença simples (18-a) também é possível?⁶

(19) **Escopo invertido** ($\forall > \exists$)

- a. Algum professor quis/preferiu todo aluno cantando.
???Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer quis/preferiu x cantando.
- b. Algum professor imagina todo aluno cantando.
?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer imaginou x cantando.
- c. Algum professor assistiu/ouviu todo aluno cantando.
?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer assistiu/ouviu x cantando.

Os julgamentos estão longe de ser claros, mas parece ser o caso que a OG proposicional – (19-b) – e a perceptual – (19-c) – permitem uma leitura de escopo invertido mais facilmente do que uma OG desiderativa – (19-a).

Comportamento semelhante é apresentado com NPs cardinais. Como vemos em (20-a), quando tem dois NPs cardinais na mesma sentença, em princípio, é possível que o segundo NP na seqüência linear tenha escopo sobre o primeiro NP, dando origem a uma leitura de escopo invertido.

⁵Essa propriedade levanta uma série de questões. É muito provável que a descrição apresentada abaixo e ao longo de toda a dissertação esteja incorreta. Ainda assim, eu não retirei escopo invertido dessa versão corrigida para que ela possa ser um retrato mais fiel do investigação que culminou na dissertação. Agradeço ao Jairo Nunes (p.c.) e à Susi Wurmbrand (p.c.) pelas discussões sobre o assunto, em diferentes estágios da pesquisa.

⁶As paráfrases abaixo são apenas maneiras informais de descrever a leitura relevante.

- (20) a. Três alunos leram dois livros.
 b. (i) *Três alunos leram cada um dois livros quaisquer, podendo haver até seis livros diferentes lidos. (três > dois)*
 (ii) *Tem dois livros específicos que três alunos leram, podendo haver até dois livros diferentes lidos. (dois > três)*

Se adicionarmos uma sentença na seqüência discursiva com um pronome cuja referência é dada pelo NP cardinal, somente a leitura de escopo invertido parece estar disponível.

- (21) a. Três alunos leram dois livros. Eles foram best-seller mês passado.
 b. (i) **Três alunos leram cada um dois livros quaisquer, podendo haver até seis livros diferentes lidos. (três > dois)*
 (ii) *Tem dois livros específicos que três alunos leram, podendo haver até dois livros diferentes lidos. (dois > três)*

Quando esses NPs cardinais estão no sujeito da oração principal e no sujeito da OG completiva, se o complemento for uma OG desiderativa – (22-a) –, uma leitura de escopo invertido é mais difícil de ser obtida, mas ela está mais facilmente disponível quando a OG é proposicional – (22-b) – ou perceptual – (22-c).

- (22) *Escopo invertido (dois > três)*
 a. Três professores queriam/preferiram dois alunos cantando.
???Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer queriam/preferiam eles cantando.
 b. Três professores imaginaram dois alunos cantando.
?Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer imaginaram eles cantando.
 c. Três professores ouviram dois alunos cantando.
?Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer ouviram eles cantando.

Se adicionarmos uma sentença com um pronome que retoma o NP cardinal, o resultado é um tanto estranho quando a OG é desiderativa, mas é bem formado quando ela é proposicional ou perceptual.

- (23) a. #Três professores queriam/preferiram duas alunas cantando. Elas são sopranos.
 b. Três professores imaginaram duas alunas cantando. Elas são sopranos.
 c. Três professores ouviram duas alunas cantando. Elas são sopranos.

Esse contraste pode ser capturado se assumirmos que pronomes não podem tomar um DP com leitura não-específica como antecedente. Isso é sugerido pelos contrastes abaixo:

- (24) a. O João quer conhecer três princesas.
 b. (i) *O João quer conhecer três princesas quaisquer.*
 (ii) *Tem três princesas específicas que ele quer conhecer.*
- (25) a. O João quer conhecer três princesas. Elas são holandesas.
 b. (i) **O João quer conhecer três princesas quaisquer.*
 (ii) *Tem três princesas específicas que ele quer conhecer.*

A leitura de *duas alunas* em (23-a) parece ser não-específica somente, o que pode corroborar a observação que escopo invertido não é permitido para OGs desiderativas.

Comportamento semelhante é apresentado quando a oração-matriz contém um advérbio quantificacional como *geralmente* e a OG completiva, um NP cardinal como *três alunos*. Quando esses dois elementos estão na mesma oração simples, como em (26-a), a sentença é ambígua entre uma leitura em que *geralmente* tem escopo sobre *três* – (26-b-i) – e uma leitura em que *três* é que tem escopo sobre o advérbio quantificacional – (26-b-ii). Essa última leitura também é uma instância de escopo invertido.

- (26) a. Geralmente três alunos cantam.
 b. (i) *É geralmente o caso que três estudantes quaisquer cantam.* (ADV > três)
 (ii) *Tem três alunos em particular tal que eles geralmente cantam.* (três > ADV)

De volta às OGs completivas, novamente, as OGs proposicional – (27-b) – e perceptual – (27-c) – parecem permitir uma leitura de escopo invertido mais facilmente do que OGs desiderativas – (27-a).

- (27) *Escopo invertido (três > ADV)*
- a. O João geralmente quer três alunos cantando.
???Tem três alunos específicos tal que o João geralmente os quer cantando.
- b. O João geralmente imagina três alunos cantando.
?Tem três alunos específicos que o João geralmente os imagina cantando.
- c. O João geralmente assiste três alunos cantando.
?Tem três alunos específicos tal que o João geralmente os assiste cantando.

Finalmente, a última propriedade a considerarmos aqui é a possibilidade de coordenar a OG completiva com um CP pleno, isto é, um CP finito com um complementizador manifesto. Antes de mais nada, é preciso notar que os predicados desiderativo, proposicional e perceptual podem todos subcategorizar um CP.

- (28) a. O João quis que a Maria trabalhasse com mais afinco.
 b. O João adorou que a Maria trabalhou com mais afinco.
 c. O João ouviu que a Maria trabalhou com mais afinco.

Como conseqüência, a impossibilidade das OGs proposicional – (29-b) – e perceptual – (29-c) – se coordenarem com um CP pleno não pode ser causada pelas restrições de seleção desses verbos. OGs desiderativas – (29-a) –, em contraste, podem ser coordenadas com um CP pleno mais facilmente.

(29) **Coordenação com um CP pleno**

- a. O João quis a Maria chegando mais cedo e que ela trabalhasse com mais afinco.
- b.???O João adorou a Maria chegando mais cedo e que ela trabalhou com mais afinco.
- c. *O João ouviu a Maria chegando e que ela trabalhou com mais afinco.

O comportamento das OGs completivas em relação à série de propriedades consideradas acima está resumido na tabela abaixo:

	Desiderativa	Proposicional	Perceptual
<i>ILP</i>		✓	*
<i>Negação sentencial</i>		✓	???
<i>Advérbio sentencial</i>		✓	*
<i>Alçamento</i>	*		✓
<i>Anáfora</i>	*		✓
<i>Escopo invertido</i>	???		?
<i>Coordenação com CP</i>	✓		??*/*

Tabela 1.1: Agrupamento de OGs completivas

Tendo em vista esses dados, duas questões são suscitadas: (i) o que está por trás do comportamento particular de cada OG e (ii) por que as OGs se agrupam dessa maneira em particular? Essas perguntas estão no cerne da investigação reportada aqui.

1.3 Como compreender essas propriedades? Uma análise tripartite

O que nós vimos na seção precedente foi uma descrição do comportamento de OGs completivas (a desiderativa, a proposicional e a perceptual) em relação a (i) licenciamento de predicado individual-level (ILP); (ii) licenciamento de negação sentencial; (iii) modificação por um advérbio sentencial; (iv) alçamento do sujeito para dentro da oração-matriz; (v) sujeito anafórico ligado pelo sujeito-matriz; (vi) escopo invertido; (vii) coordenação com um CP. O quadro geral da descrição está resumido na tabela 1.1.

Uma pergunta que é imediatamente suscitada é: o que exatamente está por trás do comportamento de cada OG completiva e do modo como elas se agrupam em relação às propriedades mencionadas? Das sete propriedades consideradas, seis são eminentemente sintáticas, a saber, licenciamento de negação sentencial e de advérbio sentencial, alçamento, licenciamento de um

sujeito anafórico, a possibilidade de escopo invertido e de coordenação com um CP pleno. Além do mais, a propriedade restante, a ocorrência de ILPs, é também uma propriedade que pode ser tratada em termos sintáticos (ver Diesing 1992). Em vista da natureza sintática das propriedades do comportamento de OGs completivas consideradas acima, proponho que as OGs têm **diferentes estruturas sintáticas**.⁷ É dessa estrutura que eu derivo o comportamento particular de cada OG completiva. Essa estrutura também será o que explica as diferenças e semelhanças entre elas.

Tendo considerado a natureza das diferenças entre as OGs completivas, a próxima pergunta a responder é: qual é exatamente a estrutura sintática de cada OG? Para responder essa pergunta, eu faço as seguintes suposições e propostas:

- (30) a. O morfema de gerúndio $\{-ndo\}$ é uniformemente o núcleo de um sintagma aspectual, AspP.⁸
 b. O licenciamento de negação sentencial e de advérbio sentencial (por exemplo, *provavelmente*) pressupõe a projeção de TP.
 c. Domínios sintáticos (por exemplo, os para ligação e alçamento de quantificador) são uniformemente definidos em termos de fase.

A base da proposta (30-a) é que o morfema de gerúndio parece contribuir com aspecto progressivo para o significado da sentença, como pode ser visto pelo seguinte paradigma:

- (31) a. #O João viu a Maria atravessar a rua, mas ela nunca chegou do outro lado.
 b. O João viu a Maria atravessando a rua, mas ela nunca chegou do outro lado.

A única diferença visível entre (31-a) e (31-b) reside na forma do verbo na oração encaixada. Em (31-a), *atravessar* está na forma infinitiva, enquanto, em (31-b), na forma gerundiva. (Com efeito, (31-b) é uma instância de OG perceptual.) Correlacionada com essa diferença em forma está uma diferença no significado. Em (31-a), o evento encaixado de *atravessar* parece ser descrito de modo a se incluir tanto o seu começo como ponto final. Isso poderia explicar por que *O João viu a Maria atravessar a rua* não pode ser seguido de *mas ela nunca chegou do outro lado*: a seqüência no discurso contradiz o que é dito na oração-matriz. Em contraste, em (31-b), a representação do evento de *atravessar* não necessariamente inclui o começo e o fim desse evento. Essa é a descrição do significado do aspecto progressivo. Isso explicaria por que *O João viu a Maria atravessando a rua* pode ser seguido de *mas ela nunca chegou do outro*

⁷A proposta de que construções não-finitas podem ter diferentes estruturas, apesar de semelhanças superficiais, não é de modo algum inovadora. Para análises que propõem diferentes estruturas para orações infinitivas, veja, entre outros, Bošković (1997), Boivin (1998), Wurmbbrand (1998, 2014b), Pires (2001, 2006) e Grano (2012). Para uma análise de infinitivos e gerúndios perceptuais em PB, ver Rodrigues (2002).

⁸A mesma proposta é feita por Moutella (1995) e por Rodrigues (2006), entre outros, para alguns subtipos de OG em PB. Além disso, Lunguinho (2011) propõe que sentenças progressivas (por exemplo, *O João está lendo um livro*) também incluem um AspP. Em última instância, porque eu proponho um estatuto estrutural comparável ao morfema de gerúndio em orações, pode ser mais fácil de, futuramente, comparar os dois tipos de estrutura (o gerúndio progressivo e o oracional, analisado aqui).

lado: não há contradição.

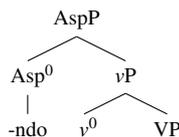
A mesma conclusão pode ser extraída de outro paradigma:

- (32) a. #O João viu o Pedro se afogar, mas a Maria conseguiu salvar ele.
 b. O João viu o Pedro se afogando, mas a Maria conseguiu salvar ele.

Novamente, as sentenças diferem apenas na forma da oração encaixada, infinitivo (*afogar*) em (32-a) e gerúndio (*afogando*) em (32-b). Correlacionada com essa diferença está a possibilidade de coordenar essa sentença com *mas a Maria conseguiu salvar ele*. Quando a oração encaixada está no infinitivo – (32-b) –, há contradição. Isso pode ser explicado se assumirmos novamente que o evento descrito pelo infinitivo é representado em sua completude, de modo que a primeira sentença em (32-a) acarreta que o Pedro se afogou. Como consequência, a sentença que vem depois em (32-a) faz com que todo o período seja contraditório. Em contrapartida, gerúndios representariam um evento sem incluir nem o começo nem o fim dele. Conseqüentemente, uma vez que a primeira sentença em (32-b) não acarreta que o Pedro se afogou, não tem contradição no período resultante.

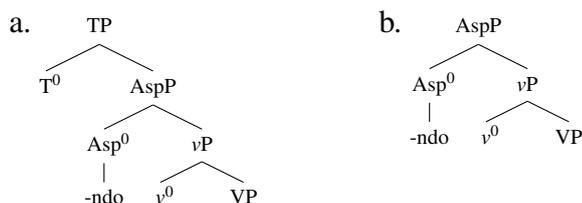
Podemos concluir que o morfema de gerúndio nas sentenças acima contribui com aspecto progressivo para o significado da sentença. A hipótese nula é que existe apenas um morfema de gerúndio, com significado progressivo, como em (31-b) e em (32-b). Proponho, assim, que a estrutura mínima de qualquer subtipo de OG deve consistir nas projeções lexicais do predicado verbal e pelo menos uma projeção AspP acima delas, sendo que AspP abriga o morfema de gerúndio.

- (33) *Estrutura mínima de uma OG*



No entanto, a estrutura de OGs não pode se resumir ao mínimo em (33), se quisermos levar adiante a proposta de que as diferenças entre as OGs completivas é de natureza sintática.

Para refinar a análise, lanço mão da assunção (30-b). É geralmente assumido que negação sentencial pressupõe a projeção de TP (ver, entre outros, Zanuttini 1996). Uma assunção comparável é feita sobre a ocorrência de advérbios como *provavelmente*: é considerado que eles são oracionais e, portanto, adjungidos a TP (ver, por exemplo, Pires 2007, 167). Dadas essas assunções, OGs desiderativas e proposicionais deveriam ter a estrutura em (34)-a, que inclui não apenas a estrutura mínima que proponho para OGs (i.e., o AspP, em (33)), mas também TP. Essa última projeção captura a possibilidade de ambas essas OGs completivas conterem negação sentencial e um advérbio sentencial. Em contraste, OGs perceptuais não têm uma projeção de TP, uma vez que elas não podem licenciar nenhum dos dois elementos dependentes de TP mencionados. Assim, OGs perceptuais deveriam conter somente a estrutura mínima, repetida em (34)-b.

(34) *Estruturas parciais para OGs completivas*

Isso ainda não é suficiente. Lembremos novamente que a hipótese é que o comportamento de OGs completivas é para ser capturado em termos de estrutura sintática. OGs desiderativas e proposicionais se assemelham quanto a licenciamento de negação sentencial e de advérbio sentencial, distanciando as duas de OGs perceptuais. Ainda assim, OGs desiderativas e proposicionais se comportam de maneiras diferentes quanto a outras propriedades, a saber, alçamento do sujeito da OG para dentro da oração-matriz, ligação de um sujeito anafórico, escopo invertido e coordenação com CP. No que diz respeito a essas propriedades, é com as OGs perceptuais que as proposicionais se assemelham, distanciando-se de OGs desiderativas. Assim, a próxima etapa é distinguir OGs desiderativas de proposicionais, de tal modo que a semelhança dessas últimas com OGs perceptuais também seja capturada.

Para fazer isso, proponho que domínios sintáticos são uniformemente definidos em termos de fases – (30-c). Como vamos ver no capítulo 2, considero que fases são relevantes ao longo de todo o sistema computacional, no sentido que fases são relevantes tanto para representações sintáticas como para operações sintáticas. Tentativamente, um argumento conceitual em favor dessa proposta é que a uniformidade pode tornar o sistema computacional mais simples, reduzindo a complexidade computacional. Para os presentes propósitos, o que (30-c) significa em particular é que domínios sintáticos tais como os para marcação de Caso, ligação e alçamento de quantificador (QR) seriam uniformemente definidos como uma fase. Em última instância, assumindo alguma variação da condição de ativação, marcação de Caso é o que está por trás das possibilidades de alçamento.

Assumindo que o domínio de operações sintáticas tais como marcação de Caso são definidas em termos de fase, que OGs desiderativas não permitam o alçamento do sujeito para a posição de sujeito-matriz pode ser considerado como um indício de que essa OG é um domínio onde o sujeito pode receber Caso. Como consequência, o sujeito não está mais disponível na derivação e, portanto, em termos minimalistas, está proibido de continuar se movendo. Da mesma forma, a impossibilidade do sujeito da OG desiderativa ser anafórico poderia ser uma consequência da violação do Princípio A: a OG seria uma fase e, portanto, ligação deveria se dar dentro da própria OG; na ausência de um antecedente apropriado dentro da OG desiderativa, o sujeito dela, se anafórico, não poderia ser licenciado tal como o Princípio A requer. Finalmente, que um quantificador dentro da OG desiderativa não pode interagir com um quantificador dentro da oração-matriz poderia ser uma consequência da OG ser também um domínio para QR, um que exclui um quantificador na matriz. Na seção 2.3.2, apresento a teoria de QR assumida aqui, a saber, a em Wurmbrand (2013). De acordo com Wurmbrand (2013), QR seria restrito tanto por

economia semântica como pelos limites de uma fase: um quantificador só pode ser alçado se o movimento resultar em extensão do escopo e se o movimento for de borda de fase para borda de fase. Em uma OG desiderativa, se ela for analisada como uma fase, ela será um domínio de QR. Como consequência, um quantificador gerado na OG desiderativa não poderia ser alçado sem violar a condição de economia semântica.

Uma maneira de relacionar todos esses tipos diferentes de domínios sintáticos e, como subproduto, de capturar o comportamento sistemático de OGs desiderativas em relação a eles, é dizer que, apesar das diferenças superficiais, eles são todos definidos em termos de fase. Em outras palavras, o domínio para marcação de Caso, ligação e QR são todos uniformemente factuais. Isso acarreta que OGs desiderativas são fases. A questão a ser perguntada agora é qual das fases. Aqui, eu vou passar por cima da discussão sobre a definição de fase⁹ e assumo a definição “tradicional”, ou seja, assumo que as fases são CP e *v*P transitivo. Na discussão acima, propus que OGs desiderativas contém uma projeção de TP (ver (34)-a). Não parece haver nenhuma razão para pensar que OGs têm outra camada de *v*P além das projeções lexicais do predicado. Assim, proponho que OGs desiderativas são CPs.

Em contrapartida, as OGs proposicional e perceptual permitem que o sujeito delas seja alçado para a posição de sujeito-matriz. Isso implica que o sujeito dessas OGs não pode ser marcado com Caso dentro da OG, liberando ele para receber Caso de algum elemento da oração-matriz. De modo mais geral, a possibilidade de alçamento do sujeito nessas OGs significa que elas não são domínios para operações como marcação de Caso, ou seja, elas não são fases. OGs proposicionais e perceptuais também podem ter um sujeito anafórico correferente ao sujeito-matriz. Isso significa que essas OGs não constituem um domínio de vinculação para a anáfora, o qual, portanto, vai ter que ser algo mais alto na estrutura da sentença, incluindo algum argumento-matriz. Novamente, concluímos que esses subtipos de OG não são fases. Finalmente, uma leitura de escopo invertido está disponível para OGs proposicionais e perceptuais, ou seja, um quantificador dentro delas pode interagir com um quantificador-matriz. Essa possibilidade pode ser capturada dizendo que essas OGs não são fases e, portanto, elas não são um domínio para QR. Esse domínio vai ter que ser novamente alguma porção mais alta na estrutura da sentença, uma que inclua um quantificador-matriz. Desse modo, há espaço suficiente para uma instância legítima de escopo invertido. Dada a proposta que OGs desiderativas são fases do tipo CP, proponho que as OGs proposicional e perceptual, por não serem fases, não têm essa projeção na estrutura.

Sustentação adicional para a proposta que OGs desiderativas são CPs, enquanto OGs proposicionais e perceptuais não têm essa projeção é fornecida por contrastes de coordenação com CP. Assumindo que coordenação deve envolver sintagmas que são da mesma categoria gramatical, o fato que OGs desiderativas podem ser coordenadas com uma oração que é abertamente

⁹Para abordagens dinâmicas/contextuais de fase, ver Bobaljik and Wurmbrand (2005) e Bošković (2014). Ver também Boeckx and Grohmann (2007) para questionamentos conceituais sobre a abordagem de derivação sintática baseada em fases.

um CP pode ser explicado se essas construções também são CPs. Por outro lado, a impossibilidade de OGs proposicionais e perceptuais serem coordenadas com um CP pode ser capturada pela proposta que essas OGs não são CPs.

Estamos agora na posição de fornecer o refinamento necessário na análise. OGs desiderativas contém não apenas o AspP minimamente necessário para construir uma OG, mas também TP. Isso captura a possibilidade de licenciarem negação e advérbio sentenciais. Além disso, esse tipo de OG completiva projetaria também CP, uma projeção de fase, o que captura o comportamento dessas OGs em relação à marcação de Caso do sujeito delas, as possibilidades de ligação se esse sujeito for anafórico e também as possibilidades de QR.¹⁰ OGs proposicionais projetam o AspP mínimo, além de TP, assim, como as OGs desiderativas. Isso explica por que essas duas OGs completivas se comportam de maneira idêntica quanto ao licenciamento de negação e advérbio sentenciais. Porém, ao contrário de OGs desiderativas, OGs proposicionais permitem que o sujeito delas seja alçado para dentro da oração-matriz, que ele seja ligado pelo sujeito-matriz se ele for anafórico e permite também uma leitura de escopo invertido. De acordo com as propostas que faço aqui, isso significa que a projeção mais alta de OGs proposicionais não é uma fase. Isso também pode ser dito de OGs perceptuais, que projetam somente o AspP mínimo – AspP não é uma fase, de acordo com a definição tradicional. Dada a ausência de TP, negação e advérbio sentenciais não podem ser licenciados em OGs perceptuais, apesar deles poderem ser licenciados tanto em OGs desiderativas como proposicionais. Em resumo, as estruturas para cada classe de OGs proposta estão em (35). (35)-a é a estrutura da OG desiderativa, (35)-b, da proposicional e finalmente, (35)-c, da OG perceptual.

¹⁰Pires (2007, 173) afirma que OGs (na terminologia dele, CGs ‘clausal gerunds’) não podem ser CPs porque elas não podem se combinar com um complementizador, seja ele finito (*that*) ou não-finito (*for*). Adicionalmente, OGs não permitem movimento-Wh curto, o que sugere que elas não têm um CP que poderia contar como alvo desse movimento.

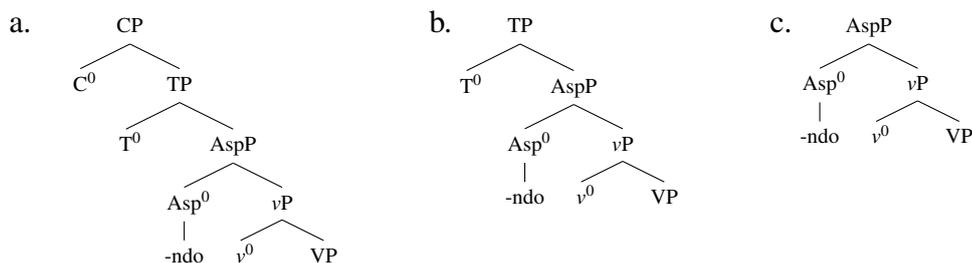
Creio que esses argumentos não se sustentam. Em primeiro lugar, para línguas como o PB, não há complementizador para orações-matriz, mas isso não leva à conclusão forçosa de que CP não é projetado em orações-matriz. De acordo com a assunção que C tem informações como força ilocucionária, como essa informação está presente em orações-matriz, é necessário assumir que elas projetam CP; acontece apenas que C não tem matriz fonológica.

Em segundo lugar, a presença de um CP intermediário não garante necessariamente que ele seja um alvo apropriado para movimento-Wh. Considere-se, por exemplo, o comportamento do complemento oracional de um verbo como *achar*:

- (i) a. O João acha que a Maria comprou pão sem glúten no mercadinho.
- b. *O João acha o que a Maria comprou no mercadinho?

(i-a) mostra claramente que o complemento de *achar* pode ser um CP. Ainda assim, movimento-Wh curto dá um resultado agramatical. Uma explicação plausível da agramaticalidade de (i-b) é que o C encaixado não é interrogativo e, portanto, movimento não pode ser desencadeado e, por economia, não *deve* ser desencadeado.

Em resumo, creio que os argumentos empíricos de Pires (2007) não são condições necessárias nem suficientes para excluir a possibilidade de OGs serem CPs.

(35) *Estrutura final para OGs completivas*

Essa classificação tripartite abre espaço para capturar o comportamento “misto” de OGs proposicionais. De um lado, elas são como as OGs desiderativas porque têm uma projeção de TP. Por outro, OGs proposicionais são como OG perceptuais, uma vez que nenhuma das duas projeta CP.

Na seção anterior (1.2), vimos o comportamento de OGs completivas e a maneira como elas são agrupadas em relação às propriedades consideradas, tal que OGs desiderativas e perceptuais parecem ter comportamento oposto, enquanto OGs proposicionais parecem ser uma classe intermediária entre esses dois extremos. Nesta seção, eu levantei a hipótese de que esses fenômenos podem ser derivados da estrutura sintática dessas construções. Na próxima seção (1.4), vamos ver que outros subtipos de OG estudados nessa dissertação apresentam comportamento comparável, de modo que elas também podem ser submetidas à análise tripartite proposta para OGs completivas. Em outras palavras, a análise proposta aqui parece ser geral o suficiente para abarcar todos os subtipos de OG sobre os quais essa dissertação se debruça. Vou usar o termo taxonômico *OG de classe 1* para fazer referência às OGs desiderativas e às OGs que se comportam de maneira semelhante, a saber, as OGs adverbiais altas. Com o termo *OG de classe 3*, vou fazer referência às OGs perceptuais, juntamente com as OGs existencial, de controle de objeto, adverbial baixa e adnominal. Finalmente, *OG de classe 2* é como eu denomino as OGs que compartilham propriedades com cada uma dessas duas classes, mas sem serem idênticas a nenhuma delas, a saber, as OGs proposicional, subjetiva e adverbial preposicionada. Isso está esquematizado na tabela abaixo. A classificação na tabela é uma simplificação introduzida para tornar uma primeira aproximação aos dados mais simples. Nos próximos capítulos, vamos ver que há fatores extras determinando o comportamento de cada subtipo de OG a ser investigada, de modo que um certo subtipo de OG pode se comportar de maneira diferente em relação aos outros membros da mesma classe. Um dos objetivos dessa dissertação é identificar esses fatores e explicar como eles afetam a derivação dessa OG.

Classe	Subtipo	ILP	Dependente de TP		Dependente de fase		
			Negação	Advérbio	Alçamento	Anáfora	Escopo
1	Desiderativa	✓	✓	✓	*	*	*
	Adv alta						
2	Proposicional	✓	✓	✓			
	Sujeito						
3	Adv prep.	*	*	*	✓	✓	✓
	Perceptual						
	Existencial						
	Controle de obj.						
	Adv baixo						
Adnominal							

Tabela 1.2: Classificação tripartite de OGs: primeira aproximação

1.3.1 É necessário estipular três classes de OG?

A idéia central da proposta delineada nessa seção é que há três classes de OGs, tal que elas diferem no tamanho estrutural. OGs de *classe 1* têm a estrutura mais complexa, uma que inclui o AspP minimamente necessário para construir uma OG e também TP e CP. OGs de *classe 3* estão no outro extremo da escala e projetam apenas o AspP mínimo. OGs de *classe 2* têm um tamanho intermediário: elas projetam AspP e TP, mas não CP. Proponho que essas estruturas explicam o comportamento de cada subtipo de OG e o compartilhamento ou não de projeções explica a maneira por que as OGs se agrupam da maneira como elas se agrupam.

Mas seriam essas classes primitivos na gramática do PB? Para analisar OGs, essa não é uma parte necessária da análise. Podemos assumir simplesmente que a derivação de qualquer objeto sintático, incluindo OGs, precisa observar pelo menos três fatores independentes: (i) o conteúdo da numeração; (ii) regras que regem como a derivação deve proceder; (iii) padrões de seleção. Apesar de não haver condições de boa formação impostas sobre numerações (Nunes, 2013), a numeração deve conter um morfema de gerúndio para que seja minimamente possível construir uma OG. Se vai ter ou não material suficiente na numeração para construir um TP acima do AspP e, além disso, um CP dominando o TP, isso também não precisa ser estipulado. Tudo o que o sistema computacional tem que fazer é lançar mão das operações independentemente disponíveis para retirar itens lexicais da numeração e combiná-los para construir sintagmas e, em última instância, sentenças. De acordo com assunções minimalistas, essas operações devem satisfazer a condições de economia, as quais obviamente existem independentemente das OGs. Depois que a OG é construída, qualquer que seja o tamanho dela, outro conjunto de regras entra em ação, a saber, regras de seleção. Qualquer que seja a natureza dessas regras (elas seriam categoriais e/ou semânticas?), se eles existirem, elas existem também independentemente das OGs.

Em resumo: as três classes de OGs não são primitivos na gramática do PB. Ao contrário, elas se seguem automaticamente de recursos independentes disponíveis nessa língua (por exemplo, o morfema de gerúndio) e no sistema computacional de línguas naturais de modo geral (por exemplo, operações de combinação entre objetos sintáticos), assim como condições de economia impostas sobre derivações e/ou representações.

1.4 Descrição e agrupamento de outros subtipos de OG

Tendo apresentando as linhas gerais da análise tripartite, motivada pelo comportamento de OGs completivas, passamos para a descrição de outros subtipos de OG.

Vimos na seção anterior que OGs desiderativas – (36-a) – e proposicionais – (36-b), (36-c) – permitem um ILP. OGs-sujeito – (36-d) –, adverbiais preposicionadas – (36-e) – e adverbiais altas – (36-f), (36-g) – se comportam como essas duas OGs completivas. (Ver nota 2.)

(36) *Licenciamento de um ILP: ✓*

- a. O João quis/preferiu os filhos sabendo matemática (*várias vezes).
- b. O João imagina/adorou a Maria sabendo matemática (*várias vezes).
- c. O João considera a Maria como sendo uma boa pessoa (*várias vezes).
- d. A Maria sabendo matemática (*várias vezes) orgulha o pai.
- e. A Maria não consegue dar aula sem os alunos sabendo álgebra básica (*várias vezes).
- f. Sabendo matemática (*várias vezes), é mais fácil de passar no vestibular.
- g. A Maria sabendo matemática (*várias vezes), a firma terminou o trabalho rápido.

Por outro lado, OGs perceptuais – (37-a) – não podem. Juntamente com elas, estão as OGs existenciais – (37-b) –, de controle de objeto – (37-c) –, OGs adverbiais baixas – (37-d), (37-e) – e adnominais – (37-f).

(37) *Licenciamento de um ILP: **

- a. *O monitor flagrou os alunos sabendo matemática (várias vezes).
- b. *Tem várias crianças sabendo matemática (várias vezes) na sala 234.
- c. *O João deixou os filhos sabendo matemática (várias vezes) e foi fazer o jantar.
- d. *A Maria faz a caminhada dela sabendo matemática (várias vezes).
- e. *Os ladrões arrombaram a porta sabendo matemática (várias vezes).
- f. *Esses meninos sabendo matemática (várias vezes) são filhos do vizinho.

Na seção anterior, vimos que OGs desiderativas – (38-a) – e proposicionais – (38-b), (38-c) – podem licenciar negação sentencial. Os outros subtipos de OG que também podem são: sujeito – (38-d) –, adverbiais preposicionadas – (38-e) – e OGs adverbiais altas – (38-f), (38-g).

(38) *Licenciamento de negação sentencial: ✓*

- a. O João quis/preferiu a Maria não mexendo um dedo.
- b. O João imagina/adorou a Maria não mexendo um dedo.
- c. O João considera a Maria como não sendo uma boa pessoa.
- d. A Maria não mexendo um dedo irrita o pai.
- e. A Maria não consegue dar aula com os alunos não mexendo um dedo.
- f. Não mexendo um dedo, não dá para passar no vestibular.
- g. A Maria não mexendo um dedo, a firma levou anos para terminar o trabalho.

Em contraste, OGs perceptuais – (39-a) – não podem conter negação sentencial. OGs existenciais – (39-b) –, de controle de objeto – (39-c) –, adverbiais baixas – (39-d), (39-e) – e adnominais – (39-f) – também não podem.

(39) *Licenciamento de negação sentencial: **

- a.???O monitor flagrou os alunos não mexendo um dedo.
- b.???Tem várias crianças não mexendo um dedo na sala 234.
- c. *O médico manteve o paciente não mexendo um dedo e foi fumar um cigarro.
- d.???A Maria faz a meditação dela não mexendo um dedo.
- e. *Os ladrões arrombaram a porta não mexendo um dedo.
- f. *Esses meninos não mexendo um dedo são filhos do vizinho.

Além de ILP e de licenciamento de negação sentencial, outra propriedade que podemos usar para descrever o comportamento de OGs é o licenciamento de um advérbio sentencial como *provavelmente*. Como vimos na seção anterior, tanto OGs desiderativas – (40-a) – como proposicionais – (40-b), (40-c) – permitem esse tipo de advérbio sentencial. Subtipos de OG que também permitem são a subjetiva – (40-d) –, adverbiais preposicionadas – (40-e) – e adverbiais altas – (40-f).

(40) *Licenciamento de advérbio sentencial: ✓*

- a. O João não quer a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.
- b. O João imaginou a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.
- c. O João considera a Maria provavelmente como sendo culpada.
- d. A aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta angustia o João.
- e. O João quer viajar sem a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.
- f. A aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta, o piloto contactou a torre de controle.

Por outro lado, OGs perceptuais não podem ser modificadas por advérbios sentenciais como *provavelmente* – (41-a). Os demais subtipos de OG também não podem: OGs existenciais – (41-b) –, de controle de objeto – (41-c) –, adverbiais baixas – (41-d) – e adnominais – (41-e) – não podem ser modificadas por esse tipo de advérbio.

- (41) *Licenciamento de advérbio sentencial: **
- a. *O João flagrou a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.
 - b. *Tem crianças provavelmente correndo no estacionamento.
 - c. *O mecânico manteve a aeronave provavelmente sofrendo uma pane e foi tomar um café.
 - d. *O João corre provavelmente ouvindo música.
 - e. *A aeronave provavelmente sofrendo uma pane está voltando para o aeroporto.

Consideramos agora a possibilidade do sujeito da OG ser alçado para a posição de sujeito-matriz quando a oração-matriz é passivizada. OGs adverbiais (baixas, altas e preposicionadas) e OGs subjetivas não foram consideradas porque passivização é o movimento do sujeito da OG para a posição de sujeito-matriz e movimento é independentemente excluído de constituintes em posição não-temática.¹¹ O mesmo se aplica para OGs adnominais. Lembremos das seções anteriores que OGs desiderativas – (42-a) – não permitem esse alçamento. OGs existenciais – (42-b) – também não permitem.

- (42) *Alçamento do sujeito da OG: **
- a. *A Maria foi preferida *t* cantando na peça.
 - b. *Crianças tem/têm *t* correndo no estacionamento.

Essa é uma das propriedades em relação às quais OGs perceptuais – (43-a) – e proposicionais – (43-b) – se assemelham. OGs de controle de objeto – (43-c) – se juntam a elas nesse quesito.

- (43) *Alçamento do sujeito da OG: ✓*
- a. O morro pôde ser ouvido *t* desabando a quilômetros de distância.
 - b. A Maria foi considerada como *t* sendo uma boa pessoa.
 - c. Os pacientes foram mantidos *t* esperando por horas a fio.

Um comentário sobre alçamento partindo de OGs existenciais – (42-b) – precisa ser feito. Fora do domínio das OGs, em construções existenciais em geral, o associado do expletivo não pode ser alçado:

- (44) a. Tem crianças no estacionamento.
b. *Crianças tem/têm *t* no estacionamento.

Poderia ser o caso que existe um fator independente envolvido na exclusão de (42-b). Isso é justamente o que eu vou argumentar na seção 4.2.

A próxima propriedade que vamos considerar é o licenciamento de uma anáfora no sujeito da OG pelo sujeito-matriz. OGs adverbiais baixas não foram consideradas porque esse subtipo de OG tem sujeito nulo necessariamente. Lembremos da seção anterior que essa propriedade

¹¹Ver, porém, capítulo 6, onde assumo a teoria de controle por movimento (Hornstein, 1999, 2003; Boeckx et al., 2010).

separa OGs desiderativas dos outros dois tipos de OG completiva considerados então porque OGs desiderativas – (45-a) – não podem ter um sujeito anafórico. OGs existenciais – (45-b) –, subjetivas – (45-c) –, adverbiais altas – (45-d) –, adverbiais preposicionadas – (45-e) – e adnominais – (45-f) – também não podem.

(45) *Sujeito anafórico*: *

- a. *O João_i se_i quis/preferiu cantando na peça.
- b. *Tem se correndo no estacionamento.
- c. *Se_i ganhando o campeonato orgulha/irrita o João_i.
- d. *Se_i chegando mais cedo, o João_i conseguiu terminar o trabalho.
- e. *A Maria_i não consegue estudar com se_i checando o celular toda hora.
- f. *Se passando pelo portão é minha prima_i.

Por outro lado, OGs perceptuais – (46-a) –, proposicionais – (46-b), (46-c) – ambas permitem essa opção e o mesmo pode ser dito de OGs de controle de objeto – (46-d).

(46) *Sujeito anafórico*: ✓

- a. O João_i se_i flagrou cantando no chuveiro.
- b. O João_i se_i imaginou cantando na peça.
- c. O João_i se_i considerou como sendo uma boa pessoa.
- d. O João_i se_i manteve estudando para a prova por tanto tempo quanto pôde.

Algumas observações têm que ser feitas. Primeiro, construções existenciais em geral e não apenas entre as OGs existenciais – (45-b) – não podem ter uma anáfora como o associado do expletivo:

- (47) a. Tem crianças no estacionamento.
b. *Tem se no estacionamento.

A causa da agramaticalidade pode simplesmente ser que não existe um antecedente para a anáfora. Assim, a agramaticalidade da OG existencial em (45-b) e a agramaticalidade de (47-b) podem ser violações triviais do Princípio A.¹² Considerações desse tipo se estendem para OGs-sujeito – (45-c): a OG é um sujeito oracional que está alto demais na estrutura para que haja um antecedente apropriado para ligar uma anáfora na posição de sujeito dessa OG. Algo nessa linha pode ser dito também em relação a OGs adverbiais altas – (45-d) – e a adverbiais preposicionadas – (45-e): a OG está numa configuração que não permite ligação. Em outras palavras, a causa para a agramaticalidade é independente; ela tem a ver com requerimentos independentes da Teoria da Ligação. (Ainda assim, eu vou apresentar uma explicação mais detalhada do comportamento de cada OG nas seções apropriadas.)

Quanto a OGs adnominais – (45-f) –, também parece haver algum fator independente em

¹²As assunções feitas aqui sobre a Teoria de Ligação estão na seção 2.3.1 abaixo.

ação por trás da impossibilidade do licenciamento de uma anáfora. Isso é mostrado pelo paradigma abaixo, em que não é possível substituir um DP (*aquela menina*) acompanhado de um modificador nominal (*bonita*) pela anáfora *se*:

- (48) a. A Maria conheceu aquela menina bonita.
b. *A Maria_i conheceu se_i bonita.

Consideramos agora escopo invertido. Como mencionado, os julgamentos não são muito claros. OGs desiderativas não parecem permitir esse tipo de leitura.

- (49) *Escopo invertido: ???*
- a. Algum professor quis/preferiu todo aluno cantando.
???Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer quis/preferiu x cantando.
- b. Três professores quiseram dois alunos cantando.
???Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer queriam/preferiam eles cantando.
- c. O João geralmente quer três alunos cantando.
???Tem três alunos específicos tal que o João geralmente quer eles cantando.

Em contrapartida, em OGs proposicionais – (50-b), (51-b), (52-b) – e em OGs perceptuais – (50-a), (51-a), (52-a) –, uma leitura de escopo invertido parece mais aceitável. Novamente, OGs de controle de objeto – (50-c), (51-c), (52-c) – se comportam como esses dois subtipos de OG.

- (50) *Escopo invertido ($\forall > \exists$): ?*
- a. Algum professor assistiu/ouviu todo aluno cantando.
?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer assistiu/ouviu x cantando.
- b. Algum professor imagina/adorou todo aluno cantando.
?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer imaginou x cantando.
- c. Algum professor deixou todos os monitores tomando conta da prova.
?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer deixou x tomando conta da prova.
- (51) *Escopo invertido (dois > três): ?*
- a. Três professores ouviram dois alunos cantando.
?Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer ouviram eles cantando.
- b. Três professores imaginaram dois alunos cantando.
?Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer imaginaram eles cantando.
- c. Três professores deixaram dois monitores tomando conta da prova.

?Tem dois monitores específicos tais que três professores quaisquer deixaram eles tomando conta da prova.

(52) *Escopo invertido (três > ADV): ?*

a. O João geralmente assiste três alunos cantando.

?Tem três alunos específicos tal que o João geralmente assiste eles cantando.

b. O João geralmente imagina três alunos cantando.

?Tem três alunos específicos tal que o João geralmente imagina eles cantando.

c. O João geralmente deixa três monitores tomando conta da prova.

?Tem três monitores específicos tal que o João geralmente deixa eles tomando conta da prova.

Assim, parece haver um contraste entre subtipos de OG quando consideramos a possibilidade de escopo invertido. Essa propriedade tem a ver com a possibilidade de um sintagma quantificacional (QP) dentro da OG interagir com outro QP na oração-matriz. Como consequência, OGs existenciais não podem ser consideradas: na configuração de uma sentença contendo uma OG existencial, não há espaço para outro QP e, portanto, não pode haver interação entre diferentes quantificadores. OGs adverbiais baixas também não podem ser consideradas porque o sujeito deles é necessariamente nulo. Quanto à OGs subjetivas e a OGs adverbiais preposicionadas, tem espaço suficiente para dois QPs, mas é a configuração geral da sentença que não permite interação entre os dois. Nas seções em que cada subtipo de OG é analisado com mais detalhes, tento apresentar uma explicação mais completa para cada caso.

A descrição das OGs quanto às propriedades consideradas está resumida abaixo:

Classe	Subtipo	ILP	Dependente de TP		Dependente de fase		
			Negação	Advérbio	Alçamento	Anáfora	Escopo
1	Desiderativa	✓	✓	✓	*	*	???
	Adv alta	✓	✓	✓	⊘	*	⊘
2	Proposicional	✓	✓	✓	✓	✓	?
	Sujeito	✓	✓	✓	⊘	*	⊘
	Adv prep.	✓	✓	✓	⊘	*	⊘
3	Perceptual	*	???	*	✓	✓	?
	Existencial	*	???	*	*	*	⊘
	Controle de obj.	*	*	*	✓	✓	?
	Adv baixo	*	??*/*	*	⊘	⊘	⊘
	Adnominal	*	*	*	⊘	*	⊘

Tabela 1.3: Descrição e classificação tripartite de OGs

Como podemos ver na tabela, o comportamento de OGs em relação a alçamento e anáfora não é tão claro quanto a discussão acima sugere. OGs existenciais não se comportam como as

outras OGs de *classe 3* porque elas não permitem o alçamento do sujeito, uma das propriedades distintivas dessa classe. Da mesma forma, as OGs subjetivas, adverbiais preposicionadas, existenciais e adnominais não permitem que o sujeito delas sejam uma anáfora correferente com o sujeito-matriz. No restante dessa dissertação, tento mostrar que esses “desvios” não são contra-argumentos empíricos para a análise proposta. Na verdade, eles se seguem de fatores independentes que governam o comportamento desses subtipos de OG. A tarefa então é identificar esses fatores extras e propor uma explicação fundamentada para o comportamento de cada subtipo de OG.

1.5 Propriedades do morfema de gerúndio e de OGs em geral

Nesta seção, consideramos propriedades mais gerais de OGs, ao invés de descrever OGs individuais, como foi feito até o momento. Primeiro, discuto os traços que o T de uma OG pode herdar de C (Chomsky, 2004, 2008). Porque apenas OGs de *classe 1* têm tanto T e C, a discussão diz respeito apenas a essa classe. Alternativamente dizendo, vamos discutir os traços que as OGs de *classe 2* e de *classe 3* deixam de ter, seja porque C está faltando (*classe 2*) ou porque tanto T como C estão ausentes (*classe 3*). Vou concluir que o T em uma OG de *classe 1* não tem traços- ϕ , nem EPP, mas ele tem Caso e tempo. Depois, discuto o próprio morfema de gerúndio, o elemento mais básico na construção de OGs. Especificamente, com base na distribuição de certas preposições em OGs, argumento que $\{-ndo\}$ tem um traço de Caso a ser valorado, tal como é geralmente assumido para DPs.

1.5.1 Traços de T de uma OG de *classe 1*

É comumente assumido que T tem três tipos de traço, a saber, EPP, traços- ϕ e Caso, bem como tempo. Vamos considerar esses traços como a base para investigar a composição de traços do T de uma OG de *classe 1*.

Em princípio, a discussão deveria abarcar tanto OGs de *classe 1* como as de *classe 2*, visto que elas são as OGs que contém TP em suas respectivas estruturas. OGs de *classe 3* não teriam essa projeção. Porém, como vamos ver na seção 2.1, eu também assumo herança de traços (Chomsky, 2004, 2008), de acordo com a qual, T tem os traços mencionados não porque isso é uma especificação lexical sua, mas apenas por meio da derivação, como consequência de C transferir esses traços para T. Assim, a discussão desta seção diz respeito apenas aos traços que o T de uma OG de *classe 1* herda de C. O T em OGs de *classe 2* não consegue herdar esses traços devido à ausência de C. Quanto a OGs de *classe 3*, elas estão de fora da discussão porque elas não projetam nem TP.

Dito isso, vamos considerar T traço por traço para determinar quais deles o T de uma OG de *classe 1* herda de C. Assumo, seguindo Bošković (2007) e Wurmbrand (2014a) (ver porém

Nunes 2007 e Chomsky 2013), que não existe EPP.¹³ Discuto algumas propriedades de tempo no capítulo 7. Vamos ver lá que, de acordo com a análise proposta aqui, apenas OGs de *classe 1* possuem uma especificação temporal própria, uma vez que essas são as únicas OGs que projetam CP e, assim, o T delas pode herdar um traço de tempo. Quanto a traços- ϕ , concluo a partir da discussão das próximas duas seções que OGs não têm nem traço de [número] nem de [pessoa].¹⁴

1.5.1.1 Traço de número

Assumindo a base acima, passamos para traços- ϕ . Quanto a esse tipo de traço, assumo e estendo a análise de singulares nus de Ferreira (2010), em que contrastes como o abaixo são analisados:¹⁵

- (53) a. Eu ignorei aluno que estava se elogiando.
 b. Eu quero aluno se elogiando.
 (dados baseados em Ferreira 2010, 100, (10b, 11b))

Tem duas propriedades para prestarmos atenção aqui. Primeiro, essas duas sentenças contém o singular nu *aluno*, o qual, em PB, pode ter uma leitura ou singular ou plural. Segundo, o objeto de *elogiando* é um *se* anafórico, que pode ter ou uma leitura reflexiva ou recíproca. A leitura recíproca só pode ocorrer quando o antecedente é plural. O que distingue (53-a) de (53-b) é que a leitura recíproca está disponível em (53-b), mas não em (53-a).

Tem três ingredientes importantes na análise de Ferreira (2010): (i) relação de um-para-um entre morfologia manifesta e traços abstratos subjacentes; (ii) sub-especificação de nomes no singular em PB; (iii) traços- ϕ são não-interpretáveis em núcleos funcionais, mas interpretáveis em nomes. Primeiro, é assumido que núcleos funcionais que apresentam morfologia manifesta de número tem um traço abstrato de [número], enquanto núcleos que não apresentam morfologia manifesta de número não tem um traço abstrato correspondente. Em outras palavras, é assumida uma relação de um-para-um entre morfologia e traços formais. Como uma consequência dessa assunção, uma vez que o verbo finito *estava se elogiando* em (53-a) está abertamente flexionado em número, a análise é que ele tem um traço formal de [número] também. Em

¹³Na seção 2.2.3, mostro como os efeitos de EPP são derivados na análise, que é baseada em Bošković (2007).

¹⁴Não consegui incluir traços de gênero na discussão, então, por ora, assumo como hipótese de trabalho que esses traços também não estão presentes em OGs de *classe 1*.

¹⁵OGs proposicionais e perceptuais apresentam as mesmas interpretações que a OG desiderativa em (53-b):

- (i) a. Eu vi aluno se elogiando.
 (Ferreira, 2010, 100, (10b))
 b. Eu imaginei aluno se elogiando.

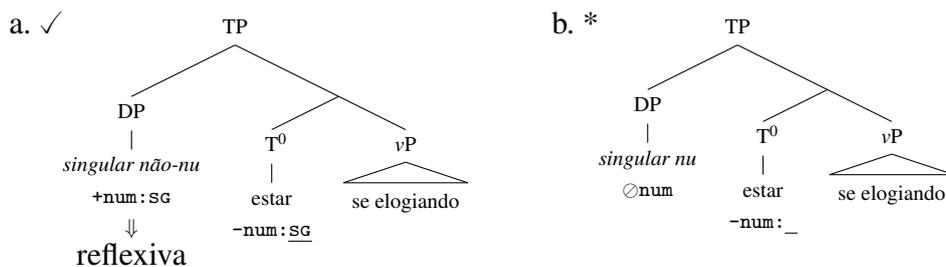
As assunções e propostas que eu faço aqui são compatíveis com esses fatos: as mesmas interpretações são possíveis porque a estrutura de OGs proposicionais e perceptuais também não possui traços- ϕ . No caso das OGs proposicionais ou, de modo mais geral, das OGs de *classe 2*, a razão é porque o T permanece vazio ao longo de toda a derivação. No caso das OGs de *classe 3*, que inclui OGs perceptuais, T está completamente ausente e, portanto, não há nem um repositório potencial de traços.

contraste, o gerúndio *elogiando* em (53-b), porque ele não apresenta abertamente morfologia flexional de número, a análise é que ele não tem um traço formal de [número] correspondente. Eu incorporo essa proposta e assumo que o T de uma OG de *classe I* como a em (53-b) não herda um traço de [número] a partir de C.

O segundo ingrediente importante é que Ferreira (2010) propõe que nomes no singular nu em PB são sub-especificados para [número]. Isso implica que nomes no singular nu tem tanto *atoms* como *sums* em sua extensão (Ferreira, 2010, 107). *Sums* são cruciais para a leitura recíproca em (53-b), sendo que essa leitura, como mencionado, requer um antecedente plural. Além disso, a realização morfológica de nomes no singular é a mesma que a de nomes no singular não-nu, os quais realmente têm uma especificação para [número], a saber, *singular*. Assim, a forma *aluno* pode ser a realização ou de um nome no singular nu, que é sub-especificado para [número], ou de um singular não-nu, que é especificado para [número].

O terceiro ingrediente é que Ferreira (2010) segue a assunção tradicional de que traços- \emptyset são não-interpretáveis em núcleos funcionais, mas interpretáveis em nomes. Também é assumido que traços não-interpretáveis devem ser deletados via Agree, caso contrário, a derivação fracassa.¹⁶ Conseqüentemente, apesar de ser em princípio possível que *aluno* em (53-a) seja o nome sub-especificado para [número], ou seja, que *aluno* seja um singular nu, a única possibilidade que permite que a derivação convirja é uma em que *aluno* seja a realização morfológica de um nome no singular não-nu, o qual realmente tem um traço de [número] (o valor desse traço é *singular*). É somente na presença desse traço que o traço não-interpretável correspondente no verbo finito (*estava* em (53-a)) pode ser deletado. Como um sub-produto dessa condição de legibilidade, (ou seja, a exigência de que um traço de [número] não-interpretável no verbo finito seja deletado antes de chegar nas interfaces), a leitura recíproca de *se* não é possível. Tal leitura requer um antecedente plural, mas o antecedente em (53-a) é um singular não-nu *aluno*, o qual realmente contém uma especificação para esse traço, a especificação *singular*. Como consequência desse desencontro de especificações (um antecedente plural é exigido vs. somente um antecedente singular está disponível), a leitura recíproca não é possível. Assim, somente a leitura reflexiva, que não requer um antecedente plural, está disponível em (53-a). Esquemáticamente:

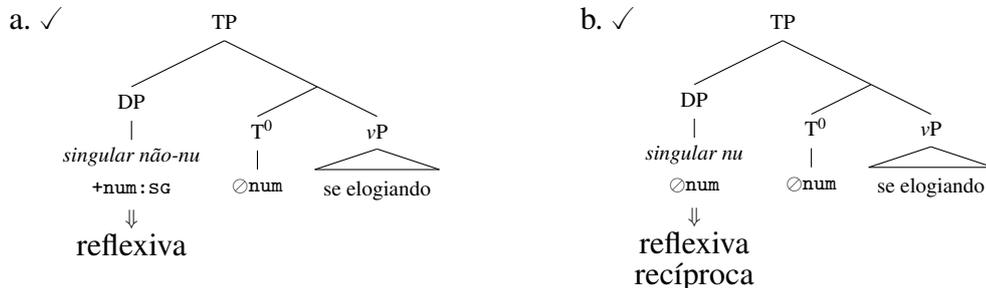
(54) *Derivações possíveis de (53-a)*



¹⁶A mesma assunção vai ser importante no sistema de valoração de traços assumido aqui. Ver seção 2.2 abaixo.

Em contraste, o gerúndio – (53-b) – não está abertamente flexionado para número e portanto, não tem um traço não-interpretável de [número] que precisa ser deletado por um traço correspondente em um nome. Dessa forma, *aluno* em (53-b) pode ser a realização ou de um singular nu, que é sub-especificado para [número], ou de um singular não-nu, o qual realmente tem uma especificação para esse traço. A presença de um traço de [número] na versão em singular não-nu de *aluno* é irrelevante, uma vez que o verbo, estando na forma de gerúndio, não tem um traço correspondente para deletar. Como antecedente de *se*, a versão em singular não-nu de *aluno* resulta em uma leitura reflexiva para *se*, uma leitura que é compatível com um antecedente singular. Uma leitura recíproca também pode ser alcançada pela versão em singular nu de *aluno*, já que um singular nu, de acordo com Ferreira (2010), é sub-especificado para número, de modo que ele tem tanto *atoms* como *sums* na sua extensão. *Atoms* basta para uma leitura reflexiva. No entanto, devido à presença de *sums* na extensão da versão em singular nu de *aluno*, uma leitura recíproca também está disponível. Lembremos que o gerúndio encaixado em (53-b), ao contrário da oração finita encaixada em (53-a), não tem um traço não-interpretável de [número] para deletar, de modo que um singular nu sem [número] não acaba fazendo com que a derivação fracasse. Essa é a razão por que, na análise de Ferreira (2010), (53-b) é ambígua entre uma leitura reflexiva e uma recíproca. Esquematicamente:

(55) *Derivações possíveis de (53-b)*



Eu incorporo essa análise para o singular nu em PB e as assunções implicadas para orações de gerúndio. Mais precisamente, assumo que OGs de *classe 1* não herdam um traço de [número] de C.

1.5.1.2 Traço de pessoa: algumas observações sobre o expletivo existencial em PB

Em orações existenciais do PB vernáculo, concordância entre o verbo existencial e o associado parece ser opcional. O associado *crianças* e o verbo *tinham* podem concordar em número, como em (56-b). Porém, também pode ser o caso que o traço de número do associado e o traço correspondente no verbo tenham especificações diferentes. É isso que acontece em (56-a), em que o associado é plural (*crianças*), mas o verbo está no singular (*tinha*).

- (56) a. *Tinha* umas crianças no estacionamento.
 b. *Tinham* umas crianças no estacionamento.

O mesmo padrão é observado quando tem uma OG encaixada no verbo existencial, como vemos em (57). Essas são instâncias do que eu denominei ‘OG existencial’.

- (57) a. Tinha crianças correndo no estacionamento.
b. Tinham crianças correndo no estacionamento.

No entanto, apesar de OGs existenciais serem estrutura legítimas, elas não podem ser encaixadas dentro de outros predicados que também podem selecionar outros tipos de OG. Um exemplo é uma OG existencial encaixada sob um verbo desiderativo.

- (58) *O João quer tendo crianças correndo no estacionamento.

Para explicar essa opcionalidade de concordância em construções existenciais do PB – (56) – e o licenciamento – (57) – ou impossibilidade de – (58) – de OGs existenciais, proponho que a razão da (a)gramaticalidade nessas construções é o licenciamento do expletivo existencial. Em última instância, a discussão vai ter conseqüências sobre a presença ou ausência de um traço de [pessoa] no T de OGs. Mais precisamente, minha proposta é que o expletivo existencial em PB é formado pelo seguinte conjunto de traços: [-pessoa:VAL; +número:SG; -Caso:_].¹⁷ A essa altura, ainda não é possível apresentar uma derivação mais detalhada de construções existenciais. Vamos estar na posição para fazer isso quando o sistema de valoração de traços assumido for introduzido na seção 2.2 abaixo. A derivação de (56) vai ser apresentada na seção 2.2.11, enquanto OGs existenciais vão ser discutidas na seção 4.2.

Por agora, basta discutir como os traços propostos para o expletivo existencial em PB pode nos ajudar a capturar algumas das propriedades de construções existenciais em PB, dentro ou fora do domínio de OGs. Primeiro, vamos discutir o traço [+número:SG] que eu proponho que o expletivo tem. A proposta é que esse traço explica a opcionalidade de concordância em (57). A opcionalidade pode ser considerada um efeito de dois caminhos derivacionais que podem ser percorridos a partir da mesma numeração. De um lado, o verbo existencial (mais precisamente, T, o núcleo que abriga traços de flexão verbal) pode concordar com o traço de [número] valorado e interpretável no expletivo. Isso resulta numa sentença existencial em que o verbo está na forma singular, apesar do associado (*crianças*) ser plural – (56-a), (57-a). Por outro lado, o verbo existencial poderia concordar com o traço valorado e interpretável de [número] do associado. Se ele for plural, o verbo também será plural, como em (56-b), (57-b). Porque o traço de [número] tanto do associado como do expletivo são interpretáveis, eles não precisam ser deletados e, portanto, não precisam participar de uma relação de Agree. Assim, o verbo existencial pode concordar com qualquer um dos dois sem fazer com que a derivação fracasse. A conseqüência é o *efeito* de opcionalidade.

¹⁷Como vamos ver na seção 2.2.1, assumo, seguindo Pesetsky and Torrego (2004b), que não existe relação de um-para-um entre valor e interpretabilidade em um dado traço, de modo que um traço pode muito bem ter um valor e ser não-interpretável ao mesmo tempo.

O mesmo não pode ser dito em relação ao traço [-pessoa:3] que eu também proponho que o expletivo existencial tem. Porque ele é não-interpretável, mesmo que ele tenha um valor, ele precisa participar de uma relação de Agree para poder ser deletado.¹⁸ como consequência, o traço [-pessoa:_] no verbo existencial deve concordar com o traço correspondente no expletivo. Uma vez que [-pessoa:3] no expletivo participa em uma relação de Agree, ele pode ser deletado. É isso que acontece quando o traço [-pessoa:3] no expletivo concorda com um verbo finito, como em (56), (57), independente de ter ocorrido concordância entre o verbo existencial e o associado.

Vamos considerar agora uma construção em que a OG existencial está encaixada não sob um verbo finito, como em (57), mas em que a OG está ela mesma dentro de uma OG desiderativa, como em (58). Proponho que a agramaticalidade de (58) (em oposição à gramaticalidade de (57)) é devida à ausência de um traço de [pessoa] no T de uma OG. Na ausência de um traço [pessoa:_] com que o expletivo possa concordar, a expectativa é que a derivação deveria fracassar porque um traço não-interpretável, independente dele ter um valor (i.e., o traço [-pessoa:3] no expletivo) chega nas interfaces. Essa expectativa é corroborada pelos fatos, já que (58) realmente é agramatical.

Além do mais, não parece ter mais nenhum fator causando a sua má formação. Se excluirmos o predicado existencial da OG desiderativa, a construção resultante é gramatical – (59-a). Se *ter* for usado não-existencialmente, o resultado é novamente gramatical – (59-b).

- (59) a. O João quer crianças correndo no estacionamento.
b. O João quer a Maria tendo um táxi esperando depois da balada.

Para concluir: apresentei uma análise parcial para construções existenciais em PB, enfocando os padrões de concordância possíveis. As propostas feitas sobre a composição de traços do expletivo existencial, juntamente com a proposta que o T em OGs não tem um traço de [pessoa] exerceram papéis importantes na explicação da agramaticalidade de construções com OG como (58).

1.5.1.3 Conclusão

Para resumir as considerações feitas nessa seção como um todo, formulei as seguintes propostas sobre os traços do T de uma OG:

- (60) *Composição dos traços de T⁰ de uma OG*
a. Não existe EPP (dentro ou fora do domínio das OGs).
b. O T em uma OG de *classe I* não herda nenhum traço- ϕ de C.
c. O T de uma OG de *classe I* herda os seguintes traços: [-Caso:VAL] e [Tempo].

¹⁸Como mencionado na seção anterior, no sistema de valoração de traços assumido aqui, tal como o em Ferreira (2010), deleção pressupõe Agree.

Significativamente, essa seção diz respeito apenas a OGs de *classe 1* porque essas são as únicas OGs que contêm tanto um T como um C do qual T pode herdar traços. OGs de *classe 2* têm T, mas não C, de modo que um dos componentes da herança de traços está faltando. OGs de *classe 3*, por seu turno, nem ao menos projetam TP, de modo que herança de traços está fora de cogitação.

1.5.2 Traços do morfema de gerúndio: o Caso de $\{-ndo\}$

Tendo discutido os traços de T de uma OG de *classe 1*, nos voltamos agora para o próprio morfema de gerúndio – assim, a discussão desta seção vai ser relevante para todos os subtipos de OGs, qualquer que seja a sua classe, e não apenas para OGs de *classe 1*. Levando em consideração a distribuição de preposições no complemento de certas OGs, vou propor que essa distribuição pode ser capturada se propusermos que $\{-ndo\}$ tem um traço de Caso a ser valorado ($[-\text{Caso}: _]$).

1.5.2.1 *Considerar como*

O complemento do verbo *considerar* pode conter opcionalmente a preposição *como*.¹⁹ A opcionalidade parece ser regida por marcação de Caso, uma vez que *como* é excluído do complemento de *considerar* quando esse complemento é uma categoria que dispensa Caso, tal como PPs – (61-b) –, adjetivos – (61-c) – e orações (CPs plenos) – (61-d). No entanto, *como* é opcional quando o complemento é um DP – (61-a). Por ora, eu não tenho explicação para essa opcionalidade.²⁰ Crucialmente, quanto o complemento de *considerar* é uma OG – (61-e) –, *como* é obrigatório.

- (61)
- a. O João considera a Maria (como) uma boa pessoa.
 - b. O João considera a Maria (*como) de morrer.
 - c. O João considera a Maria (*como) inteligente.
 - d. O João considera que a Maria (*como) é uma boa pessoa.
 - e. O João considera a Maria *(como) sendo uma boa pessoa.

Se a ocorrência de *como* é regida pela necessidade de Caso e *como* ocorre na OG subcategorizada por *considerar*, a conclusão é que deveria haver algo dentro da OG que precisa ser marcado com Caso. A questão, então, é exatamente o que é esse ‘algo’. Existem quatro candidatos, o sujeito da OG (*a Maria*, em (61-e)), a cópula *ser*, o morfema de gerúndio ($\{-ndo\}$) e o predicado (*uma boa pessoa*). O sujeito da OG pode ser passivizado – (62-a). Isso poderia ser considerado

¹⁹Uso o termo ‘preposição’ apenas por conveniência, já que não é necessariamente claro se *como* realmente é uma preposição.

²⁰Especulativamente, essa opcionalidade poderia estar relacionada ao estatuto de predicado do DP. No entanto, isso levantaria a questão do porquê ser um predicado deveria ser relevante para marcação de Caso e como essa propriedade é visível para esse processo em primeiro lugar.

como uma sugestão de que, em sentenças ativas (61-e), o sujeito recebe Caso acusativo do *v*-matriz. Se o predicado dentro a OG é uma categoria que não precisa ser marcada com Caso, como vimos em (61-b) (PP) e (61-c) (AP), *como* ainda assim é obrigatório – (62-b), (62-c). Finalmente, se substituirmos a cópula dentro da OG por algum outro verbo, *como* é novamente obrigatório – (62-d). Em correspondência, temos também que mudar o verbo *considerar* por algum outro (por exemplo, *interpretar*), já que *considerar* parece ser compatível apenas com a cópula. Essa mudança não é relevante para o problema em questão.

- (62)
- a. A Maria é considerada *(como) *t* sendo uma boa pessoa.
 - b. O João considera a Maria *(como) sendo de morrer.
 - c. O João considera a Maria *(como) sendo inteligente.
 - d. O João interpretou os dados *(como) indicando uma melhora na qualidade do ar.

Além de *como*, o elemento que permanece constante em (62) é o morfema de gerúndio {*-ndo*}. Proponho, assim, que é {*-ndo*} que desencadeia a presença de *como*. Em outras palavras, minha proposta é que {*-ndo*} tem um traço de Caso a ser valorado.²¹

Na próxima seção, vamos ver dados semelhantes aos que acabamos de ver, só que envolvendo o verbo *gostar*.

1.5.2.2 *Gostar de*

Gostar apresenta comportamento semelhante ao de *considerar*. O complemento desse verbo pode incluir opcionalmente a preposição *de*. O que parece regular essa opcionalidade é novamente Caso. Quando o complemento de *gostar* é um DP, *de* é obrigatório – (63-a). Quando é uma oração, *de* é basicamente proibido²² – (63-b). Crucialmente, quando o complemento de *gostar* é uma OG, *de* é novamente obrigatório – (63-c).

- (63)
- a. Os alunos do primeiro ano gostam *(de) lingüística.
 - b. Os alunos do primeiro ano gostam (??de) que o professor deles dê exercício extra.
 - c. Os alunos do primeiro ano gostam *(de)o professor deles dando exercício extra.

²¹Essa proposta é comparável a uma já feita anteriormente por Reuland (1983) e, seguindo ele, por Pires (2001, 2006, 2007) para algumas orações de gerúndio em inglês. No entanto, a motivação empírica é bem diferente. Reuland e Pires se baseiam apenas na distribuição de gerúndios que ocorrem necessariamente numa posição marcada com Caso. Como consequência, a proposta deles não abarca gerúndios absolutos (OGs adverbiais altas, na presente dissertação). Em contrapartida, baseio minha proposta na distribuição de certas preposições que podem ocorrer no complemento de predicados que também podem subcategorizar uma OG. Como vamos ver abaixo, eu vou então generalizar essa proposta para todas as OGs porque a hipótese nula é que existe apenas um morfema de gerúndio (para construir OGs).

²²A gramática normativa requer que *de* ocorra quando o complemento de *gostar* é uma oração. No entanto, isso parece ser uma estipulação arbitrária. Ainda assim, deveríamos perguntar o que tem no complemento CP de *gostar* que dá espaço para *de* ocorrer, mesmo que se trate de uma estipulação. Essa pergunta, eu serei incapaz de responder aqui.

Para explicar a distribuição de *de* no complemento de *gostar*, proponho que essa preposição é inserida apenas quando uma exigência de Caso surge. Se nenhuma exigência de Caso aparecer, a ocorrência de *de* é excluída por condições de economia independentes regendo a convergência ou fracasso de uma dada derivação. Algo desse tipo pode ser dito em relação a pares como o seguinte:

- (64) a. plantar *(de) tomates
b. a plantação (*de) tomates

Não há dúvida que um DP temático em (64) é uma categoria que tem um traço de Caso a ser valorado. Porque um verbo como transitivo como *plantar* é um atribuidor de Caso, a inserção de *de* é excluída por economia: já existe uma estratégia, independente da inserção de *de*, para marcar o Caso do DP objeto, de modo que a inserção da preposição não é deflagrada e, portanto, é proibida. Em contraste, nomes como *plantação* não são atribuidores de Caso. A ocorrência de *de* é, portanto, deflagrada. Com efeito, ela é obrigatória, já que, do contrário, o DP objeto não poderia ter o seu traço de Caso valorado.

Sigo a análise comum de que o *de* no complemento de *gostar* se comporta da mesma maneira que *de* no complemento de *plantação* porque *gostar*, apesar de ser um verbo transitivo, por alguma razão idiossincrática, não pode atribuir Caso para o complemento dele.²³ Um DP objeto como o em (63-a) precisa ser marcado com Caso. Como consequência, a ocorrência de *de* é deflagrada. Isso não viola nenhuma condição de economia porque um traço de Caso pode ser valorado por *de*. Por outro lado, uma oração finita como a em (63-b) não parece ter nenhum traço de Caso que é valorado externamente. Assim, a inserção de *de* não é deflagrada. Se fosse, uma condição de economia seria violada porque a ocorrência de *de* seria vácuca. Significativamente, quando o complemento de *gostar* é uma OG, como em (63-c), *de* é obrigatório. Isso implica que existe algo dentro da OG que precisa ser marcado com Caso, de modo a desencadear a inserção de *de*.

A questão a ser respondida agora é o que é esse ‘algo’ na OG em (63-c) que desencadeia a inserção de *de*. O sujeito da OG – *o professor deles* em (63-c) – não parece ser um candidato válido porque uma preposição como *de* não parece capaz de atribuir Caso excepcionalmente. Isso pode ser visto pelo par abaixo. *Gostar* pode também subcategorizar uma oração infinitiva, desde que o sujeito dela seja nulo – (65-a). Além do mais, esse sujeito nulo tem que ser correferente com o sujeito-matriz. Em outras palavras, (65-a) é uma estrutura de controle.

- (65) a. Os alunos_i do primeiro ano gostam de *PRO*_i dar exercício extras.
b. *Os alunos do primeiro ano gostam do professor deles dar exercícios extras.

Como vamos ver no capítulo 6, na análise de OGs de controle, assumo a teoria de controle por movimento (Hornstein, 1999, 2003; Boeckx et al., 2010), de acordo com a qual, o que é

²³Compare *gostar* a *adorar*. Esses verbos são basicamente sinônimos, mas *adorar* é capaz de atribuir Caso para o seu DP complemento sem desencadear a inserção de *de* (cf. *Os alunos do primeiro ano adoram (*de) lingüística*).

tradicionalmente considerado como *PRO* é na verdade uma cópia deixada por movimento-A passando por mais de uma posição temática. Crucialmente, para que esse movimento possa ocorrer, é necessário que o elemento a ser movido tenha um traço a ser valorado; do contrário, o movimento é excluído por economia (mais precisamente, ele viola a condição de ativação). De acordo com essa visão de controle, *os alunos* em (65-a) é gerado dentro da oração infinitiva e só depois ele se move para dentro da oração-matriz. Para que esse movimento seja legítimo, *os alunos* não deve ter tido o seu traço de Caso valorado dentro da oração infinitiva. Isso por sua vez implica que o *de* que precede a oração infinitiva subcategorizada por *gostar* em (65-a) não pode atribuir Caso para *os alunos*, uma vez que esse DP acaba dentro da oração-matriz. Se ele pudesse ser marcado com Caso dentro da oração infinitiva, a previsão é que (65-a) deveria ser agramatical, contrariamente aos fatos. Que *de* não é capaz de atribuir Caso para o sujeito da oração infinitiva, isto é, que *de* não é capaz de atribuir Caso excepcionalmente, é confirmado adicionalmente por (65-b). Se isso fosse possível, a previsão é que o sujeito infinitivo poderia ser um DP manifesto como *o professor deles*, um DP diferente do sujeito-matriz. Isso é de novo contrário aos fatos. Podemos concluir assim que *de* não pode atribuir Caso excepcionalmente.²⁴

Tendo concluído isso, podemos voltar para a sentença com OG, (63-c). Nessa sentença, não parece haver nada que desencadeie a inserção de *de*. Especificamente, o sujeito encaixado *o professor deles*, não pode ser esse desencadeador porque *de* não é um marcador excepcional de Caso. Ainda assim, a sentença é gramatical, o que implica que a inserção de *de* não violou nenhuma condição de economia. Para explicar a boa formação de (63-c), mantenho a proposta feita na seção anterior, em que discutimos dados com *considerar*, segundo a qual, o morfema de gerúndio $\{-ndo\}$ tem um traço de Caso a ser valorado. Seria esse traço que desencadeia a ocorrência de *de*. Essa proposta permite que mantenhamos a análise de *de* em complementos de *gostar* como o resultado de inserção causada por razões de Caso, assim como a análise da inserção obrigatória quando *gostar* subcategoriza uma OG.

1.5.2.3 Conclusão

Em suma, a proposta que fiz nesta seção, baseada na distribuição de preposições no complemento de verbos como *considerar* e *gostar* é que $\{-ndo\}$ deve ser marcado com Caso:

(66) *O Caso do gerúndio*

O morfema de gerúndio $\{-ndo\}$ tem um traço de Caso a ser valorado (i.e., um traço do tipo $[-\text{Caso} : _]$), assim como um DP tem.

Essa proposta vai ser particularmente importante quando vermos os efeitos de definitude de OGs existenciais (seção 4.2) e as possibilidades de controle em OGs adverbiais altas (capítulo 6).

²⁴Dadas essas considerações, uma pergunta é imediatamente suscitada: o que existe na oração infinitiva em (65-a) que desencadeia a inserção de *de*? Resolver essa questão está além dos propósitos dessa dissertação, então eu deixo isso para investigação futura.

1.6 Conclusão

Neste capítulo, vimos a descrição de OGs desiderativas, proposicionais e perceptuais em relação a uma série de propriedades sintáticas. Entre outras coisas, inspecionamos propriedades que eu assumo que são dependentes de TP, a saber, licenciamento de negação e advérbio sentençaiais. Também vimos propriedades que eu proponho que são dependentes de fase, a saber, alçamento (de modo mais geral, marcação de Caso), ligação e QR. A descrição aponta para uma classificação tripartite de OGs completivas. Mais precisamente, OGs desiderativas e OGs perceptuais apresentam comportamento oposto, enquanto OGs proposicionais apresentam um comportamento intermediário: de um lado, OGs proposicionais se agrupam com OGs desiderativas em relação a propriedades dependentes de TP; de outro, elas se agrupam com OGs perceptuais em relação a propriedades dependentes de fase.

Para explicar as propriedades de cada uma dessas OGs completivas, assim como a maneira como elas se agrupam, propus que OGs completivas diferem no tamanho de sua estrutura sintática e que o comportamento delas pode ser derivado dessa estrutura. Propus que OGs perceptuais projetam a estrutura mais simples, AspP, enquanto OGs desiderativas projetam não apenas AspP, mas também TP e CP. Tento capturar o comportamento intermediário de OGs proposicionais propondo que elas se assemelham a OGs desiderativas por também projetarem TP, mas elas se assemelham a OGs perceptuais por a projeção mais alta de nenhuma das duas ser uma fase.

Uma descrição dos outros subtipos de OG que vão ser analisados nessa dissertação também foi apresentada. Na maioria dos casos, essas outras OGs também podem ser submetidas a uma análise tripartite. Usei o termo taxonômico *OG de classe 1* para fazer referência a OGs desiderativas e a OGs adverbiais altas. *OG de classe 3* foi como denominei as OGs perceptual, existencial, de controle de objeto, adverbial baixa e adnominal. Finalmente, a classe intermediária, as *OGs de classe 2*, incluem OGs proposicionais, subjetivas e adverbiais preposicionadas.

Cada um desses subtipos de OG tem as suas próprias características particulares e às vezes algumas delas apresentam comportamento que contrasta com o restante dos membros na mesma classe. Ao invés de considerar que isso é um contra-argumento para a análise, vou tentar derivar essas especificidades de fatores extras regendo a derivação delas. O desafio dos capítulos a seguir é identificar esses fatores e formular uma análise unificante para todos os subtipos de OG.

Porque eu estou tentando apresentar uma explicação sintática para o comportamento de cada OG, é importante saber o conteúdo interno às OGs. Concluí que o T em OGs de *classe 1* possui apenas tempo e um traço de Caso valorado. A discussão se restringiu a OGs de *classe 1* porque eu vou assumir herança de traços (Chomsky, 2004, 2008). Outra conclusão foi que o morfema de gerúndio, uma peça necessária na construção de OGs, qualquer que seja a sua classe, tem um traço de Caso a ser valorado. Esse traço vai exercer um papel importante na derivação.

Capítulo 2

Ferramentas teóricas

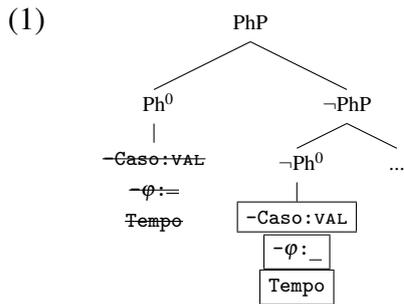
Neste capítulo, apresento as ferramentas teóricas que eu vou usar para derivar OGs, a saber, herança de traços (seção 2.1), um sistema de valoração de traços particular (2.2) e uma hipótese relativa à definição de domínio sintáticos, uma que é uniformemente baseada em fases (2.3). Esses são os principais ingredientes na análise sintática das propriedades de cada subtipo de OG e da maneira como elas se dividem em três classes. Em capítulos posteriores, outras ferramentas vão ser adicionadas, a saber, a teoria de controle por movimento (4.3.1), movimento lateral (6.2) e uma teoria de interpretação temporal (capítulo 7).

2.1 Herança de traços

De acordo com Chomsky (2008, 144), C e T funcionam em conjunto, no sentido que os traços que geralmente se assume que T tem, tais como traços- ϕ , Caso e mesmo tempo, não são propriedades de T, mas uma especificação lexical de C. Na ausência de C, T não teria nem traços- ϕ , nem Caso ou tempo.¹ Chomsky (2008) implementa essa relação entre C e T via **herança de traços**: propriedades tais como traços- ϕ , tempo e Caso são especificações lexicais de C e são transferidas a T durante a derivação via herança de traços de C para T. Chomsky (2008, 148) estende herança de traços para v/V . Esquematicamente:²

¹Em outras palavras, herança de traços parece implicar necessariamente que T seja complemente desprovido de traços. Isso nos leva a questionar se herança de traços e a implicação de que T, ao menos no começo da derivação, é necessariamente vazio não são uma violação generalizada do Princípio de Interpretação Plena. Há pelo menos três soluções para esse problema. Primeiro, poderia ser o caso que as vantagens conceituais de herança de traços sejam ranqueadas como sendo mais importantes do que observar o Princípio de Interpretação Plena (ver Richards 2007). Segundo, se esse princípio puder “esperar” para ser verificado apenas depois de ocorrer herança de traços de C para T, pode ser possível que não haja violação. Essa solução, no entanto, não é ótima se assumirmos que o sistema computacional, para reduzir complexidade, não espera para efetuar operações ou verificar a observância de algum princípio. Terceiro, poderíamos afirmar que T pode ser relevante para interpretação mesmo quando ele é vazio. Em Demirdache and Uribe-Etxebarria (2000, 2004, 2007), por exemplo, um T vazio exerce uma função na computação temporal. Ver detalhes no capítulo 7.

²Notação utilizada: Ph^0 é um núcleo de fase e $\neg Ph^0$, o núcleo não-fasal do complemento de Ph^0 ; traços transferidos de Ph^0 estão riscados e traços herdados estão dentro de caixas.



Na análise a ser proposta aqui, assumo herança de traços porque ela permite que vários contrastes entre as OGs tenham como causa a presença ou ausência de CP na estrutura da OG. Como visto no capítulo 1, para capturar o comportamento dos diferentes subtipos OGs, proponho que há três classes de OGs e que essa diferença é em tamanho. A maior estrutura de OG é CP (*classe 1*) e o menor, AspP (*classe 3*). O caso intermediário são as OGs que contêm TP, uma projeção acima do AspP mínimo, mas que não é dominado por CP (*classe 2*). Podemos dizer, assim, que as OGs diferem entre si quanto à presença da projeção de CP.

Duas outras diferenças resultam dessa diferença básica de categoria. Primeiro, assumo a definição tradicional de fase, de acordo com a qual, apenas o vP transitivo e CP são fases. Assim, apenas as OGs da *classe 1* são fases; OGs de *classe 2* (TP) e OGs de *classe 3* (AspP) não são fases. Como consequência desse primeiro contraste, porque eu também proponho (ver seção 2.3 abaixo) que os domínios de ligação, QR e operações sintáticas em geral são definidos em termos de fase, segue-se que OGs de *classe 1* são domínios para essas operações sintáticas, enquanto OGs de *classe 2* e de *classe 3* não são. Segundo, por causa de herança de traços, apenas Ts que são dominados por CP podem portar Caso, traços- ϕ e tempo. Se C está ausente, T não tem nenhum desses traços, já que não há nada a partir do que eles possam ser herdados. O T das OGs que projetam até TP, excluindo CP, não têm Caso, traços- ϕ nem tempo. As OGs que têm a menor estrutura (AspP) nem ao menos têm um T que poderia ser um repositório de traços herdados.

As consequências de herança de traços na análise podem ser esquematizadas da seguinte maneira:

<i>Classe</i>	Categoria	Fase	Herança
<i>1</i>	CP	✓	✓
<i>2</i>	TP	*	*
<i>3</i>	AspP		

Tabela 2.1: Consequências de herança de traços

2.2 Um sistema de valoração de traços

Nesta seção, apresento o sistema de valoração de traços que assumo para propor uma derivação de cada subtipo de OG considerado aqui. Ao longo desta seção, além de apresentar o sistema,

vou tentar fornecer argumentos conceituais para ele.

2.2.1 Quais traços devem ser deletados?

Pesetsky and Torrego (2004b) (entre outros) argumentam que não existe explicação fundamentada para assumir que há uma relação de um-para-um entre interpretabilidade de um traço e valor de um traço. Essa relação de um-para-um é assumida, por exemplo, em Chomsky (2000, 2001). Assim, Pesetsky and Torrego (2004b) listam as quatro possibilidades lógicas de traço;³ os únicos considerados em Chomsky (2000, 2001) são (2-a) e (2-b).

- (2) a. [+F: VAL]
 b. [-F: _]
 c. [+F: _]
 d. [-F: VAL]

Seguindo Pesetsky and Torrego (2004b), assumo que os traços que precisam ser deletados são os que não têm um valor como especificação lexical, seja ele interpretável – (2-c) – ou não – (2-b), e, além disso, os que são não-interpretáveis, independente de valor – (2-d), (2-b).⁴ Traços sem um valor presumivelmente não são legíveis nas interfaces e traços não-interpretáveis são classificados dessa maneira precisamente porque não podem ser interpretados nas interfaces. Está implícita aqui a hipótese minimalista de que o sistema computacional é tal que ele satisfaz a condições de legibilidade impostas pelos sistemas de performance da maneira mais eficiente possível.

Assumo, seguindo Chomsky (2000, 2001), que **Agree** consiste em estabelecer uma relação sintática entre uma sonda e um alvo, sendo que essa relação é baseada num traço F, que é não-valorado na sonda, mas valorado no alvo; o valor de F no alvo é copiado no F da sonda. Depois de Agree ocorrer, os traços envolvidos, se eles não forem legíveis nas interfaces, são deletados. Tentativamente, uma motivação conceitual para a proposta de que Agree é uma operação por meio da qual traços são “marcados para deleção” é que Agree talvez já seja independentemente necessário, dada a ubiquidade de fenômenos de concordância nas línguas naturais. Assim, pode ser plausível que o sistema computacional se aproveita da maneira mais eficiente possível de uma operação já existente para satisfazer a condições de interface.

2.2.2 Um sistema generalizado de valoração de traço baseado em sondagem

Seguindo idéias desenvolvidas em Bošković (2007) e assumindo os tipos de traço acima, assumo que todos os traços que precisam ser valorados e deletados (i.e., traços que não têm um

³Notação utilizada: ‘+’ = interpretável; ‘-’ = não-interpretável; ‘VAL’ = valorado; ‘_’ = não-valorado; ‘F’ = um traço formal qualquer.

⁴Considerações sobre traços não-interpretáveis, mas valorados estão na seção 2.2.8 abaixo.

valor, qualquer que seja a sua interpretabilidade, e traços não-interpretáveis, qualquer que seja o seu valor) precisam participar de uma relação de Agree para que valoração de traço ocorra. Assumo também que Agree implica sondagem, o que acarreta que todo traço que precisa ser valorado e deletado precisa atuar como uma sonda.

Potencialmente, um sistema baseado em sondagem generalizada tem algumas vantagens sobre um sistema em que há assimetria entre sondas e alvos. Em Chomsky (2000), por exemplo, um T finito e *v* transitivo são sondas e um DP, o alvo deles. Além disso, é assumido que para que um alvo seja assim definido, ele precisa ter um traço não-valorado/não-interpretável.⁵ Se um DP tem um traço não-interpretável, por que ele não poderia atuar como sonda? Ademais a relação assimétrica entre sonda e alvo nesse sistema (Chomsky, 2000, 2001) implica valoração por *reflexo*: a sonda (T ou *v*) tem traços- ϕ a serem valorados, enquanto o alvo tem um traço de Caso a ser valorado. Se a sonda for ϕ -completa, como reflexo do DP-alvo valorar os traços- ϕ da sonda, o traço de Caso dele é valorado. Como argumentado em Bošković (2007), não existe explicação fundamentada para valoração de traço como reflexo, tampouco existe uma justificativa para a relação entre traços- ϕ e Caso.

Uma maneira de lidar com esse problema conceitual é assumir que *sonda* é qualquer traço F que precisa ser valorado.⁶ *Alvo*, por seu turno, é um traço do mesmo tipo, F, mas com valor, que está dentro do domínio de c-comando da sonda, isto é, no seu *domínio de sondagem*. A definição de c-comando assumida é a seguinte:

- (3) *C-comando*
X c-comanda *Y* sse *X* não domina *Y*, *Y* não domina *X* e o primeiro nó ramificante que domina *X* também domina *Y*.

Além disso, assumo que todas as operações sintáticas ocorrem ao nível da fase, isto é, quando um CP ou um *v*P é derivado.

- (4) *Momento em que ocorrem operações sintáticas*
 Todas as operações sintáticas⁷ ocorrem ao nível de uma fase: uma fase (*v*P ou CP) é construída a partir da combinação de elementos da numeração e só então operações sintáticas desencadeadas por esses elementos são efetuadas.

Uma vantagem potencial da condição em (4) é que ela torna o sistema mais uniforme.⁸ Como

⁵Lembrando que, em Chomsky (2000), existe uma relação de um-para-um entre valor e interpretabilidade.

⁶Essa é precisamente a proposta feita em Bošković (2007); eu só estou fazendo uma reformulação para os propósitos dessa dissertação. No original: “Assumo que a correlação entre funcionar como uma sonda e ter um traço não-interpretável é uma correlação que vai nos dois sentidos: da mesma forma que uma sonda tem que ter um traço não-interpretável, também um traço não-interpretável deve funcionar como uma sonda.” Bošković (2007, 619, tradução minha, SF).

⁷Por ‘operações sintáticas’, eu quero dizer sondagem, Agree, valoração de traço, deleção de traço, cópia etc. Em (4), não estou considerando a formação da numeração, seleção de elementos dessa numeração e a combinação deles em sintagmas porque essas são as operações necessárias para construir objetos sintáticos complexos em primeiro lugar.

⁸Ver, no entanto, Bobaljik and Wurmbrand (2005), em que é argumentado empiricamente que os domínios

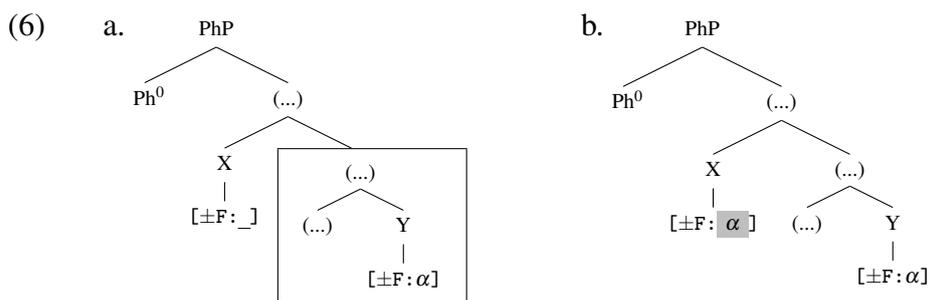
vamos ver na seção 2.3, proponho que domínios sintáticos, como os para ligação e para QR, são uniformemente definidos em termos de fases, isto é, um domínio de ligação é uma fase e um sintagma quantificacional só pode ser alçado fase por fase. Assim, a noção de fase pode tornar o sistema computacional mais uniforme e portanto mais simples, o que é desejável metodológica e conceitualmente.

Juntando as considerações acima sobre quais traços devem ser valorados (os que não têm um valor, independentemente de interpretabilidade), a maneira como valoração e deleção de traços ocorrem (via Agree) e a definição de sonda assumidos aqui (todo traço que deve ser valorado), a consequência é que os traços $[\pm F: _]$ – (2-b), (2-c) – são os considerados aqui como sondas.

Em resumo, essas são as definições importantes para o sistema de valoração de traços em que vou basear a análise:

- (5) a. **Sonda:** um traço que precisa ser valorado, independente de interpretabilidade (i.e., $[\pm F: _]$);
- b. **Alvo:** um traço dentro do domínio de sondagem do objeto sintático que porta a sonda, sendo que ele é um traço do mesmo tipo do da sonda, independente de interpretabilidade (i.e., $[\pm F: \text{VAL}]$). ‘Domínio de sondagem’ é definido como ‘domínio de c-comando’;
- c. **Agree:** uma relação sintática entre dois traços mediada por c-comando. Consiste em o traço não-valorado (sonda) c-comandar um traço correspondente, mas valorado (alvo); o valor do alvo é copiado na sonda.

Esquemáticamente, sondagem e valoração de $[\pm F: _]$ (um traço não-valorado e portanto uma sonda) acontece da seguinte maneira:



A estrutura em (6)-a corresponde a uma fase, PhP. Depois de uma fase ter sido derivada, operações sintáticas são desencadeadas. A sondagem de $[\pm F: _]$ encontra $[\pm F: \alpha]$ em Y como alvo, já que é um traço do mesmo tipo F do da sonda, mas ele tem um valor, qualquer que seja a interpretabilidade. Depois de ocorrer Agree entre sonda e alvo, o valor α no alvo pode ser copiado na sonda – (6)-b.⁹

para concordância e para movimento-A são diferentes.

⁹Notação utilizada: o domínio de c-comando/de sondagem de X, o objeto sintático que porta a sonda (i.e., $[\pm F: _]$), está representado num retângulo. O valor copiado na sonda está dentro de uma caixa cinza.

2.2.3 Valoração de traço e movimento: derivando os efeitos de EPP

É geralmente assumido que existe uma correlação entre (i) a relação de Agree envolvendo T e o DP que vai se tornar o sujeito e (ii) o movimento desse DP para [Spec, TP]. Uma maneira de implementar esse movimento é assumir que EPP é um traço que desencadeia movimento para a posição de Spec do núcleo que é especificado com esse traço.

Um dos objetivos em Bošković (2007) é eliminar o EPP. A razão é que esse traço não pode ser acomodado muito facilmente dentro do sistema e, portanto, ele é conceitualmente suspeito. Um dos problemas é que o EPP não tem que ser valorado e também não tem que valorar um traço correspondente. Na realidade, não parece haver nenhum outro traço que seja comparável a EPP. Além disso, o EPP requer movimento para ser deletado, diferentemente dos demais traços, que podem ser valorados simplesmente via Agree à distância. Em suma, EPP é um traço diferente de qualquer outro e requer mecanismos especiais para ser deletado. Assim, é suscitada a questão da possibilidade de corrigir essa excepcionalidade. A maneira mais simples de fazer isso é eliminando o EPP completamente. Essa é exatamente a estratégia adotada em Bošković (2007).

Ainda assim, é necessário encontrar uma maneira de implementar o movimento do sujeito gerado dentro do ν P para [Spec, TP], já que esse movimento é empiricamente atestado. Para esse fim, basta manter a proposta de Bošković (2007) de que uma sonda deve c-comandar o seu alvo. Um sujeito tem um traço de Caso a ser valorado; de acordo com as definições assumidas aqui, um sujeito possui uma sonda. O sujeito precisa portanto estar numa posição a partir da qual ele pode c-comandar um objeto sintático que tem um traço correspondente, mas valorado, isto é, um alvo. Esse objeto sintático pode ser um T finito, que é especificado com Caso nominativo (após herança de traços). O sujeito se move então para [Spec, TP], a primeira posição em que esse sujeito pode c-comandar um traço correspondente ao traço de Caso não-valorado que ele possui. É assim que o *efeito* de EPP, isto é, movimento de DP para uma posição alta como [Spec, TP], é derivado. Isso foi feito sem recorrer a um artifício teórico como o EPP enquanto traço extraordinário.

O que permite o movimento do sujeito ou, de modo mais geral, de um objeto sintático que tem uma sonda, é a seguinte definição de Last Resort:

(7) *Last Resort* (Bošković, 2007, 610)

X undergoes movement iff without the movement, the structure will crash (with crash evaluated locally).¹⁰

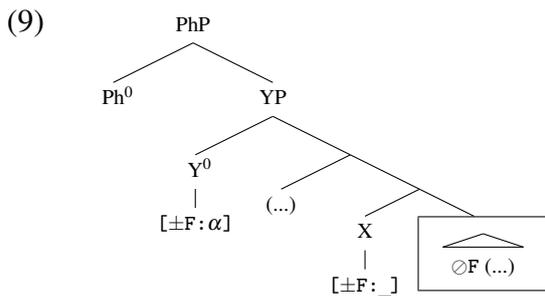
Por conveniência, denomino o movimento de um objeto sintático portando uma sonda ‘extensão do domínio de sondagem’:

¹⁰“X se move sse, sem o movimento, a derivação fracassa, sendo que o fracasso de uma derivação é avaliado localmente” (tradução minha, SF).

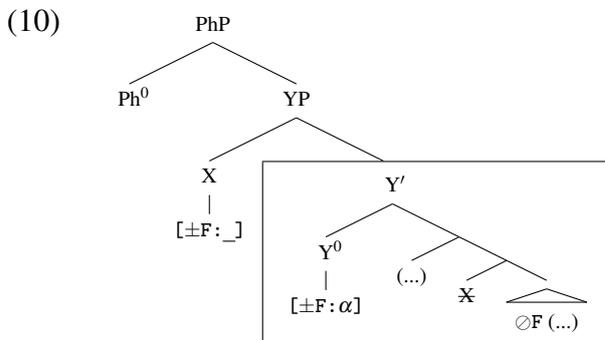
(8) *Extensão do domínio de sondagem*¹¹

Se um objeto sintático X , que tem uma sonda (i.e., uma traço $[\pm F: _]$ a ser valorado), não encontrar um alvo apropriado no seu domínio de c-comando/sondagem inicial, X pode se mover para a primeira posição em que ele pode c-comandar um alvo. Esse movimento é restrito ao interior de uma fase.

O movimento para estender o domínio de sondagem pode ser esquematizado da seguinte maneira:

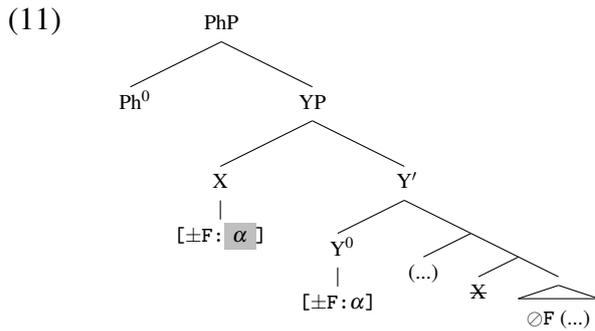


No domínio de c-comando/sondagem da sonda $[\pm F: _]$ em X , não existe um alvo apropriado, como indicado por ‘ $\emptyset F$ ’. De acordo com (8), X pode se mover – depois que a menor fase tiver sido construída – para estender o domínio de sondagem de $[\pm F: _]$. Esse movimento tem que ter como alvo a primeira posição dentro de uma fase em que a sonda pode c-comandar um alvo.



Da nova posição ([Spec, YP]), a sonda $[\pm F: _]$ tem um novo domínio de sondagem, que inclui o alvo $[\pm F: \alpha]$. Nessa nova configuração, é possível que a sonda c-comande o seu alvo e então pode ocorrer Agree entre sonda e alvo. Isso resulta na sonda ser valorada como α , o valor do alvo (i.e., o valor α do alvo é copiado na sonda). O movimento de X foi efetuado na ausência de EPP: X se moveu para estender o domínio de sondagem da sonda $[\pm F: _]$, em observância a Last Resort.

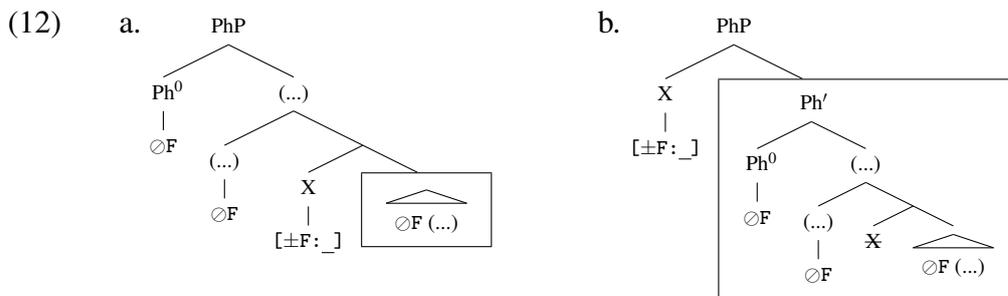
¹¹Essa idéia tem alguma semelhança com o EPP como *Extended Peeking Principle* de Nunes (2007). Uma das diferenças é que, no sistema proposto aqui, a motivação para movimento (que tem como efeito a extensão do domínio de sondagem) reside no elemento a ser movido e não no alvo do movimento, como em Nunes (2007). Uma comparação extensiva dos dois sistemas está além do escopo dessa dissertação.



Como vamos ver no exemplo de derivação na seção 2.2.10, é assim que implemento o movimento para a posição de sujeito, [Spec, TP], tal como seria esperado de um sistema de valoração de traços baseado em Bošković (2007).

2.2.4 Movimento para escapar de Spell-out

Outra consequência da definição de Last Resort em (7), além da possibilidade do movimento de uma sonda para uma posição em que ele pode c-comandar um alvo (i.e., movimento para estender o domínio de sondagem – (8)), é que ela abre espaço para movimento não necessariamente resultar em valoração de traço. Poderia ser o caso que o movimento acontece com o propósito único de permitir que uma sonda contida num domínio de Spell-out escape de Spell-out antes que ela tenha a chance de ser valorada. Se a sonda permanecer no domínio de Spell-out, ela vai ser transferida para as interfaces não-valorada, fazendo com que a derivação fracasse nesse momento. Esquemáticamente:



Em (12)-a, a sonda $[\pm F: _]$ não consegue encontrar um alvo em sua posição inicial. Como consequência, por – (8) –, é permitido que X se mova para a primeira posição que c-comande um alvo. No entanto, não existe uma tal posição em (12). Porém, se X permanecer onde ele está em (12)-a, ele vai ser transferido para as interfaces depois de ocorrer Spell-out, o que acontece assim que uma fase é derivada e todas as operações que precisam ocorrer dentro desse domínio ocorrem. Isso faz com que a derivação fracasse nesse momento. Por Last Resort – (7) –, X pode se mover para a borda de uma fase porque, do contrário a derivação vai fracassar nesse momento. Esse movimento não precisa resultar na valoração de $[\pm F: _]$. Na verdade, depois do movimento em (12)-b, o domínio de sondagem estendido desse traço permanece sem alvo. Ainda assim, o movimento é permitido porque ele evita que a derivação fracasse nesse momento.

2.2.5 Restrições de economia sobre operações sintáticas: Spell-out e a ordenação de operações sintáticas

A definição de Last Resort assumida – (7) – restringe a gama de objetos sintáticos que podem se mover – aqueles que possuem um traço a ser valorado ($[\pm F: _]$, i.e., uma sonda) mas que não encontram um traço correspondente, mas valorado ($[\pm F: VAL]$, i.e., um alvo) no seu domínio de c-comando inicial. É permitido então o movimento desse objeto sintático para que ele escape de Spell-out. Last Resort, em combinação com extensão de domínio de sondagem – (8) – restringem a gama de possibilidade de alvos de movimento: o objeto sintático que tem $[\pm F: _]$ e que está se movendo deve ou se mover para a borda de uma fase ou para a primeira posição a partir da qual ele pode c-comandar um alvo.

Também propus que todas as operações sintáticas ocorrem dentro de uma fase – (4) –, isto é, uma fase PhP é derivada e todas as operações sintáticas desencadeadas por elementos contidos em PhP ocorrem assim que PhP é construído. Proponho que Spell-out ocorre imediatamente depois de todas as operações que podem (na verdade, devem) ocorrer dentro dessa fase são efetuadas. Em outras palavras, Spell-out nunca é adiado:

(13) *Momento em que ocorre Spell-out*

Spell-out não é atrasado: ele é efetuado assim que todas as operações dentro de uma dada fase foram todas efetuadas.

Especulativamente, um argumento conceitual em favor dessa proposta é que, se Spell-out ocorrer o mais cedo possível, vai haver menos material para que o sistema computacional tenha que computar depois; isso pode reduzir a complexidade da computação. Como consequência dessas assunções, uma restrição adicional sobre movimento emerge, tornando o sistema de valoração assumido mais restritivo.

Adicionalmente, parece que é uma possibilidade lógica que mais de uma operação sintática dentro da mesma fase pode ser desencadeada ao mesmo tempo. Esse é o caso das operações sintáticas desencadeadas por diferentes traços do mesmo núcleo. Proponho a seguinte condição para determinar a ordem entre essas operações:

(14) *Ordenação entre operações*

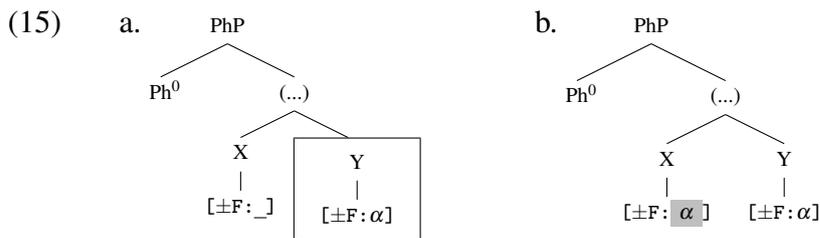
Se um dado núcleo sintático desencadeia as operações OP_i e OP_j , tal que OP_i pode resultar na deleção de imperfeições, enquanto OP_j resulta na introdução de novas imperfeições no workspace, OP_i é efetuada antes de OP_j ('imperfeições' = traços que devem ser deletados porque não são legíveis nas interfaces).

A idéia subjacente é que a computação pode ser mais simples se ela estiver programada para eliminar imperfeições já presentes no workspace antes de mais objetos sintáticos serem introduzidos. A introdução de mais objetos sintáticos resulta em estender a estrutura e potencialmente em introduzir novas imperfeições. Em outras palavras, o sistema computacional funcionaria

de uma maneira tal que ele tenta eliminar traços que não podem ser lidos nas interfaces (= imperfeições) antes de estender a estrutura.¹²

2.2.6 Valoração de traço via c-comando mútuo

Uma consequência da proposta que Agree depende de c-comando é que **c-comando mútuo** é suficiente para que essa operação seja efetuada. Assim, a configuração abaixo é uma em que Agree entre alvo e sonda pode ocorrer.



Em (15), X, o objeto sintático que porta a sonda $[\pm F: _]$, e Y, o objeto sintático que porta o alvo $[\pm F: \alpha]$, estão numa relação de c-comando mútuo. Valoração de traço em (15) é muito semelhante ao que ocorre em (6). A única diferença é que, em (6), a relação de c-comando é assimétrica, enquanto a em (15) é simétrica.

Além disso, assumindo Bare Phrase Structure (Chomsky, 1995a), na configuração resultante em (11) acima, poderíamos dizer que existe c-comando mútuo entre X e Y, uma vez que o rótulo de um sintagma é assumido como sendo simplesmente um dos núcleos envolvidos no merge necessário para que um novo objeto sintático seja formado. Assim, o nó indicado como ‘Y’ contém os mesmos traços que o núcleo Y, a partir do qual Y’ é “projetado”, contém. Como consequência, Y’, irmão do X movido, é também especificado para um traço que conta como um alvo para a sonda em X (i.e., $[\pm F: \alpha]$). Dessa perspectiva, poderíamos dizer que o Agree que resulta do movimento para estender o domínio de sondagem também ocorre sob c-comando mútuo.

Assumo ainda a definição de Grimshaw (2000) de **projeção estendida**:^{13,14}

(16) *Extended projeção* (Grimshaw, 2000, 117, (3))

X is a *head* of YP, and YP is a *projection* of X iff:

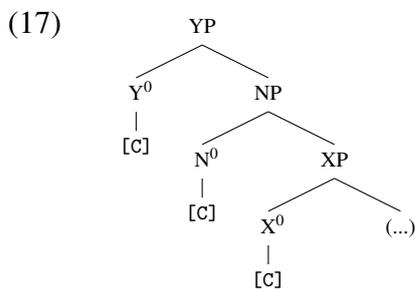
¹²É necessário garantir que (14) não incorra em problemas de look-ahead. Tentativamente, isso pode ser feito pela assunção plausível que objetos sintáticos sempre portam algum traço que não é legível nas interfaces, de modo a desencadear a necessidade de participar de uma relação de Agree. Assim, estender a estrutura vai sempre implicar pelo menos uma operação de Agree. Essa operação é uma adição às operações já desencadeadas por objetos sintáticos previamente introduzidos na derivação, as quais, de acordo com (14), precisam ser efetuadas primeiro. Além disso, (14) vai contra a idéia de que merge externo é mais econômico do que o interno (i.e., movimento). Ver, porém, Chomsky (2013), onde é afirmado que ambos são igualmente econômicos.

¹³Gostaria de agradecer o Jairo Nunes (c.p.) pela sugestão.

¹⁴“X é um *núcleo* de YP e YP é uma *projeção* de X sse: (a) YP domina X; (b) YP e X compartilham todos os traços categoriais; (c) todos os nós que intervêm entre X e Y compartilham todos os traços categoriais (em que um nó N *intervém* entre X e YP se YP domina X e N, N domina X, e N não domina YP); (d) nenhum nó interveniente entre X e YP é lexical.” (tradução minha, SF)

- a. YP dominates X
- b. YP and X share all categorial features
- c. All nodes intervening between X and Y share all categorial features (where a node *N intervenes* entre X and YP if YP dominates X and N, N dominates X, and N does not dominate YP),
- d. No node intervening between X and YP is lexical.

De acordo com (16), YP em (17) abaixo, é uma projeção estendida de X^0 : (i) YP domina X^0 ; (ii) YP e X^0 compartilham todos os traços categoriais, a saber, [C]; (iii) o único nó NP que intervém entre YP e X^0 também tem esse traço categorial [C]; (iv) não tem nenhum nó lexical interveniente entre YP e X^0 (assumindo que NP não seja lexical).



Como argumentado por Grimshaw (2000), é possível considerar que projeções estendidas são independentemente necessárias na sintaxe, já que, do contrário, certas relações e operações sintáticas não poderiam ser locais, como desejado. Por exemplo, é geralmente assumido que nomes são representados sintaticamente não apenas como NPs, mas como DPs, independentemente de haver ou não um determinante manifesto.¹⁵ É também assumido de modo geral que seleção ocorre localmente. No entanto, como essa relação local poderia se dar se não houver projeções estendidas, ou seja, se DP não fosse uma projeção estendida do nome? A relação entre um verbo subcategorizante e o nome subcategorizado não poderia ser local, já que haveria DP entre eles. Porém, assumindo (16), DP é realmente uma projeção estendida do nome e a seleção pode ser local, como desejado.

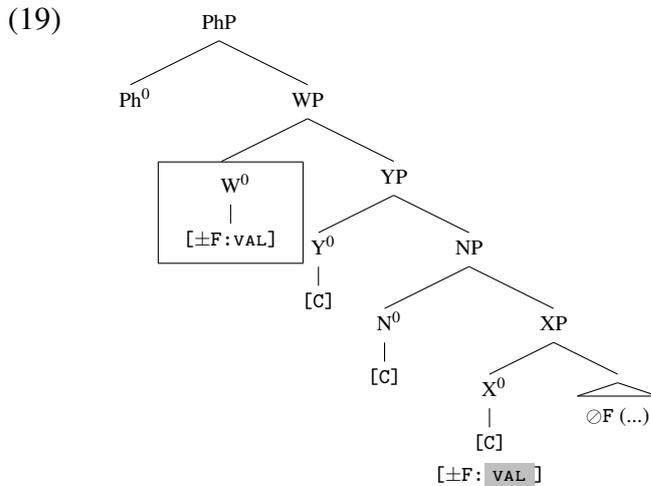
Com base na definição de projeção estendida em (16), proponho que, para que valoração de traço ocorra, basta que a projeção estendida de um objeto sintático portando uma sonda (i.e., um traço [$\pm F$: $_$]) c-comande mutuamente um objeto sintático portando um alvo correspondente (i.e., um traço [$\pm F$: VAL]).

(18) *Valoração de traço baseada em projeção estendida*

Se o objeto sintático *W* portando um alvo [$\pm F$: VAL] não é c-comandado (mútua ou assimetricamente) pelo objeto sintático *X* que porta a sonda [$\pm F$: $_$], mas *W* está numa relação de c-comando mútuo com *Y*, sendo que *Y* é uma projeção estendida de *X*, valoração da sonda pode ser efetuada.

¹⁵Ver porém Bošković (2014, apêndice).

Esquemáticamente:



Em (19), X porta uma sonda e, em seu domínio de c-comando, não há nenhum traço correspondente, mas valorado para atuar como alvo, como indicado por ‘ $\otimes F$ ’. W, no entanto, realmente tem um tal traço e ele está numa relação de c-comando mútuo com YP. YP, por seu turno, pela definição em (16), é uma projeção estendida de X: YP domina X, eles compartilham o mesmo conjunto de traços categoriais [C] e o nó interveniente entre eles também é especificado com [C] e não é lexical. Por (18), se uma projeção estendida do objeto sintático portando uma sonda c-comanda mutuamente um alvo, isso é o bastante para que a sonda seja valorada. Assim, em (19), a sonda $[\pm F: _]$ em X pode ser valorada pelo alvo $[\pm F: VAL]$ em W porque uma projeção estendida de X, a saber, YP, está numa relação de c-comando mútuo com W.

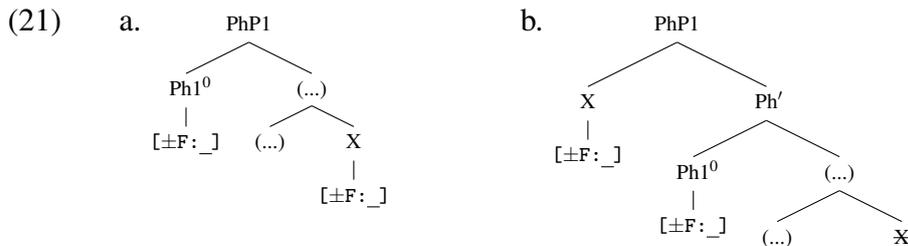
2.2.7 Valoração de traço como um sub-produto de um movimento anterior

Existem três ingredientes importantes no sistema de valoração de traços assumido aqui:

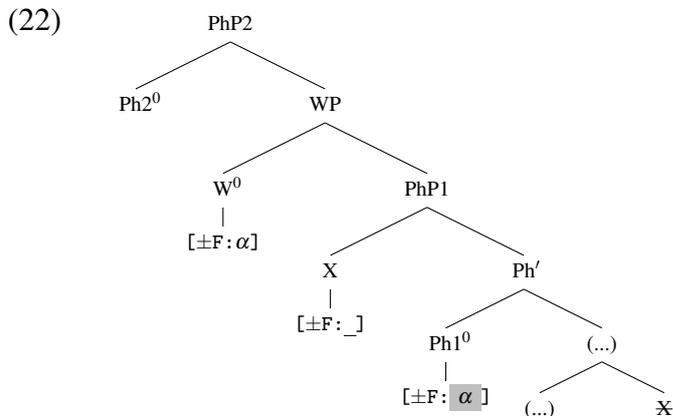
- (20)
- O objeto sintático que porta a sonda $[\pm F: _]$ pode se mover para a borda de uma fase com o propósito único de escapar de Spell-out; não precisa ser o caso necessariamente que o movimento resulte na valoração de $[\pm F: _]$ (cf. seção 2.2.4);
 - Agree pode ser efetuado via c-comando mútuo, sendo que c-comando mútuo pode ser relativizado a Bare Phrase Structure e a projeção estendida (cf. seção 2.2.6);
 - Operações sintáticas só podem acontecer ao nível de uma fase (cf. (4)).

Como uma consequência desses ingredientes, o sistema permite que uma sonda $[\pm F: _]$ seja valorada como um sub-produto de uma relação de c-comando estabelecida previamente na derivação, isto é, uma relação de c-comando estabelecida por razões independentes da valoração de $[\pm F: _]$.

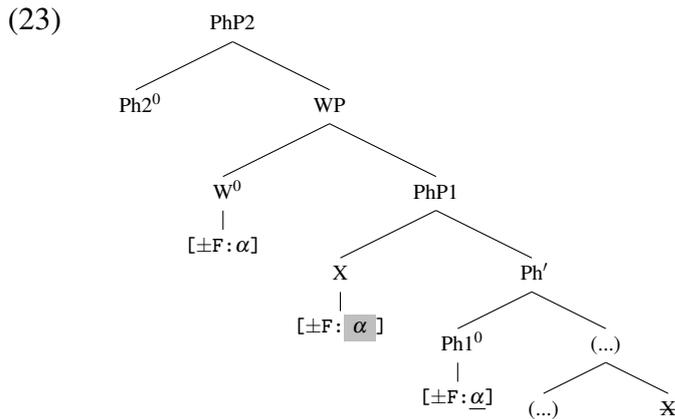
Em (21), uma fase, o núcleo da qual por acaso tem uma sonda $[\pm F: _]$, é derivada. X, que também tem uma sonda $[\pm F: _]$, se move para a borda de uma fase para escapar de Spell-out. Esse movimento não resulta em valoração de traço, já que, nesse ponto da derivação, não tem nenhum traço que é do mesmo tipo que o das sondas, mas que é valorado (i.e., não tem nenhum alvo disponível); X se move apenas para escapar de Spell-out, evitando com que a derivação fracasse a essa altura.



Em (22), a derivação tem prosseguimento. W, que tem um traço F valorado (valor = α), se concatena com PhP1. Depois, uma nova fase PhP2 é formada. Depois da derivação de uma fase, operações sintáticas são desencadeadas. Uma vez que W e (uma projeção de) Ph1 estão numa relação de c-comando mútuo, o traço valorado $[\pm F: \alpha]$ em W é um alvo para a sonda $[\pm F: _]$ em Ph1. Essa sonda pode então ser valorada.



Anteriormente na derivação – em (21) –, X tinha se movido para [Spec, PhP] para escapar de Spell-out. Como consequência desse movimento, de acordo com as suposições feitas aqui, X e Ph1 estão numa relação de c-comando mútuo. Agora que o traço F em Ph está valorado, ele é um alvo apropriado para a sonda em X (i.e., o traço $[\pm F: _]$). Essa sonda pode ser valorada também pelo traço correspondente em Ph.



A sonda $[\pm F: _]$ em X é valorada como consequência de uma relação de c-comando estabelecida em um momento anterior da derivação. Além do mais, isso é uma consequência de uma operação que não está relacionada com valoração de traço – no exemplo abstrato usado como ilustração, essa operação (mais precisamente, movimento) ocorre para que X escape de Spell-out naquele momento da derivação.

2.2.8 Traços valorados não-interpretáveis: valoração parasítica

Assumi que traços não-valorados, tanto os interpretáveis como os não-interpretáveis, são sondas e precisam participar de Agree para poderem ser legítimos nas interfaces. Se eles forem interpretáveis, Agree fornece um valor para eles; se eles forem não-interpretáveis, eles precisam participar de Agree para poderem ser deletados antes de chegar nas interfaces.

Existe um outro tipo de traço que precisa ser deletado, a saber, traços valorados não-interpretáveis ($[-F: VAL]$),¹⁶ que são classificados assim justamente porque não podem ser interpretados nas interfaces. Assumindo que Agree é a única operação por meio da qual traços são marcados para deleção, $[-F: VAL]$ também deve participar de Agree para poder ser deletado. Do contrário, ele chegaria do jeito que está nas interfaces, onde causaria o fracasso da derivação.

Porém, de acordo com as suposições feitas aqui, Agree é uma operação por meio da qual um valor é fornecido para um traço não-valorado por um traço correspondente, mas valorado. Assim, pode ser o caso que traços que já dispõem de um valor não podem desencadear Agree, já que eles já são valorados. Essa proibição pode ter como base alguma noção de economia derivacional: uma vez que operações sintáticas só deveriam ser efetuadas quando estritamente necessário, porque Agree consiste em fornecer um valor para um traço que ainda não tem um, seria anti-econômico que traços já valorados desencadeassem Agree.

Se traços valorados não-interpretáveis não desencadeiam Agree, como eles poderiam ser deletados? Proponho que eles podem (na verdade, devem) participar de Agree desde que essa operação seja desencadeada por algum outro traço que possa legitimamente fazer isso,

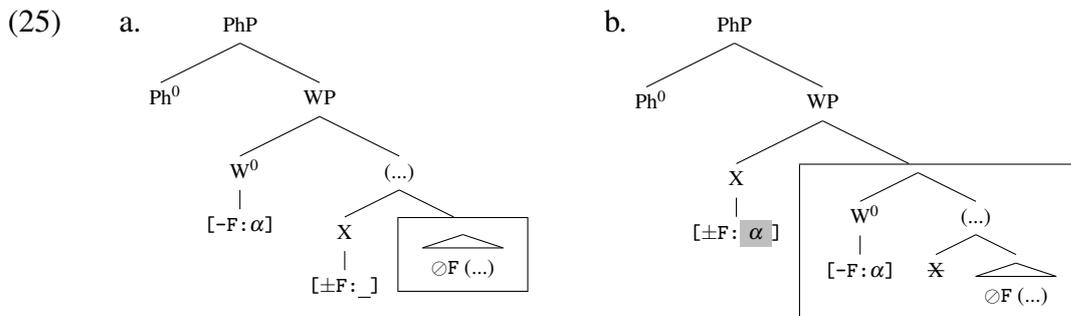
¹⁶A quarta possibilidade lógica é $[+F: VAL]$, um traço que não precisa participar de nenhum Agree porque ele é tanto interpretável como tem um valor.

ou seja, traços que efetivamente não têm um valor. Em outras palavras, traços valorados não-interpretáveis podem participar de uma uma relação de Agree não como uma sonda que desencadeia essa operação, mas apenas como o alvo de um traço que ele sim desencadeie Agree (i.e., uma sonda). Por conveniência, chamo essa relação de dependência necessária para que traços do tipo $[-F:VAL]$ sejam deletados de ‘valoração parasítica’:

(24) *Valoração parasítica*

Traços do tipo $[-F:VAL]$, uma vez que eles são não-interpretáveis, devem ser deletados, mas não podem eles mesmos desencadear Agree porque apenas traços não-valorados podem fazer isso legitimamente. A deleção de um traço $[-F:VAL]$ é parasítica na operação de Agree desencadeada por um traço correspondente $[\pm F: _]$ em uma configuração apropriada.¹⁷

Esquemáticamente:



Em (25)-a, X tem uma sonda (i.e., um traço $[\pm F: _]$). No seu domínio inicial de c-comando/sondagem, não tem nenhum alvo disponível. Essa sondagem ocorre para que $[\pm F: _]$ receba um valor, de modo que a derivação possa observar condições de legibilidade impostas pelas interfaces. O mesmo poderia ser dito em relação a $[-F: \alpha]$ em W, o qual, por ser não-interpretável, deveria ser deletado antes de chegar nas interfaces. Porém, por economia, um traço como $[-F: \alpha]$ não poderia ele mesmo desencadear Agree porque o papel dessa operação é fornecer um valor para um traço e $[-F: \alpha]$ já tem um valor.

A derivação prossegue em (25)-b, em que X se move para estender o seu domínio de sondagem. Dessa nova posição, a sonda $[\pm F: _]$ em X pode encontrar um alvo apropriado, o traço $[-F: \alpha]$ em W. Agree entre esses dois traços ocorre, de modo que $[\pm F: _]$ recebe um valor (α), como exigido pelas condições de interface. Além disso, já que o traço $[-F: \alpha]$ participou de uma relação de Agree, ele também pode ser deletado. Dessa forma, ele não vai chegar nas interfaces, onde ele faria com que a derivação fracassasse. Crucialmente, $[-F: \alpha]$ não desencadeou sondagem, Agree e deleção ele mesmo. A deleção de $[-F: \alpha]$ é um sub-produto do Agree desencadeado por outro traço, o $[\pm F: _]$ em X. Dito em outras palavras, a deleção de $[-F: \alpha]$ é parasítica no Agree desencadeado por algum outro traço.

¹⁷Por ‘configuração apropriada’, eu quero dizer uma configuração de c-comando, que pode ser simétrica ou mútua e, no último caso, pode ser baseada em Bare Phrase Structure ou projeção estendida.

2.2.9 Como traços são deletados?

Assumo, seguindo Chomsky (1995b) e Nunes (2004) (entre outros), a teoria de movimento por cópia, de acordo com a qual, movimento deixa para trás não um vestígio, mas uma cópia.

A teoria de movimento por cópia levanta a seguinte questão: como os traços não-interpretáveis de cópias mais baixas são deletados? Chomsky (1995b), por exemplo, propõe que, se uma dada cópia de uma cadeia é afetada de uma certa maneira, todas as cópias na mesma cadeia são afetadas da mesma maneira. Assim, se um traço não-interpretável de uma cópia é deletado, o traço equivalente nas cópias também vai ser.

Nunes (2004, cap. 2), no entanto, apresenta argumentos empíricos e conceituais contrários a essa proposta. Nunes (2004) apresenta então uma abordagem alternativa e propõe que uma cadeia deve ser uniforme – (26) – e que uniformização de cadeias é feita via deleção do menor número de traços numa cadeia – (27).

(26) *Feature Uniformity Condition* (Nunes, 2004, 70, (11))

Given a chain $CH = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$, every α_i ($1 \leq i \leq n$) must have the same set of features visible at LF.¹⁸

(27) *Chain Uniformization* (Nunes, 2004, 71, (13))

Delete the minimal number of features of a nontrivial chain CH in order for CH to satisfy the Feature Uniformity Condition.¹⁹

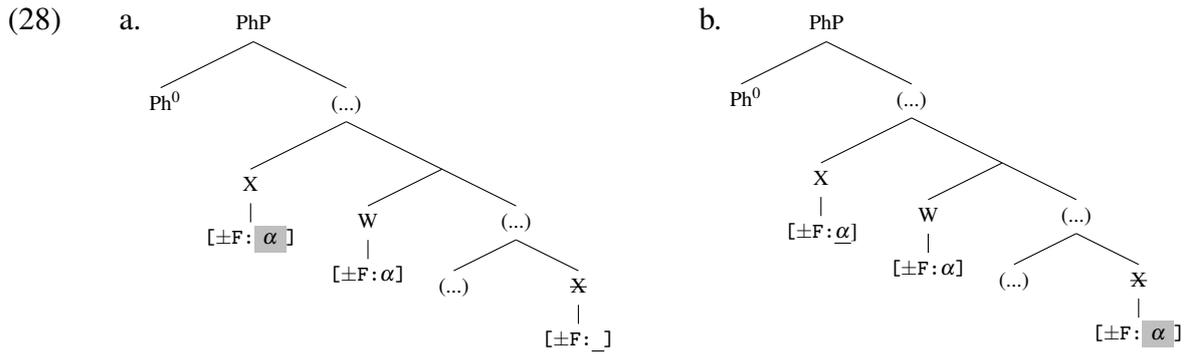
Incorporo (26) e (27) no sistema de valoração de traços assumido aqui. Lembremos, porém, que assumo que deleção de traços é dependente de Agree. Assim, de uma maneira semelhante à proposta em Nunes (2011), assumo que a cópia mais alta pode atuar como uma sonda que valora os traços não-interpretáveis de suas cópias mais baixas, de modo que a cadeia pode ser uniforme em LF, como exigido por (26).²⁰ Essa sondagem é diferente da que eu assumi acima (ver (5)), mas ela poderia ser justificada por meio do Princípio de Interpretação Plena: na ausência dessa sondagem e de deleção de traços em cadeias, a derivação acabaria fracassando em LF. De qualquer maneira, notemos que nenhuma operação ou relação foi adicionada à nossa caixa de ferramentas para levar a cabo deleção de traços não-interpretáveis em cópias mais baixas; todas as operações (sondagem, Agree e deleção) são independentemente necessárias.

Esquemáticamente:

¹⁸“Dada uma cadeia $CH = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$, todo α_i ($1 \leq i \leq n$) deve ter o mesmo conjunto de traços visíveis em LF.” (tradução minha, SF)

¹⁹“Deletar o menor número de traços de uma cadeia não-trivial CH para que CH satisfaça a Condição de Uniformidade de Traços.” (tradução minha, SF)

²⁰Muito obrigado ao Jairo Nunes (c.p.) pela sugestão.



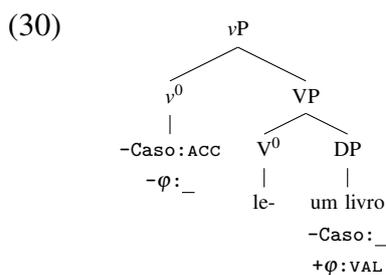
Em (28)-a, X tem um traço F a ser valorado. Ao nível de uma fase, porque não há nenhum traço equivalente em seu domínio inicial de sondagem, X está livre para se mover e estender o seu domínio de sondagem; ele se move para a primeira posição em que ele c-comanda W, que tem um F valorado. $[\pm F: _]$ é então valorado. Em (28)-b, a cópia mais alta de X sonda a estrutura procurando por suas cópias mais baixas, para deletar os traços não-interpretáveis delas, de modo a satisfazer (26). Via Agree, o traço F da cópia mais baixa pode ser valorado e deletado também, permitindo que a cadeia formada possa ser uniformizada.

2.2.10 Um exemplo de derivação

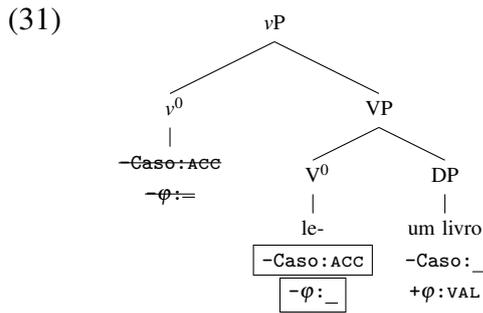
Vamos ver como o sistema funciona olhando para uma derivação concreta, como a da sentença (29).

(29) O João leu um livro.

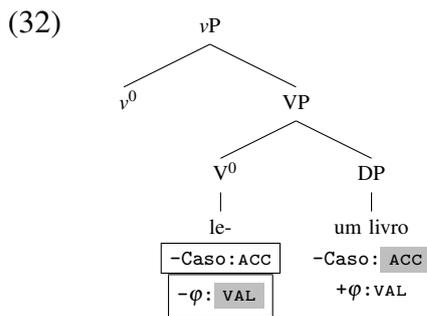
A derivação começa com a formação das projeções lexicais de *ler*. Nesse ponto da derivação, tem duas sondas, os traços- φ de v e o traço de Caso do DP *um livro*.



Porque v é um núcleo de fase, uma fase foi construída, de modo que todas as operações sintáticas (por exemplo, sondagem, Agree, deleção etc) acontecem nesse ponto. A primeira dessas operações é herança de traços de v a V:



Para que valoração de traços possa acontecer, um traço não-valorado $[\pm F: _]$, uma sonda, deve c-comandar o traço que vai fornecer o valor requerido, $[\pm F: VAL]$, um alvo. Tal relação de c-comando pode ser assimétrica ou simétrica. Nesse último caso, basta que uma projeção estendida do objeto sintático portando a sonda (e não esse objeto sintático ele mesmo) c-comande o alvo. Depois de herança de traços de v a V , os traços- ϕ em V e os traços equivalentes no DP *um livro* estão numa relação de c-comando mútuo. O mesmo pode ser dito do traço de Caso no DP *um livro* e o traço correspondente em V . Por causa dessas relações de c-comando, os traços- ϕ em V e o traço de Caso no DP, inicialmente não-valorados, podem agora ser valorados.^{21,22}



O traço de Caso em v/V é valorado, mas não-interpretável. Na verdade, isso pode ser dito de todos os “valoradores de Caso” tradicionais, como T finito e v transitivo. Por ser não-interpretável, esse tipo de traço deve participar de uma relação de Agree para poder ser deletado antes de chegar nas interfaces, onde ele faria com que a derivação fracassasse. Porém, por ser valorado, ele não pode desencadear Agree. Esse tipo de traço (i.e., $[-F: VAL]$) é portanto parasítico em uma relação de Agree desencadeada por um traço correspondente, mas não-valorado (i.e., $[\pm F: _]$) (cf. (24)). Isso é possível de ser feito na derivação em questão, dada a presença de um traço correspondente, mas não-valorado de Caso no DP objeto.

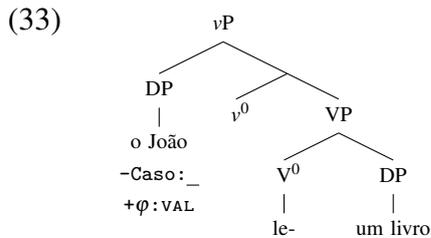
Porque não houve nenhum movimento para que os traços não-valorados presentes na derivação até o momento fossem valorados, não existe necessidade de efetuar as operações necessárias para uniformização de cadeia (ver seção 2.2.9).

²¹Para simplificar a representação, traços transferidos são omitidos do núcleo de fase onde eles são gerados quando eles não forem mais relevantes para a etapa da derivação em questão.

²²A conjunção entre herança de traços e valoração de traços baseada em c-comando mútuo pode talvez solucionar um problema potencial em Bošković (2007), que diz respeito à marcação de Caso acusativo de objetos, notada em (Nunes, 2013). Se Caso acusativo é marcado por v e se valoração de traços envolve c-comando, então, o objeto precisa sempre se mover para [Spec, vP] ou, alternativamente, V atribui Caso inerente para o DP in situ generalizadamente. Ao contrário, se ocorrer herança de traços de v para V , então, não é necessário nem que o objeto se mova nem que se assuma atribuição de Caso inerente generalizada.

Depois de todas as operações dentro de uma fase (aqui, vP) terem sido efetuadas, Spell-out ocorre imediatamente, em observância a (13). Assim, o VP em (32), o domínio de c -comando da fase v , é transferido para as interfaces após a aplicação de Spell-out. VP se torna portanto inacessível para as demais etapas da derivação.²³

A derivação prossegue terminando de formar o vP : o argumento externo *o João* se concatena com v .



Existem duas operações sintáticas desencadeadas por v , herança de traços e concatenação de um argumento externo. Na derivação representada acima, aquele acontece antes deste. Essa ordem específica das operações sintáticas desencadeadas por traços do mesmo núcleo é baseada na condição de economia (14), repetida abaixo:

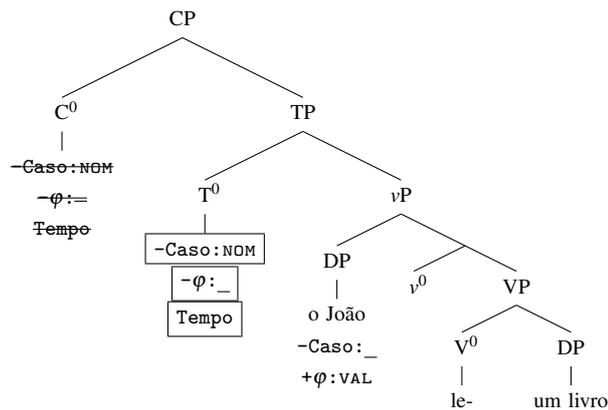
- (34) Se um dado núcleo sintático desencadeia as operações OP_i e OP_j , tal que OP_i pode resultar na deleção de imperfeições, enquanto OP_j resulta na introdução de novas imperfeições no workspace, OP_i é efetuada antes de OP_j .

Em (33), OP_i é herança de traços e OP_j , concatenação do argumento externo *o João*. Herança de traços pode potencialmente resultar na eliminação de imperfeições do workspace, enquanto a introdução de *o João* na derivação apenas adicionaria imperfeições no workspace, aumentando o número das imperfeições já existentes lá. Logo, por (34), herança de traços de v para V acontece antes do argumento externo de v ser satisfeito.

A derivação prossegue com a construção de TP e de CP. CP é uma fase e portanto operações sintáticas são desencadeadas nesse momento da derivação. A primeira delas é herança de traços do núcleo de fase C para T. T, inicialmente sem traços, via herança de traços, passa a portar Caso, traços- ϕ e tempo.

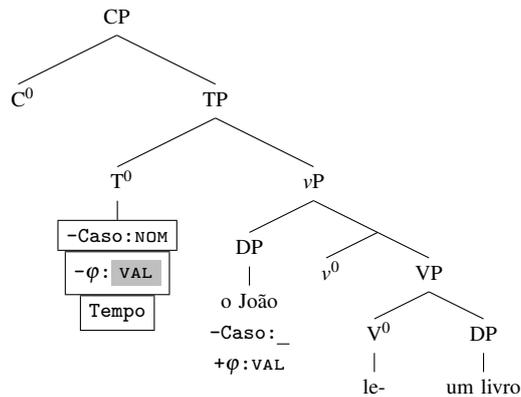
²³ Acho que isso soluciona um problema que o Jairo Nunes (c.p.) apontou: em (33) abaixo, se o traço de Caso [-Caso: ACC] em V permanecesse na derivação, isto é, se ele não tivesse sido transferido para as interfaces em um momento anterior na derivação, o sujeito *o João* seria capaz de sondar esse traço, e o seu traço de Caso poderia ser valorado in situ. Isso é empiricamente indesejável, já que não abriria espaço para o movimento do sujeito para uma posição mais alta, como [Spec, TP]. Ademais, a previsão resultante é que tanto o objeto como o sujeito de uma dada sentença poderiam ser simultaneamente acusativos. Esse não é o caso. Porém, se adotarmos a condição (13) quanto ao momento em que Spell-out ocorre, nenhum problema surge. Gostaria de agradecer ao Jairo Nunes por levantar a questão.

(35)



T agora tem traços- ϕ não-valorados, isto é, uma sonda. De acordo com o sistema de valoração de traços assumido, T sonda o seu domínio de c-comando em busca de traços correspondentes, mas valorados, isto é, um alvo. Essa sondagem encontra os traços- ϕ valorados no DP *o João*. Os traços- ϕ em T podem então ser valorados.

(36)

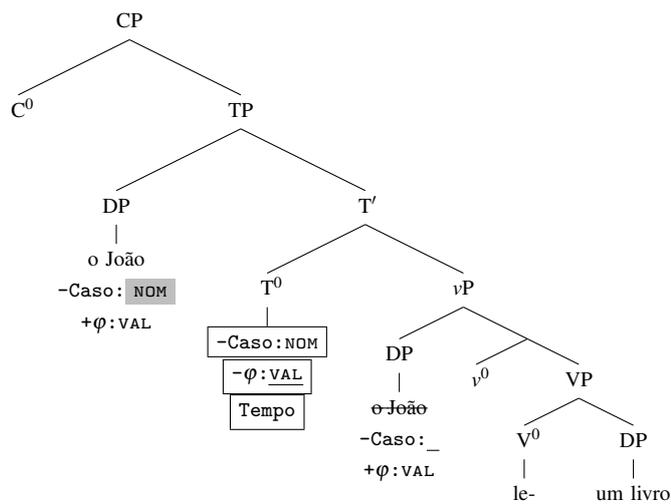


O DP também tem um traço não-valorado, o de Caso. No seu domínio de sondagem inicial, não há nenhum traço correspondente, mas valorado. Por (8), repetido abaixo, esse DP pode se mover para estender o seu domínio de sondagem.

(37) Se um objeto sintático X , que porta uma sonda (i.e., uma traço $[\pm F: _]$ a ser valorado), não encontrar um alvo apropriado no seu domínio de sondagem inicial, X pode se mover para a primeira posição em que ele pode c-comandar um alvo. Esse movimento é restrito ao interior de uma fase.

Em (36), a primeira posição para a qual *o João* pode se mover para c-comandar um alvo é [Spec, TP]. Dessa posição, esse DP pode c-comandar T, que tem um traço valorado de Caso. De acordo com as definições assumidas aqui, o traço valorado de Caso em T é um alvo. Uma vez que a relação de c-comando exigida foi atingida (como consequência do movimento), o traço de Caso no DP pode ser valorado.

(38)

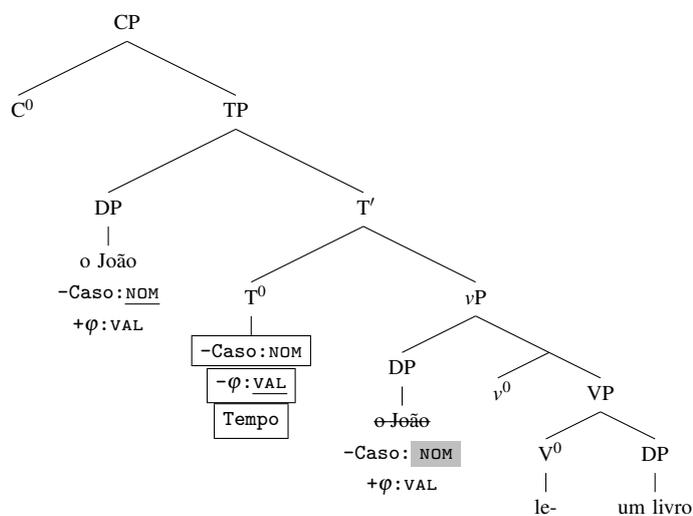


O traço de Caso que T herda de C já tem um valor, então, ele pode ser um alvo apropriado para o traço correspondente em *o João*. O traço de Caso de T também é não-interpretável e, por isso, ele tem que participar de uma relação de Agree para poder ser deletado, evitando que ele chegue nas interfaces. Devido a condições de economia, [-Caso: NOM] não pode ele mesmo desencadear Agree. Ainda assim, ele pode ser deletado se a deleção for parasítica na relação de Agree desencadeada por [-Caso: _] em *o João*.

Todos os traços que não podem ser lidos nas interfaces (ou os que não têm valor enquanto especificação lexical ou os que são não-interpretáveis) podem ser adequadamente deletados, de modo que a sentença (29) pode ser derivada.

Nesse ponto da derivação, ocorreu uma instância de movimento exigida para valorar traços, o do sujeito *o João*. Uniformização de Cadeia (cf. (27)) é agora necessária. A cópia mais alta de *o João* sonda a estrutura e valora o traço de Caso na cópia mais baixa. Tendo participado de Agree, o traço de Caso dessa cópia mais baixa pode ser deletado, assim como o da cópia mais alta.

(39)



Nesta seção, o funcionamento básico do sistema de valoração de traços assumido aqui foi ilustrado. Exatamente o mesmo sistema vai estar por trás da derivação de todos os subtipos de

OG inspecionados nessa dissertação. Na próxima seção, ilustração adicional é fornecida pela derivação de construções existenciais em PB.

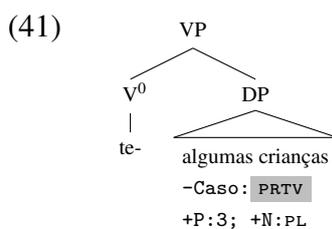
2.2.11 Outro exemplo: a derivação de construções existenciais

Como mencionado anteriormente (ver (56), p. 32), o verbo em construções existenciais pode concordar opcionalmente com o associado.

- (40) a. Tinha umas crianças no estacionamento.
b. Tinham umas crianças no estacionamento.

Tendo delineado o sistema de valoração de traços em que eu me baseio nessa dissertação, podemos finalmente ver a derivação das sentenças em (40). Vamos prestar atenção particular à opcionalidade mencionada. A discussão também vai nos ajudar a ver melhor como o sistema funciona.

Começamos com a construção existencial em que há concordância verbo-associado, (40-b).²⁴ A derivação começa com a combinação de *algumas crianças* com o predicado existencial *ter*. Como vamos ver na seção 4.2, assumo a análise de Belletti (1988) para os efeitos de definitude em construções existenciais. De acordo com essa análise, eles são uma consequência do predicado existencial atribuir Caso partitivo para o associado. Efeitos de definitude emergem porque Caso partitivo só pode ser recebido por nomes indefinidos. Assumo essa análise aqui e, além disso, assumo que o partitivo (PRTV), por ser uma instância de Caso inerente, não tem que esperar até uma fase ser derivada para poder ser atribuído.

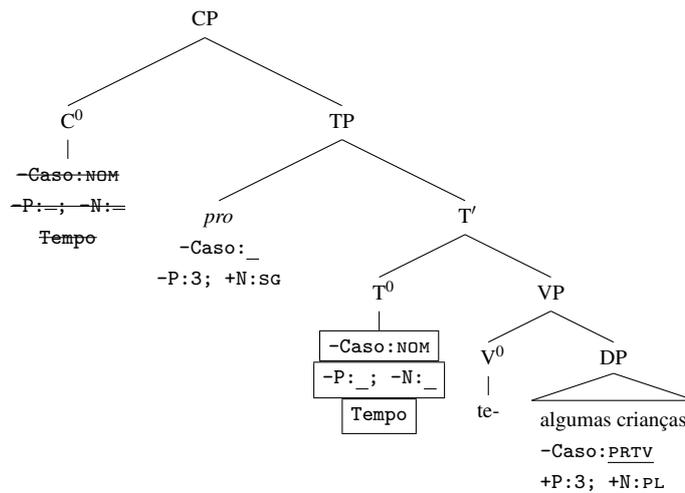


A derivação prossegue com a formação de TP e depois de CP. Assumo, seguindo Bošković (2007, 603), que *pro* é inserido diretamente em [Spec, TP].²⁵ Lembremos que os traços que eu proponho que o expletivo existencial tem são [-P(essoa):3; +N(úmero):sg; -Caso: _]. Porque uma fase (CP) foi construída, operações sintáticas são desencadeadas nesse ponto da derivação. A primeira delas é herança de traços de C para T.

²⁴Na discussão a seguir, omito a representação de *no estacionamento* para simplificar. Uma discussão mais aprofundada de construções existenciais e do estatuto desse PP está além do escopo dessa dissertação.

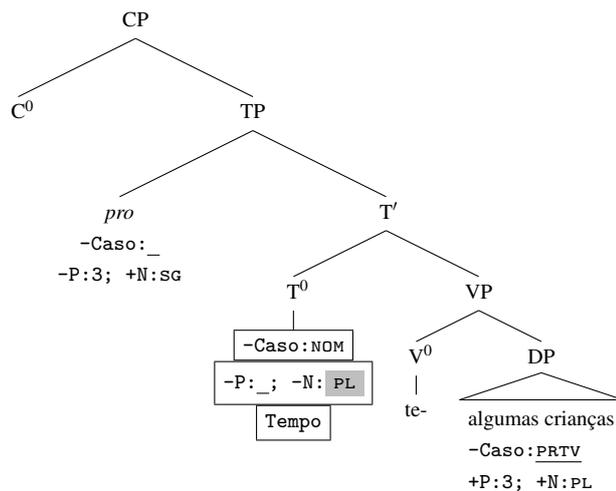
²⁵Outras possibilidades (por exemplo, que *pro* é gerado em uma posição mais baixa e só então se move para [Spec, TP], como em Hornstein (2000), por exemplo) não são discutidas.

(42)



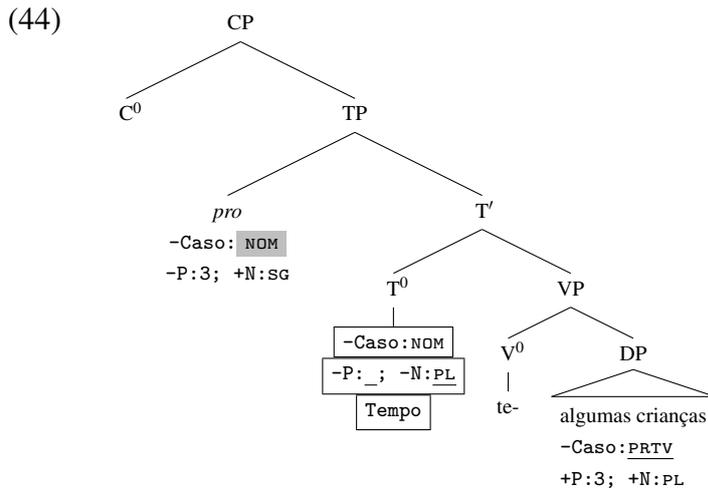
Suponha que traços- ϕ podem sondar a estrutura individualmente, ao invés de como um feixe único.²⁶ O traço de número em T sonda o domínio de c-comando de T e encontra os traços- ϕ valorados no associado *algumas crianças* como alvo. [N:_] em T é então valorado como *plural*.

(43)

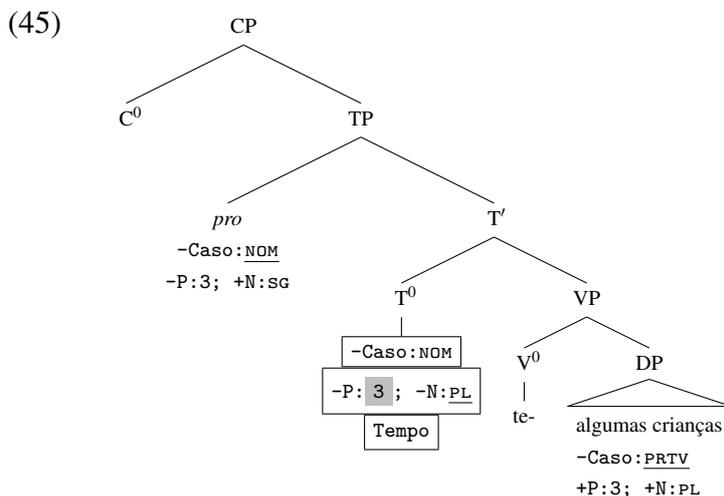


Proponho também que o expletivo *tem* um traço de Caso a ser valorado. Ele sonda o seu domínio de c-comando e encontra o traço de Caso nominativo em T como alvo. Isso permite que o Caso em T, que já tem um valor, mas que é não-interpretável, participe parasiticamente de uma relação de Agree, permitindo que ele seja deletado.

²⁶Quando o verbo concorda com um único nome, não tem diferença, mas não parece haver nenhuma razão óbvia por que traços- ϕ não poderiam funcionar separadamente.



Lembremos que uma maneira de interpretar uma relação de Agree como a que ocorre entre *pro* e T para propósitos de Caso é que *pro* não c-comanda T assimetricamente, mas simetricamente. Esse é o caso se assumirmos Bare Phrase Structure, de acordo com a qual, T' contém todos os traços que o núcleo do sintagma “projetado” tem. Sob esse ponto de vista, *pro* e T' estão numa relação de c-comando mútuo. Essa relação permite que o traço de Caso em *pro* seja valorado. Porque esse c-comando é mútuo, ele também permite que o traço de pessoa de T seja valorado pelo traço correspondente em *pro*. Como consequência, o traço [-P:3] em *pro* também pode participar parasiticamente em uma relação de Agree e ser deletado, como exigido pelas condições de interface.



A derivação converge porque todos os traços ineligiáveis foram deletados. O verbo é realizado na forma plural – *tinham* – em (40-b) como consequência de ter tido o seu traço de número valorado pelo associado plural *algumas crianças*.

Dois comentários precisam ser feitos. Em primeiro lugar, em princípio, o traço de pessoa em T poderia ter sido valorado por meio de T assimetricamente c-comandar o associado, assim como o traço de número foi. Porém, se esse tivesse sido o caso, o traço [-P:3] em *pro* não poderia participar parasiticamente na relação de Agree e, portanto, chegaria nas interfaces, onde ele faria com que a derivação fracassasse. Em segundo, T poderia entrar em Agree indiferente-

mente com *pro* ou com o associado para que o seu traço de pessoa fosse valorado. Isso acontece porque nenhum dos alvos potenciais intervêm entre T e o outro alvo potencial. Assumo que intervenção é calculada em termos de c-comando:

(46) *Intervenção*

β intervém entre α e γ se α c-comanda β e β c-comanda γ .

Tal relação de c-comando não existe entre *pro*, T e o associado, de modo que T entrar em Agree com *pro* não é bloqueado pelo associado e vice-versa e as duas opções são igualmente legítimas. Ainda assim, somente uma das opções leva a convergência, a saber, a opção em que o traço de pessoa de T é valorado pelo traço equivalente em *pro*. Esse é o caso porque o traço de pessoa que eu proponho que o expletivo tem é não-interpretável, mesmo que ele seja valorado. De acordo com as assunções feitas aqui, isso significa que ele deve participar de uma relação de Agree para poder ser deletado antes de chegar nas interfaces. Por economia, isso só pode ser feito parasiticamente, isto é, quando é o traço de pessoa não-valorado em T que desencadeia essa operação de Agree. Se T entrar em Agree com o associado para valorar o seu traço de pessoa (novamente, essa opção em si é legítima), o traço de pessoa valorado, mas não-interpretável em *pro* não poderia ser deletado. Como resultado, essa opção derivacional, embora legítima no momento em que ela é efetuada, em última instância, não permite que a derivação convirja.

Mas existe outro caminho derivacional que realmente leva a convergência. Ao final da derivação que acabamos de ver, o predicado existencial é pronunciado como *tenham* porque o traço de número em T foi valorado pelo associado plural. Essa é a derivação para a sentença em (40-b), onde verbo e associado concordam. Vamos ver agora o caso em que eles não concordam, (40-a). A derivação é basicamente a mesma, exceto que *pro* valora não somente o traço de pessoa em T, mas também o seu traço de número. Propus que o expletivo tem um traço [+N:SG]. Se o traço de número em T concorda com ele, o resultado é que o predicado existencial acaba pronunciado como a forma singular *tinha*. Se ele não concorda com o associado em número, não há efeitos sobre a convergência da derivação porque todos os traços- ϕ em um DP como *algumas crianças* são interpretáveis e têm um valor como especificação lexical. Em outras palavras, esses são traços do tipo [+F:VAL], que não precisam desencadear Agree (porque eles já têm um valor). Eles também não dependem parasiticamente de uma relação de Agree desencadeada por alguma outra sonda, já que eles são interpretáveis. Assim, é irrelevante que os traços- ϕ em um DP participem em uma relação de Agree. Conseqüentemente, se T na construção existencial em questão não concordar com eles, não há conseqüência negativa para a convergência da derivação. O mesmo pode ser dito em relação ao traço de número em *pro*, que também é uma instância de [+F:VAL]. Em (40-a), T concorda com o expletivo, tendo como resultado a falta de concordância manifesta entre o verbo e o associado. Porém, em (40-b), não existe concordância entre T e *pro* em traço de número. Isso também não tem efeitos negativos sobre a convergência da derivação porque [+N:SG] no expletivo é legível por si só, independente de Agree.

Em resumo, as propostas feitas aqui, junto com o sistema de valoração de traços proposto, permite que capturemos uma propriedade interessante de construções existenciais em PB, a saber, a possibilidade do verbo existencial concordar em número ou não com o associado. A discussão também permitiu ver melhor o funcionamento do sistema de valoração de traços assumido.

2.3 Uma definição de domínios sintáticos uniformemente baseada em termos de fase

Além de herança de traços e o sistema de valoração de traços delineado na seção anterior, vou basear a análise de OGs em uma definição de domínios sintáticos uniformemente baseada na noção de fase. No sistema de valoração de traços assumido aqui, fases exercem um papel importante, já que assumo que todas as operações sintáticas ocorrem dentro de uma fase. Isso é enunciado em (4), repetido abaixo.

- (47) Todas as operações sintáticas ocorrem ao nível de uma fase: uma fase (ν P ou CP) é construída a partir da combinação de elementos da numeração e só então operações sintáticas desencadeadas por esses elementos são efetuadas.

Estendo essa ancoragem do sistema computacional no conceito de fase propondo que não apenas todas as operações sintáticas, mas também todas as relações sintáticas são definidas em termos de fases. Em outras palavras, hipotetizo que todos os domínios relevantes para a sintaxe dependem do conceito de fase

- (48) *Hipótese da uniformidade de domínios sintáticos*
 Todos os domínios sintáticos são definidos em termos de fases.

De um ponto de vista conceitual, uma vantagem potencial de definir todos os domínios sintáticos em termos de fases é que isso poderia tornar o sistema mais uniforme e, portanto, mais simples. (Ver, porém, nota 8, p. 44.)

Abaixo, discuto dois tipos de domínio que vão ser relevantes na análise de OGs, a saber, o domínio de ligação e o domínio para alçamento de quantificador (QR, *quantifier raising*). Lembremos do capítulo 1 que, juntamente com alçamento (ou, de modo mais geral, marcação de Caso), essas são as bases empíricas para a distinção entre as classe de OGs:

<i>Classe</i>	Alçamento	Anáfora	Escopo
<i>1</i>	*	*	*
<i>2</i>	✓	✓	✓
<i>3</i>			

Tabela 2.2: Agrupamento de OGs: propriedades dependentes de fase

Como mostra a tabela, ligação, QR e marcação de Caso dividem OGs em dois grandes grupos, um que inclui as OGs de *classe 1* apenas e outro que inclui tanto OGs de *classe 2* como OGs de *classe 3*. Se cada classe de OG tem a sua própria categoria (a saber, CP, TP ou AspP), por que elas se agrupam da maneira como elas se agrupam? A hipótese de que domínios sintáticos são uniformemente definidos em termos de fase poderia ajudar a explicar essa organização particular. OGs que são CPs também são fases, de modo que, de acordo com as suposições feitas aqui, elas seriam domínios para ligação, QR e operações sintáticas como valoração de Caso e movimento. OGs que são ou TPs ou AspPs não são fases e, portanto, não deveriam contar como domínio para as propriedades mencionadas. Um contraste é portanto esperado. Nos capítulos remanescentes, mostro como isso pode ser derivado. Antes disso, mostro os detalhes das minhas suposições sobre os domínios de ligação e de QR.

2.3.1 Domínio de ligação

Assumo a teoria de ligação em Chomsky and Lasnik (1993) e, por (48), que *domain* em (49) é a menor fase que contém a anáfora ou pronome.²⁷

- (49)
- a. *Principle A*: if α is an anaphor, interpret it as coreferential with a c-commanding phrase in its domain.
 - b. *Principle B*: if α is a pronoun, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase in its domain.
 - c. *Principle C*: if α is an R-expression, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase.

Assumo também a hipótese nula de que as cópias de um objeto sintático movido têm exatamente os mesmos traços desse objeto (ver Nunes 2004) e, portanto, uma cópia pode ser um antecedente válido para uma anáfora ou para um pronome.²⁸

²⁷ (a) *Princípio A*: “se α é uma anáfora, interprete α como sendo coreferente com um sintagma c-comandante em seu domínio”. (b) *Princípio B*: “se α é um pronome, interprete α como sendo disjunto de qualquer sintagma c-comandante em seu domínio”. (c) *Princípio C*: “se α é uma expressão-R, interprete α como sendo disjunto de qualquer sintagma c-comandante”. (tradução minha, SF)

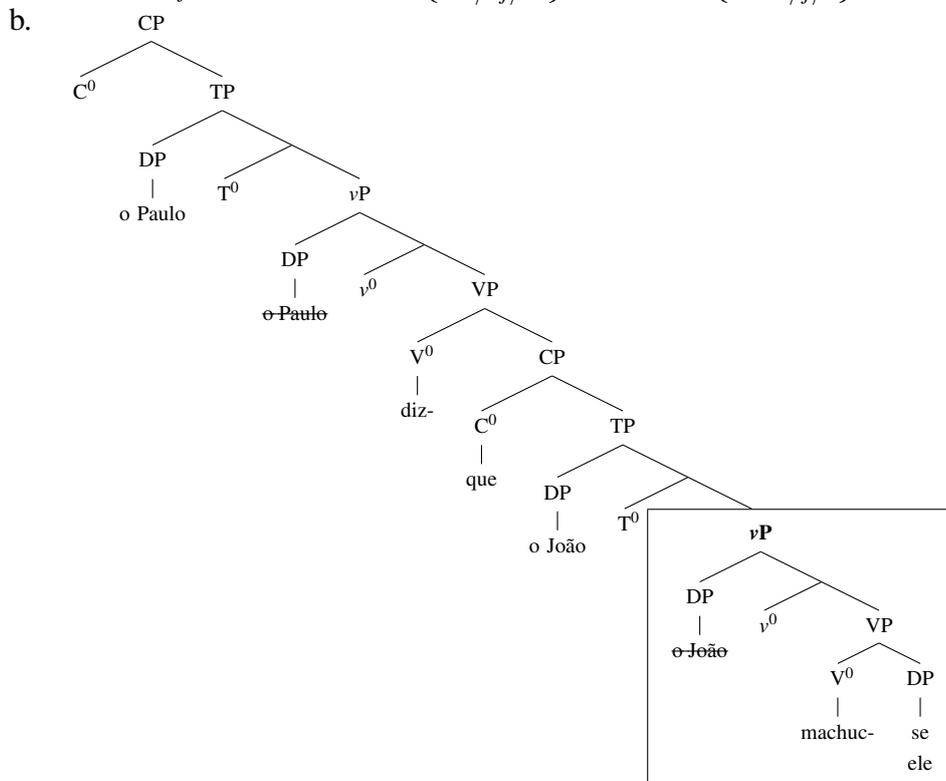
²⁸Evidência empírica independente para essa afirmação pode talvez ser fornecida pela análise de Thompson (2001, 2005) para a interpretação temporal de OGs adnominais em posição de sujeito (ver seções 4.5 e 7.3). Essas construções podem ser interpretadas ou como sendo temporalmente independentes (i.e., elas são ordenadas diretamente em relação ao momento da enunciação) – (i-b-1) – ou como sendo dependentes do momento do evento da oração-matriz – (i-b-2).

- (i) a. Um passageiro [esperando pelo vôo 307] reclamou com o comissário de bordo.
- b. 1) Evento da OG (*esperando*) é interpretado como ocorrendo simultaneamente ao evento-matriz (*reclamou*).
- 2) Evento da OG (*esperando*) é interpretado como ocorrendo simultaneamente ao momento da enunciação.
(com base em Thompson 2001, 291)

Thompson (2001, 2005) afirma que a leitura independente (i.e., simultaneidade com o momento da enunciação) resulta quando o sujeito que contém a OG é interpretado na posição em que ele é pronunciado, [Spec, TP]. A leitura dependente (i.e., simultaneidade com o evento-matriz) resulta quando esse sujeito é interpretado na sua posição de

Em (50-a), *vP* é a menor fase que contém a anáfora *se/o* pronome *ele* e portanto é o domínio de ligação deles.²⁹ De acordo com (49-a), *se* deve ser interpretado como sendo correferente com um sintagma c-comandante dentro do seu domínio. O único candidato em (50-a) é uma cópia de *o João*. Uma vez que, de acordo com a hipótese nula mencionada acima, cópias podem ser antecedentes legítimos, *se* é interpretado como sendo correferente com *o João*. O *vP* também funciona como o domínio de ligação para o pronome *ele*. De acordo com (49-b), *ele* deve ser interpretado como sendo disjunto de todo nome c-comandante dentro desse domínio. O único nome c-comandante relevante em (50-a) é uma cópia de *o João*. Dessa forma, *ele* não pode tomar *o João* como seu antecedente. Isso captura corretamente as propriedades de ligação desse pronome.

(50) a. O Paulo_j disse que o João_i {*se*_{i/*j/*k}} machucou {*ele*_{*i/j/k}}.

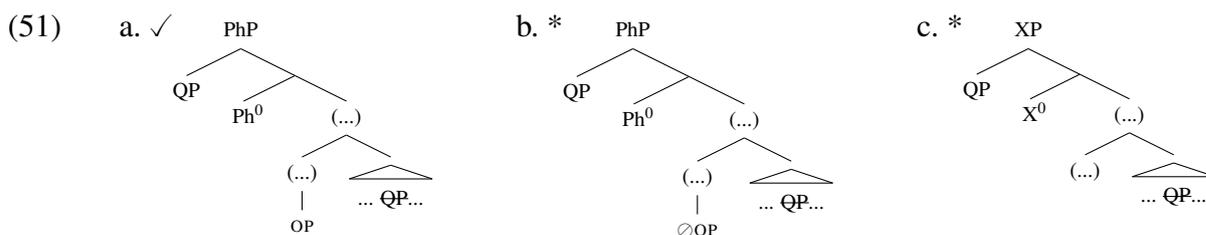


2.3.2 Domínio de alçamento de quantificador

De acordo com Wurmbrand (2013), QR é restringido tanto por economia semântica como por fases. Que QR é restringido por economia semântica significa que ele só é permitido quando resulta na extensão do escopo de um sintagma quantificacional (QP). QR é também restringido à borda de fases. Assim, quando QP se move, ele deve ter como alvo de movimento a posição [Spec, PhP] (PhP = fase). Esquemáticamente:

base, [Spec, *vP*]. Essa proposta implica que as cópias de um objeto sintático movido têm o mesmo estatuto no que diz respeito a computação temporal. Essa é justamente a hipótese nula de acordo com a teoria de movimento por cópia.

²⁹O domínio de ligação é representado dentro de um retângulo e a fase está em **negrito**.



Em (51)-a, o QP, em sua posição de base, não tem escopo sobre o operador OP, já que aquele não c-comanda este. QP se move então para a borda de uma fase e, dessa nova posição, pode ter escopo sobre OP. Assim, essa instância de QR é semanticamente legítima porque ela resulta na extensão do escopo de QP. Além disso, ela também se limita ao domínio de uma fase. Em (51)-b, o movimento de QP é igualmente restringido a uma fase. Porém, entre a posição de onde o QP sai e a posição para a qual ele se move (a borda de uma fase), não tem nenhum operador (isso é representado como ‘ \emptyset OP’). Assim, essa instância de QR é excluída porque ela é semanticamente vácuca. Em (51)-c, QP se move para uma posição que não é uma borda de uma fase (XP em (51)-c não é uma fase). Uma vez que esse movimento não é restringido ao interior de uma fase, ele é excluído, independentemente do escopo de QP ter sido estendido.

2.4 Conclusão

Neste capítulo, vimos as ferramentas teóricas que vão ser importantes para a análise. O principal foco do capítulo foi a maneira por que assumo que o sistema computacional funciona. Tentei apresentar sustentação conceitual para esse sistema, com base em hipóteses minimalistas sobre a faculdade da linguagem. Esse sistema, juntamente com as propriedades idiossincráticas de certos itens lexicais, vão ser cruciais na explicação das propriedades de cada subtipo de OG analisado nessa dissertação. Outra ferramenta apresentada foi herança de traços, que vai ser de importância particular na derivação de OGs de *classe 1* e na distinção dela em relação às duas outras classes. As OGs que pertencem a essa classe são as únicas que projetam CP e, portanto, as únicas cujo T herda traços. Finalmente, hipotetizei que todos os domínios sintáticos são uniformemente definidos em termos de fase. Essa proposta, que parece ser conceitualmente elegante, vai ser importante na derivação de contrastes entre as classes de OG quanto às possibilidades de alçamento, ligação e QR.

Capítulo 3

OGs de classe 1

Temos agora os instrumentos adequados para analisar cada subtipo de OG. Começamos com OGs de *classe 1*. Essa classe inclui OGs desiderativas – (1-a) – e OGs adverbiais altas – (1-b), (1-c).

- (1) a. O João quer/preferiu os filhos não soltando nenhum pio durante o jantar.
- b. O João terminando o trabalho mais cedo, a Maria vai ficar contente.
- c. Terminando o trabalho mais cedo, o João ficou contente.

Neste capítulo, uma derivação passo-a-passo de OGs desiderativas vai ser apresentada. Deixo a derivação de OGs adverbiais altas para o capítulo 6 porque acho que é mais produtivo comparar os diferentes subtipos de OGs adverbiais e as propriedades de controle delas. O comportamento particular de cada subtipo de OG da *classe 1* vai ser derivado da computação sintática, em conjunção com as propostas e assunções da caixa de ferramentas do capítulo 2. As propriedades do comportamento de OGs que eu vou tentar explicar são as seguintes:

Subtipo de OG	ILP	Negação	Advérbio	Alçamento	Anáfora	Escopo
<i>Desiderativa</i>	✓	✓	✓	*	*	???
<i>Adv alta</i>	✓	✓	✓	✓	*	*

Tabela 3.1: Comportamento de OGs de *classe 1*

Antes de chegarmos na derivação propriamente dita, na próxima seção, mostro as conseqüências de propor que OGs de *classe 1* são CPs e de assumir herança de traços (ver seção 2.1).

3.1 Auto-suficiência para Caso

Propus no capítulo 1 que uma maneira de explicar as semelhanças e diferenças entre os subtipos de OG é fazendo uma divisão tripartite, sendo que cada categoria dessa divisão tem um tamanho estrutural diferente. Mais especificamente, propus que OGs de *classe 1* são CPs, OGs de *classe*

2, TPs sem CP e OGs de *classe 3*, AspP, a estrutura mínima para se construir uma OG. Adicionalmente, no capítulo 2, incorporei herança de traços (Chomsky, 2004, 2008) às ferramentas teóricas.

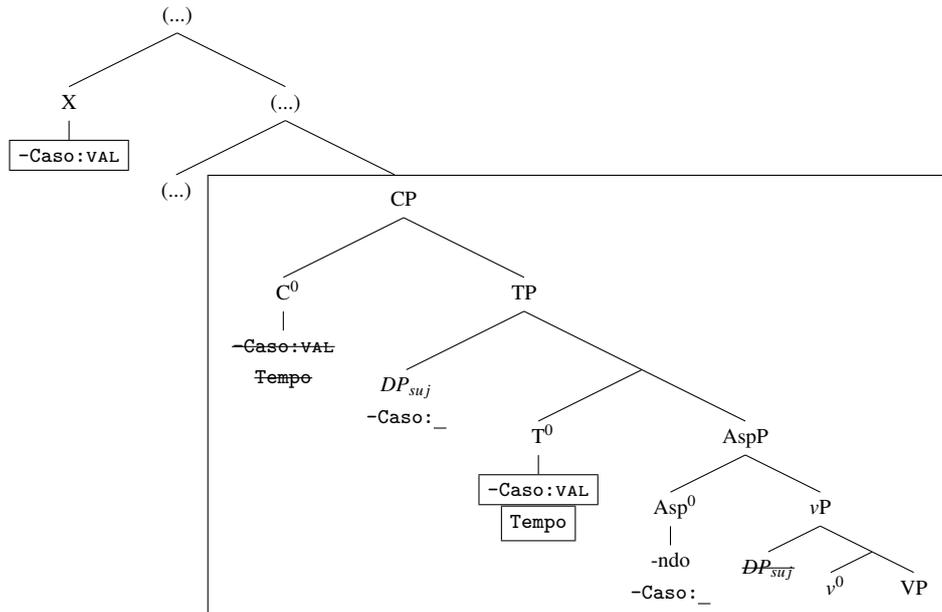
A consequência é que somente OGs de *classe 1* passam por herança de traços: essas são as únicas OGs que projetam tanto CP como TP. OGs de *classe 2* projetam TP, mas não têm um C onde traços possam ser gerados e derivacionalmente passados a T. OGs de *classe 3* nem ao menos projetam TP, de modo que herança de traços de C para T está fora de questão. Conseqüentemente, somente o T de uma OG de *classe 1* pode potencialmente herdar [-Caso: VAL], [- ϕ : _] e [Tempo]. Lembremos, porém, que concluímos na seção 1.5 que o T de uma OG é defectivo (quando ele está presente na estrutura e quando ele é dominado por CP). Mais precisamente, fiz a seguinte afirmação sobre a constituição de traços de um OG de *classe 1*:

- (2)
- a. Não existe EPP (dentro ou fora do domínio das OGs).
 - b. O T em uma OG de *classe 1* não herda nenhum traço- ϕ de C.
 - c. O T de uma OG de *classe 1* herda os seguintes traços: [-Caso: VAL] e [Tempo].

De acordo com o sistema de valoração de traços assumido aqui, o traço valorado de Caso que T herda de C em uma OG de *classe 1* pode atuar como um alvo para sondas [-Caso: _]. Além disso, propus, para dar conta da distribuição de preposições no complemento de certos predicados que podem subcategorizar OGs, que o morfema de gerúndio tem um traço de Caso a ser valorado:

- (3) O morfema de gerúndio {-ndo} tem um traço de Caso a ser valorado.

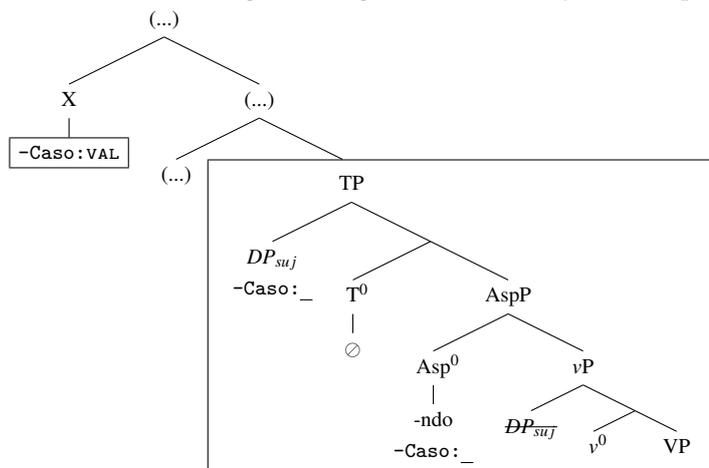
Se a relação apropriada de c-comando for atingida, o traço [-Caso: VAL] que T herda de C poderia ser um alvo para o traço [-Caso: _] em {-ndo}. O Caso que um DP-sujeito sem dúvida possui também poderia tomar esse traço como um alvo, novamente, desde que a configuração para valoração de traço possa ser obtida. Em uma OG de *classe 1*, tanto um CP quanto um TP são projetados. Esse C é especificado lexicalmente de tal maneira que ele possui um traço [-Caso: VAL], além de [Tempo]. Esse traço, durante a derivação, é herdado por T. A presença desse traço permite que todas as instâncias de [-Caso: _] dentro de uma OG de *classe 1* sejam valorados dentro da estrutura da própria OG. É por essa razão que denomino as OGs de *classe 1* como **auto-suficientes para Caso**: elas contêm todos os recursos necessários para valorar os traços de Caso em seu interior. Desse modo, elas não precisam, na verdade, não podem, depender de um valorador externo de Caso. Esquemáticamente:

(4) *Herança de traços e auto-suficiência para Caso em OGs de classe 1*

A OG em (4) é um CP. Durante a derivação, os traços [-Caso: VAL] e [Tempo], que são gerados em C porque são sua especificação lexical, são herdados por T. Esse traço valorado de Caso herdado é responsável pela valoração de Caso do morfema de gerúndio e do sujeito da OG. Devido à presença desse traço herdado, as OGs dessa classe não precisam depender de um alvo externo de Caso, daí o nome ‘OG auto-suficiente para Caso’.

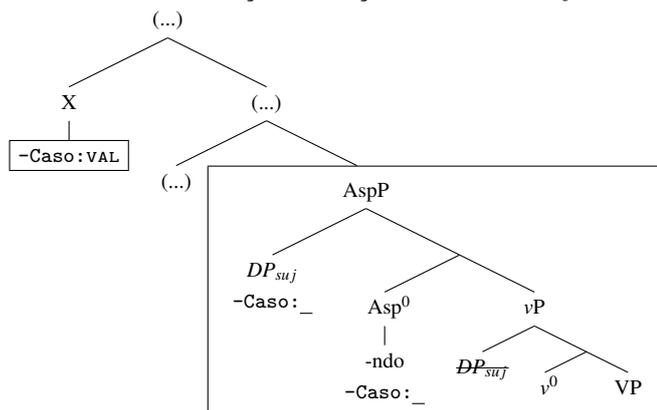
Em contraste, OGs de *classe 2* e de *classe 3* não projetam CP, de modo que não pode ocorrer herança de um traço valorado de Caso. Como consequência, todos os traços [-Caso: _] dentro dessas OGs vão depender de um alvo externo de Caso para serem valorados. Devido a essa dependência, OGs de *classe 2* e as de *classe 3* são agrupadas sob o termo **OGs não-auto-suficientes para Caso**. Por um lado, essa dependência externa é uma exigência de condições de legibilidade impostas pelas interfaces: o traço de Caso é não-interpretável e portanto ele precisa ser deletado antes que a derivação atinja as interfaces. No sistema de valoração de traços assumido, isso é feito via Agree. É por isso que todas as instâncias de [-Caso: _] dentro de uma OG devem passar por Agree. Para OGs de *classe 2* e de *classe 3*, devido à ausência de CP e portanto de herança de traços, os traço de Caso dependem de um alvo externo (o traço valorado de Caso em X). Por outro lado, essa dependência é uma consequência específica do fato de OGs de *classe 2* e de OGs de *classe 3* não serem fases. OGs de *classe 2* projetam TP assim como OGs de *classe 1*. Porém, ao contrário delas, as OGs de *classe 2* não contém CP e portanto T não têm de onde herdar [-Caso: VAL] ou [Tempo].

- (5) *Ausência de herança de traços e de auto-suficiência para Caso em OGs de classe 2*



Da mesma forma, OGs de *classe 3* também não têm CP, mas, ao contrário tanto de OGs de *classe 1* como de OGs de *classe 2*, elas também não têm TP. Assim, herança de traços de C para T não é nem uma possibilidade para essa classe.

- (6) *Ausência de herança de traços e de auto-suficiência para Caso em OGs de classe 3*



Tendo apresentado as conseqüências das estruturas propostas para as possibilidades de marcação de Caso em cada OG, passamos finalmente para a derivação propriamente dita. Começamos com as OGs desiderativas.

3.2 OGs desiderativas

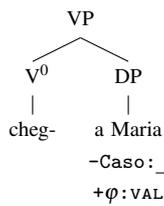
Um exemplo de sentença contendo uma OG desiderativa é o seguinte:¹

- (7) O João quis a Maria chegando mais cedo.

A derivação começa com a formação das projeções lexicais do predicado da OG encaixada, *chegar*.

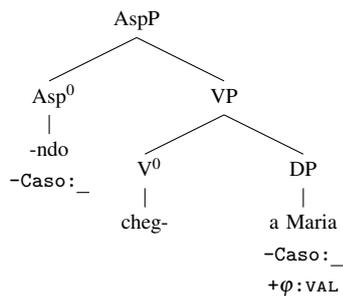
¹Abaixo, para simplificar a representação, omito o modificador *mais cedo* 'earlier'

(8)

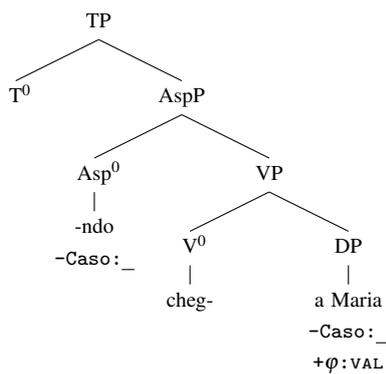


Depois, projeções funcionais são formadas. Primeiro, AspP, o núcleo do qual é $\{-ndo\}$, seguido de TP e CP. Lembremos que proponho que o morfema de gerúndio tem um traço de Caso a ser valorado.

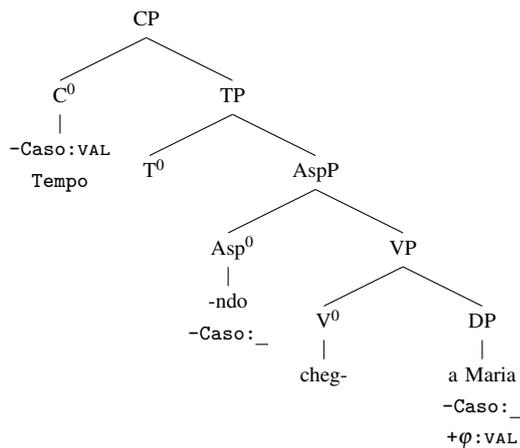
(9) a.



b.

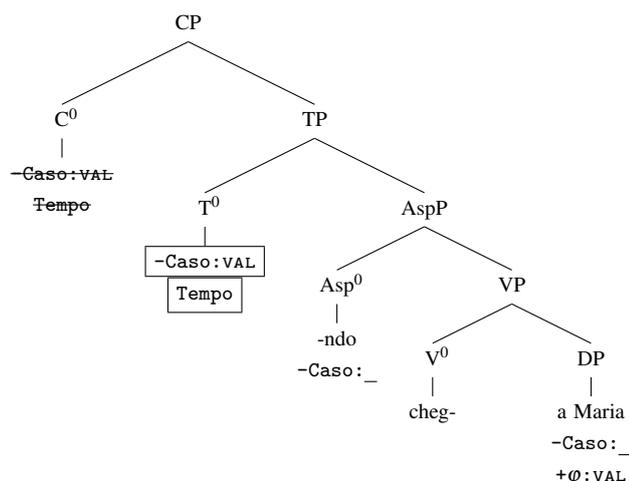


c.



Depois que CP é formado, uma fase foi construída. Todas as operações sintáticas desencadeadas pelas peças usadas para formar essa fase devem ser efetuadas dentro dessa fase. A primeira dessas operações é herança dos traços de Caso e de tempo de C para T.

(10)



Nesse ponto da derivação, há duas sondas, de acordo com a definição assumida no capítulo 2 (i.e., um traço que precisa ser valorado): o traço de Caso do morfema de gerúndio (Asp) e o do DP *a Maria*. Depois de herança de traços de C para T, Asp, via AspP, passa a estar numa relação de c-comando mútuo com um objeto sintático que agora tem um traço que pode valorar o seu traço de Caso, isto é, T. Por causa dessa relação de Agree, o [-Caso: _] em {-ndo} pode ser valorado e deletado.

Proponho que operações sintáticas como sondagem podem ocorrer simultaneamente. Uma vantagem conceitual potencial é que isso pode permitir que imperfeições sejam corrigidas o mais cedo possível na derivação. Ao mesmo tempo em que o traço de Caso no morfema de gerúndio começa a sua sondagem, isto é, logo após herança de traços, o traço de Caso no DP *a Maria* também começa a sua, em paralelo. Não há um alvo apropriado no domínio de c-comando/sondagem inicial desse DP. Por Last Resort e pela condição de economia que se segue dele (ambos repetidos abaixo), o DP pode se mover para estender o seu domínio de sondagem.

(11) *Last Resort* (Bošković, 2007, 610)

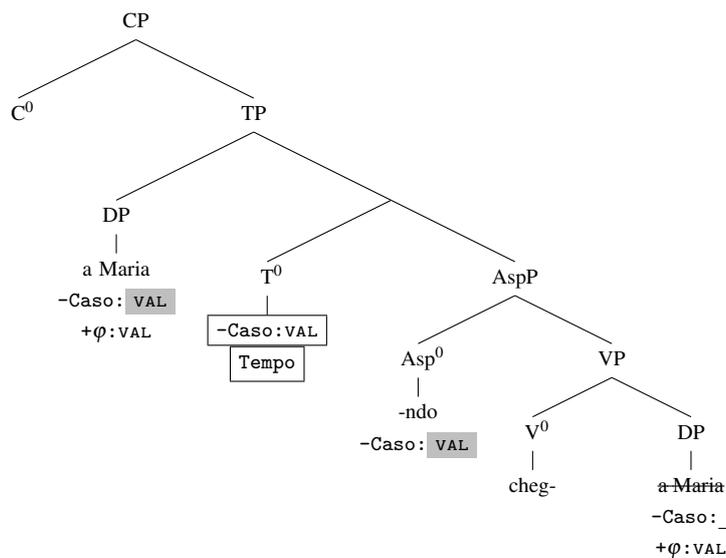
X undergoes movement iff without the movement, the structure will crash (with crash evaluated locally).

(12) *Extensão do domínio de sondagem*

Se um objeto sintático X, que tem uma sonda, não encontrar um alvo apropriado no seu domínio de sondagem inicial, X pode se mover para a primeira posição em que ele pode c-comandar um alvo. Esse movimento é restrito ao interior de uma fase.

A posição mais próxima é o Spec do T que acabou de herdar um traço de Caso de C. Dessa posição, o DP está numa relação de c-comando (mútuo) com (uma projeção de) T, que agora tem um traço valorado de Caso. Como consequência, o traço de Caso no DP pode ser valorado também, simultaneamente à valoração de Caso no morfema de gerúndio.

(13)

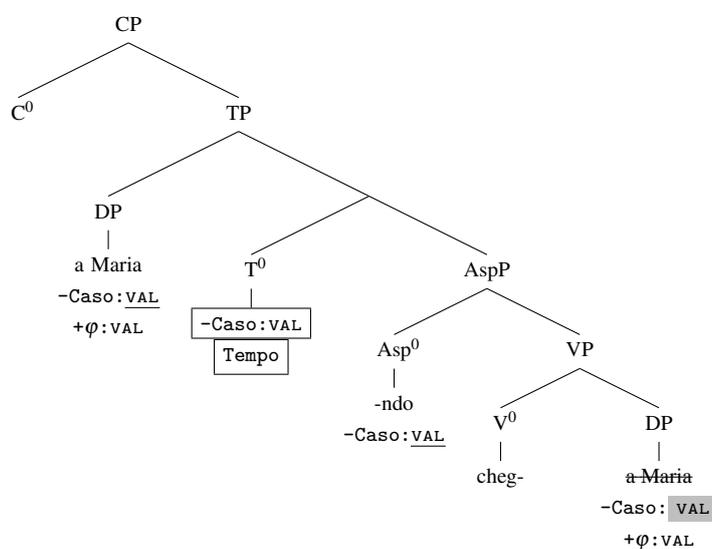


O traço [-Caso: VAL] que T herda de C também pode ser deletado, via Agree parasítico: ele participa de uma relação de Agree desencadeada por outro traço, a sonda, e pode ser deletado porque, apesar de valorado, ele é não-interpretável.

Como consequência de haver material suficiente na numeração para um CP ser construído, a OG que resulta dessa derivação até agora é um CP. Porque o núcleo desse CP tem um traço valorado de Caso, depois desse traço ser transferido para T, os traços não-valorados de Caso dentro da OG podem ser valorados dentro da própria OG. É nesse sentido que eu analiso essas OGs como sendo auto-suficientes para Caso: elas não dependem de nenhum elemento externo para satisfazer suas necessidades de Caso.

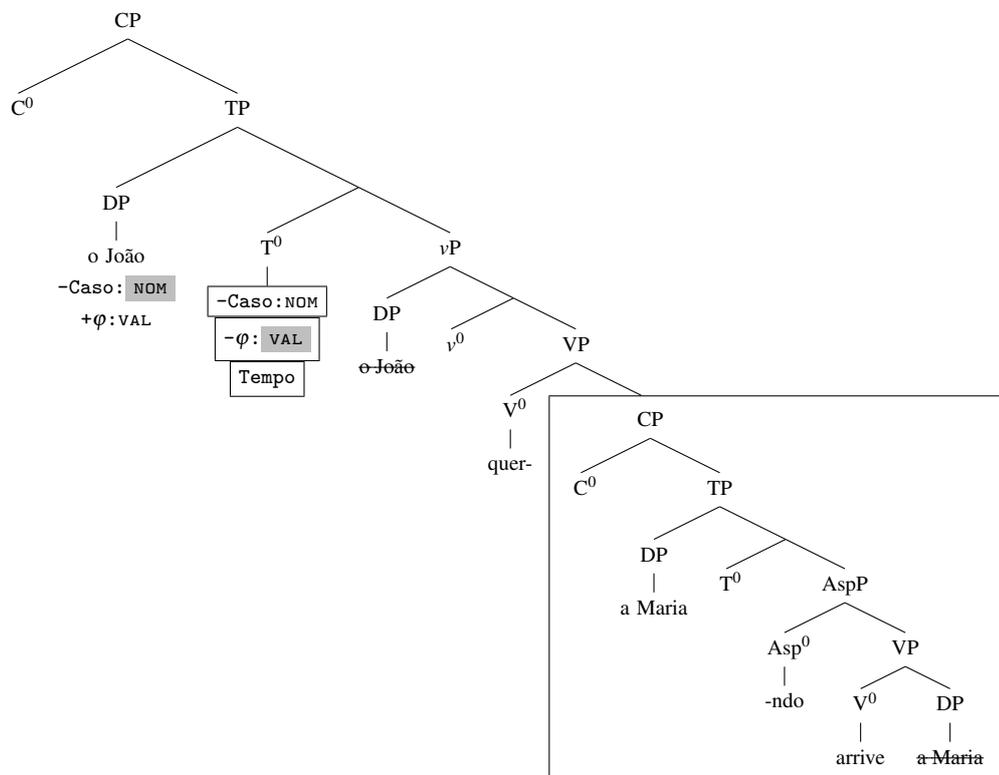
Porque o DP *a Maria* se moveu para ter o seu traço de Caso valorado, ele deixou uma cópia na posição de onde ele saiu. Essa cópia mais alta sonda a estrutura para valorar o traço não-valorado de Caso da sua cópia mais baixa, de modo que a derivação possa respeitar o Princípio de Interpretação Plena.

(14)



A derivação continua com a concatenação do CP formado até agora com *querer*. Depois, o TP e o CP da matriz são formados. Depois do CP ser construído, porque CP é uma fase, ocorrem operações sintáticas dentro dela. A primeira delas é herança de traços de C para T. Os traços $[-\varphi: _]$ que T herda são uma sonda. Ele sonda o seu domínio de c-comando e encontra os traços equivalentes, mas valorados do DP *o João*. $[-\varphi: _]$ podem então ser valorados. O DP também tem um traço que é uma sonda, a saber, o traço de Caso. Porque não tem um alvo no seu domínio de c-comando, o DP pode se mover para a primeira posição em que ele pode encontrar um alvo.² O DP se move então para a posição de Spec do T que acabou de herdar um traço valorado de Caso. Como resultado disso, o traço de Caso no DP pode ser valorado.

(15)



²Na verdade, a primeira fase dentro da oração-matriz é o vP, cujo domínio de c-comando vai passar por Spell-out assim que todas as operações dessa fase terem sido efetuadas, de modo que não vai restar mais nenhum traço de Caso com valor no domínio de c-comando de *o João*.

Essa é a derivação de uma OG desiderativa, de acordo com a análise proposta aqui.³ A seguir, consideramos como ela pode nos ajudar a explicar as propriedades do comportamento desse subtipo de OG. OGs desiderativas permitem negação sentencial – (16) – e advérbio sentencial – (17).

(16) O João quis/preferiu a Maria não mexendo um dedo.

(17) O João não quer a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.

Como vimos na seção 1.3, assumo que o licenciamento de negação sentencial e de advérbios sentenciais pressupõe a projeção de TP. De acordo com essa assunção, a gramaticalidade de (16) e de (17) não é surpreendente.

Outra propriedade de OGs desiderativas é que elas não permitem que o sujeito delas seja alçado para a posição de sujeito-matriz quando o verbo-matriz está na forma passiva – (18).

(18) *A Maria foi preferida *t* cantando na peça.

OGs desiderativas são auto-suficientes para Caso. Elas são CPs, onde ocorre herança de um traço de Caso de C para T. Esse traço de Caso pode ser o alvo do traço correspondente no morfema de gerúndio e o do sujeito da OG. Como consequência, todos os traços não-valorados de Caso dentro da OG podem ser valorados no interior da própria OG. Dessa forma, o sujeito da OG desiderativa se torna inativo na derivação mesmo antes de qualquer elemento matriz ser introduzido na derivação, já que o seu traço de Caso já foi valorado. Se a oração-matriz for passivizada, quando o T-matriz começa a sondar a estrutura em busca de um alvo que pode valorar os seus traços- ϕ , ele não encontra nenhum. A derivação fracassa porque traços não-interpretáveis e não-valorados (i.e., os traços- ϕ em T) acabam chegando nas interfaces. Além

³Marcello Modesto (c.p.) pergunta se é possível analisar OGs desiderativas como uma instância de oração de controle de objeto. Em outras palavras, (i-a) poderia ser analisada como em (i-b), tal como (ii-a) é comumente analisada como (ii-b)?

(i) a. O João prefere a Maria cantando.
b. o João [prefere [a Maria_i] [*PRO*_i cantando]].

(ii) a. O João convenceu a Maria a cantar.
b. o João [convenceu [a Maria_i] [a *PRO*_i cantar]].

Creio que não. OGs desiderativas e orações de controle de objeto apresentam comportamento contrastante em relação a substituição por proforma – (iii) –, passivização – (iv) – e acarretamento – (v).

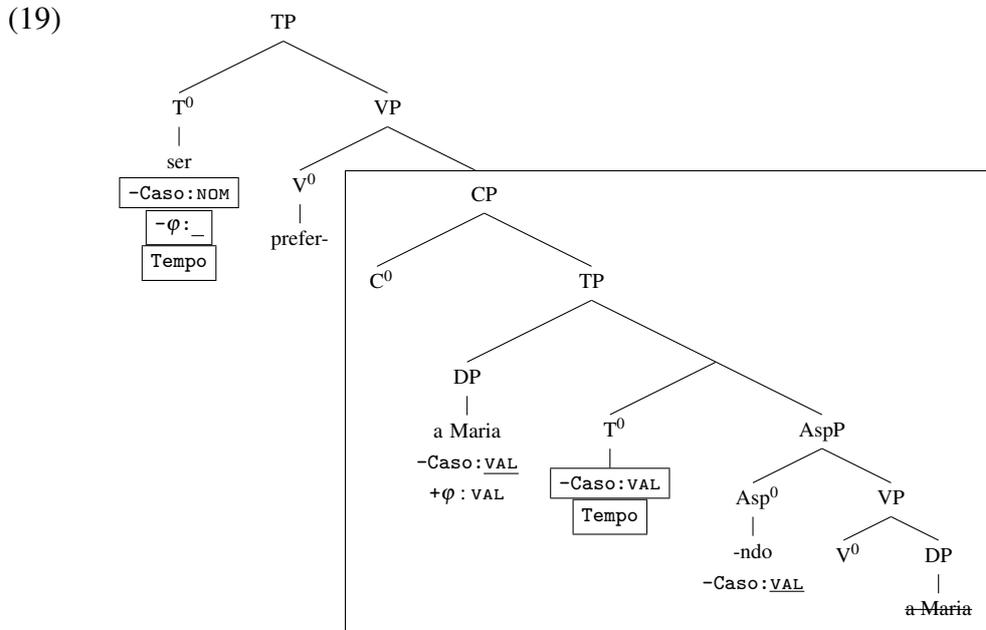
(iii) a. O João prefere isso.
b. *O João convenceu isso.

(iv) a. *A Maria é preferida cantando.
b. A Maria foi convencida a cantar.

(v) a. #O João prefere a Maria dormindo mais cedo. → O João prefere a Maria.
b. O João convenceu a Maria a dormir mais cedo. → O João convenceu a Maria.

Mas realmente há casos de OG de controle de objeto. Ver seção 4.3 abaixo.

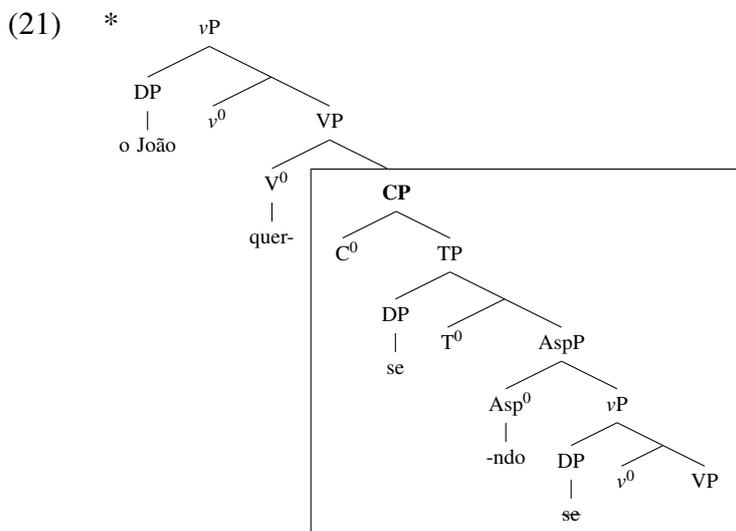
disso, sondagem é limitada ao domínio de uma fase. Uma vez que o sujeito de uma OG desiderativa e o T-matriz pertencem a fases diferentes, T não poderia alcançar o sujeito da OG desiderativa de qualquer forma. Assim, a explicação para a agramaticalidade de (18) é que se trata de uma violação das condições de legibilidade impostas pelas interfaces. Esquemáticamente:



Ainda outra característica de OGs desiderativas é que elas não permitem que o sujeito delas seja uma anáfora correferente com o sujeito-matriz.

(20) *O João_i se_i quis/preferiu cantando na peça.

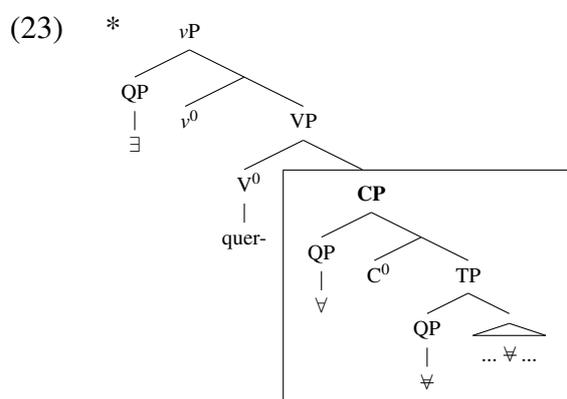
Na seção 2.3.1, vimos que incorporo a teoria de ligação em Chomsky and Lasnik (1993) e proponho que um domínio de ligação é uma fase. Tendo isso em mente, vamos ver a representação esquemática de (20):



Porque essa OG é um CP e portanto uma fase, ela conta como um domínio de ligação (representado em **negrito>**) para a anáfora *se* em [Spec, TP], já que essa é a menor fase que contém a anáfora. *Se* deveria ser interpretado como sendo correferente com um nome c-comandante dentro de uma fase CP. Porém, em (21), não há nenhum elemento desse tipo; a própria anáfora é o elemento nominal mais alto no CP/fase/domínio de ligação. A agramaticalidade de (20) está portanto explicada: é uma violação do Princípio A.

OGs desiderativas também não parecem permitir interação entre um quantificador dentro delas e um quantificador na oração-matriz. A representação esquemática de (22-a), por exemplo, é (23).

- (22) a. Algum professor quis/preferiu todo aluno cantando.
 ???*Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer quis/preferiu x cantando.*
- b. Três professores quiseram dois alunos cantando.
 ???*Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer queriam/preferiam eles cantando.*
- c. O João geralmente quer três alunos cantando.
 ???*Tem três alunos específicos tal que o João geralmente quer eles cantando.*



Para QR, também assumo uma análise baseada em fase, a saber, Wurmbrand (2013) (ver seção 2.3.2). De acordo com essa teoria, um QP tem que se mover borda de fase por borda de fase e nenhum movimento pode ser semanticamente vácuo, isto é, cada movimento tem que estender o escopo do QP. Em (23), o QP dentro da OG (um quantificador universal, \forall), tem que se mover para [Spec, CP] para poder observar a restrição fasal sobre QR. Esse é o caso porque OGs desiderativas foram analisadas como CPs e portanto como fases. No entanto, esse movimento não resulta na extensão do escopo do QP, já que não tem nenhum outro operador entre a posição de que ele se move ([Spec, TP]) e a posição para a qual ele se move ([Spec, CP]). Como consequência, o QP dentro da OG desiderativa não pode alcançar a oração-matriz, onde está o outro QP (o quantificador existencial, \exists). Assim, a análise proposta captura a impossibilidade de uma sentença como (22-a) apresentar uma leitura de escopo invertido.

3.2.1 Um argumento em favor da análise baseada em auto-suficiência para Caso

Além de verbos como *querer* e *preferir*, OGs também podem ser subcategorizadas por adjetivos como *preferível*.

(24) É preferível o João chegando mais cedo.

Essa OG pode ser classificada como uma OG desiderativa. Isso é sugerido pelo fato de que o adjetivo subcategorizante é formado pela mesma raiz que a do verbo *preferir*. Além disso, a OG que é complemento de *preferível* admite um ILP – (25-a); negação sentencial – (25-b) e advérbio sentencial – (25-c) parecem ser licenciáveis; essa OG não permite que o seu sujeito seja alçado – (25-d); coordenação com um CP pleno também parece ser possível – (25-e). Ligação e escopo invertido não podem ser testados porque *preferível* é predicado mono-argumental e o sujeito da sentença é um expletivo

- (25) a. É preferível as crianças sabendo matemática (*várias vezes) antes de entrarem na escola.
 b. É preferível a Maria não esquecendo lição alguma.
 c. É preferível a Maria provavelmente não sendo culpada.
 d. *Os alunos são preferíveis *t* chegando no horário.
 e. É preferível o João chegando mais cedo e que ele trabalhe com afinco.

O que é interessante de notar em relação a essa OG é que ela é complemento de um adjetivo, uma categoria que não atribui Caso. Dito alternativamente, essa é uma categoria que não possui um traço de Caso a ser valorado e que, portanto, não pode atuar como um alvo para uma sonda correspondente. Ainda assim, os traços de Caso dentro da OG precisam ser valorados. Mesmo ignorando a proposta de que o morfema de gerúndio tem um traço de Caso a ser valorado, o DP *o João* sem dúvida tem um traço de Caso. Como ele poderia ser valorado? O único elemento que claramente tem um traço valorado de Caso em uma sentença como (24) é o T-matriz. No entanto, o T-matriz não parece estar participando de uma relação de Agree com o sujeito da OG. Como podemos ver em (25-d), o sujeito da OG não pode ser movido para a posição de sujeito-matriz. Ademais, mesmo que ele permaneça dentro da OG, o verbo-matriz não concorda com ele. Em (25-a), por exemplo, o sujeito da OG é plural, enquanto o verbo-matriz, singular; isso sugere que não há Agree entre eles. Significativamente, esse não é um caso de concordância “opcional”. Mesmo para os falantes cujas sentenças VS apresentam concordância (cf. Britto 2000) – (26-b) –, (27) não é bem formada.

- (26) a. As cartas chegaram.
 b. Chegaram as cartas.

(27) *São preferíveis as crianças sabendo matemática.

Na ausência de algo para valorar o Caso do sujeito da OG, a previsão é que sentenças como as em (24) e (25) deveriam todas ser agramaticais. Essa previsão é contrária aos fatos. A análise proposta aqui pode fazer a previsão correta, uma vez que ela implica auto-suficiência para Caso. A OG subcategorizada por *preferível* é analisada como sendo um CP. Do núcleo desse CP, T herda um traço de Caso, [-Caso:VAL]. Esse traço pode valorar o traço correspondente, mas não-valorado no sujeito da OG.

Que a análise possa explicar a possibilidade de um adjetivo como *preferível* subcategorizar uma OG e que ela forneça uma maneira de explicar a marcação de Caso dentro dessa OG, pode ser considerado como um argumento empírico em favor da análise.

3.2.2 Um problema potencial: clítico acusativo como sujeito da OG desiderativa

Apesar da análise proposta parecer ser capaz de explicar a ocorrência de OGs desiderativas no complemento de adjetivos, enfrento um problema quando clíticos acusativos são considerados.⁴ O sujeito da OG desiderativa não pode ser uma anáfora correferente com o sujeito-matriz, como vimos em (20), mas ele pode ser um pronome:

(28) O João me quer cantando na peça.

Esse tipo de dado é um desafio para a análise porque o sujeito da OG, *me*, parece ter se movido para dentro da oração-matriz. Além disso, esse sujeito é uma forma acusativa, o que sugere que ele recebeu Caso do verbo desiderativo matriz. Na análise que proponho, movimento do sujeito de uma OG desiderativa para dentro da oração-matriz é inesperado. Na análise, isso é uma consequência desse sujeito ter tido o seu traço de Caso valorado dentro da própria OG. Porque o sujeito pode ter o seu traço de Caso valorado dentro da OG, ele tem o movimento subsequente proibido por economia.

Não tenho uma explicação para a boa formação de (28). No melhor dos casos (para a análise proposta), existe algum fator extra em jogo, de modo que a análise ainda pode se manter de pé. Esse fator extra pode ter alguma coisa a ver com a natureza clítica do sujeito da OG. Talvez ele se mova depois de ter ocorrido marcação de Caso dentro da OG, mas esse movimento subsequente não tem nada a ver com Caso, de modo que economia não se aplicaria. Alternativamente, o clítico poderia se mover antes de marcação de Caso dentro da OG, de modo que ele ainda estaria ativo na derivação e, novamente, nenhum problema de economia surge. Essas idéias têm alguma plausibilidade porque clíticos provavelmente realmente têm um estatuto fonológico e sintático diferente.

Ainda assim, a forma acusativa do clítico não é facilmente abarcável na análise. Na realidade, a identidade do Caso dentro da OGs de *classe I* (supondo que a análise esteja correta) é uma incógnita. Note que eu convenientemente usei o rótulo ‘VAL’ para designar o Caso que T

⁴Gostaria de agradecer ao Renato Lacerda (c.p.) por ter me chamado a atenção para o problema.

herda de C. Para usar uma metáfora gasta, o clítico acusativo em sentenças como (28) pode ser apenas a ponta do icebergue. Deixo esse problema para investigações futuras.

3.3 OGs adverbiais altas

O outro subtipo de OG que pertence à *classe 1* são as OGs adverbiais altas. OGs adverbiais altas podem ter uma leitura causal – (29-a), (30-a) – ou condicional – (29-b), (30-b). Elas apresentam ainda uma propriedade bastante interessante relativa à realização do seu sujeito, que pode ser ou um DP manifesto (*o João*) – (29-a), (29-b) – ou uma categoria vazia – (30-a), (30-b). Pelo que eu saiba, nenhum outro subtipo de OG apresenta a mesma possibilidade.

- (29) a. O João chegando mais cedo, a firma conseguiu terminar o trabalho.
 b. O João chegando mais cedo, a firma vai conseguir terminar o trabalho.
- (30) a. *ec* Chegando mais cedo, o João conseguiu terminar o trabalho.
 b. *ec* Chegando mais cedo, o João vai conseguir terminar o trabalho.

Com efeito, a realização do sujeito dos três subtipos de OG adverbial considerados aqui são um desafio para análises lidando com OGs e com realização de sujeito. O sujeito de OGs adverbiais baixas (ver seções 4.4 e 6.4) é necessariamente nulo:

- (31) a. O João caminha *ec* ouvindo música.
 b. *O João caminha o irmão ouvindo música.

Inversamente, o sujeito de OGs adverbiais preposicionadas (ver seções 5.3 e 6.5) é necessariamente um DP manifesto:

- (32) a. *Os irmãos conseguiram estudar com *ec* gritando.
 b. O João conseguiu estudar com os irmãos gritando.

No capítulo 6, apresento uma derivação passo-a-passo de cada OG adverbial e tento formular uma explicação para as possibilidades e restrições de realização do sujeito de cada uma. Por ora, bastam a representação final das sentenças contendo a OG adverbial e a explicação das propriedades listadas no capítulo 1.

Antes de mais nada, tento identificar a posição de OGs adverbiais altas, com o auxílio de dados que envolvem relações que podem ou não ser estabelecidas entre a OG adverbial alta e a oração-matriz. Os dados em (33) mostram que o *algum* pós-nominal, que eu considere ser um NPI, não pode ser licenciado por uma negação sentencial localizada dentro da oração-matriz.

- (33) *Licenciamento de um NPI em uma OG adverbial alta por negação sentencial-matriz*
 a. *O João terminando trabalho algum, a empresa não fica satisfeita.
 b. *O João terminando trabalho algum, a empresa não ficou satisfeita.

- c. *Terminando trabalho algum, o João não fica satisfeito.
- d. *Terminando trabalho algum, o João não ficou satisfeito.

Isso pode ser explicado se a OG adverbial alta estiver adjungida a uma porção da oração-matriz que é alta demais para ser c-comandada por negação sentencial na oração-matriz. Uma conclusão semelhante pode ser extraída dos dados em (34), que indicam que a OG adverbial alta é pronunciado antes de um constituinte-Wh-matriz (*quem*). Essa ordem foi observada por Lobo (2001).

- (34) *Ordem entre a OG adverbial alta e um constituinte-Wh-matriz*
- a. O João tirando boas notas, quem vai ficar contente?
 - b. O João tirando boas notas, quem ficou contente?
 - c. Tirando boas notas, quem vai ficar contente?
 - d. Tirando boas notas, quem ficou contente?

Essa ordenação pode ser explicada se a OG adverbial alta estiver localizada acima do CP-matriz, para onde o constituinte-Wh se move.

Se o sujeito da OG adverbial alta for uma expressão-R, ele pode ser correferente com o sujeito-matriz sem violar o Princípio C.

- (35) *Correferência entre o sujeito da OG adverbial alta e um sujeito-matriz pronominal*
- a. O João_i conseguindo chegar mais cedo, ele_i vai ficar orgulhoso.
 - b. O João_i conseguindo chegar mais cedo, ele_i ficou orgulhoso.

Novamente, essa possibilidade pode ser explicada se a OG adverbial alta estiver numa posição que é alta demais para ser c-comandada pelo sujeito-matriz.

Em resumo, os dados em (33), (34) e (35) sugerem que a OG adverbial alta está alto demais na estrutura da sentença para interagir com elementos da oração-matriz (daí o nome dado a essa OG). No entanto, outras propriedades do comportamento desse subtipo de OG levam à conclusão oposta. Em (36), vemos que um pronome dentro do sujeito da OG adverbial alta pode ser ligado por um sujeito quantificado na oração-matriz.

- (36) *Licenciamento de uma variável na OG adverbial alta por um quantificador-matriz*
- a. O filho dele_i tirando boas notas, todo pai_i fica contente.
 - b. O filho dele_i tirando boas notas, todo pai_i ficou contente.

Assumindo que a ligação de uma variável implica c-comando, a conclusão é que o sujeito-matriz pode realmente c-comandar para dentro da OG adverbial alta, ao contrário do que concluímos da ausência de violação do Princípio C em (35).

Os dados de licenciamento de NPI em (37) apontam para a mesma conclusão. Apesar de (33) ter mostrado que uma negação sentencial na matriz não pode licenciar um NPI contido na OG adverbial alta, se o sujeito-matriz for negativo, o resultado é consideravelmente melhor:

- (37) *Licenciamento de um NPI na OG adverbial alta por um sujeito-matriz negativo*
- a. ?Aluno algum tirando boa nota, nenhum professor vai ficar contente.
 - b. Aluno algum tirando boa nota, nenhum professor ficou contente.

Que um sujeito negativo pode licenciar *algum* pós-nominal pode ser visto em (38), onde estão listadas as propriedades usuais de licenciamento de NPI, a saber, a presença obrigatória de um licenciador negativo – (38-b) –, c-comando – (38-c) – e localidade – (38-d).

- (38)
- a. Nenhum professor ajudou aluno algum.
 - b. *O professor ajudou aluno algum.
 - c. *O pai de nenhum professor ajudou aluno algum.
 - d. *Nenhum professor disse que a Maria ajudou aluno algum.

Ainda outra evidência de que o sujeito-matriz realmente c-comanda para dentro da OG adverbial alta é fornecida por dados com *cada... o outro*, como (39).

- (39) *Licenciamento de ‘cada... o outro’*
- a. O outro cooperando, cada membro do par vai conseguir terminar a tarefa.
 - b. O outro cooperando, cada membro do par conseguiu terminar a tarefa.

Em (39), *o outro* está no sujeito da OG adverbial alta, enquanto *cada* é parte do sujeito-matriz. Assumindo que *cada* tem que c-comandar *o outro*, concluímos que realmente há uma relação de c-comando entre o sujeito da oração-matriz e o da OG adverbial alta.

Como poderíamos explicar as propriedades contraditórias de (35) (não deve haver c-comando), de um lado, e de (36), (37), (39) (deve haver c-comando), de outro? Ao mesmo tempo, como é possível dar conta da posição relativamente alta da OG adverbial alta, como sugerido por (33) e por (34)?⁵

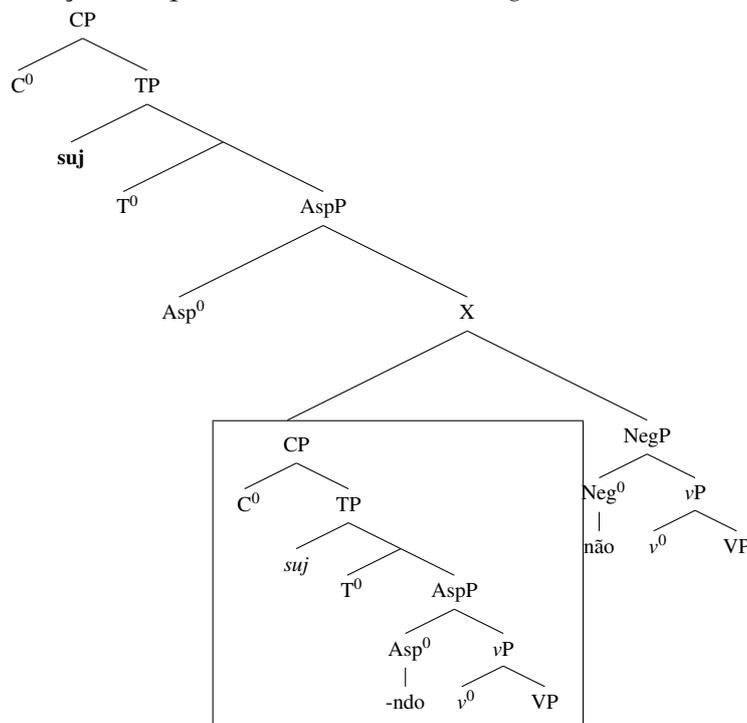
Como tentativa de solucionar esse conflito, sigo Thompson (2005, 39), que propõe que advérbios em posição inicial não são gerados nessa posição, mas movidos até lá. Com base nisso, proponho que essa OG é gerada numa posição que é alta o suficiente para que ela não seja c-comandada por negação sentencial na oração-matriz, mas que é baixa o suficiente para que ela possa ser c-comandada pelo sujeito-matriz. Mais tarde na derivação, a OG é movida para uma posição mais alta, de modo que ela acaba sendo pronunciada à esquerda da oração-matriz. Dessa posição mais alta, OGs adverbiais altas continuam escapando de serem c-comandadas por negação sentencial na oração-matriz. Se a posição que é alvo do movimento for mais alta que o CP-matriz, ela também captura o fato que a OG adverbial alta precede um constituinte-Wh movido na oração-matriz – (34). Adicionalmente, dessa posição mais alta, um sujeito-matriz pronominal pode não c-comandar uma expressão-R na OG adverbial alta, capturando a ausência

⁵Por terem me chamado a atenção para os problemas nas minhas afirmações anteriores sobre a posição de OGs adverbiais altas e por comentários e discussão úteis, gostaria de agradecer Renato Lacerda (c.p.), Jairo Nunes (c.p.), Koji Shimamura (c.p.) e Susi Wurmbrand (c.p.). Obviamente, qualquer problema de compreensão e erros restantes são de minha inteira responsabilidade.

de efeitos de Princípio C em (35).

Mais precisamente, proponho que OGs adverbiais altas são geradas sob uma projeção X que é mais baixa que AspP, mas mais alta que a posição de negação sentencial, que eu assumo estar localizada entre AspP e vP . Por ora, mais importante que a identidade precisa de X é a posição relativa de X na estrutura como um todo.⁶

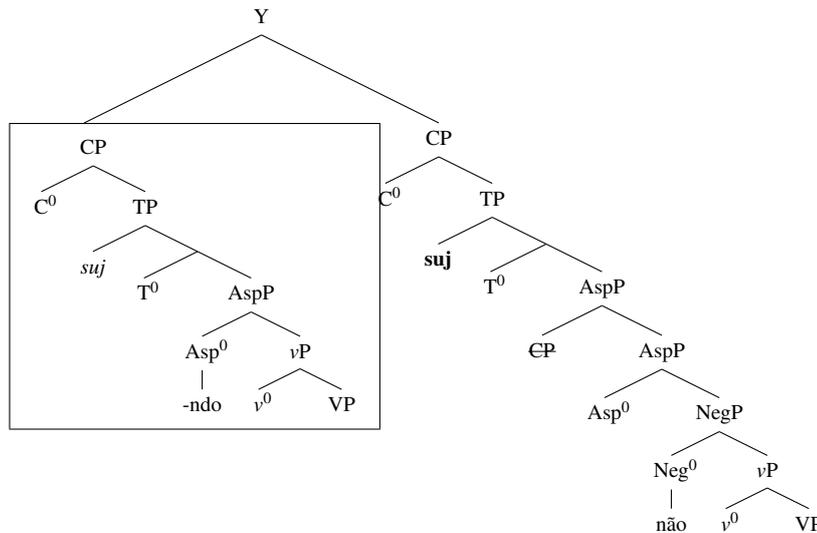
(40) *Posição em que a OG adverbial alta é gerada*



A posição de geração proposta para a OG adverbial alta em (40) pode explicar por que um NPI dentro da OG adverbial alta não pode ser licenciado por negação sentencial na matriz: a negação sentencial está abaixo do X onde a OG adverbial alta é gerada, de modo que ela não pode c-comandar para dentro da OG. Isso dá conta dos dados em (33). Em contrapartida, se o sujeito da OG adverbial alta (*suji* em (40)) contiver um NPI, esse NPI vai ser c-comandado por um sujeito-matriz (**suji** em (40)) negativo. Isso dá conta dos fatos em (37). Essa relação de c-comando entre **suji** e *suji* pode capturar também a possibilidade de ligação de variável em (36) e a possibilidade de c-comando em *cada... o outro* em (39).

As demais propriedades do comportamento de OGs adverbiais altas podem ser capturadas pela proposta de que OGs adverbiais altas são geradas em uma posição – (40) –, mas pronunciadas em outra – (41). Especificamente, proponho que OGs adverbiais altas são movidas para uma posição dentro de uma projeção Y , que fica acima de CP.

⁶A posição em (40) pode receber motivação adicional das propriedades de interpretação temporal de OGs adverbiais altas. Ver seção 7.4.1 abaixo.

(41) *Posição em que a OG adverbial alta é pronunciada*

Essa proposta captura um dos fatos básicos sobre OGs adverbiais altas, a saber, que elas são pronunciadas numa posição que precede a oração-matriz. OGs adverbiais altas contrastam portanto com OGs adverbiais baixas e com as preposicionadas, ambas as quais são precedidas pela oração-matriz, como vemos em (31-a) e em (32-b), repetidos abaixo.

(42) O João caminha [ouvindo música].

(43) O João conseguiu estudar [com os irmãos gritando].

A proposta também captura o fato de que a OG adverbial alta precede um constituinte-Wh na oração-matriz, como vimos em (34); o constituinte-Wh se move para a posição de Spec do CP-matriz, que é dominado pela projeção de *Y*. Além disso, a posição em (41) é consistente com a ausência de efeitos de Princípio C em (35): o sujeito da OG adverbial alta (*suj*) é o DP mais alto em (41) e, assim, nenhum DP o *c*-comanda, em observância ao Princípio C. A hipótese nula, de acordo com a teoria de movimento por cópia (ver Nunes 2004) é que qualquer cópia de um constituinte movido está disponível para interpretação. Dessa forma, a cópia mais alta de *suj* em (41) deveria estar disponível para interpretação também. Há, portanto, pelo menos um momento na derivação em que *suj* não é *c*-comandado pelo **suj** da oração-matriz. Se **suj** for um pronome e *suj*, uma expressão-R, dada a estrutura em (41), o Princípio C é satisfeito.⁷

Tendo clarificado a posição de OGs adverbiais altas, podemos voltar a atenção para outras propriedades do comportamento dessas OGs. Primeiro, negação sentencial pode ser licenciada dentro de um adverbial alta, independente da sua leitura (condicional: (44-a), (45-a); causal: (44-b), (45-b)) e da realização do seu sujeito (DP manifesto: (44-a), (44-b); nulo: (45-a), (45-b)).

(44) a. O João não mexendo um dedo, não dá para passar no vestibular.

⁷Na etapa da derivação representada em (40), **suj** realmente *c*-comanda *suj*, violando o Princípio C. Mas existe outra etapa na derivação – (41) –, uma que envolve outra cópia de *suj*, em que o Princípio C pode ser satisfeito.

- b. A Maria não mexendo um dedo, a firma levou anos para terminar o trabalho.
- (45) a. Não mexendo um dedo, a Maria não passa no vestibular.
b. Não mexendo um dedo, a Maria levou anos para terminar o trabalho.

O advérbio sentencial *provavelmente* também pode ser licenciado dentro de OGs adverbiais altas.⁸

- (46) a. A aeronave provavelmente tendo sofrido uma pane na volta, o piloto contactou a torre de controle.
b. Provavelmente tendo sofrido um colapso nervoso, o enfermeiro recebeu uma licença no trabalho.

De acordo com as assunções feitas aqui, licenciamento de negação e advérbio sentenciais pressupõem TP. Essa projeção realmente está incluída em uma OG de *classe I* como a OG adverbial alta, o que explica a gramaticalidade das sentenças em (44)–(45) e (46).

Em contraste, é esperado que alçamento, ligação e escopo invertido não sejam possíveis em OGs adverbiais altas porque, de acordo com minhas assunções e propostas, essas são propriedades dependentes de fase. OGs adverbiais altas foram analisadas como CPs e, portanto, como fases. Como consequência, um sujeito anafórico vai ter que ser sempre ligado no interior da própria OG e, portanto, não pode haver interação entre a OG adverbial alta e a oração-matriz para propósitos de ligação. Essa expectativa corresponde aos fatos:⁹

- (47) a. * Se_i cantando, o $João_i$ foi às lágrimas.
b. * Se_i cantando, o $João_i$ vai às lágrimas.

Também esperada é a impossibilidade de uma leitura de escopo invertido.

- (48) a. Todo aluno cantando, algum professor ficou feliz.
???Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer ficou feliz porque x cantou.
b. Todo aluno cantando, algum professor vai ficar feliz.
???Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer vai ficar feliz se x cantar.
- (49) Dois alunos cantando, três professores vão ficar felizes.

⁸Em (46), considerei apenas OGs adverbiais altas de leitura causal porque parece ser o caso que OGs adverbiais altas de leitura condicional não podem conter um advérbio como *provavelmente*. Isso é possivelmente um problema independente, já que outras sentenças condicionais contendo esse advérbio também são má formadas:

(i) *???Se o enfermeiro provavelmente sofrer um colapso nervoso, o hospital vai dar uma licença para ele.*

Em todo caso, basta que *provavelmente* possa ser licenciado em OGs adverbiais altas de leitura causal, como vemos em (46).

⁹Na posição proposta para a geração de OGs adverbiais altas – (40) –, o sujeito-matriz c-comanda o sujeito da OG adverbial alta. Ainda assim, essa relação de c-comando está fora da OG, a qual, sendo um CP, deve funcionar como um domínio de ligação para uma anáfora na posição de sujeito da OG.

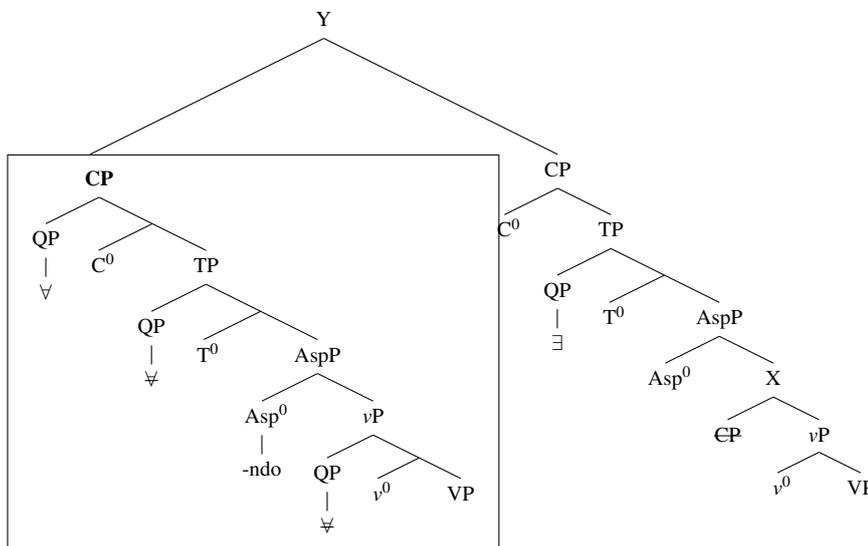
???*Tem dois alunos específicos tal que três professores quaisquer vão ficar felizes se esses alunos cantarem.*

(50) Dois alunos cantando, o João geralmente fica feliz.

???*Tem dois alunos específicos, tal que o João geralmente fica feliz se esses alunos cantam.*

A representação esquemática de (48) está abaixo. Mesmo se a OG adverbial alta for interpretada na posição alta em que ele é pronunciada,¹⁰ um quantificador dentro da OG só pode ser alçado para a borda de uma fase CP, que é a projeção mais alta dessa OG. Dessa posição, o QP não pode alcançar um quantificador na oração-matriz. Dessa forma, o movimento do quantificador da OG adverbial alta é excluído por ser semanticamente vácuo.

(51)



Contudo, ao contrário das expectativas, parece ser possível que o sujeito da OG seja o sujeito da oração-matriz passivizada – (52):

- (52) a. Tendo batido o recorde de velocidade, a Maria foi recebida com aplausos pela torcida.
 b. Batendo o recorde de velocidade, a Maria vai ser recebida com aplausos pela torcida.

Essa possibilidade é um contra-argumento empírico para a análise? Não. Como vamos ver no capítulo 6, assumindo a teoria de controle por movimento (Hornstein, 1999, 2003; Boeckx et al., 2010) e movimento lateral (Nunes, 2004), existe um momento na derivação de uma sentença contendo um adverbial alta em que o sujeito da OG adverbial alta pode se mover para dentro da oração-matriz. Esse movimento ocorre num ponto em que o sujeito dessa OG ainda não foi marcado com Caso e, portanto, o movimento é condizente com a condição de ativação. Além disso, que o sujeito saia da OG não acaba fazendo com que a derivação fracasse. Em

¹⁰Na posição mais baixa onde a OG adverbial alta é gerado, c-comando não é nem uma possibilidade.

vista dessas possibilidades (ver detalhes na seção 6.6), a possibilidade de alçamento do sujeito da OG adverbial alta, na verdade, se torna previsível; essa é uma possibilidade que resulta de fatores extras que estão atuantes na derivação desse subtipo particular de OG.

3.4 Conclusão

Neste capítulo, nós consideramos OGs desiderativas e OGs adverbiais altas. Essas são as OGs que pertencem à *classe 1*, que projetam a estrutura mais complexa entre as OGs. Assumindo herança de traços, o resultado é que essas OGs são auto-suficientes para Caso: um traço valorado de Caso é herdado por T a partir de C. Esse traço permite que todos os traços de Caso em busca de um valor (uma sonda) dentro da OG sejam valorados dentro da própria OG. Isso explica a impossibilidade de alçamento do sujeito em OGs desiderativas, uma das propriedades distintivas desse subtipo de OG (ver seção 1.2). Isso foi mostrado na derivação passo-a-passo de OGs apresentada na seção 3.2, a qual segue o sistema delineado no capítulo 2. Eu tentei explicar também não apenas a impossibilidade de alçamento, mas também as outras propriedades usadas para descrever e classificar OGs. Elas foram derivadas ou da maneira por que a computação de OGs desiderativas procede ou das projeções que constituem esse tipo de construção, em particular, o CP delas, uma projeção de fase.

Na seção 3.3, nós demos uma olhada em OGs adverbiais altas. Prestamos atenção especialmente na posição dessas estruturas. Propus que OGs adverbiais altas são geradas numa posição, mas movidas para uma posição mais alta, onde elas são pronunciadas. Isso explicou as propriedades aparentemente contraditórias da interação entre a OG adverbial alta e a oração-matriz.

Capítulo 4

OGs de classe 3

Depois de ter considerado OGs de *classe 1*, vamos para o outro extremo das classes propostas, isto é, para as OGs de *classe 3*. Enquanto OGs de *classe 1* projetam a estrutura mais complexa, OGs de *classe 3* projetam apenas o AspP mínimo. Assim como fiz no capítulo anterior, vou tentar derivar as propriedades dos subtipos de OG que pertencem a essa classe dessa estrutura, juntamente com as assunções que fiz sobre OGs em geral e sobre o modo como a computação sintática funcionaria. Ademais, lembremos da seção 3.1 que as OGs de *classe 3* são, juntamente com as OGs de *classe 2*, instâncias de OGs que *não* são auto-suficientes para Caso. Para OGs de *classe 3*, isso é uma consequência da OG projetar apenas AspP, de modo que não há possibilidade de ocorrer herança de um traço valorado de Caso. Conseqüentemente, todos os traços de Caso dentro de uma OG de *classe 3* vão ter que ser valorados por um alvo externo.

OGs de *classe 3* incluem OGs perceptuais – (1-a) –, existenciais – (1-b) –, de controle de objeto – (1-c) –, OGs adverbiais baixas – (1-d) – e adnominais – (1-e).

- (1) a. O monitor flagrou o aluno colando na prova.
- b. Tem umas crianças gritando no apartamento ao lado.
- c. O médico manteve os pacientes esperando por várias horas.
- d. A Paula sempre faz a caminhada dela ouvindo mp3.
- e. Esses meninos jogando bola na rua são filhos do vizinho.

O comportamento delas em relação às propriedades consideradas aqui está resumido na tabela abaixo:

Subtipo de OG	ILP	Negação	Advérbio	Alçamento	Anáfora	Escopo
<i>Perceptual</i>	*	???	*	✓	✓	?
<i>Existencial</i>	*	???	*	*	*	–
<i>Controle de objeto</i>	*	*	*	✓	✓	?
<i>Adv baixo</i>	*	*/???	*	–	–	–
<i>Adnominal</i>	*	*	*	–	*	–

Tabela 4.1: Comportamento de OGs de *classe 3*

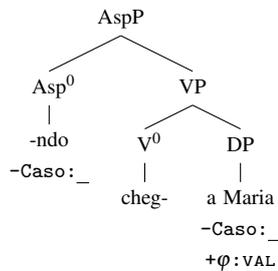
Neste capítulo, vamos ver a derivação passo-a-passo dos subtipos de OG listados acima e uma explicação mais detalhada do comportamento deles. Vamos prestar atenção especialmente para os casos em que o comportamento de uma OG é divergente em relação às demais OGs de *classe 3*. Vou tentar identificar os fatores extras que determinam esse “desvio de comportamento”.

4.1 OGs perceptuais

A derivação de uma sentença como (2), em que o complemento é uma OG perceptual, começa com a construção das projeções lexicais do predicado encaixado. Depois, o morfema de gerúndio, o núcleo de AspP, é concatenado com o VP formado.

(2) O João ouviu a Maria chegando.

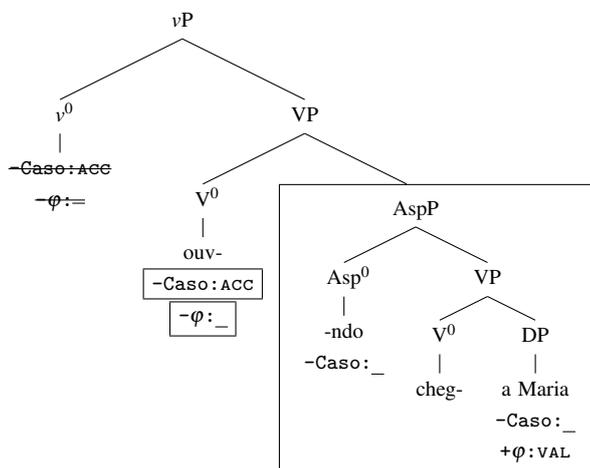
(3)



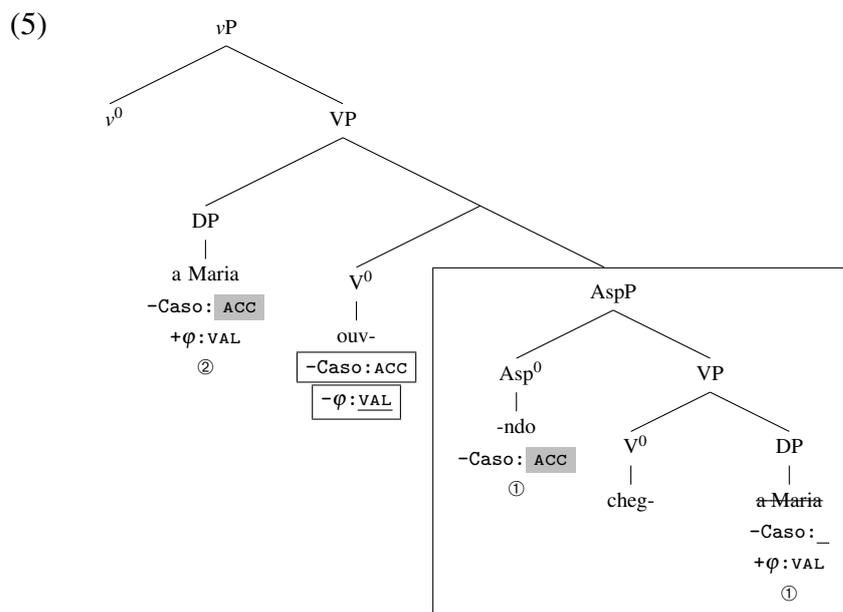
Se essa fosse uma OG de *classe 1* OG, a derivação continuaria com a construção de TP acima de AspP e, depois, de CP. Mas essa é uma OG de *classe 3*, que consiste apenas na estrutura mínima necessária para que se possa construir qualquer OG.

Como AspP não é uma fase, a derivação continua com a extração de material da numeração e com a extensão da estrutura, apesar de haver duas sondas na estrutura derivada até o momento (as duas instâncias de [-Caso: _], uma em {-ndo}, a outra, no DP *a Maria*). O verbo perceptual é retirado da numeração e combinado com o AspP derivado até o momento. Depois, *v* entra na derivação e uma fase é finalmente derivada. Como consequência de uma fase ter sido construída, ocorre herança de traços de *v* para V.

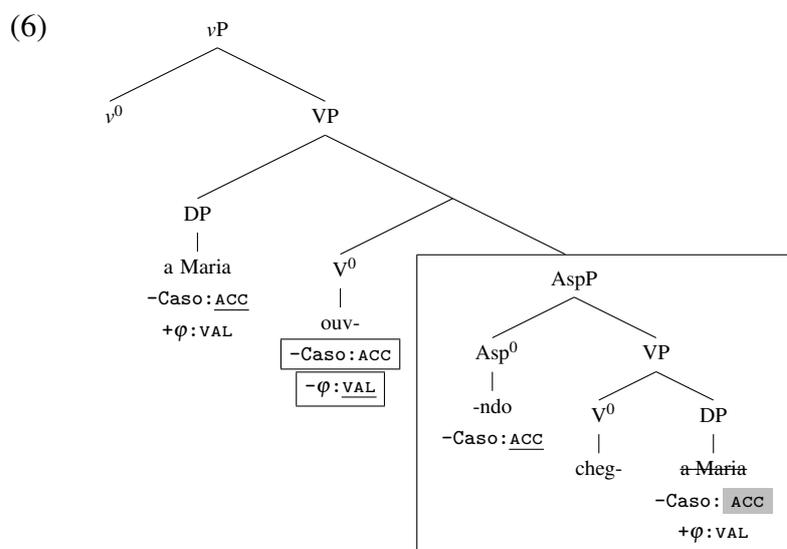
(4)



No momento da derivação logo depois de herança de traços, V é o primeiro alvo disponível para as sondas de Caso no morfema de gerúndio e em *a Maria*. O morfema de gerúndio ou, mais precisamente, AspP, a sua projeção máxima, está numa relação de c-comando mútuo com o V que acabou de herdar traços de *v*. Isso é suficiente para valorar o traço [-Caso: _] no morfema de gerúndio (①). Simultaneamente, o DP *a Maria* pode se mover (②) para estender o seu domínio de sondagem porque, in situ, ele não c-comanda nenhum traço valorado de Caso. A primeira posição para a qual esse DP pode se mover e c-comandar um alvo para a sua sonda é [Spec, VP] na oração-matriz. Dessa nova posição, o DP c-comanda V, de modo que o seu traço de Caso também pode ser valorado (②).



A cópia mais alta do sujeito da OG sonda a estrutura para valorar e deletar o traço de Caso da sua cópia mais baixa.

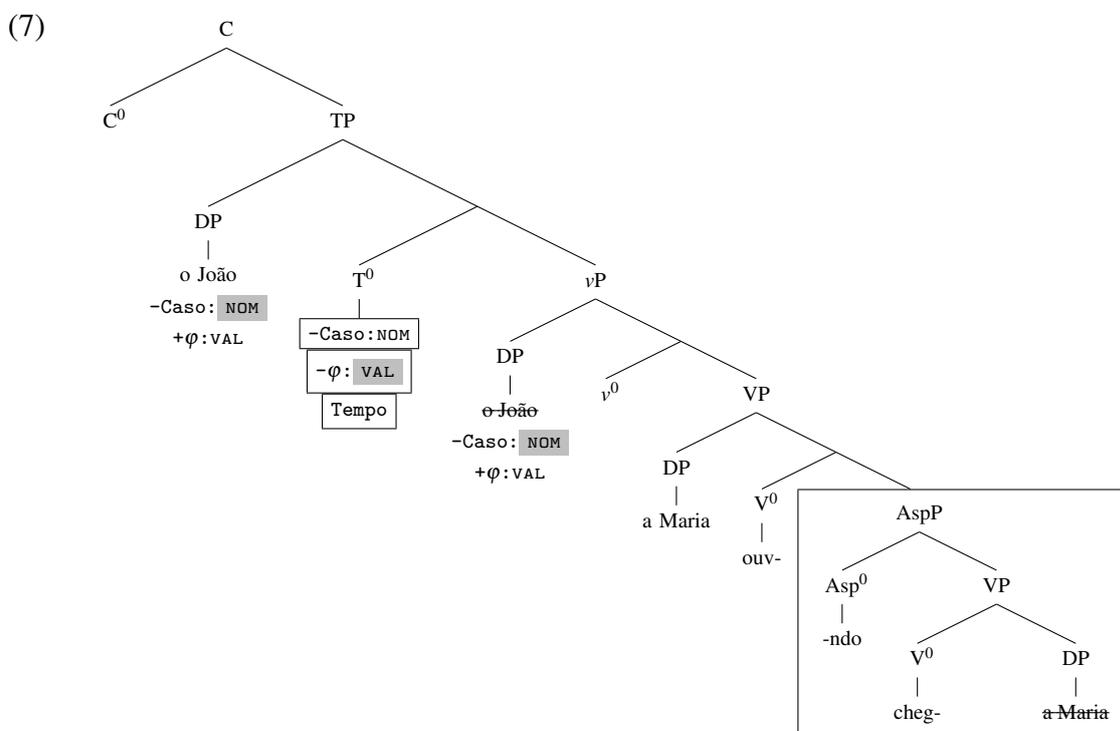


Depois de todas as operações dentro da fase *vP* terem sido efetuadas, ocorre Spell-out de VP, o domínio de c-comando do núcleo de fase *v* – assumo que Spell-out acontece imediatamente ao

final de uma fase (cf. (13), p. 48).

A derivação prossegue com a concatenação do sujeito do verbo perceptual. Assumo também que, se um dado núcleo deflagra dois tipos de operações, a ordem entre essas operações é determinada por economia (cf. (14), p. 48). Se uma dessas operações pode resultar na deleção de traços não-interpretáveis e a outra consiste na introdução de mais imperfeições, aquela é preferida em detrimento desta. v desencadeia tanto herança de traços como a introdução de um argumento externo. A primeira pode resultar em deleção de traços, enquanto a última introduz mais traços não-interpretáveis no workspace. É por isso que assumo que a introdução do argumento externo de v ocorre só depois de herança de traços e das operações de Agree que se seguem a ela.

A partir daí, a derivação continua com a formação de TP na oração-matriz, depois, CP, herança de traços e os mecanismos usuais de valoração de traços.



Tendo apresentado a derivação de uma sentença contendo uma OG perceptual, podemos nos voltar para a explicação do seu comportamento. OGs perceptuais não licenciam nem negação sentencial – (8) – nem um advérbio sentencial – (9).

(8) ???O monitor flagrou os alunos não mexendo um dedo.

(9) *O João flagrou a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.

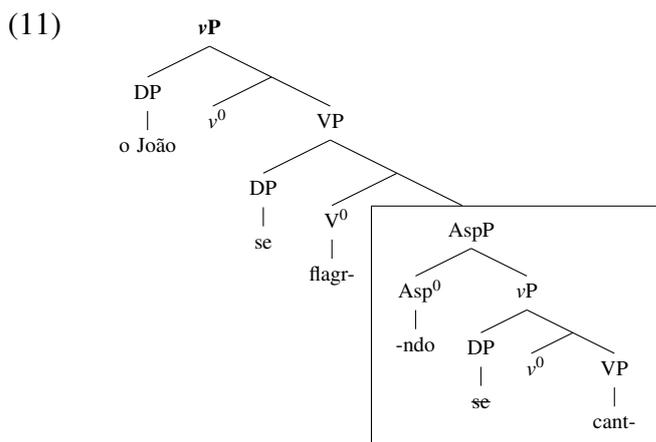
Esses fatos podem ser capturados sem grandes problemas pela assunção de que negação sentencial e um advérbio sentencial são elementos que requerem TP. Essa projeção não está presente em OGs de *classe 3*, um exemplo das quais é a OG perceptual.

Além de não projetarem TP, OGs perceptuais também não são fases. Isso explica o comportamento delas em relação a ligação, QR e alçamento. Primeiro, discuto ligação e QR. A seção 4.1.1 é dedicada a alçamento porque não existe consenso na literatura quanto à possibilidade do sujeito de OGs perceptuais ser movido até a posição de sujeito-matriz.

O sujeito de uma OG perceptual pode ser uma anáfora correferente com o sujeito-matriz:

(10) O João_i se_i flagrou cantando no chuveiro.

A representação esquemática dessa sentença é a seguinte:

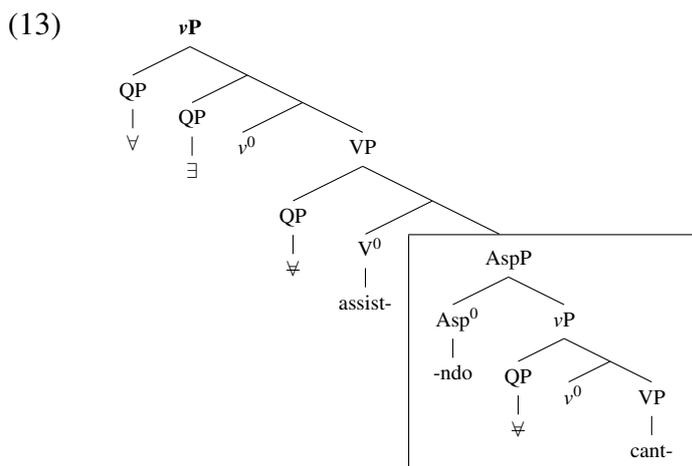


Essa possibilidade de ligação é devido a OGs de *classe 3* serem AspPs. Como consequência, elas não são fases nem um domínio de ligação para a anáfora. A menor fase que inclui a anáfora é o vP-matriz, onde o sujeito-matriz é gerado. De acordo com o Princípio A, uma anáfora tem que ser interpretada como sendo correferente com um sintagma c-comandante dentro desse domínio. Porque o domínio é o vP-matriz, o sujeito anafórico da OG perceptual pode ser c-comandado pelo sujeito-matriz, permitindo que a anáfora seja apropriadamente licenciada.

Uma explicação desse tipo também se aplica para a possibilidade de OGs perceptuais apresentarem uma leitura de escopo invertido.

- (12)
- Algum professor assistiu/ouviu todo aluno cantando.
?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer assistiu/ouviu x cantando.
 - Três professores ouviram dois alunos cantando.
?Tem dois alunos específicos tais que três professores quaisquer ouviram eles cantando.
 - O João geralmente assiste três alunos cantando.
?Tem três alunos específicos tal que o João geralmente os assiste cantando.

A representação esquemática de (12-a), por exemplo, é a seguinte:



OGs de *classe 3* tal como a perceptual projetam apenas o AspP mínimo, uma projeção que não é uma fase. Em decorrência, essas OGs não são domínios para QR. A menor fase que contém o quantificador universal encaixado é o vP-matriz. Assim, se o quantificador universal encaixado for alçado, seguindo a teoria de QR de Wurmbrand (2013), esse quantificador deveria se mover para a borda do vP-matriz. Dessa nova posição, ele c-comanda o quantificador existencial que está no sujeito-matriz em sua posição de base. Essa instância de QR é legítima quanto a economia semântica, já que o escopo do quantificador alçado é estendido.

4.1.1 Passivização em OGs perceptuais

OGs perceptuais parecem permitir que o sujeito delas seja movido para a posição de sujeito-matriz quando o verbo perceptual é passivizado.

(14) O morro pôde ser ouvido *t* desabando a quilômetros de distância.

É necessário considerar passivização a partir de OGs perceptuais com cautela. Sequências lineares *DP2 + verbo perceptual + DP1 + verbo_{ndo}* como a em (15) são multiplamente ambíguas.

(15) O João viu a menina andando de ônibus.

Três das possíveis leituras estão em (16)–(18). A estrutura correspondente a cada uma delas está indicada entre colchetes e por meio de testes de constituinte no exemplo (b) de cada par.

(16) a. O João viu [a menina andando de ônibus].
b. [O que] o João viu?

(17) a. O João viu [a menina_i] [*ec*_i andando de ônibus]
b. [Quem] o João viu [andando de ônibus]?

(18) a. O João viu [[a menina] [*ec* andando de ônibus]]
b. [Quem] o João viu?

Em (16), o complemento do verbo perceptual é uma OG, isto é, a seqüência linear *DPI + verbo_{ndo}* corresponde a um único constituinte, que pode ser perguntado por *o que* – (16-b). Em (17), o complemento do verbo perceptual é um DP e *verbo_{ndo}* é parte de uma oração adverbial.¹ Assim, a seqüência *DPI + verbo_{ndo}* não forma um constituinte único, mas dois. Isso pode ser visto em (17-b), onde *DPI* pode ser perguntado independentemente de *verbo_{ndo}*. Em (18), *DPI* e *verbo_{ndo}* acabam formando um constituinte único, mas por razões diferentes do que ocorre em (16). Em (18), *DPI (a menina)* é o complemento nominal do verbo perceptual e *verbo_{ndo}* é parte não de um adjunto adverbial, como em (17), mas de um adjunto adnominal. Essa seria a razão por que a seqüência *DPI + verbo_{ndo}* também pode ser perguntada como uma unidade só. Porém, o pronome interrogativo agora é *quem*, ao invés de *o que*, como em (16).²

Assim, diante de construções passivas como (19-a), não é imediatamente claro se ela é resultado de uma passivização que parte de uma OG (i.e., alçamento do sujeito da OG para a posição de sujeito-matriz – ver esquema em (19-b)). No restante dessa seção, discuto se é possível ou não determinar se a seqüência *DPI + verbo_{ndo}*, quando ela está contida numa construção perceptual passivizada, pode corresponder a uma OG. A conclusão vai ser que é realmente possível que passivização parta de uma OG perceptual.

- (19) a. A menina foi vista andando de ônibus.
b. A menina foi vista [_{OG a menina} andando de ônibus].

Existem três argumentos empíricos para sustentar a afirmação de que é possível que o sujeito de uma OG perceptual seja passivizado: (i) comparação entre o comportamento de uma OG perceptual e o de uma OG adverbial quando ambas fazem parte da mesma sentença; (ii) restrições de seleção de *ouvir*; (iii) restrições de seleção de *assistir*.

Vejamus uma sentença como (20-a), em que há duas seqüências *DPI + verbo_{ndo}*, a saber, *a Maria cantando ‘Clocks’ e estalando os dedos*. A agramaticalidade de (20-b) sugere que não é possível que as duas seqüências sejam adverbiais, como são *cantando* e *estalando os dedos*. Além do mais, não pode ser o caso que as duas seqüências em (20-a) sejam complementos, já que *ouvir* não é um predicado bitransitivo. Podemos concluir, então, que, das duas seqüências *DPI + verbo_{ndo}* em (20-a), uma deve ser um complemento e a outra, uma oração adverbial. Por seu turno, (20-c) (pronunciada com entonação chata) mostra que não é possível que um adjunto fique entre o verbo-matriz (*comer*) e o seu objeto (*uva*). Assim, a conclusão é que a ordem entre as OGs em (20-a) é: primeiro, o complemento (i.e., uma OG perceptual) e, depois, a OG adverbial.

- (20) a. O João ouviu a Maria cantando ‘Clocks’ estalando os dedos.
b. *O João chegou cantando ‘Clocks’ estalando os dedos.
c. *O João comeu estalando os dedos uva.

¹Mais precisamente, isso é um advérbio baixo. Ver seções 4.4 e 6.4.

²Isso é uma instância de OG adnominal, que é analisada na seção 4.5 abaixo.

Essa conclusão é corroborada pelas possibilidades de extração. Enquanto é possível mover um constituinte-Wh a partir de complementos, não é possível mover a partir de orações adjuntas. O objeto dentro da OG da primeira seqüência *DPI + verbo_{ndo}* em (20-a) pode ser extraído – (21-a) –, mas o de dentro da segunda seqüência (uma OG adverbial), não pode – (21-b).

- (21) a. O que o João ouviu a Maria cantando *t* estalando os dedos?
 b. *O que o João ouviu a Maria cantando ‘Clocks’ estalando *t*?

Na mesma estrutura, é possível mover o *DPI* da primeira seqüência *DPI + verbo_{ndo}* para a posição de sujeito-matriz e extrair o objeto dessa seqüência – (22-a). Tínhamos concluído anteriormente que essa era uma OG perceptual em posição de complemento. Extração a partir da segunda seqüência *DPI + verbo_{ndo}* continua proibida – (22-b).

- (22) a. O que a Maria foi ouvida cantando *t* estalando os dedos?
 b. *O que a Maria foi ouvida cantando ‘Clocks’ estalando *t*?

Podemos concluir, então, que é possível distinguir uma OG perceptual de outras estruturas subjacentes a uma sentença multiplamente ambígua como (15) e que, além disso, é possível que o sujeito da OG perceptual seja alçado para a posição de sujeito-matriz.

As restrições semânticas que verbos perceptuais como *ouvir* e *assistir* impõem sobre o seu complemento também podem ser úteis para verificar se é possível ou não passivização a partir de OGs perceptuais. Falando informalmente, *ouvir* exige que a denotação do seu objeto seja uma entidade que produza algum tipo de som. Essa seria a razão por que (23) é mal formada: *o morro*, não pode satisfazer esse requisito semântico.

- (23) *O João ouviu o morro.

No entanto, se *ouvir* for seguido pela seqüência *DPI + verbo_{ndo}*, *o morro* pode ser o *DPI*, como podemos ver em (24-a).

Como foi visto em (16)–(18), em princípio, há três possibilidades de estrutura: (i) a seqüência *DPI + verbo_{ndo}* é um constituinte único, uma OG perceptual; (ii) essa seqüência não forma um constituinte único, *DPI* é um complemento não-oracional de *ouvir* e *verbo_{ndo}* é parte de uma OG adverbial; (iii) a seqüência é equivalente a um constituinte único, mas o complemento de *ouvir* é não-oracional; ela é um DP ao qual *verbo_{ndo}* está adjungido como parte de um adjunto adnominal. Uma vez que *DPI* é *o morro*, as opções (ii) e (iii) estão descartadas, já que, nos dois casos, o complemento de *ouvir* é um DP. Se esse DP é *o morro*, as restrições semânticas de *ouvir* não podem ser satisfeitas. Assim, a seqüência *DPI + verbo_{ndo}* em (24-a) só pode ser uma OG perceptual – opção (i).

Conseqüentemente, o DP *o morro* na posição pré-verbal em (24-b-i) só pode ter partido da posição de sujeito de uma OG perceptual, isto é, (24-b-i) é uma instância inconfundível de passivização partindo de uma OG perceptual, como esquematizado em (24-b-ii).

- (24) a. A população ouviu o morro desabando a quilômetros de distância.
 b. (i) O morro foi ouvido desabando a quilômetros de distância.
 (ii) O morro foi ouvido [_{OG} θ - $m\text{or}r\theta$ desabando a quilômetros de distância].

Um argumento semelhante é fornecido pelo verbo *assistir*, que requer que a entidade denotada pelo seu objeto seja [-HUMANA]. Uma violação dessa exigência poderia explicar a má formação de (25-a). De acordo com esse raciocínio, a seqüência *DP1 + verbo_{ndo}* em (25-b) só pode ser uma OG perceptual – não é possível que *a Maria* seja um complemento não-oracional de *assistir*. Logo, o DP pré-verbal na construção passiva (25-c) só pode ter sido gerado dentro de uma OG perceptual. Em outras palavras, (25-c) também é uma instância inconfundível de passivização partindo de uma OG perceptual.^{3,4}

- (25) a. #O João assistiu a Maria.
 b. O João assistiu a Maria cantando.
 c. A Maria foi assistida cantando.

Três argumentos empíricos foram apresentados para sustentar a afirmação de que passivização a partir de uma OG perceptual é possível. Essa questão é importante por causa da ambigüidade múltipla de seqüências *DP2 + verbo perceptual + DP1 + verbo_{ndo}* e porque essa é uma das propriedades em relação às quais OGs de *classe 1*, de um lado, e OGs de *classe 2* e de 3 OGs, de outro, se distinguem.

Dito isso, podemos voltar para (14), repetida abaixo, que podemos agora dizer ser um caso não-ambíguo de passivização partindo de uma OG perceptual. A representação esquemática dessa sentença está em (27).

- (26) O morro pôde ser ouvido desabando a quilômetros de distância.

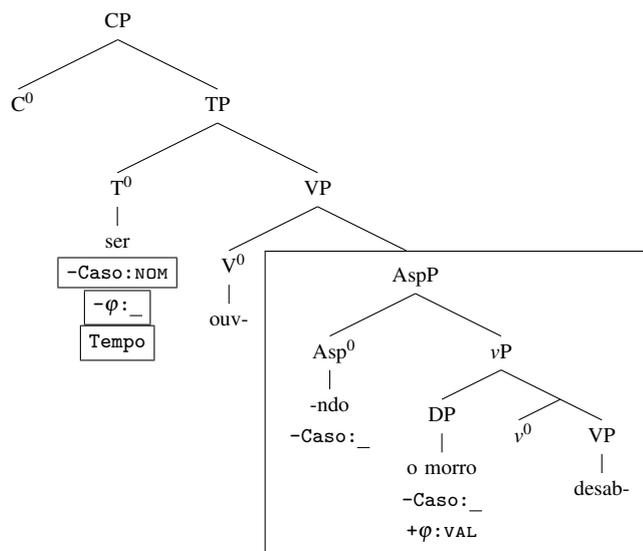
³Juanito Avelar (c.p.) observa que (25-a) pode ser uma sentença bem formada. E pode mesmo, só que ela tem, nesse caso, uma “camada” adicional de significado. Acho que (25-a), na sua versão bem formada, significa que o João está encarando a Maria atentamente, por exemplo. Significativamente, acho que essa camada a mais de significado não precisa estar presente em (25-c) para que ela possa ser bem formada.

⁴Juanito Avelar (c.p.) menciona também que construções como (i-a), em que o DP é o complemento nominal de *assistir*, é bem formada. Creio que esse seja um caso de metonímia. (i-a) significa que o falante assistiu algum programa de TV com o Roberto Carlos.

- (i) a. Ontem, eu assisti o Roberto Carlos.
 b. Você vai na Evani amanhã?

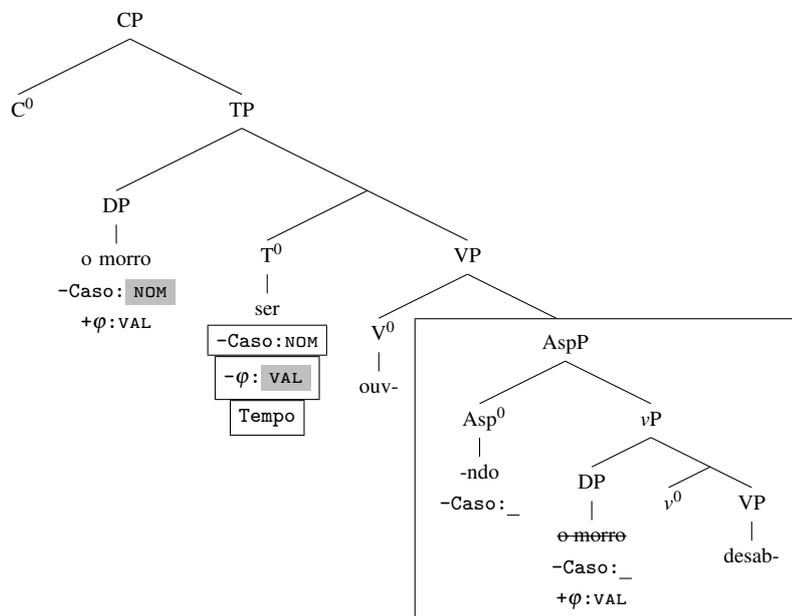
Isso é parecido com o que acontece na sentença não-perceptual (i-b), onde *Evani* é usado para fazer referência, via metonímia, para a aula do indivíduo nomeado por esse nome próprio (ou, mais precisamente, o local em que vai acontecer a aula). Assim, (i-a) é outra instância canônica dos padrões de seleção de *assistir* mencionados acima (i.e., o complemento deve ser [-HUMANO]). Agradeço ao Juanito Avelar pelas observações.

(27)



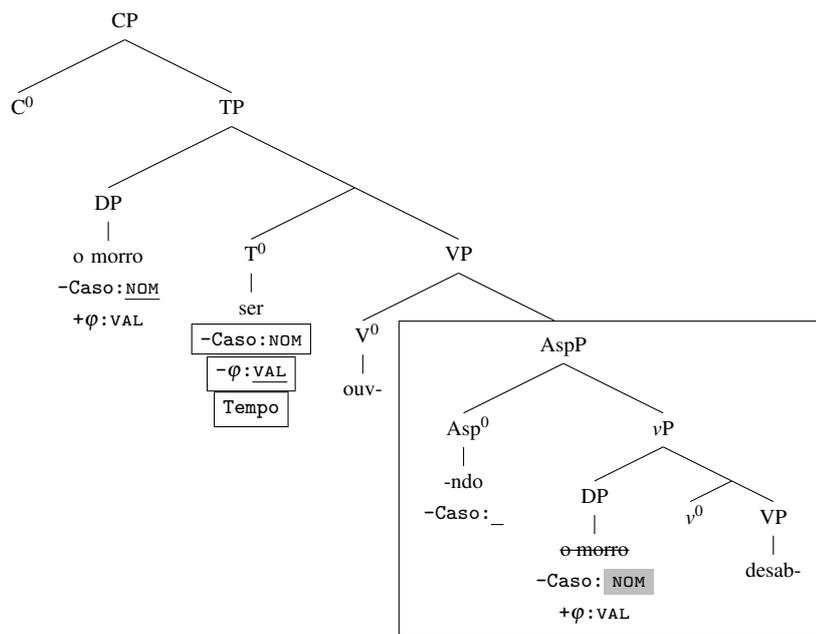
Porque uma OG de *classe 3* não é auto-suficiente para Caso, todos os traços não-valorados de Caso dentro da OG acabam dependendo de um alvo externo. Em uma sentença ativa, o que valoriza o traço de Caso do sujeito da OG perceptual é o V-matriz. O sujeito da OG se move para [Spec, VP] para estender o seu domínio de sondagem e assim passa a c-comandar o Caso acusativo que V herda (ver (5) acima). Em uma sentença passiva, a primeira posição para a qual o sujeito da OG pode se mover é o [Spec, TP]-matriz. Dessa forma, *o morro* em (27) se move para [Spec, TP] para ter o seu traço Caso valorado.

(28)



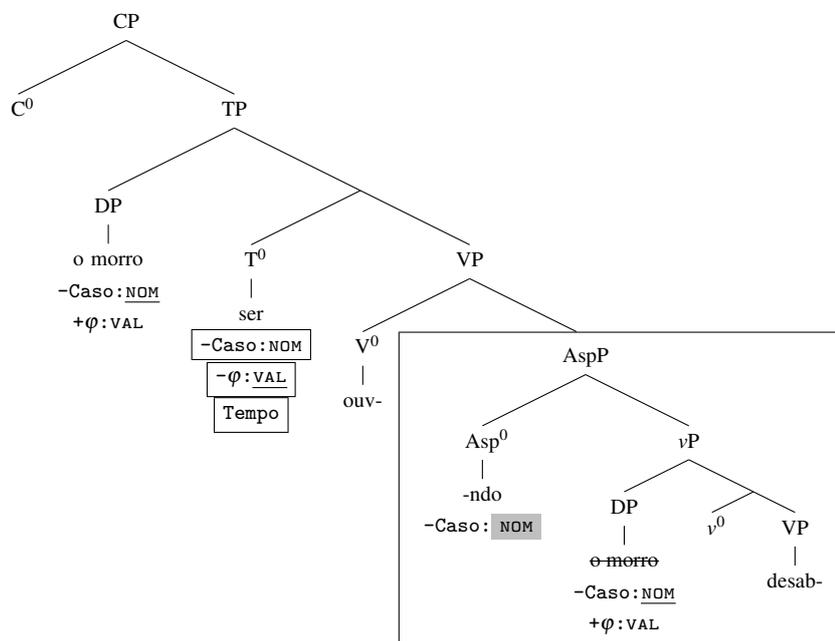
Mais tarde na derivação, a cópia mais alta do sujeito sonda a estrutura para poder valorar o traço de Caso da cópia mais baixa.

(29)



Agora, o morfema de gerúndio pode finalmente c-comandar um traço valorado de Caso, de modo que o seu traço de Caso também pode ser valorado e deletado. Esse traço ainda está acessível na derivação tanto por causa da condição de ativação quanto porque todas as operações sintáticas mencionadas acima estão acontecendo na mesma fase (o CP da oração-matriz).

(30)



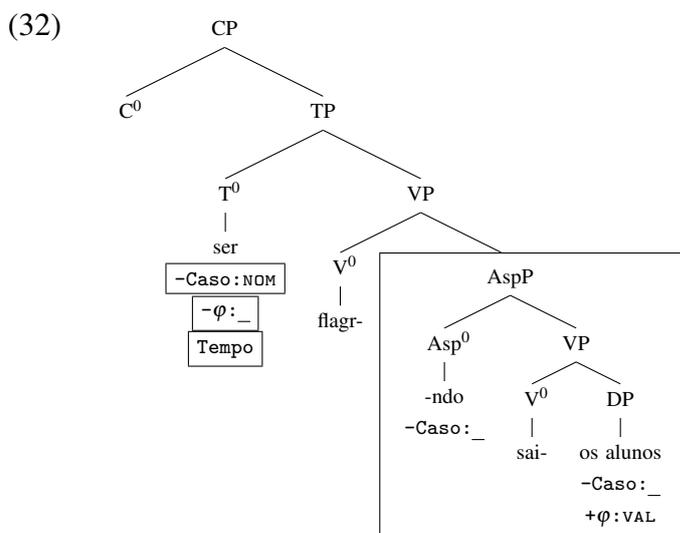
Em suma, a análise proposta foi capaz de capturar a possibilidade de alçamento a partir de OGs perceptuais, uma das bases empíricas centrais da análise proposta.

4.1.2 OGs perceptuais em posição de sujeito

Relacionada à passivização em OGs perceptuais está a possibilidade de alçamento não apenas do sujeito da OG, mas da OG como um todo:⁵

- (31) a. Os alunos saindo mais cedo da aula foi flagrado pelos professores.
 b. A Dilma discursando sobre a Petrobrás foi assistido por pouca gente.

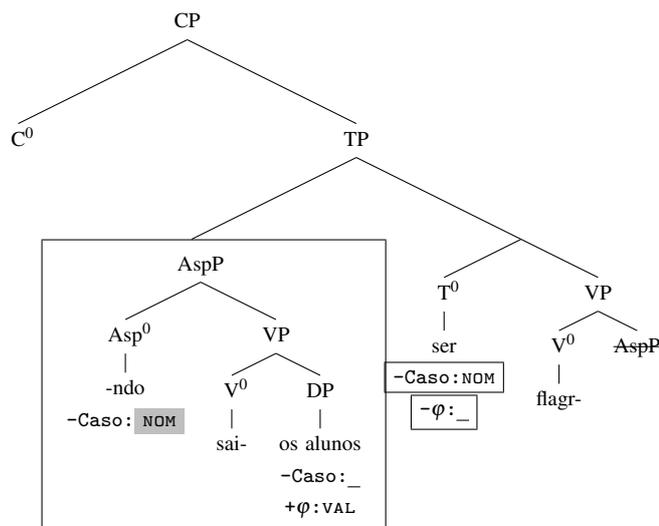
Para derivar (31-a), a OG é construída e concatenada com o verbo-matriz perceptual. Porque a oração-matriz está na forma passiva, somente a camada VP é construída. Depois, o TP- e o CP-matriz são formados e T herda traços de C.



No sistema que assumo, não tem nada que proíbe que o morfema de gerúndio se mova para estender o seu domínio de sondagem. Contudo, provavelmente há restrições morfológicas proibindo o movimento de um afixo verbal sozinho. Presumivelmente, se o morfema de gerúndio se move, todo o AspP que contém esse morfema se move junto. AspP se move para [Spec, TP], a primeira posição em que ele c-comanda um traço valorado de Caso.

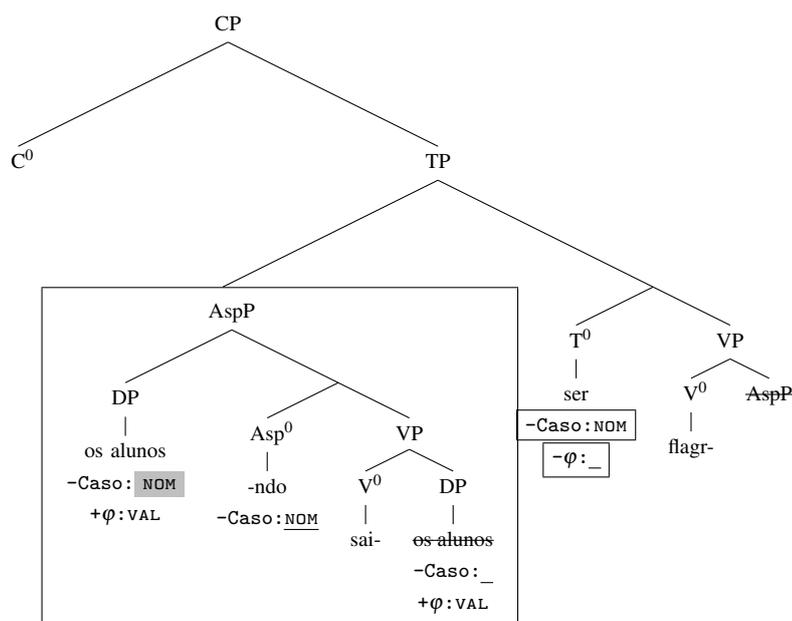
⁵Não é possível analisar as OGs em (31-a) e (31-b) como instâncias de OGs adnominais (ver seção 4.5 abaixo). Em outras palavras, não é o caso que *os alunos* e *a Dilma* são o sujeito da oração-matriz e *saindo mais cedo* e *discursando sobre a Petrobrás* estão adjuntos a eles. Em (31-a), apesar de *os alunos* ser plural, o verbo-matriz (*foi*) está na forma singular, como é geralmente o caso com verbos cujo sujeito é uma oração. Em (31-b), apesar de *a Dilma* ser um nome próprio feminino, o verbo perceptual está em forma masculina (*assistido*). Esse verbo está em forma participial, que, em PB, exibe morfologia de gênero. Além disso, como vamos ver na seção 4.5, não é possível modificar nomes próprios como *a Dilma* por uma OG adnominal.

(33)



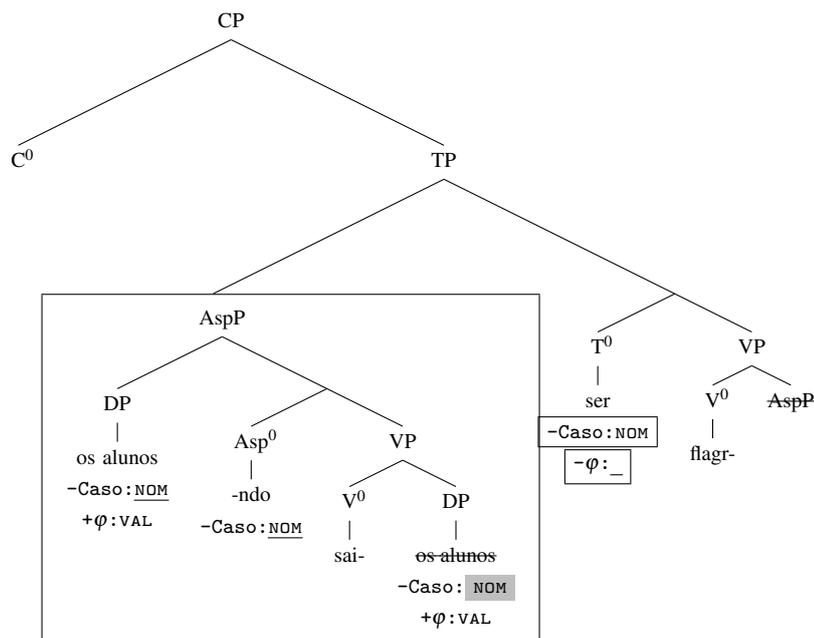
O sujeito da OG (o DP *os alunos*) também tem um traço de Caso a ser valorado. A primeira posição para a qual ele pode se mover para ter esse traço valorado é [Spec, AspP], uma vez que o morfema de gerúndio acabou de ter o seu próprio traço de Caso valorado.

(34)



Finalmente, o DP movido sonda a estrutura para valorar e deletar o traço de Caso da sua cópia mais baixa.

(35)



Em resumo, a análise parece ser flexível o suficiente para explicar a possibilidade da OG como um todo ser movida para a posição de sujeito-matriz.

4.2 OGs existenciais

Outro subtipo de OG de *classe 3* é a que é subcategorizada pelo predicado existencial *ter*.

(36) Tem crianças correndo no estacionamento.

O DP que se segue a esse verbo precisa ser indefinido. Dito alternativamente, OGs existenciais exibem efeitos de definitude.

4.2.1 Efeitos de definitude

O DP que se segue ao verbo existencial, o sujeito da OG, só pode ser um DP indefinido – (37); ele não pode ser definido – (38).

- (37)
- Tem *algumas crianças* correndo no estacionamento.
 - Não tem *nenhuma criança* correndo no estacionamento.
 - Tem *uma criança* correndo no estacionamento.

- (38)
- *Tem *o João* correndo no estacionamento.
 - *Tem *todas as crianças do condomínio* correndo no estacionamento.
 - *Tem *o menino que passou no ITA* correndo no estacionamento.
 - *Tem *a maioria das crianças do condomínio* correndo no estacionamento.

Em Belletti (1988), efeitos de definitude são analisados como uma consequência de verbos inacusativos, entre os quais poderíamos classificar o predicado existencial, atribuírem Caso partitivo para o complemento deles. Como resultado de suas exigências semânticas, o Caso partitivo só pode ser atribuído a nomes indefinidos. Isso poderia explicar contrastes como o seguinte:

- (39) a. Tem *um homem* no jardim.
b. *Tem *o homem* no jardim.

Um homem/o homem recebe Caso partitivo de *ter*. Esse Caso pode ser portado por um nome indefinido como *um homem*, mas não por um nome definido como *o homem*.

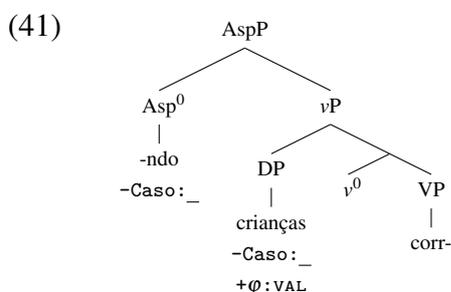
Caso partitivo, de acordo com Belletti (1988), é uma instância de Caso inerente, um Caso que um predicado P atribui para o seu argumento a , juntamente com um papel temático. Como consequência, não pode existir atribuição excepcional de Caso inerente, isto é, P não pode atribuir Caso inerente para o argumento α de a , já que é a e não α que recebe papel temático de P .

Porém, essa análise de efeitos de definitude suscita a questão do porquê o sujeito da OG existencial parece exibir esses efeitos (cf. (37) vs. (38)). O problema é que o sujeito da OG existencial é um argumento (α) de um argumento (a) do predicado existencial (P). A análise proposta para OGs, tendo em mente a proposta de que o morfema de gerúndio tem um traço de Caso a ser valorado, juntamente com o sistema de valoração de traços assumido, podem nos ajudar a capturar esses efeitos sem incorrer a marcação excepcional de Caso inerente.

4.2.2 Derivação

A derivação de (40) começa com a formação da OG existencial. Essa é uma OG de *classe 3*, isto é, uma OG que projeta somente a estrutura mínima.

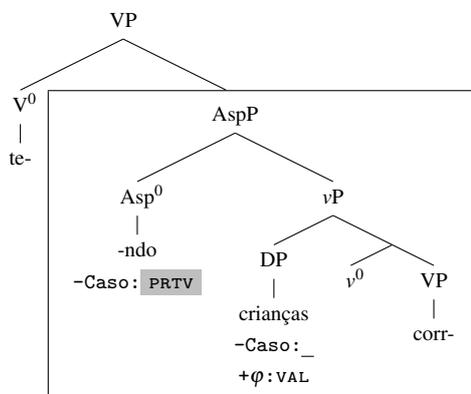
- (40) Tem crianças correndo no estacionamento.



A OG se combina com o predicado existencial, *ter*. Assumo que esse predicado é capaz de atribuir Caso partitivo (PRTV) para o seu complemento. Uma vez que essa atribuição de Caso é dependente de atribuição de papel- θ , uma assunção plausível é que ela não tem que esperar até uma fase ser derivada para poder ocorrer. O argumento de *ter* é o AspP, então PRTV é atribuído a ele, juntamente com um papel- θ . Assumindo Bare Phrase Structure, esse Caso inerente também

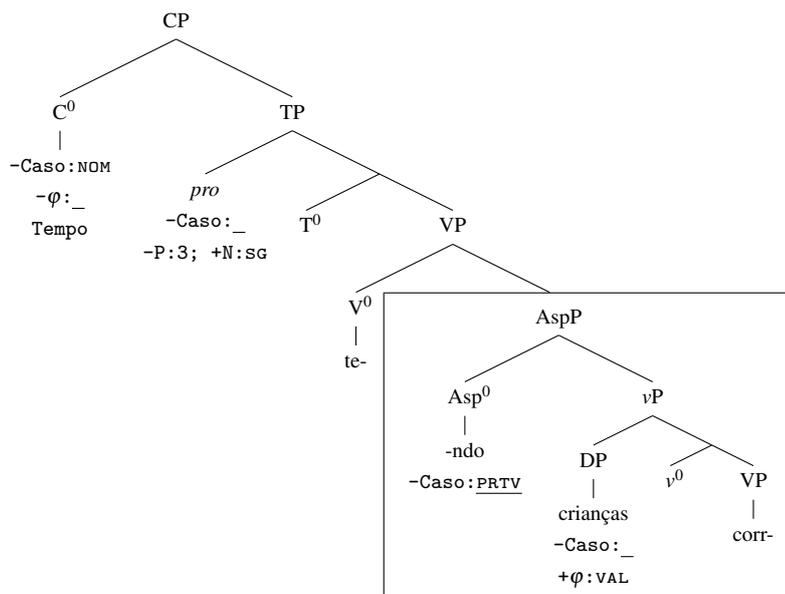
acaba sendo atribuído para o núcleo do AspP. Porque o morfema de gerúndio é o núcleo de AspP e ele tem um traço de Caso a ser valorado, esse traço pode ser valorado como PRTV.

(42)



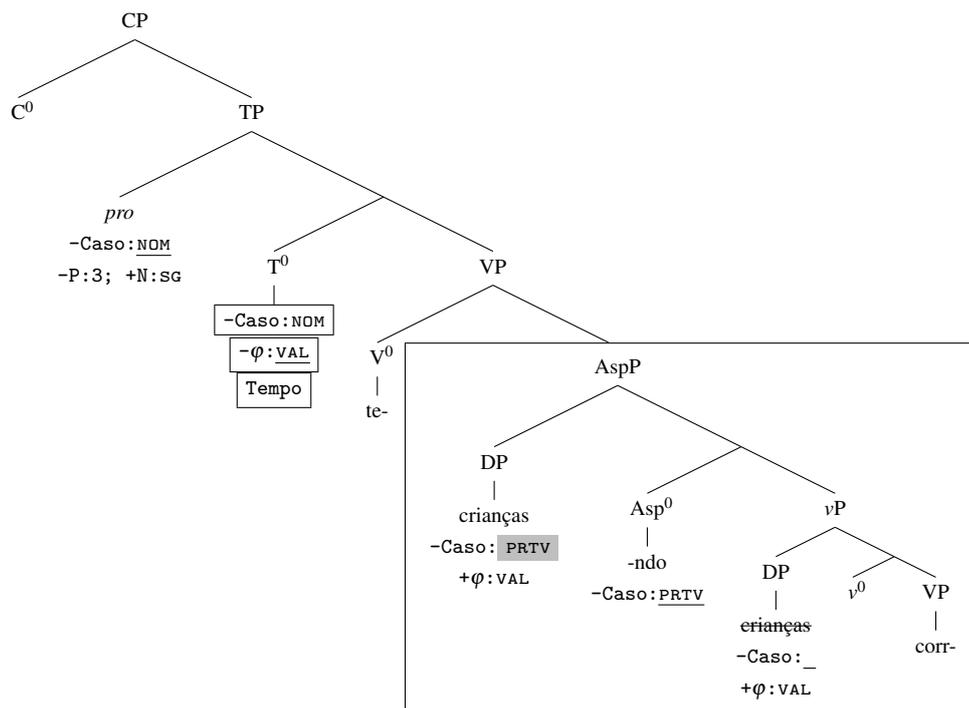
A derivação continua com a formação de TP e CP acima do verbo existencial. Como mencionado (ver seção 2.2.11), assumo que o expletivo existencial é gerado em [Spec, TP]. Lembremos também (ver seções 1.5.1.2 e 2.2.11) que proponho que o expletivo existencial em PB tem os seguintes traços: [-Pessoa: VAL; +Número: SG; -Caso: _].

(43)



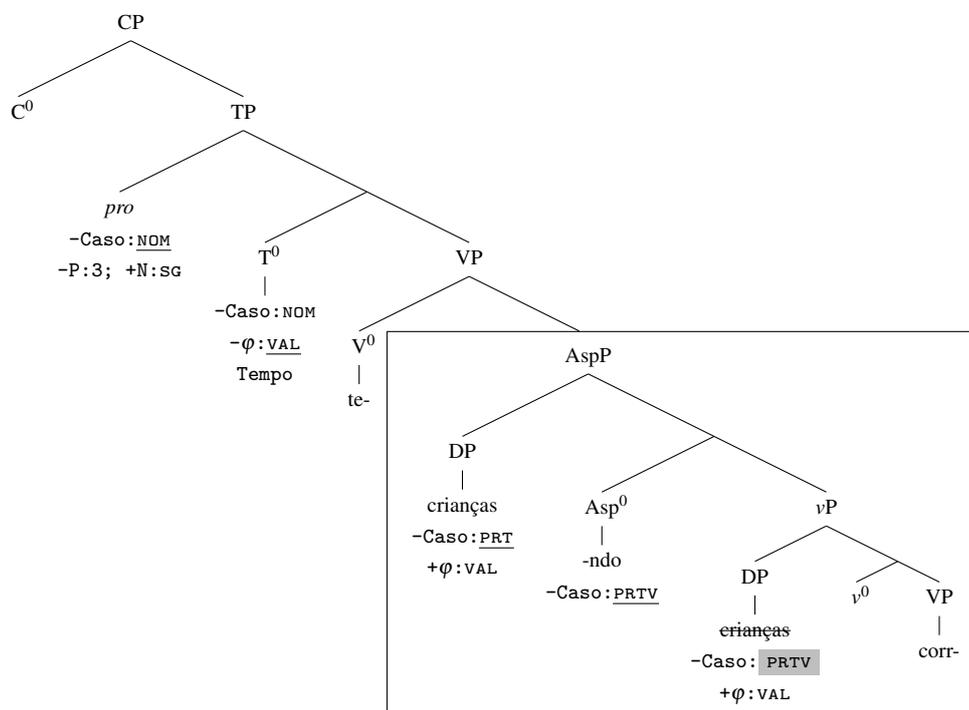
Agora que uma fase foi construída, operações sintáticas como herança de traços, sondagem e Agree são desencadeadas. O DP *crianças* tem um traço de Caso a ser valorado. Em uma construção existencial, a primeira posição que ele pode se mover para estender o seu domínio de sondagem é [Spec, AspP]. O morfema de gerúndio, núcleo de AspP, também tem um traço de Caso a ser valorado. Isso foi feito em uma etapa anterior da derivação – (42) –, via atribuição de Caso inerente. Como consequência, o associado existencial *crianças* também é valorado como partitivo. Outras operações como valoração do traço de Caso do expletivo e dos traços-φ de T também acontecem nesse momento.

(44)



Finalmente, a cópia mais alta de *crianças* sonda a estrutura para que a sua cópia mais baixa também tenha o seu traço de Caso valorado e deletado.

(45)



A valoração do traço de Caso do sujeito da OG existencial é diferente do que ocorre em OGs perceptuais. Em OGs perceptuais (seção 4.1 acima), o sujeito fica esperando até uma fase ter sido construída (numa sentença ativa, o vP-matriz). Depois disso, o sujeito da OG se move para a posição de Spec do V que acabou de herdar traços de *v*; essa é a primeira posição em que o sujeito pode c-comandar um traço valorado de Caso e esse é o primeiro momento na derivação em que essa operação é possível. Diferentemente, em OGs existenciais, existe um fator extra, a

saber, o verbo existencial, que eu afirmo ser capaz de atribuir Caso inerente. Esse Caso, sendo inerente, não tem que esperar um nível de fase ser atingido para pode ser atribuído porque ele é atribuído juntamente com papel- θ . Assim, ele pode ser atribuído imediatamente para o morfema de gerúndio (Asp). Depois, quando uma fase é finalmente construída, a primeira posição para a qual o sujeito da OG pode se mover para receber Caso é [Spec, AspP] e não uma posição na oração-matriz, como nas OGs perceptuais.

4.2.3 Conseqüências da análise

Tendo mostrado a derivação de uma OG existencial, podemos voltar nossa atenção para as conseqüências que essa análise pode ter. Primeiro, vamos ver como a análise apresentada pode derivar os efeitos de definitude de uma OG existencial sem recorrer a marcação excepcional de Caso inerente. Depois, passamos para o comportamento de construções existenciais em relação às propriedades em que a análise se baseia.

Uma característica intrigante de OGs existenciais é que o sujeito delas parece exibir efeitos de definitude, apesar desse sujeito não ser ele mesmo um argumento do verbo existencial. Na análise proposta, o sujeito da OG tem o seu traço de Caso valorado como partitivo depois do morfema de gerúndio ter tido o seu próprio traço de Caso valorado pelo verbo existencial. Essa é a ordem em que derivação ocorre porque, quando operações sintáticas são desencadeadas ao nível da fase (o CP-matriz), o traço de Caso do morfema de gerúndio, valorado com Caso partitivo, é o alvo mais próximo que o sujeito da OG pode c-comandar. Apesar de não receber Caso partitivo do verbo existencial, o sujeito da OG acaba recendo essa especificação de Caso *indiretamente*, via o traço correspondente no morfema de gerúndio. Não ocorre marcação excepcional de Caso inerente, como desejado. Ainda assim, o sujeito da OG existencial é especificado como partitivo e, como tal, tem que obedecer às restrições impostas por esse Caso. É assim que a análise captura os contrastes em (37) vs. (38): somente sujeitos indefinidos são compatíveis com o Caso partitivo que o sujeito da OG existencial recebe por tabela. O traço de Caso que eu proponho que o morfema de gerúndio tem exerce um papel crucial nessa tentativa de capturar os efeitos de definitude em OGs existenciais.

Quanto às propriedades dependentes de TP, como os demais membros da *classe 3*, OGs existenciais não podem licenciar negação sentencial – (46) – ou um advérbio sentencial – (47).

(46) ???Tem várias crianças não mexendo um dedo na sala 234.

(47) ???Tem crianças provavelmente correndo no estacionamento.

Essas propriedades podem ser capturadas pela assunção de que negação sentencial e advérbios sentenciais são elementos que pressupõem TP, em conjunção com a proposta de que OGs de *classe 3* como o subtipo existencial não contém essa projeção.

No entanto, ao contrário dos demais membros da *classe 3*, OGs existenciais não permitem o alçamento do seu sujeito para dentro da oração-matriz. Esse é o comportamento esperado de

OGs de *classe 1*, as OGs que são auto-suficientes para Caso (ver capítulo 3).

(48) *Crianças tem/têm *t* correndo no estacionamento.

Esse contraste não põe a análise em risco porque pode ter um fator independente em jogo. Agora que nós vimos a derivação de OGs existenciais, podemos identificar esse fator independente: é o Caso partitivo que eu assumo que o verbo existencial atribui para o seu complemento. Esse Caso também é responsável, indiretamente, por valorar o Caso do sujeito da OG e, como sub-produto, pelos seus efeitos de definitude. Outra consquência é que o sujeito fica congelado dentro da OG.

No sistema de valoração de traços assumido, um objeto sintático se move ou para estender o seu domínio de sondagem ou para escapar de Spell-out. Numa sentença contendo uma OG existencial, uma fase só é construída quando o CP-matriz é construído. A essa altura, o Caso partitivo já foi atribuído para AspP pelo verbo existencial e [Spec, AspP] vai ser a posição mais próxima para onde o sujeito da OG pode se mover para ter o seu traço de Caso valorado. Essa posição está abaixo de [Spec, TP]-matriz e, portanto, o sujeito da OG existencial não precisa e, portanto, não pode, se mover para lá. Dito alternativamente, (48) é agramatical porque ela viola a condição de economia que proíbe operações sintáticas vácuas.

Poderíamos dizer que OGs existenciais são *indiretamente* auto-suficientes para Caso, do que decorre a semelhança de alçamento com OGs de *classe 1*. Essa auto-suficiência para Caso é de natureza diferente. Em OGs de *classe 1*, ela é uma consequência da composição estrutural da OG: acima do AspP mínimo, TP e CP são construídos. Além do mais, um traço de Caso é herdado por T a partir de C. Esse Caso congela o sujeito da OG de *classe 1* dentro da OG. Em OGs existenciais, somente o AspP mínimo é projetado, mas o predicado existencial na oração-matriz é capaz de atribuir Caso inerente ao seu complemento, a OG. Mais tarde na derivação, esse Caso da OG é atribuído também ao sujeito dessa OG e, como resultado disso, esse sujeito vai ficar congelado dentro da OG.

Ainda outra característica que OGs existenciais não compartilham com os demais membros da *classe 3* é que o seu sujeito não pode ser uma anáfora e ela também não permite uma leitura de escopo invertido. A explicação é que não tem espaço numa sentença contendo uma OG existencial para um antecedente para a anáfora ou para um segundo quantificador. Logo, a agramaticalidade de (49) é uma violação ao Princípio A.

(49) *Tem se correndo no estacionamento.

O domínio de vinculação da anáfora tem que ser o CP-matriz porque essa é a menor fase que contém essa anáfora. Não existe nenhum sintagma c-comandante apropriado para ser o antecedente da anáfora. O único sintagma c-comandante é *pro*, o qual, por ser um expletivo, não pode ser um antecedente. Assim, novamente, existe um fator independente que explica o comportamento divergente de uma OG em relação aos outros membros da mesma classe. Algo desse tipo também pode ser dito sobre a leitura de escopo invertido.

4.3 OGs de controle de objeto

Outra instância de OG de *classe 3* é a OG de controle de objeto:⁶

- (50) a. O médico manteve os pacientes esperando por várias horas.
b. O João deixou os filhos brincando no quintal.

Quais são as razões para considerar essas OGs como instâncias de controle de objeto? A seqüência *DPI + verbo_{ndo}* seguindo *manter* – (51) – ou *deixar* – (52) – não pode ser substituída por uma proforma como *isso*.

- (51) a. O médico manteve os pacientes esperando por horas.
b. *O médico manteve isso.
- (52) a. O João deixou os filhos brincando no quintal.
b. *O João deixou isso.

Por outro lado, é possível substituir *verbo_{ndo}* por *assim* deixando de fora *DPI*.

- (53) O médico manteve [os pacientes] [assim].
- (54) O João deixou [os filhos] [assim] e foi preparar o jantar.

É igualmente possível mover *verbo_{ndo}*, deixando *DPI* para trás. Mover toda a seqüência *DPI – verbo_{ndo}* é comparativamente ruim.

- (55) a. ?É esperando por horas que o médico manteve os pacientes.
b. *É os pacientes esperando por horas que o médico manteve.
- (56) a. ?É brincando no quintal que o João deixou os filhos.
b. *É os filhos brincando no quintal que o João deixou.

Para dar conta desses fatos, proponho que verbos como *manter* e *deixar* selecionam dois argumentos internos, o *DPI* e uma OG. Uma vez que *DPI* e a OG são argumentos separados, eles não podem ser substituídos em conjunto por uma proforma única como *isso* – (51), (52) –, mas a OG pode ser substituída por *assim*, separadamente do argumento *DPI* – (53), (54). Essa análise também captura a possibilidade de mover a OG independentemente de *DPI* – (55-a), (56-a).

⁶O significado de *deixar* em (50-b) é diferente do significado desse verbo quando ele subcategoriza um CP pleno:

- (i) O João deixou que os filhos brincassem no quintal.

Quando o complemento é um CP, *deixar* é sinônimo de *permitir*. Quando o seu complemento é uma OG, como em (50-b), uma paráfrase pode ser *largar*. Existe uma diferença de acarretamento entre os dois usos de *deixar*. (50-b) acarreta que a crianças brincaram no quintal, mas (i) não acarreta.

Gostaria de agradecer ao Juanito Avelar (c.p.) por me chamar a atenção para a questão.

Proponho também que o sujeito da OG é nulo. Postular uma categoria vazia para a posição de sujeito é necessário por questões temáticas: na ausência dessa categoria vazia, a derivação deveria fracassar porque o predicado dentro da OG não poderia ter as suas exigências temáticas plenamente satisfeitas. Além disso, a referência desse sujeito nulo é necessariamente a mesma que a do argumento interno *DPI* de *manter* e *deixar*:

- (57) a. O médico_j manteve os pacientes_i $ec_{i,*j,*k}$ esperando por várias horas.
b. O João_j deixou os filhos_i $ec_{i,*j,*k}$ brincando no quintal e foi preparar o jantar.

Analiso essa correferência necessária como um caso de controle. Uma vez que *DPI* é um argumento interno de *manter/deixar*, isto é, ele é um objeto, denomino as OGs que esses verbos selecionam ‘OGs de controle de objeto’.

Sustentação empírica adicional para a afirmação de que essas OGs são estruturas de controle de objeto é fornecida pelos diagnósticos tradicionais de controle. (57) acima mostra que esse antecedente deve ser local. (58) mostra que o antecedente deve c-comandar o sujeito nulo. (59) mostra que não é possível que esse sujeito nulo tenha antecedentes separados. Nas elipses em (60), somente uma leitura sloppy está disponível.⁷ Finalmente, (61) mostra que o sujeito nulo é interpretado como uma variável ligada se o seu antecedente for um DP com *somente*.

- (58) a. O médico manteve [o filho [da Maria]_j]_i $ec_{i,*j}$ esperando por horas.
b. O João deixou [o filho [da Maria]_j]_i $ec_{i,*j}$ brincando no quintal.
- (59) a. *O João_i manteve os pacientes_j ec_{i+j} esperando por horas.
b. *O João_i deixou os filhos_j ec_{i+j} brincando no quintal.
- (60) a. O médico manteve os pacientes esperando e as pacientes também.
b. O João deixou o filho brincando e a filha também.
- (61) a. O médico manteve somente a Maria esperando por horas.
b. O João deixou somente o filho brincando no quintal.

Esses diagnósticos indicam que as OGs em (50-a), (50-b) são estruturas de controle de objeto.

Mesmo que *manter* e *deixar* tenham um segundo argumento interno DP, não é o caso que ambos os DPs internos podem ser não-nulos.

- (62) a. *O João manteve [o médico] [os pacientes esperando por horas].
b. *O João deixou [os filhos] [as filhas brincando no quintal] e foi preparar o jantar.

Em outras palavras, o subtipo de OG que estamos investigando agora é uma instância de estrutura de controle que não permite alternância *PRO*–DP manifesto.⁸ Para explicar essa impossibi-

⁷Agradeço ao Jairo Nunes (c.p.) por ter me chamado a atenção e por ter me esclarecido uma confusão na minha descrição anterior.

⁸As OGs de controle de objeto desta seção são agrupadas juntamente com OGs adverbiais baixas e ambas contrastam com OGs adverbiais preposicionadas, cujo sujeito é necessariamente um DP aberto. Diferentemente

lidade e, de modo mais geral, o comportamento de OGs de controle de objeto, assumo a teoria de controle por movimento.

4.3.1 A teoria de controle por movimento

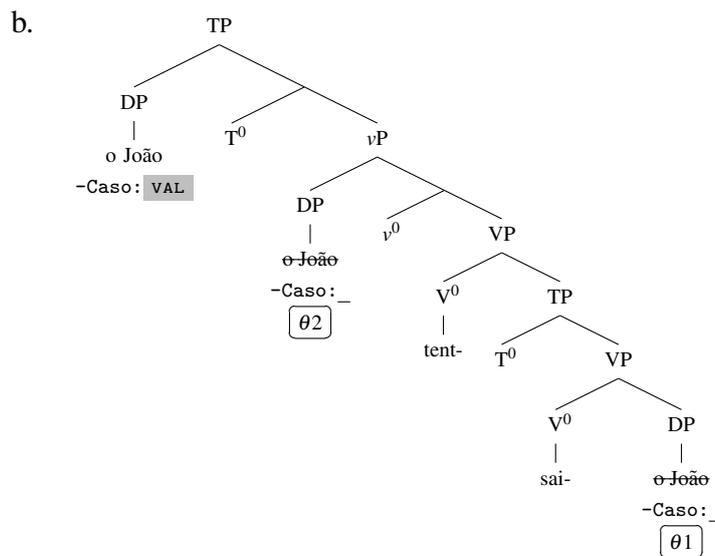
Na teoria de controle por movimento (MTC, *movement theory of control*) (Hornstein, 1999, 2003; Boeckx et al., 2010), controle é considerado como um *efeito* de movimento-A que passa por mais de uma posição temática. Uma das vantagens conceituais dessa proposta é que ela permite que um módulo sintático dedicado exclusivamente para controle seja eliminado. Controle é reduzido às condições que já restringem movimento. Uma dessas restrições é a condição de ativação, isto é, a exigência de que o objeto sintático que vai se mover tenha um traço a ser valorado; a presença desse traço torna esse objeto visível ao sistema computacional.

A MTC implica que o mesmo objeto sintático pode receber mais de um papel temático (ver Bošković 1994) e que atribuição de papel temático pode motivar movimento. Controle resulta quando o mesmo objeto sintático passou por mais de uma posição temática via movimento. Ainda outra assunção necessária na MTC é que a numeração pode conter menos material do que o necessário para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas via merge externo. Nessa situação, merge interno, isto é, movimento, de um objeto sintático previamente introduzido na derivação é requisitado.

De acordo com a MTC, uma sentença como (63-a) abaixo seria derivada pelo movimento de *o João* para a posição de argumento externo do predicado-matriz *tentar*. Esse DP tinha entrado anteriormente na derivação como argumento do predicado encaixado *sair*, do qual ele recebeu um papel temático, θ_1 . O movimento de *o João* dessa posição inicial para a posição de argumento externo resulta nesse DP receber um segundo papel temático, θ_2 . Esse movimento acontece quando *o João* ainda está ativo na derivação. O traço de Caso desse DP ainda não foi valorado no momento da derivação em que a posição de argumento externo da oração-matriz deve ser preenchida, permitindo que ele seja um candidato válido para preencher essa posição. Tendo sido gerado numa oração infinitiva, *o João* só é marcado com Caso depois que ele se move para a posição de sujeito-matriz, [Spec, TP].

(63) a. O João tentou sair.

de OGs de controle de objeto, de OGs adverbiais baixas e de OGs adverbiais preposicionadas, OGs adverbiais altas são OGs que permitem uma alternância *PRO*-DP manifesto. Ver o capítulo 6 para uma análise das diferenças na realização do sujeito de OGs adverbiais.



Para analisar OGs de controle de objeto, assumo a MTC. Como vamos ver no capítulo 6, além das motivações conceituais mencionadas acima, uma razão empírica para adotar a MTC é que controle em OGs adverbiais parece estar correlacionado com o sujeito da OG estar ou não ativo para se mover para uma posição temática adicional.⁹

4.3.2 Derivação

Tendo considerado como análise a OG que é complemento de verbos como *manter* e *deixar* (ela é um dos dois argumentos internos que esses verbos selecionam) e tendo apresentado a teoria de controle que assumo (MTC), podemos passar para a derivação de uma sentença como (64).

(64) O médico manteve os pacientes *PRO* esperando por horas.

Primeiro, a OG é formada. Já que essa é uma OG de *classe 3*, somente AspP é projetado. A OG formada se concatena com *manter*.

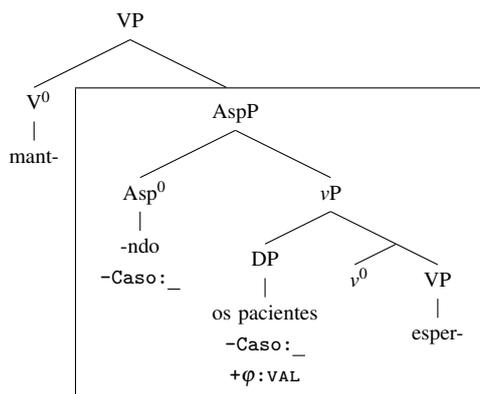
⁹Existem pelo menos dois outros casos potenciais de controle em OGs, os quais eu não consegui descrever ou analisar para essa dissertação:

- (i) a. O avião caiu, causando a morte de todos os passageiros.
- b. Um jeito do trânsito diminuir é andando mais de bicicleta.

O sujeito (nocional) de *causar* em (i-a) é provavelmente todo o evento do avião cair, enquanto o sujeito de *andar de bicicleta* em (i-b) é provavelmente arbitrário. Como Landau (2001, 2004, 2006) observa, não é óbvio como casos como estes podem ser abarcados pela MTC (eles podem mesmo ser contra-argumentos empíricos contra ela).

Deixo a análise de estruturas desse tipo para outra ocasião. Agradeço ao Marcello Modesto por ter apontado dados como (i-a).

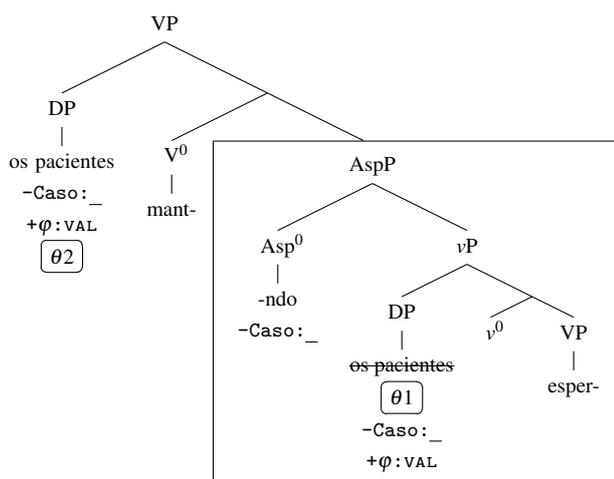
(65)



Esse verbo teria dois argumentos internos, um DP e uma OG. Para que a segunda posição de argumento interno de *manter* seja preenchida, existem duas opções: (i) não tem material suficiente na numeração para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo, então, há motivação para o merge interno/movimento de *os pacientes*, que ainda está ativo na derivação, ou (ii) tem material suficiente na numeração para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo, então, *o médico*, é introduzido na derivação. Vamos considerar cada opção por vez.

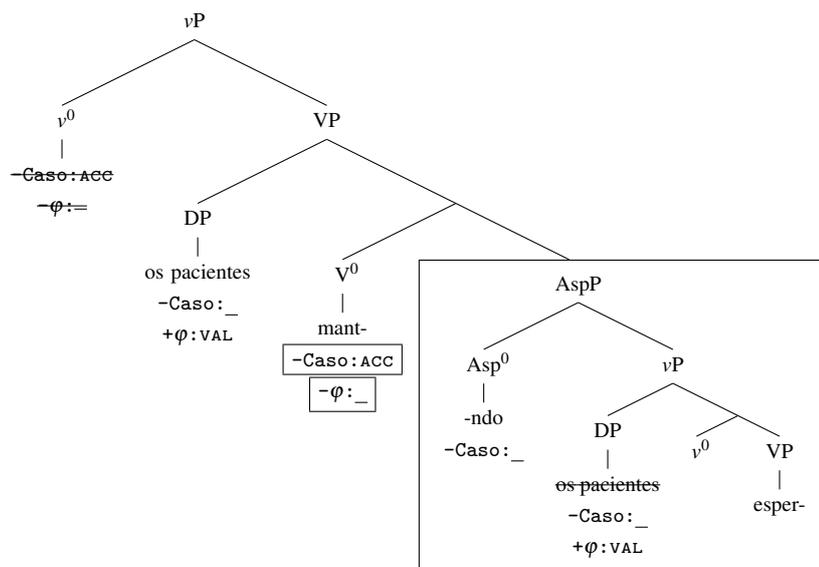
Opção (i) Pela opção (i), *os pacientes* se move. Essa é uma possibilidade porque, assumindo MTC, argumentos podem receber mais de um papel temático e exigências temáticas podem motivar movimento, desde que a condição de ativação seja respeitada. *Os pacientes* pode se mover porque o seu traço de Caso ainda está para ser valorado. Como consequência desse movimento, esse DP acaba recebendo um segundo papel temático, θ_2 , somando-se àquele que ele tinha recebido na sua posição de base dentro da OG, θ_1 .

(66)



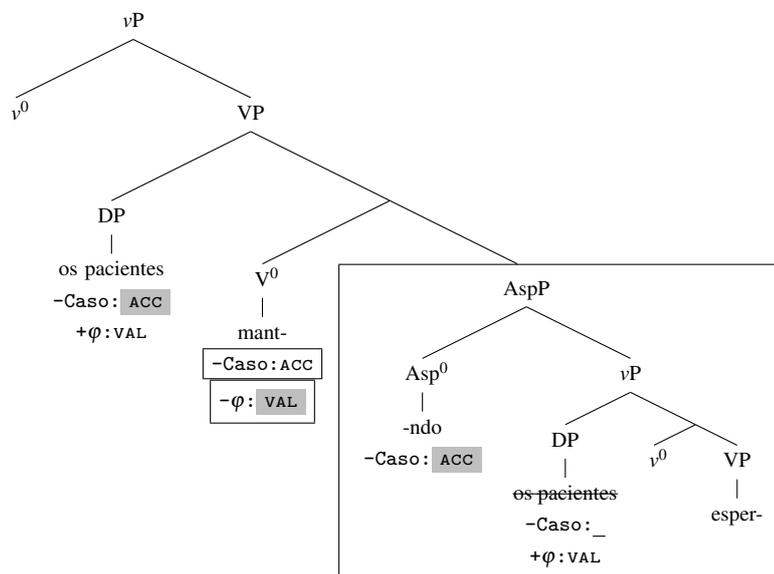
A derivação continua com o VP se combinando com um *v*. Depois, ocorre herança de traços de *v* para V.

(67)

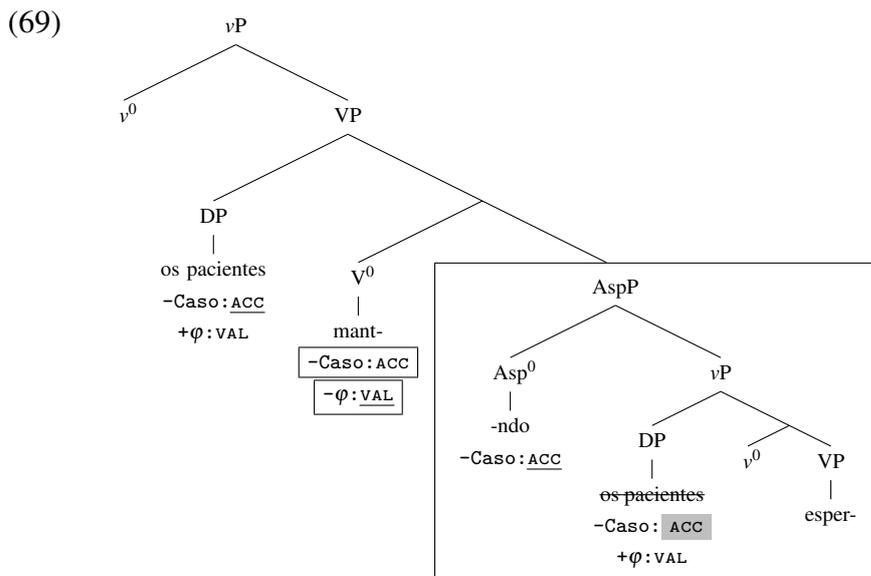


AspP e V, que acabou de herdar um traço de Caso acusativo do v , estão numa relação de c-comando mútuo. Por Bare Phrase Structure, isso basta para valorar o traço de Caso em $\{-ndo\}$, o núcleo de AspP. O DP *os pacientes* também tem um traço de Caso a ser valorado. Da posição para a qual ele tinha se movido, um [Spec, VP] temático dentro da oração-matriz, ele pode c-comandar V e o traço de Caso dele pode ser valorado como acusativo. Os traços- ϕ em V podem ser valorados por c-comando mútuo entre V' e o DP *os pacientes* em [Spec, VP].

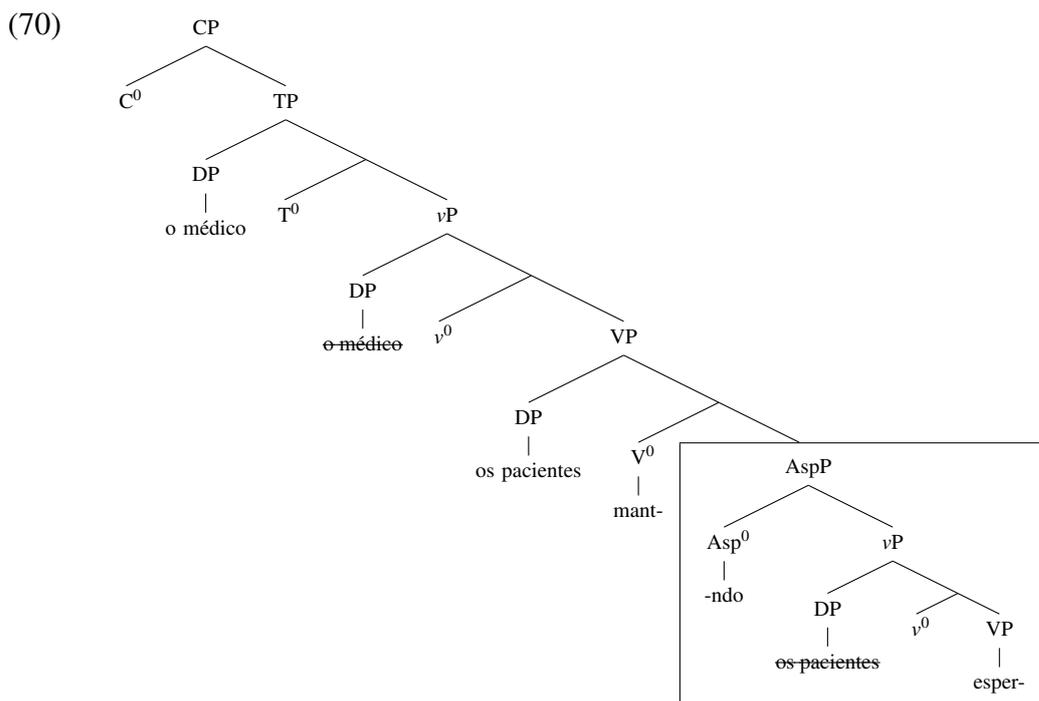
(68)



A cópia mais alta de *os pacientes* sonda a estrutura para valorar e deletar o traço não-interpretável de Caso da sua cópia mais baixa.



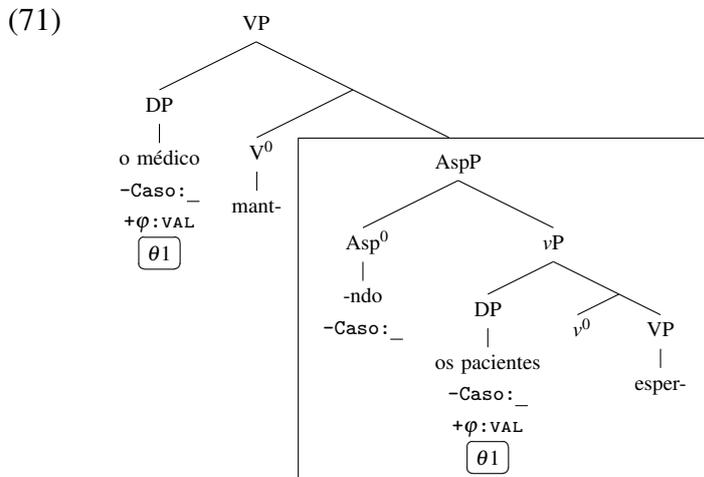
A derivação tem prosseguimento com a introdução de *o médico* na posição de argumento externo de *manter*. Finalmente, o TP- e o CP-matriz são construídos, os traços de C são herdados por T e (64) pode ser derivada.



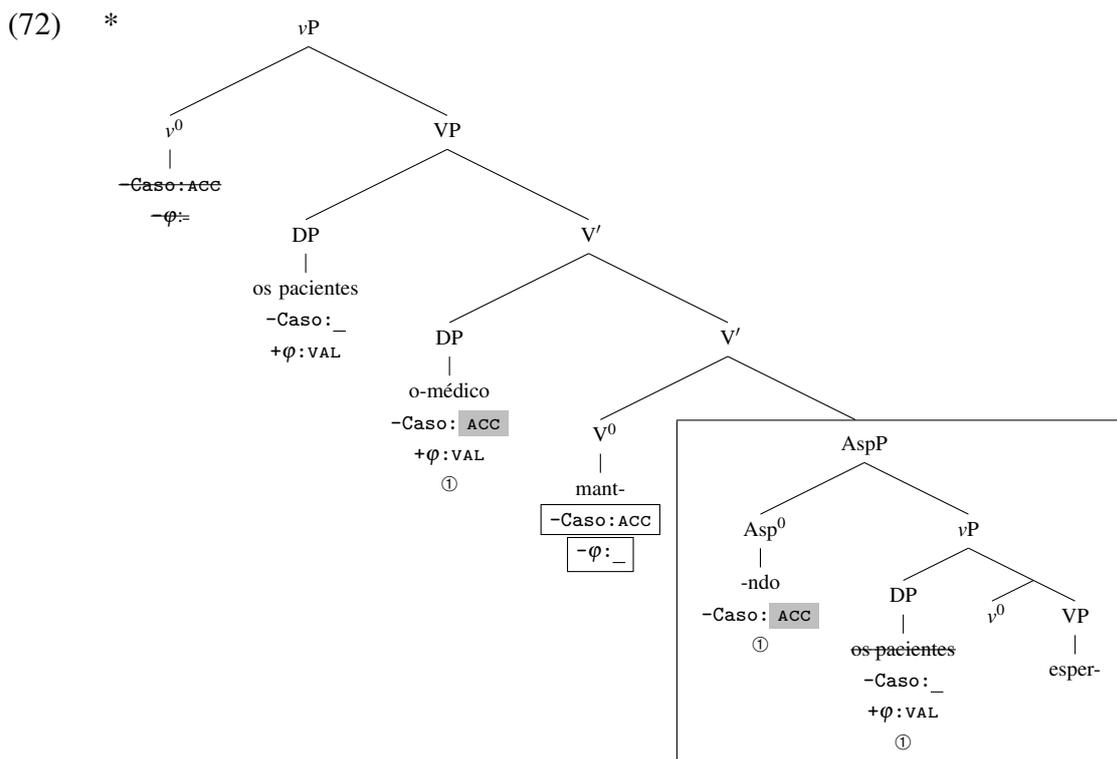
Essa derivação dá conta das propriedades estruturais desse subtipo de OG (as ilustradas em (51)–(56-a)): em (70), a OG e o DP *os pacientes* são constituintes separados, cada um um argumento interno do verbo de controle de objeto *manter*. Ademais, esse subtipo de OG apresenta propriedades de controle (ver (57)–(61)) porque o sujeito da OG se move para dentro da oração-matriz por uma via temática.

Opção (ii) Porém, essa não é a única maneira como a derivação pode continuar a partir de (65). A outra opção é que a segunda posição de argumento interno de *manter* seja preenchida

não via movimento de *os pacientes*, mas por merge externo de *o médico*. Nessa derivação, cada um desses DPs recebe um único papel- θ , $\theta 1$.



Depois desse merge externo, a derivação prossegue com a formação de vP . Agora que uma fase foi construída, ocorrem as operações sintáticas dentro desse domínio. A primeira delas é herança de traços de v para V . O DP *o médico* e o V' do V que acabou de herdar um traço valorado de Caso estão numa relação de c -comando mútuo. Como consequência disso, o traço de Caso do DP pode ser valorado (①). Porque $AspP$ e V também estão numa relação de c -comando mútuo, o núcleo de $AspP$, o morfema de gerúndio, também pode ter o seu traço de Caso valorado (①). Também simultaneamente, o DP *os pacientes* se move para estender o seu domínio de sondagem, que não incluía inicialmente nenhum traço valorado de Caso (①). A primeira posição para a qual ele pode ser mover é [Spec, VP] porque essa é a posição mais próxima que c -comanda o V que acabou de herdar um traço valorado de Caso.



No entanto, o movimento do DP *os pacientes* para uma segunda posição de Spec no VP-matriz acaba cruzando o DP *o médico*. Esse movimento pode ser barrado por violar minimalidade. Como consequência, o DP *os pacientes* não pode se mover para estender o seu domínio de sondagem e, assim, o traço de Caso dele permanece não-valorado ao longo de toda a derivação.¹⁰

Isso permite que se explique por que (62), repetida abaixo como (73), é agramatical. Em (73), todas as posições temáticas foram preenchidas por merge externo, isto é, por material que foi extraído diretamente da numeração, e não por DPs que já tinham sido anteriormente introduzidos. Apesar disso ser uma possibilidade no sistema (porque não existiriam condições de boa formação impostas sobre a numeração), ela implica uma seqüência inderivável: para derivar (73), o sujeito da OG *os pacientes* teria que se mover cruzando o argumento externo *o médico*, uma violação de minimalidade. Porém, se esse movimento não puder ser efetuado, a derivação fracassa porque *os pacientes* não pode ser marcado com Caso.

(73) *O João manteve [o médico] [os pacientes esperando por horas].

Em resumo, a análise apresentada pode não apenas dar conta da gramaticalidade de (64), repetida abaixo como (74), mas também da agramaticalidade de (73). Em outras palavras, a análise pode explicar por que o sujeito de OGs de controle de objeto é necessariamente *PRO*, não alternando com um DP manifesto. A análise que proponho aqui abre a possibilidade da derivação de OGs de controle de objeto proceder de duas maneiras (as opções (i) e (ii)), dependendo do conteúdo da numeração. Se não houver material suficiente para preencher todas as posições temáticas via merge externo (opção (i)), o sujeito da OG pode se mover para a posição temática dentro da oração-matriz que corresponde ao segundo argumento interno do verbo-matriz (*manter*). A derivação converge porque todas as imperfeições são deletadas da maneira mais eficiente possível. O resultado final é (74), que exhibe propriedades de controle devido ao movimento-A de *os pacientes* passando por mais de uma posição temática.

(74) O médico manteve os pacientes *PRO* esperando por horas.

Outra possibilidade derivacional é uma em que realmente tem material na numeração para preencher todas as exigências temáticas via merge externo (opção (ii)). Apesar da numeração ser possível, a derivação que resulta dela não é porque ela implica um movimento que viola minimalidade (ver porém a nota 10). Por causa da impossibilidade desse movimento, o sujeito da OG não pode ser marcado com Caso e a previsão correta é que (73) deveria ser agramatical.

Tendo apresentado a maneira como OGs de controle de objeto são construídas, podemos passar para como as propriedades do comportamento delas podem ser explicadas pela análise. Quanto às propriedades dependentes de TP, OGs de controle de objeto não podem licenciar negação sentencial – (75) – nem advérbios sentenciais – (76).

¹⁰Na verdade, acabei percebendo que talvez minimalidade não esteja sendo violada aqui porque as duas posições de [Spec, VP] estão no mesmo domínio mínimo, o de V. Se isso for verdadeiro, eu não consigo explicar a agramaticalidade de (73). Até o momento, eu não tenho nenhuma explicação alternativa.

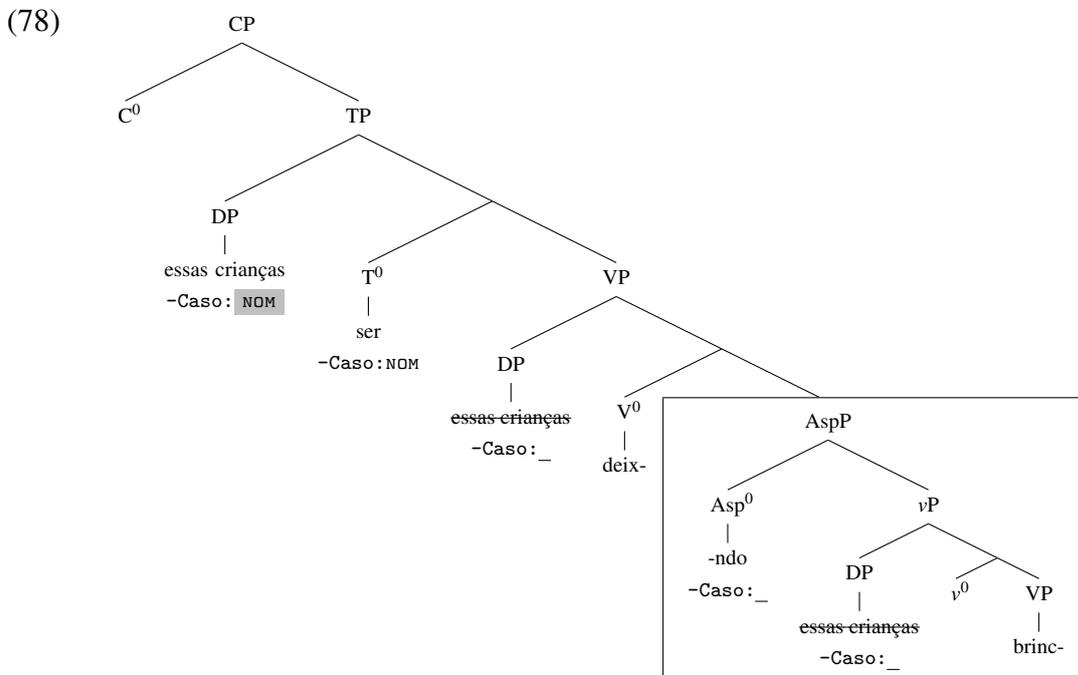
- (75) a. *O médico manteve o paciente não mexendo um dedo e foi fumar um cigarro.
 b. *O João deixou os filhos não lendo livro algum e foi fazer o jantar.
- (76) a. ???O médico manteve os pacientes provavelmente esperando.
 b. ???O mecânico deixou a aeronave provavelmente sofrendo uma pane e foi tomar um café.

Pelas minhas suposições, essa impossibilidade é explicada pela ausência de TP em uma OG de controle de objeto.

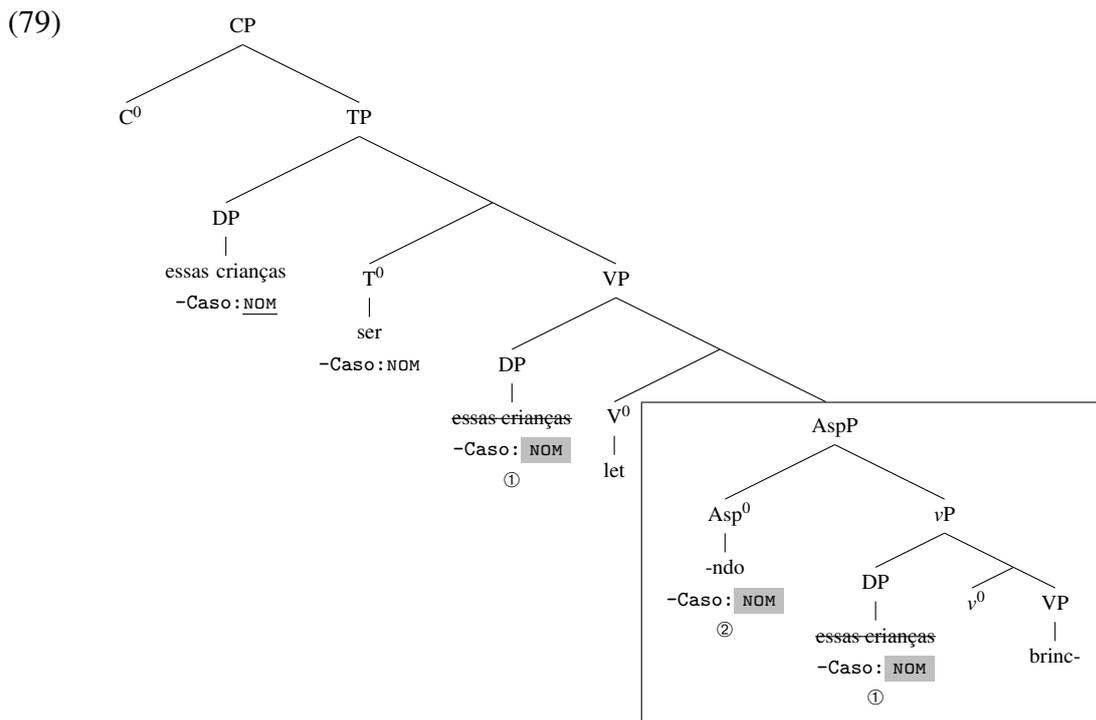
OGs de controle de objeto também apresentam o comportamento “clássico” de OGs de *classe 3* no que diz respeito a alçamento: quando a oração-matriz está na forma passiva, o sujeito da OG de controle de objeto pode ser alçado para a posição de sujeito-matriz.

- (77) a. Essas crianças foram deixadas *t* brincando na área de recreação.
 b. Os pacientes foram mantidos *t* esperando por horas.

Essa possibilidade é consequência de uma OG de controle de objeto, uma OG de *classe 3* e portanto uma OG que não é auto-suficiente para Caso, ser dependente de um valorador externo. Numa sentença ativa, esse valorador é *v/V* e, numa sentença passiva, *C/T*. Nos dois casos, o sujeito encaixado pode se mover para a posição relevante de Spec para estender o seu domínio de sondagem. Abaixo está a representação esquemática da passiva (77-a):



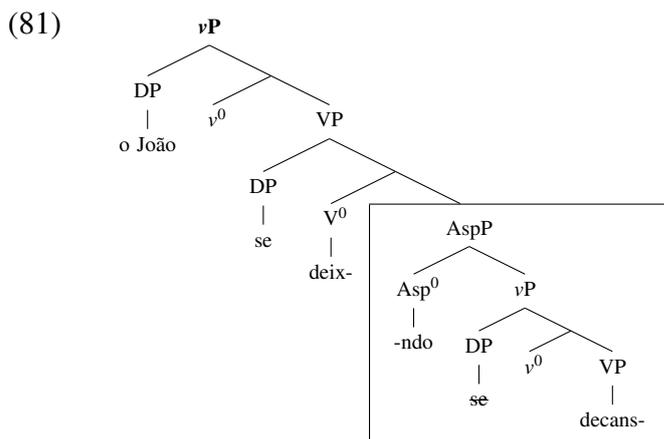
Depois, a cópia mais alta de *essas crianças* sonda a estrutura para valorar e deletar o Caso das suas cópias mais baixas (①). Porque o morfema de gerúndio vai então c-comandar um traço valorado de Caso (o da cópia mais baixa de *essas crianças*), ele também pode ter o seu traço de Caso valorado (②). Todas essas operações acontecem dentro de uma única fase, CP-matriz.



Ligação de um sujeito anafórico da OG de controle de objeto pelo sujeito-matriz também é permitida.

- (80) a. O João_i se_i deixou descansando por horas.
 b. O João_i se_i manteve esperando pacientemente por horas.

A representação esquemática de (80-a) é como se segue:



Ligação é possível porque a menor fase/domínio de ligação que contém a anáfora *se* é o vP-matriz, onde ele pode ser interpretado como sendo correferente com o sujeito-matriz *o João*.

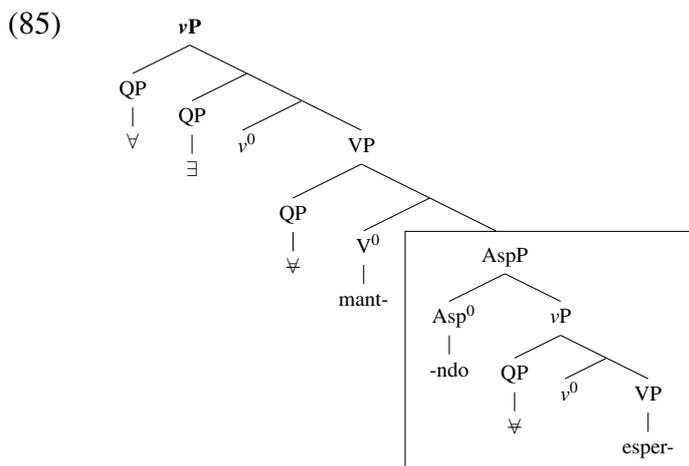
O mesmo pode ser dito de escopo invertido, que também parece ser possível para OGs de controle de objeto.

- (82) a. Algum médico manteve todo paciente esperando.
 ?Para todo x, x é um paciente e algum médico qualquer manteve x esperando.
 b. Algum professor deixou todo aluno esperando.

?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer deixou x esperando.

- (83) a. Três médicos mantiveram dois pacientes esperando.
?Tem dois pacientes específicos tal que três médicos quaisquer mantiveram os dois pacientes esperando.
- b. Três professores deixaram dois alunos brincando no pátio.
?Tem dois alunos específicos tal que três médicos quaisquer deixaram esses alunos brincando no pátio.
- (84) a. O João geralmente mantém três pacientes esperando.
?Tem três alunos específicos tal que o João geralmente os mantém esperando.
?Tem três monitores específicos tal que o João geralmente o sdeixa tomando conta da prova.

A representação esquemática de (83-a), por exemplo, é a seguinte:



A menor fase para a qual o quantificador universal encaixado poderia se mover é o vP-matriz. Da borda dessa fase, ele pode ter escopo sobre o quantificador existencial-matriz na sua posição de base. Dessa possibilidade resulta a leitura de escopo invertido.

Com a análise proposta, podemos explicar algumas características de OGs de controle de objeto, incluindo não apenas as propriedades que usei para descrever as OGs em geral, mas também as suas propriedades de controle.

4.4 OGs adverbiais baixas

A próxima OG de *classe 3* que investigamos são as OGs adverbiais baixas, isto é, uma OG adverbial com leitura de modo ou simultaneidade como (86-a) e (86-b), respectivamente.

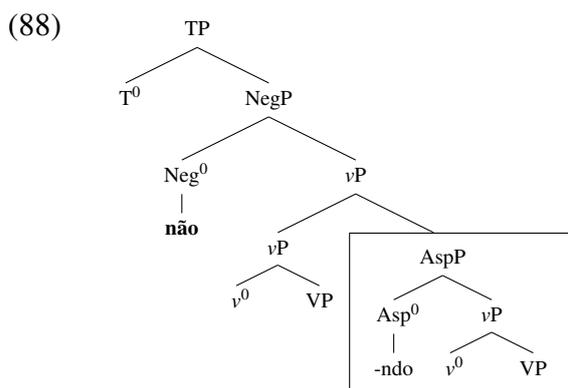
- (86) a. Os ladrões arrombaram a porta usando um pé-de-cabra.
 b. A Paula fez uma caminhada ouvindo música.

A derivação de todas as OGs adverbiais, que incluem não apenas OGs adverbiais baixas, mas também adverbiais altas e preposicionadas, vai ser apresentada apenas no capítulo 6, onde tento comparar as possibilidades de realização do sujeito desses subtipos de OG e explicar os seus contrastes e semelhanças. Por agora, limito as observações à configuração geral de uma sentença que contém um advérbio baixo.

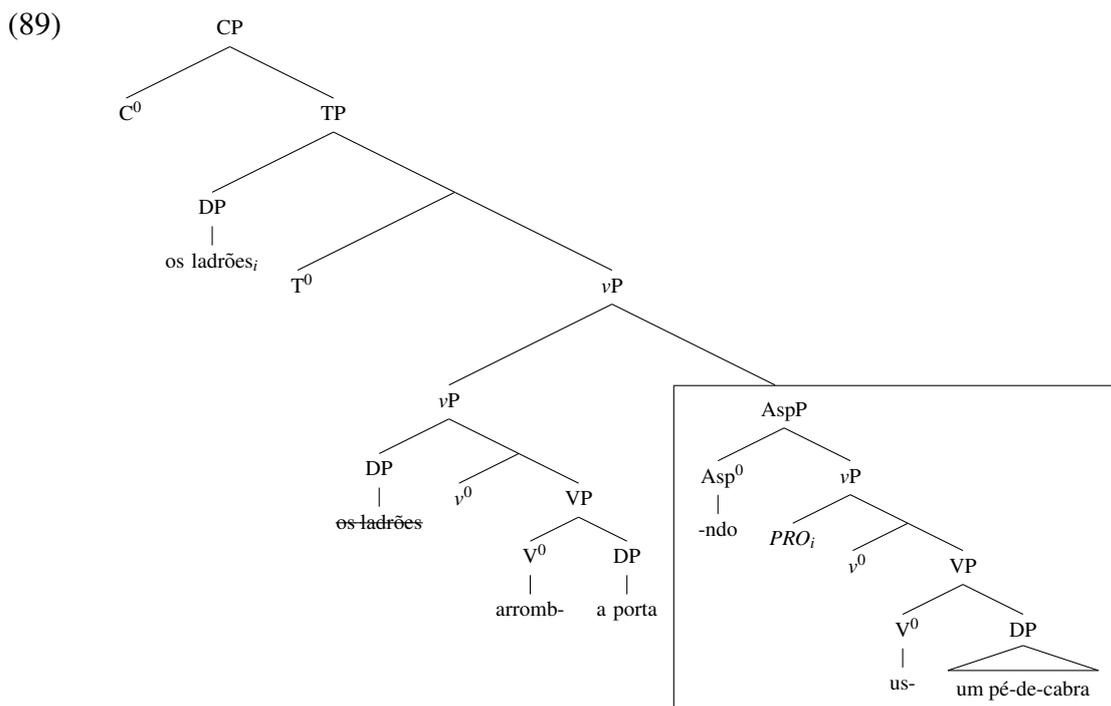
OGs adverbiais baixas estão sob o escopo da negação sentencial da oração-matriz, como podemos ver pelos contrastes de licenciamento de NPI abaixo. (Cf. OGs adverbiais altas da seção 3.3.)

- (87) *Licenciamento de NPI numa OG adverbial baixa por negação sentencial-matriz: ✓*
- a. A Maria não correu ouvindo música alguma.
 - b. Os ladrões não invadiram a casa arrombando porta alguma.

Para capturar a possibilidade de um NPI dentro do advérbio baixo ser licenciado pela negação sentencial da oração-matriz, proponho que OGs adverbiais baixas estão adjungidas a *vP*, onde eles são c-comandados por *Neg* (*não*). Presumivelmente, essa posição é compatível com a interpretação de modo ou simultaneidade de OGs adverbiais baixas.



Tendo em mente essa posição, a representação esquemática de (86-a) é a em (89). Como vamos ver na seção 6.4, o sujeito de OGs adverbiais baixas é obrigatoriamente nulo e, além disso, ele é correferente com o sujeito-matriz. Analiso esse sujeito nulo como uma instância de *PRO*, com base na MTC, resumida acima (seção 4.3.1).



Como os outros subtipos de OGs de *classe 3*, OGs adverbiais baixas não permitem negação sentencial – (90) – nem advérbio sentencial – (91).

- (90) a.??A Maria faz a meditação dela não mexendo um dedo.
b.??A Maria estuda não lendo livro algum.

- (91) a.??Os ladrões arrombaram a porta provavelmente usando um pé-de-cabra.
b.??O João corre provavelmente ouvindo música.

Esse comportamento pode ser capturado pela assunção que licenciamento de negação e advérbio sentenciais pressupõem TP, uma projeção ausente nesse subtipo de OG.

Alçamento, ligação e escopo invertido não podem ser testados para OGs adverbiais baixas porque o sujeito deles, como mencionado, é sempre nulo. Ainda assim, de acordo com a MTC, é possível dizer que ocorre alçamento a partir de OGs adverbiais baixas. De acordo com a MTC, tanto controle como alçamento são reduzidos a movimento-A; a única diferença é que alçamento é movimento para uma posição de Caso, enquanto controle resulta de movimento para uma posição temática adicional. Analiso OGs adverbiais baixas como instâncias de controle obrigatório exaustivo e, portanto, pela MTC, elas também envolvem movimento.

4.5 OGs adnominais

Nesta seção, consideramos a última das OGs de *classe 3* no cópua, a saber, OGs adnominais, ilustradas em (92).

- (92) Essa menina lendo o livro de lingüística caiu.

Essas construções são tradicionalmente denominadas ‘orações relativas reduzidas’, presumivelmente porque elas são consideradas como a contraparte defectiva de orações relativas “plenas”. (92), por exemplo, é correlacionada com (93).

(93) Essa menina que está lendo o livro de lingüística caiu.

Porém, nem todas as correlações são possíveis. Em (92), o “núcleo da relativa” é o sujeito, *essa menina*. O objeto (*o livro de lingüística*) não pode exercer essa função, como mostrado pela agramaticalidade de (94-a). A oração relativa plena correspondente (94-b), por outro lado, é gramatical.

- (94) a. *O livro de lingüística essa menina lendo caiu.
b. O livro de lingüística que essa menina está lendo caiu.

Também tem diferenças no tipo de predicado. OGs adnominais não permitem um ILP – (95-a). Em contraste, a contraparte plena delas – (95-b) – permite.

- (95) a. *Essa menina sabendo matemática (várias vezes) caiu.
b. Essa menina, que sabe matemática (*várias vezes), caiu.

Ainda outra diferença é que o núcleo da relativa não pode ser um nome próprio como *Dilma Roussef* em uma OG adnominal – (96-a); numa relativa plena, porém, isso é possível – (96-b).

- (96) a. *A Dilma Roussef lendo o livro de lingüística é a presidente do Brasil.
b. A Dilma Roussef, que está lendo o livro de lingüística, é presidente do Brasil.

Uma diferença correlacionada é que a única leitura que parece estar disponível para OGs adnominais é a restritiva (ver, por exemplo, (92)). Relativas plenas, por outro lado, podem ter ou uma leitura restritiva – (93), (94-b) –, ou uma leitura explicativa – (95-b), (96-b).

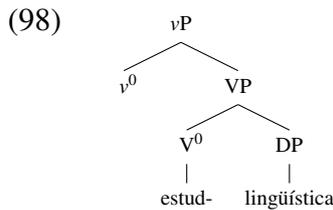
As propriedades de OGs adnominais listadas acima, juntamente com uma comparação com relativas plenas, estão resumidas abaixo:

Propriedade		OG adnominal	Relativa plena
<i>Núcleo da relativa</i>	<i>Sujeito</i>	✓	✓
	<i>Objeto</i>	*	
<i>ILP</i>		*	✓
<i>Nome próprio como núcleo da relativa</i>		*	✓
<i>Leitura</i>	<i>Restritiva</i>	✓	✓
	<i>Explicativa</i>	*	

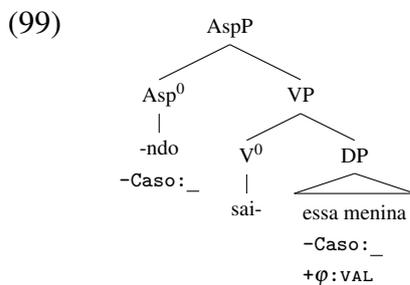
Tabela 4.2: OGs adnominais vs. relativas plenas

Tento derivar algumas dessas propriedades a partir da derivação sintática de OGs adnominais. A derivação de uma sentença como (97) começa com a formação do ν P-matriz. (Para simplificar, as operações sintáticas dentro desse ν P não foram representadas.)

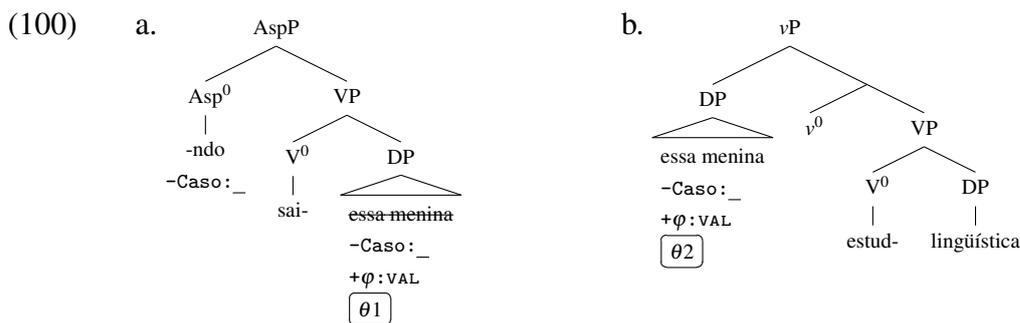
(97) Aquela menina saindo estuda lingüística.



Suponha que não tenha material suficiente na numeração para preencher o argumento externo do *v*-matriz.¹¹ Como conseqüência disso, o *vP* é deixado na reserva até que o material exigido finalmente seja introduzido no workspace. Em paralelo, outra subarray da numeração é acessada e a OG é construída. A derivação vai até AspP somente, porque OGs adnominais pertencem à *classe 3*.



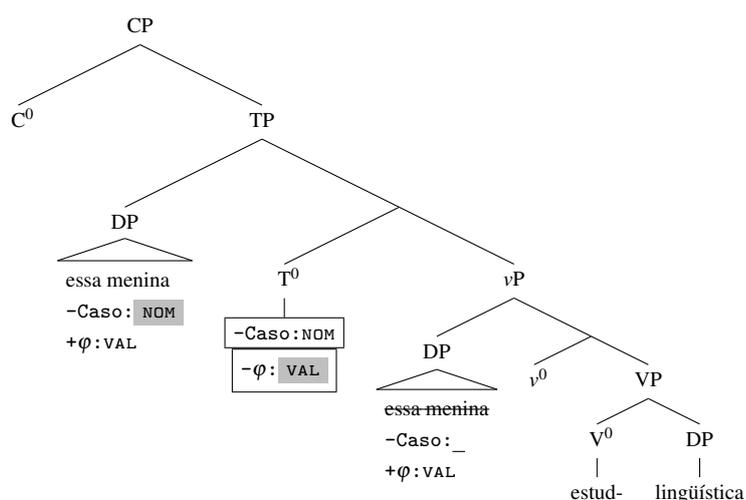
Agora sim tem um elemento que pode ser o sujeito do *vP* em (98), a saber, o DP *essa menina* em (99). Nesse ponto da derivação, esse DP está ativo porque ele tem um traço de Caso a ser valorado. *Essa menina*, então, é copiado e concatenado com o *vP*-matriz construído anteriormente. Porque essas duas árvores estão desconectadas, essa é uma instância de movimento lateral (ver seção 6.2 abaixo). Além disso, *essa menina* recebe um segundo papel- θ , $\theta 2$. Essa é uma possibilidade de acordo com a MTC (ver seção 4.3.1).



A derivação continua com a formação do TP- e CP-matriz. Depois que uma fase (CP) foi construída, ocorrem operações sintáticas como herança de traços. *Essa menina* se move para [Spec, TP] para ter o seu traço de Caso valorado.

¹¹Lembremos que essa é uma opção livre, assumindo que não há condições de boa formação impostas sobre numerações. Ver a discussão em torno de (108) abaixo sobre a possibilidade de realmente haver material suficiente na numeração para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo.

(101)



Assumo que é possível que certos objetos sintáticos se adjunjam a outros aciclicamente. Essa é a análise proposta para explicar a ausência de violação do Princípio C em orações relativas.¹²

- (102) a. *Which claim that John_i was asleep was he_i willing to discuss?
 qual afirmação que John estava adormecido estava ele querendo *to* discutir
- b. Which claim that John_i made was he_i willing to discuss?
 qual afirmação que John fez estava ele querendo *to* discutir
 ‘Qual afirmação que o John fez ele estava disposto a discutir?’

Chomsky (1995b) argumenta que derivar (102-a) requer que *that John was asleep* se concatene com *claim* na sua posição de base porque esse é um complemento do nome. Como consequência, **he** c-comanda a cópia mais baixa de **John**, como vemos em (103), do que decorre a violação do Princípio C e a agramaticalidade de (102-a).

- (103) *[which [claim [that John was asleep]]] was **he** was willing to discuss [~~which [claim [that **John** was asleep]]]~~

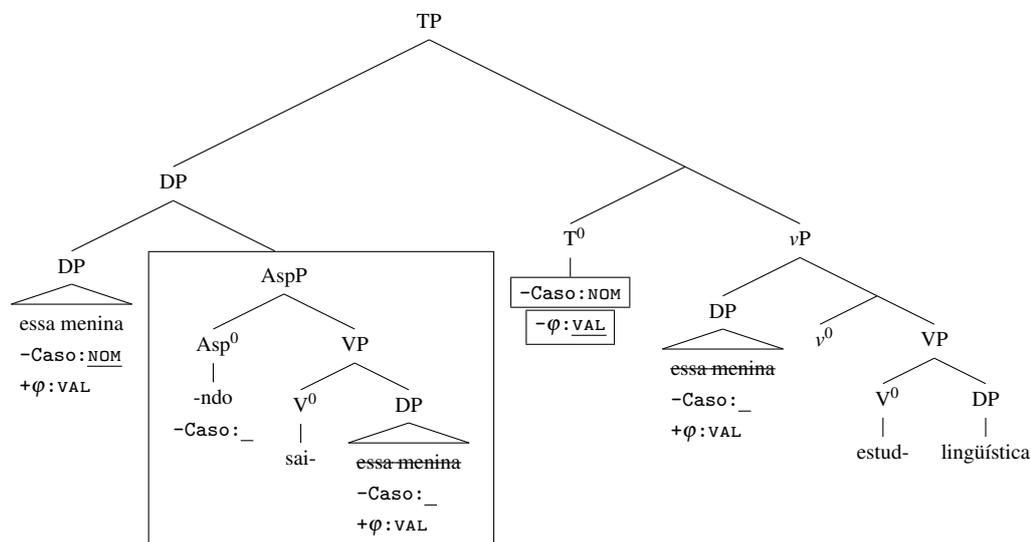
Em contrapartida, *that John made* em (102-b) não é argumento de *claim*. Logo, ele poderia se concatenar com *claim* ciclicamente, de maneira análoga a (103) – (104-a) – ou aciclicamente, só depois do movimento-Wh de *which claim* – (104-b). Na primeira opção, o Princípio C também é violado, mas na segunda, não é. Como vemos no produto final em (104-b), **he** não c-comanda **John**.

- (104) a. *[which [claim] [that John made]] was **he** was willing to discuss [~~which [claim] [that **John** made]]]~~
- b. (i) [which [claim]] was **he** was willing to discuss [~~which [claim]]]~~
 (ii) [which [claim] [*that John made*]] was **he** was willing to discuss [~~which [claim]]]~~

¹²Os dados em (102) foram extraídos de Chomsky (1995b, cap. 3, p. 204, (34)). A glosa e a tradução são minhas, SF.

Com base nessa análise de orações relativas, proponho que a OG em (100)-a pode ser inserida na estrutura aciclicamente.^{13,14} Em outras palavras, a OG em (99) se adjunge ao DP *essa menina* dominado pelo TP. (Para simplificar, o CP foi omitido da representação.)

(105)



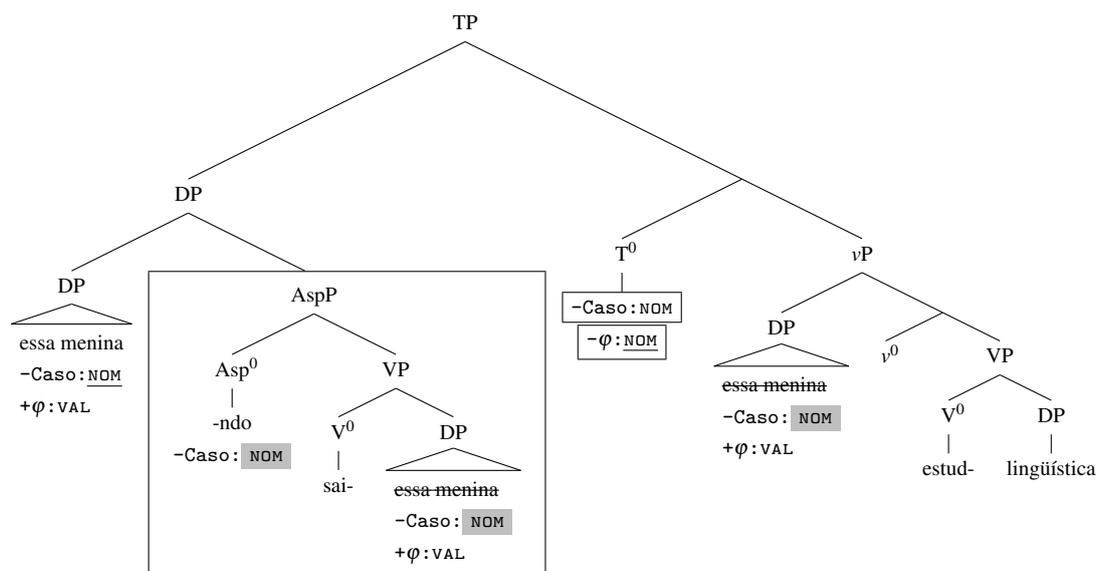
Essa menina sonda a estrutura para valorar e deletar os traços de Caso das suas cópias mais baixas. A cópia mais alta de *essa menina* c-comanda as duas cópias desse DP.¹⁵ depois disso, o morfema de gerúndio vai finalmente ter uma instância de um traço valorado de Caso em seu domínio de sondagem (o da cópia de *essa menina* deixada na OG), então, o seu traço de Caso pode ser valorado também.

¹³Como Nunes (2004, seção 3.8.2) aponta, não é necessário assumir uma derivação acíclica. Poderia ser o caso que a OG se adjunja a uma cópia de *essa menina* antes desse DP se concatenar com o vP-matriz, isto é, num momento anterior a (100). Ainda assim, para simplificar a discussão, assumo que a derivação ocorre aciclicamente.

¹⁴Isso não quer dizer que OGs adnominais e orações relativas devem ser equivalentes, o que eu tentei argumentar contra acima. Estou assumindo que essa adjunção acíclica é uma possibilidade da computação. Se o produto final vai ser uma estrutura legítima ou não depende de fatores independentes (por exemplo, convergência, diferenças entre argumentos e adjuntos etc). Ver também nota 13.

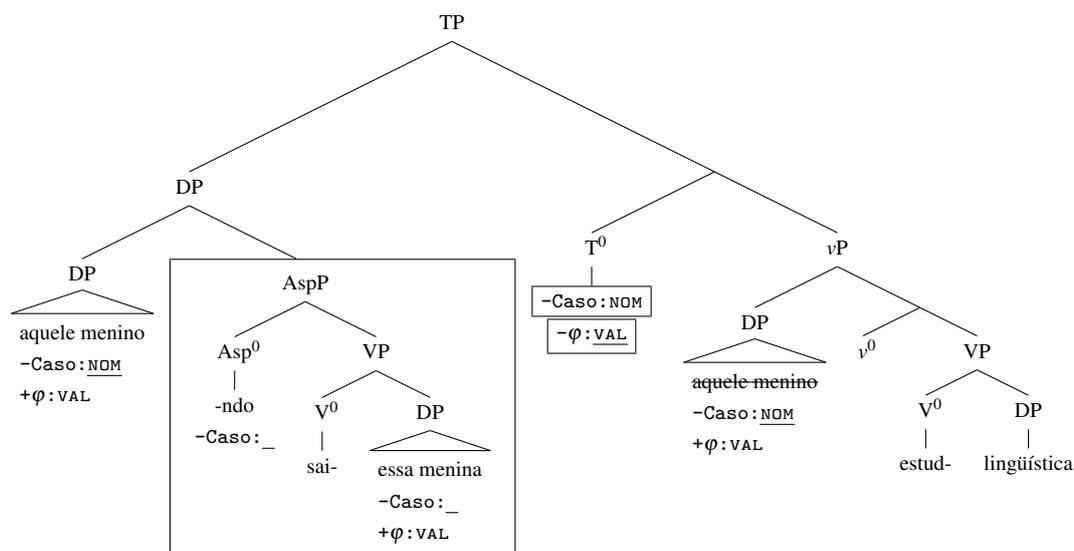
¹⁵Percebi que, para que haja c-comando entre *essa menina* em [Spec, TP] e a cópia em [Spec, vP], eu tenho que assumir que os dois segmentos do DP duplicado contam como um único elemento. Não tenho certeza se essa assunção é plausível. Se não for, a previsão é que a derivação deveria fracassar. Não tenho solução para esse problema. Tentativamente, uma maneira seria considerar que os segmentos de uma projeção máxima duplicada contariam como um único objeto sintático. Não sei até que ponto isso seria uma assunção ad hoc.

(106)



Essa não é a única maneira como a derivação pode prosseguir. Como mencionado, pode haver material suficiente na numeração para que todos os papéis temáticos sejam satisfeitos por merge externo. Nesse caminho derivacional, o sujeito da OG (*essa menina*) permanece dentro da OG. Esquemáticamente:

(107)



Essa derivação fracassa porque *essa menina* não pode ter o seu traço de Caso valorado. Isso acontece porque esse DP permanece dentro de um domínio que não é auto-suficiente para Caso. Se ele se movesse para uma segunda posição de [Spec, TP] na oração-matriz, ele cruzaria o DP *aquele menino*, causando uma violação de minimalidade (ver porém a nota 10). Além do mais, como vimos em (106), a valoração do traço de Caso que propus para o morfema de gerúndio depende da valoração de Caso do sujeito da OG. Se o sujeito da OG não pode ter o seu traço de Caso valorado, o morfema de gerúndio também não pode. Em suma, a análise prevê corretamente que (108) deveria ser agramatical.

(108) *Aquele menino essa menina saindo estuda lingüística.

A análise dá conta de algumas propriedades de OGs adnominais, a saber, o fato que o sujeito, mas não o objeto pode ser o “núcleo da relativa” da OG adnominal, assim como da interpretação semelhante à de uma oração relativa. A análise não é capaz de capturar a impossibilidade de um nome próprio ser o “núcleo da relativa”, nem da ausência de uma leitura explicativa.

Como visto em (94-a), repetida abaixo, sujeitos, mas não objetos podem ser o “núcleo da relativa” em OGs adnominais.

(109) a. *O livro de linguística essa menina lendo caiu.

Essa impossibilidade decorre da análise da seguinte maneira: o sujeito da OG se move lateralmente da OG para a oração-matriz – (100). Para que esse movimento seja possível, o DP deve estar ativo. Isso pode ser afirmado em relação a (100) porque a OG construída não é auto-suficiente para Caso, de modo que o seu sujeito não pode ter o seu traço de Caso valorado dentro da própria OG. Porém, o objeto de todas as OGs é sempre marcado com Caso dentro da OG. Isso é feito pelo núcleo *v* dentro da OG. Como consequência, o objeto da OG fica congelado e não pode se mover mais.¹⁶

Outra propriedade que talvez a análise dê conta é a interpretação da OG adnominal, que é semelhante à de uma oração relativa. Como mencionado acima, OGs adnominais (as chamadas ‘relativas reduzidas’) são geralmente pareadas com orações relativas “plenas”.

(110) a. Essa menina lendo o livro de linguística caiu.
b. Essa menina que está lendo o livro de linguística caiu.

Uma possível razão para isso é que essas estruturas têm interpretações comparáveis. Em (110-a), assim como em (110-b), a denotação de *essa menina* é interpretado tanto como quem lê como quem cai. No que diz respeito às orações relativas propriamente ditas, existem pelo menos duas maneiras dessa propriedade interpretativa ser atingida, as quais são materializadas na análise por movimento e por operador de orações relativas. Não é necessário recorrer a nenhuma dessas estratégias para as OGs adnominais. Na análise acima, a interpretação dual de *essa menina* é um sub-produto desse DP receber dois papéis temáticos: ele é gerado na posição temática de *ler* e depois é movido para uma posição temática de *cair*.

Não estou dizendo que forneci evidência crucial de que essa é a única análise possível para OGs adnominais; estou afirmando apenas que a análise é compatível com os dados (ver porém nota 15). Em todo caso, essa análise põe em questão analisar OGs adnominais em termos de orações relativas.

¹⁶Alternativamente, uma possibilidade deveria ser que o objeto se movesse antes dele receber Caso acusativo dentro da OG. Contudo, essa possibilidade implicaria acessar a numeração antes da subarray necessária para construir a OG ser exaurida. (Esse novo acesso à numeração é necessário para construir a oração-matriz em paralelo.)

4.6 Conclusão

Neste capítulo, vimos a derivação de OGs de *classe 3*, uma classe que inclui OGs perceptuais, existenciais, de controle de objeto, adverbiais baixas e adnominais. Essas OGs são caracterizadas pela ausência de elementos que pressupõem TP, como negação sentencial e advérbios sentenciais. Elas também são caracterizadas pela possibilidade de interagir com a oração-matriz quanto a marcação de Caso, ligação e alçamento de quantificador. Essas propriedades foram derivadas da proposta de que OGs de *classe 3* projetam somente AspP, o mínimo necessário para construir uma OG. OGs de *classe 3* não possuem uma projeção de TP e não são fases.

No entanto, nem todas as OGs de *classe 3* se comportam exatamente da mesma maneira. OGs existenciais, por exemplo, não permitem alçamento do sujeito deles, nem que ele seja anafórico. Essas duas são propriedades distintivas da classe. Ao invés de abandonar a análise, eu tentei mostrar que esses “desvios” são uma consequência de uma propriedade especial do verbo existencial, a possibilidade de atribuir Caso partitivo inerente (Belletti, 1988). Essa propriedade também forneceu uma maneira de explicar os efeitos de definitude em OGs existenciais sem termos que recorrer a marcação excepcional de Caso inerente. Um ingrediente crucial nessa análise foi a proposta de que o morfema de gerúndio tem um traço de Caso a ser valorado.

Outra OG de *classe 3* que teve um fator extra atuando na sua derivação foi a OG de controle de objeto, que é selecionada por verbos que contém duas posições de argumento interno, *manter* e *deixar*, uma das quais é preenchida pela OG. Para essas OGs, apresentei uma análise baseada em MTC.

De modo geral, acho que a análise foi bem-sucedida. No entanto, não é uma análise sem problemas. A explicação para a impossibilidade do sujeito de OGs de controle de objeto ser manifesto implicou recorrer a minimalidade. No entanto, pode ser o caso que não há nenhum problema de minimalidade (ver nota 10). Outro problema surgiu na derivação de OGs adnominais, a saber, a noção de c-comando assumida quando integrada com a noção de projeções duplicadas (ver nota 15). Vou ter que deixar esses problemas residuais para investigação futura.

Capítulo 5

OGs de classe 2

Tendo analisado a *classe 1* e a *classe 3*, passamos para as OGs de *classe 2*. Essa classe inclui o complemento de verbos como *imaginar* – (1-a) –, *adorar* e *gostar* – (1-b) –, *considerar* – (1-c) –, OGs na posição de sujeito – (1-d) –, e também OGs adverbiais preposicionadas – (1-e).

- (1) a. O João imagina a Maria jogando na seleção daqui a quinze anos.
- b. O João adorou a Maria/gostou da Maria ganhando o campeonato.
- c. O João considera a Maria como sendo uma boa pessoa.
- d. Os funcionários chegando tarde incomodou o chefe.
- e. A Maria não consegue estudar para a prova com os irmãos fazendo bagunça.

Chamei esses subtipos de OG de ‘o caso intermediário’ porque elas têm comportamento misto em relação às duas outras classes. De um lado, elas se comportam como OGs de *classe 1* porque permitem o licenciamento de negação e advérbio sentenciais. Tento capturar essa semelhança ancorando essas propriedades em TP e propondo que OGs de *classe 1* e OGs de *classe 2* incluam essa projeção em suas respectivas estruturas. OGs de *classe 3*, por outro lado, exibem comportamento oposto em relação a essas propriedades e portanto não têm TP. Diferentemente, OGs de *classe 2* se comportam como a *classe 3* pela possibilidade do sujeito delas ser movido para dentro da oração-matriz, dele ser uma anáfora e também porque essas OGs dão margem para uma leitura de escopo invertido. Tento capturar essa semelhança unificando o domínio relevante para esses fenômenos. Mais precisamente, proponho que o domínio em que eles são estabelecidos é uma fase. OGs de *classe 2* e os de *classe 3* se assemelham por a projeção mais alta deles não ser uma fase. Em contrapartida, a projeção mais alta de OGs de *classe 1* é um CP e, portanto, uma fase. Apesar das categorias das OGs de *classe 2* e a das OGs de *classe 3* serem diferentes (TP e AspP, respectivamente), essas projeções compartilham a propriedade de não serem uma fase. Para além disso, a ausência de uma projeção CP faz com que as OGs tanto da *classe 2* como da *classe 3* sejam instâncias de OGs que não são auto-suficientes para Caso (ver seção 3.1). Em suma, OGs de *classe 2* são intermediárias por compartilhar algumas características tanto com as OGs de *classe 1* como com as OGs de *classe 3*, mas sem serem idênticas a nenhuma delas.

As propriedades do comportamento de OGs de *classe 2* estão resumidas abaixo:

Subtipo de OG	ILP	Negação	Advérbio	Alçamento	Anáfora	Escopo
<i>Proposicional</i>	✓	✓	✓	✓	✓	?
<i>Sujeito</i>	✓	✓	✓	–	*	?
<i>Adv preposicionado</i>	✓	✓	✓	–	*	–

Tabela 5.1: Comportamento de OGs de *classe 2*

5.1 OGs proposicionais

5.1.1 Uma nota sobre OGs perceptuais na leitura imaginativa

Pus no mesmo saco proposicional as OGs selecionadas por diferentes verbos, entre eles *adorar*, *gostar*, *considerar* e *imaginar*. Também analiso OGs perceptuais com uma leitura imaginativa ou epistêmica¹ como OGs proposicionais.

- (2) Eu posso ver meu filho ganhando uma medalha de ouro no campeonato.
(extraído de Rodrigues 2006, 33, (18))

Isso implica que verbos perceptuais podem se combinar não apenas com um AspP, isto é, com uma OG de *classe 3* (ver seção 4.1), mas também com um TP. Isso não deve causar surpresas, já que predicados perceptuais, especialmente *ver*, têm uma ampla variedade de possibilidades de subcategorização. Isso pode ser visto pela pequena amostra abaixo:

- (3) a. O João viu [*DP* o livro na mesa].
b. O João viu [*Inf* o filho ganhar uma medalha de ouro].
c. O João viu [*OG* o filho ganhando uma medalha de ouro].
d. O João viu [*CP* que o filho ganhou uma medalha de ouro].

Isso implica também que (3-c) é ambígua: a sua estrutura subjacente pode ser ou um AspP ou um TP. No primeiro caso, *ver* se combina com uma OG de *classe 3*; no último, com uma OG de *classe 2*. Rodrigues (2006) observa que a leitura imaginativa de construções perceptuais é facilitada quando o verbo perceptual está na forma do presente e é acompanhada por verbo modal, como em (2).

Apesar de superficialmente parecidas, essas OGs que verbos perceptuais podem subcategorizar podem ser distinguidas. Uma sentença perceptual com uma OG complemento de leitura imaginativa pode ser parafraseada com *imaginar*, como em (4). Esse não é o caso para OGs de *classe 3*.

¹Ver Boivin (1998) e Rodrigues (2006). Muito obrigado à Patrícia Rodrigues por ter compartilhado a sua tese (Rodrigues, 2006) comigo e ao Marcus Lunguinho (c.p.) e à Susi Wurmbrand (c.p.) por terem me sugerido a leitura de Boivin (1998).

(4) Eu posso *imaginar* meu filho ganhando uma medalha de ouro no campeonato.

Além disso, OGs de *classe 3* não permitem um ILP, nem negação sentencial ou um advérbio sentencial – (5). Tudo isso é uma possibilidade para OGs de *classe 2* – (6).

- (5) a. *O João viu o filho sabendo matemática (várias vezes).
 b. *O João viu o filho não mexendo um dedo para ajudar.
 c. *O João viu o avião provavelmente sofrendo uma pane.
- (6) a. O João pode ver o filho sabendo matemática (*várias vezes).
 b. O João pode ver o filho não mexendo um dedo para ajudar.²
 c. O João pode ver o avião provavelmente sofrendo uma pane.

Há ainda uma diferença semântica. OGs perceptuais de *classe 3* descrevem um evento e a verdade da sentença como um todo acarreta a verdade do complemento – (7). Porém, se o complemento é uma OG de *classe 2*, esse acarretamento não ocorre. (Ver nota 1, p. 8.)

(7) O João viu a Maria andando descalça. → A Maria andou descalça.

(8) #O João pode ver a Maria sabendo matemática. → A Maria sabe matemática.

OGs perceptuais de *classe 3* foram analisadas na seção 4.1. OGs perceptuais com uma leitura imaginativa são analisadas nesta seção, juntamente com as OGs subcategorizadas por verbos como *adorar, gostar, imaginar e considerar*.

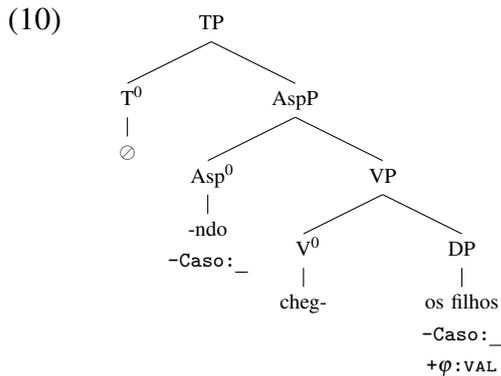
5.1.2 Derivação de OGs proposicionais

Um exemplo de OG proposicional é a em (9).

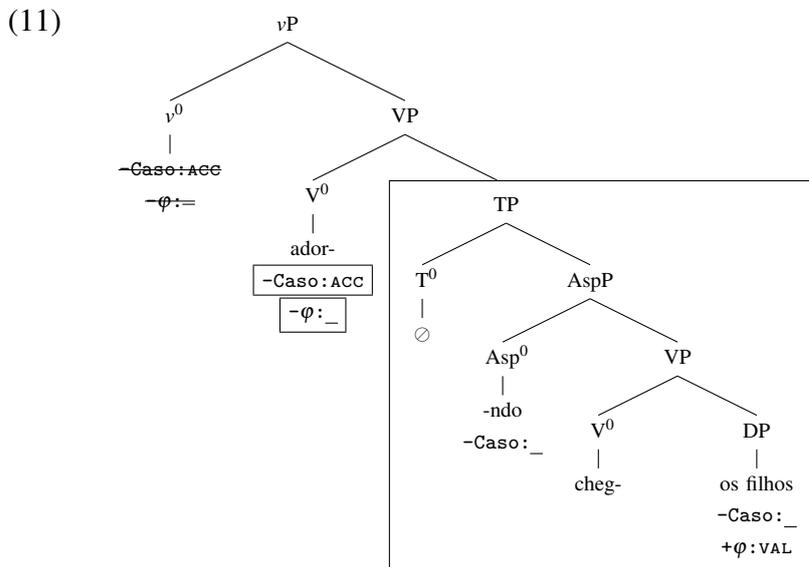
(9) O João adorou os filhos chegando cedo.

Como sempre, a derivação começa com a formação das projeções lexicais do predicado encaixado, *chegar*. Porque essa é uma OG de *classe 2*, ela projeta não apenas o AspP mínimo, como na *classe 3*, mas também TP, diferentemente da *classe 3*, mas semelhantemente à *classe 1*. Mas OGs de *classe 2* não são completamente idênticas às OGs de *classe 1* porque não incluem um CP na sua estrutura. Porque assumo herança de traços (seção 2.1), o T em OGs de *classe 2* entra na derivação vazio e permanece vazio até o final da derivação porque não há um C do qual T poderia herdar traços. (Isso é representado com ‘ \emptyset ’).

²É provavelmente a ambigüidade de construções perceptuais com gerúndio que causou a minha afirmação em estágios anteriores da pesquisa (ver Fong 2014) de que OGs perceptuais de *classe 3* podem licenciar negação sentencial. Nessa dissertação, eu faço a afirmação oposta (ver seção 4.1).



Depois que a OG é construída, o predicado *adorar* entra na derivação e se concatena com a OG. Depois, vP é formado acima da estrutura que acaba de ser derivada. Com a introdução de v , uma fase é derivada e as operações sintáticas (herança de traços, sondagem, Agree, valoração de traço etc) dentro dessa fase devem ser efetuadas nesse momento.

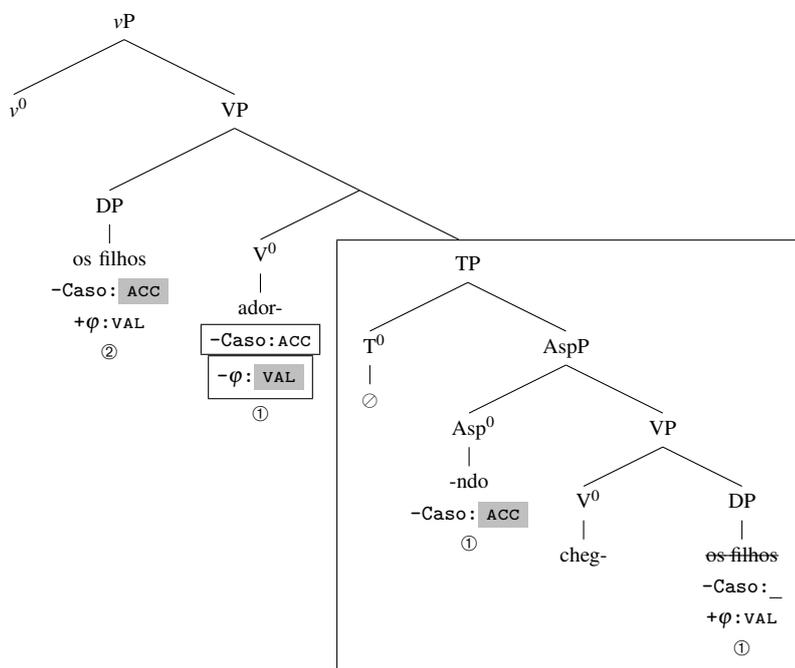


Logo após herança de traços, os traços não-valorados de Caso no morfema de gerúndio e no DP *os filhos* começam a sua respectiva sondagem. Esse é o momento mais cedo na derivação em que essas imperfeições podem ser corrigidas. O morfema de gerúndio pode ser valorado in situ porque o TP pode ser considerado como uma projeção estendida (ver definição em (16), p. 49) de AspP, a projeção máxima de $\{-ndo\}$. TP e V, que acabou de herdar um traço valorado de Caso, estão numa relação de c-comando mútuo. Pela minha definição de ‘valoração de traço baseada em projeção estendida’ ((18), p. 50), repetida abaixo, isso basta para o Caso no morfema de gerúndio ser valorado (①).

- (12) Se o objeto sintático W portando um alvo $[\pm F: VAL]$ não é c-comandado (mútua ou assimetricamente) pelo objeto sintático X que porta a sonda $[\pm F: _]$, mas W está numa relação de c-comando mútuo com Y , sendo que Y é uma projeção estendida de X , valoração da sonda pode ser efetuada.

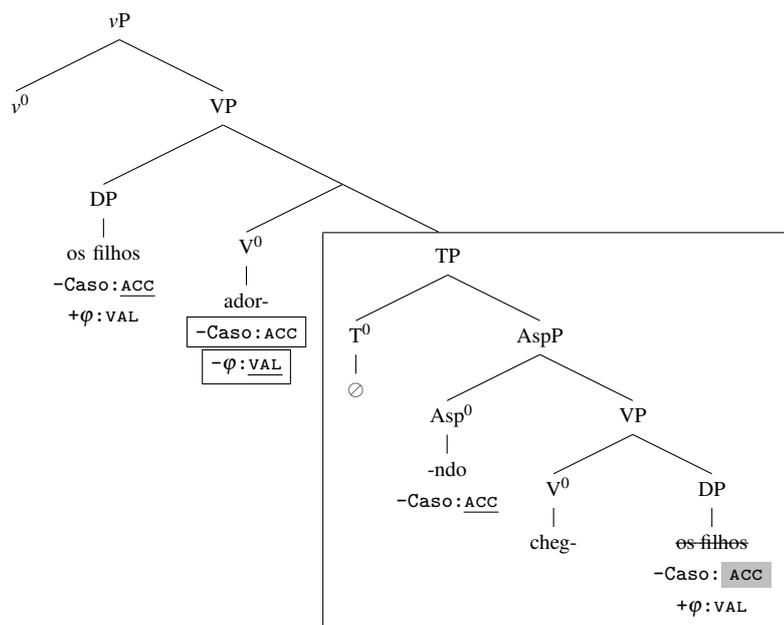
Como mencionado acima, o DP *os filhos* e o morfema de gerúndio começam a sua sondagem simultaneamente. O DP não encontra nenhum alvo no seu domínio de sondagem inicial. Como consequência, o DP tem que se mover (①). A primeira posição que ele pode se mover para c-comandar um traço valorado de Caso é [Spec, VP] dentro da oração-matriz: no momento da derivação logo após herança de traços, essa é a primeira posição que c-comanda um traço valorado de Caso. Uma vez que o morfema de gerúndio e o DP começam a sondagem simultaneamente, o Caso em $\{-ndo\}$ é valorado quando o DP começa a se mover e, portanto, não conta como um alvo potencial. Depois do DP se mover, o seu Caso é valorado (②). Os traços- φ em V podem ser valorados in situ porque V c-comanda assimetricamente o DP *os filhos* em sua posição de base (①).

(13)



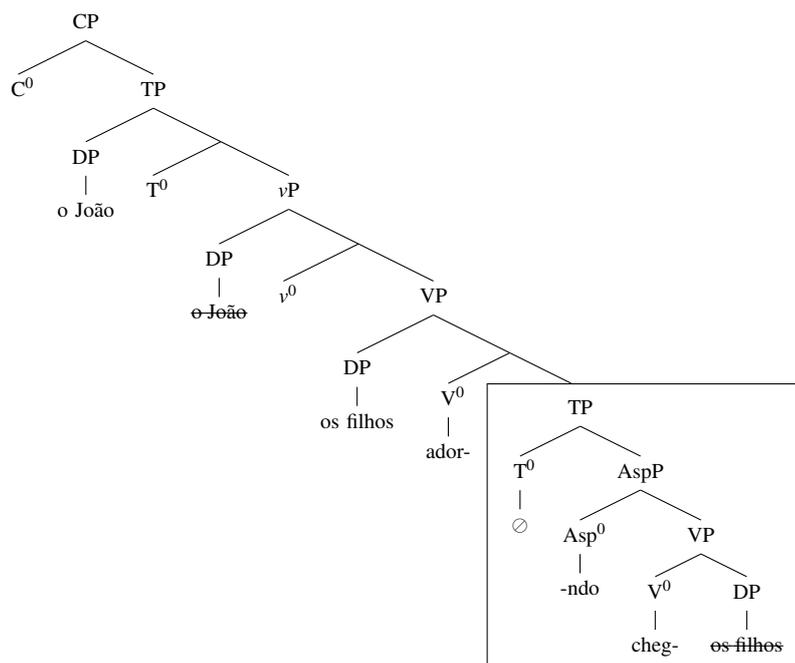
Ainda dentro da mesma fase, a cópia mais alta do sujeito movido *os filhos* sonda a estrutura e valora o traço de Caso da sua cópia mais baixa para que ela possa ser deletada também.

(14)



A derivação continua com a introdução do argumento externo do verbo-matriz (*o João*), a formação de TP e de CP e as operações sintáticas usuais.

(15)



Seguindo a estratégia recorrida ao longo de toda a dissertação, tento explicar algumas das características do comportamento de um dado subtipo de OG com base na sua derivação sintática e composição estrutural. OGs proposicionais podem licenciar negação – (16) – e advérbio sentenciais – (17).

(16) O João adorou a Maria *não* mexendo um dedo.

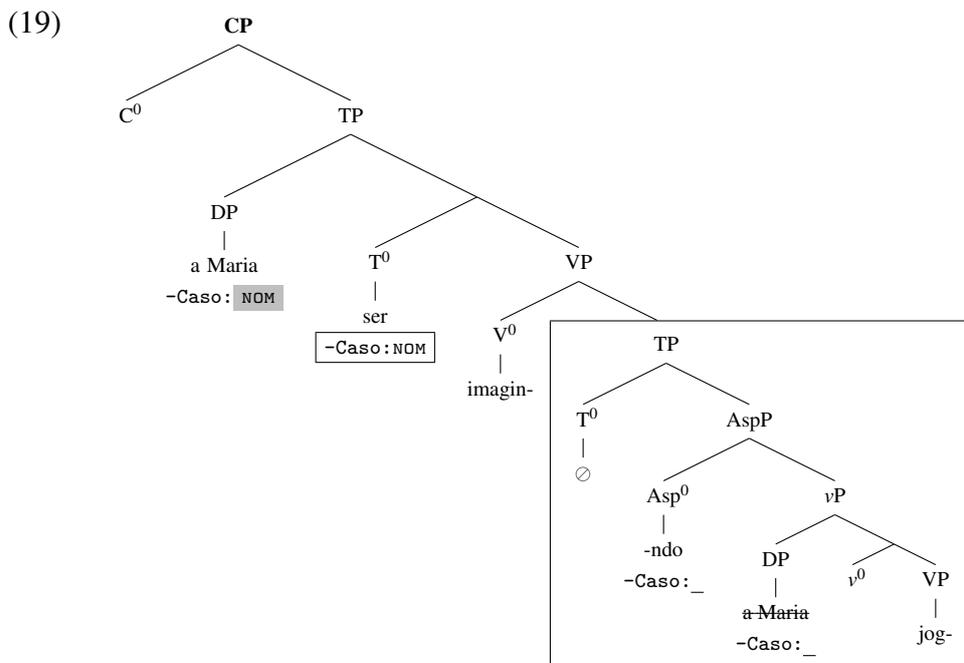
(17) O João imaginou a aeronave provavelmente podendo sofrer uma pane na volta.

Licenciamento de negação e advérbio sentenciais é considerado como uma propriedade dependente de TP. OGs de *classe 1* e OGs de *classe 2* projetam TP, então a expectativa é que esses elementos sejam licenciáveis nos subtipos de OG que pertencem a essas duas classes.

A OG selecionada por verbos como *imaginar* e *considerar* permite que o sujeito seja movido para a posição de sujeito-matriz:³

- (18) a. A Maria foi imaginada *t* jogando na seleção daqui a quinze anos.
b. A Maria é considerada *t* como sendo uma boa pessoa.

Essa possibilidade pode ser explicada pelas propostas de que essas OGs são TPs e portanto, não são fases, e que o domínio para operações sintáticas como marcação de Caso é uma fase. A menor fase em que o sujeito da OG proposicional pode ser marcado com Caso deve estar dentro da oração-matriz. Se a sentença está na ativa, o marcador de Caso é *v/V*; se é uma sentença passiva, é *C/T*. A representação esquemática de (18-a), por exemplo, é como se segue:



³Porém, *adorar* não parece permitir que o seu sujeito da sua OG completiva seja alçado:

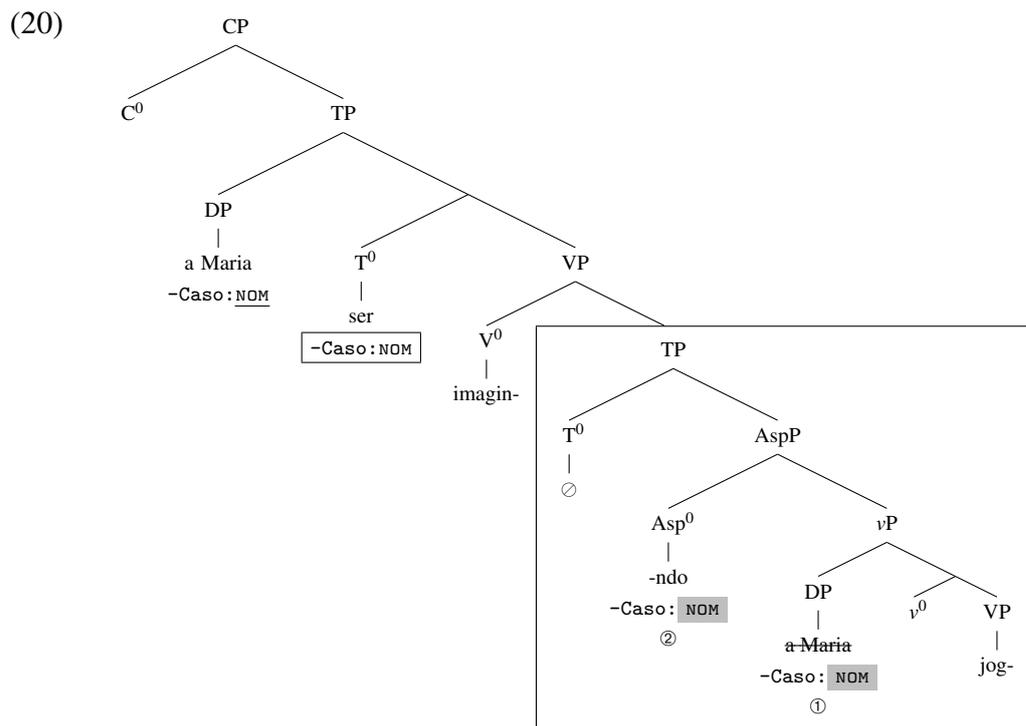
- (i) *A Maria foi adorada *t* cantando.

Na ausência de um fator extra explicando essa impossibilidade, a agramaticalidade de (i) é um contra-argumento empírico sério para a análise. Juntamente com esse problema, Reuland (1983) observa que o sujeito da construção equivalente em inglês favorece uma leitura de escopo estreito (*narrow scope*), em oposição à leitura de escopo invertido que parece ser possível para OGs de *classe 2*.

- (ii) I hated everyone I liked being hanged.
eu odiei todo-mundo eu gostei sendo enforcado
'Odiei todo mundo que eu gosto sendo enforcado.'
(extraído de Reuland 1983, (23), glossa e tradução minhas, SF)

Não tenho solução para esses problemas.

Em (19), o sujeito da OG proposicional, *a Maria*, não tem acesso a um traço valorado de Caso no seu domínio inicial de sondagem. Assim que o CP-matriz é construído e o T-matriz herda um traço de Caso nominativo de C, ele se torna um alvo válido e o DP pode se mover para [Spec, TP] para c-comandá-lo e ter o seu traço de Caso valorado. Isso captura a possibilidade do sujeito de uma OG proposicional ser movido para dentro da oração-matriz. Depois, o sujeito movido sonda a estrutura para valorar e deletar o traço de Caso da sua cópia mais baixa (①). Posteriormente, o morfema de gerúndio finalmente tem um traço valorado de Caso no seu domínio de sondagem e pode ter o seu traço de Caso valorado também (②).



Outros casos do que eu considero OGs proposicionais pedem por comentários mais detalhados. A derivação de sentenças com *gostar* – (21-a) – deve ser diferente por causa da presença da preposição *de* como parte do complemento de *gostar*. Essa preposição presumivelmente permite que o o morfema de gerúndio e o sujeito da OG sejam marcados com Caso.⁴ O resultado é um instância de auto-suficiência para Caso “indireta”, isto é, auto-suficiência para Caso em uma OG que não é resultado de herança de um traço de Caso de C para T. Algo desse tipo aconteceu na derivação de OGs existenciais devido a Caso partitivo (ver seção 4.2). Uma consequência potencial da ocorrência de *de* no complemento de *gostar* é que o sujeito da OG acaba congelado dentro da OG, excluindo a possibilidade de alçamento. Isso captura a agramaticalidade de (21-b).

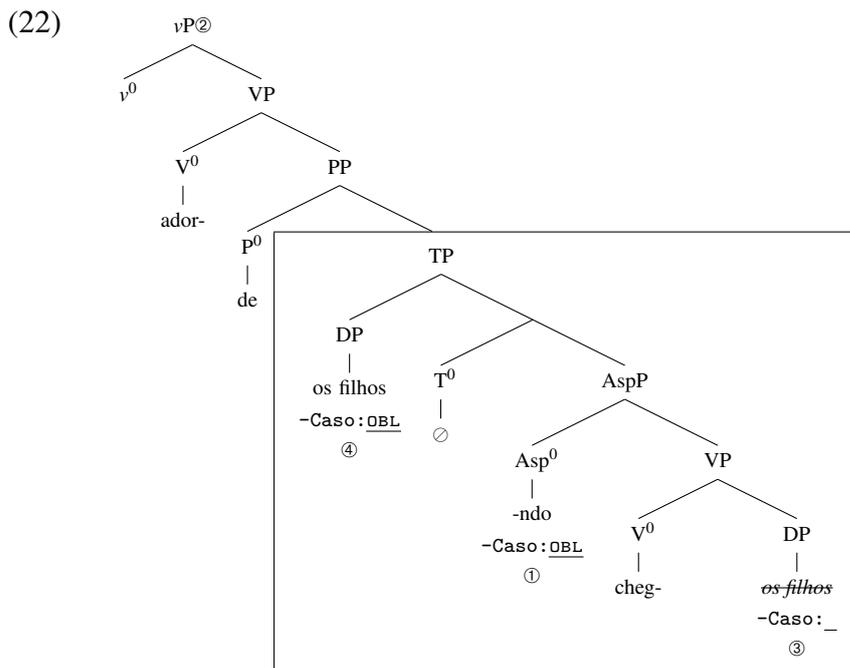
- (21) a. O João gostou dos filhos chegando cedo.
 b. *Os filhos foram gostados *t* chegando cedo.

⁴Ver discussão na seção 1.5.2.2 acima.

Isso explicaria o “desvio” da OG subcategorizada por *gostar*. Diferentemente de outras instâncias de OGs proposicionais, a OG completiva de *gostar* não permite que o seu sujeito seja movido para a posição de sujeito-matriz. Porém, pode haver uma razão independente para isso, a saber, uma propriedade idiossincrática de *gostar*, a possibilidade do seu complemento incluir uma preposição que satisfaz as necessidades de Caso dentro do seu complemento.

Não tenho uma análise completa da derivação da OG de *gostar* ou da ocorrência ou proibição de *de* no seu complemento. Especulativamente, pode ser o caso que essa preposição está opcionalmente presente ou ausente na numeração a partir da qual uma sentença nucleada por *gostar* é derivada, qualquer que seja a categoria do complemento (ver complementos possíveis de *gostar* na seção 1.5.2.2). Se houver algum traço de Caso a ser valorado que só pode ser valorado por *de* e *de* realmente está presente na numeração, a derivação converge; se *de* não estiver na numeração, a derivação fracassa porque um traço de Caso não foi valorado. Se todos os traços de Caso podem ser valorados independentemente de *de* e *de* faz parte da numeração, a introdução de *de* nunca ocorre e a derivação não pode convergir porque a numeração não é esvaziada; numa situação idêntica, exceto que *de* não está na numeração, a derivação converge trivialmente.

Quanto a como ocorre marcação de Caso em uma OG selecionada por *gostar*, outro comentário especulativo: pode ser que a preposição *de* atribua Caso inerente oblíquo (OBL) para o seu complemento. É assim que o Asp na OG seria marcado com Caso (①). Assumo que as projeções estendidas de um dado núcleo funcionam na sintaxe como se elas fossem uma única unidade. Além disso, assumo que Caso inerente não precisa esperar até uma fase ser construída para ser atribuído porque ele é atribuído juntamente com um papel- θ . Assim, o TP da OG se concatena com *de*, que atribui Caso inerente oblíquo ao TP nesse ponto da derivação. Considero que TP é a projeção estendida de $\{-ndo\}$, então, o morfema de gerúndio acabaria recebendo o Caso oblíquo atribuído à sua projeção estendida mais alta. Depois, quando uma fase realmente é derivada (②), o sujeito da OG se move para [Spec, TP] (③), onde ele c-comanda o traço de Caso agora valorado do morfema de gerúndio em Asp (④). Mantendo a assunção de que as projeções estendidas de um dado núcleo funcionam na sintaxe como se elas fossem uma única unidade, o [Spec, TP] na OG contaria como a posição mais próxima para onde o sujeito da OG pode se mover para c-comandar o traço de Caso no $\{-ndo\}$.



Essa representação esquemática é apenas especulativa, mas ela parece ser consistente com uma característica interessante dessa preposição *de* quando ela ocorre na OG completiva de *gostar*. Em alguns ambientes sintáticos, quando *de* é linearmente seguido por um determinante como *o*, *de* e o determinante podem ser contraídos em *do*. Nesse caso, a contração é opcional:

- (23) a. o fato *de o* João ser lingüista
 b. o fato *do* João ser lingüista

No entanto, quando o complemento de *gostar* é uma OG, a contração não é apenas uma possibilidade; ao contrário, ela é obrigatória:

- (24) a. *O João gostou *de os* filhos chegando cedo.
 b. O João gostou *dos* filhos chegando cedo.

Essa obrigatoriedade pode talvez ser capturada pela adjacência imediata entre *de* e o sujeito da OG em [Spec, TP] em (22). Nem é preciso dizer que uma análise mais elaborada da contração de *de* com um determinante subsequente é necessária.

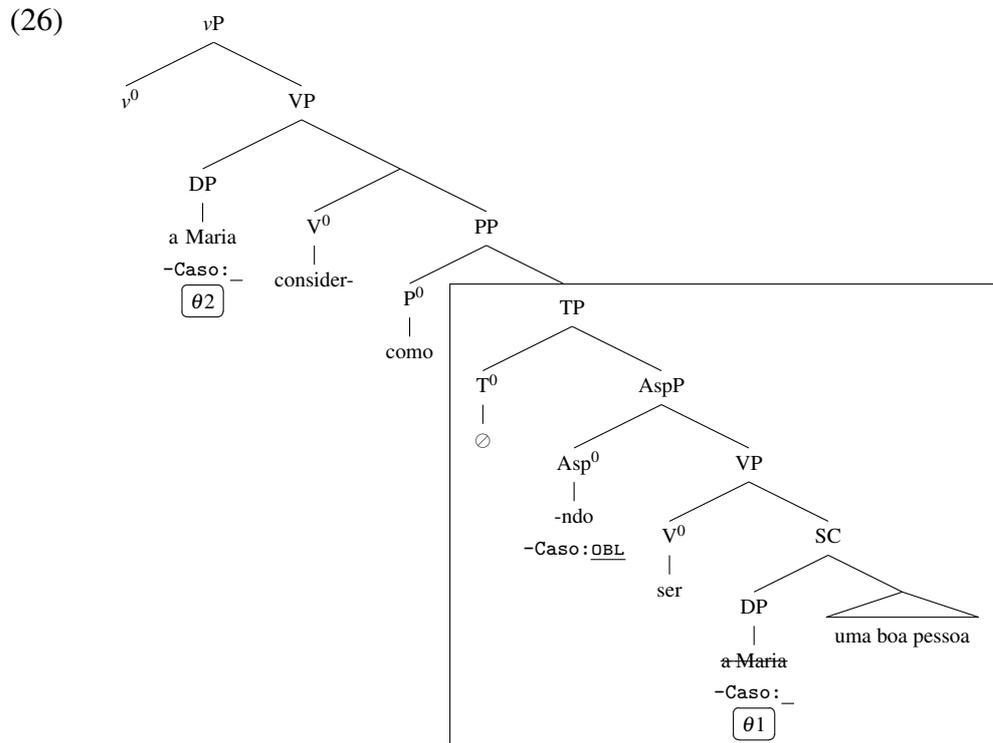
Assim como *gostar*, o complemento de *considerar* também contém uma preposição, *como*.⁵ Porém, diferentemente de *gostar*, passivização é possível na OG selecionada por *considerar*:

- (25) a. O João considera a Maria como sendo uma boa pessoa.
 b. A Maria é considerada *t* como sendo uma boa pessoa.

Uma explicação tentativa seria que verbos como *considerar* (além de *interpretar* e *analisar*) seriam verbos de controle de objeto, semelhantemente a *manter* e *deixar* (ver seção 4.3). A

⁵Ver discussão na seção 1.5.2.1.

representação esquemática de (25-a) é como se segue:⁶



Talvez *como* também seja opcional na numeração e essa preposição também atribuiria Caso oblíquo inerentemente. O TP da OG receberia esse Caso, juntamente com uma papel- θ . Quando essa atribuição ocorre, o DP dentro da OG (*a Maria*) ainda não se move para estender o seu domínio de sondagem porque uma fase ainda não foi derivada. Ainda assim, ele tem que se mover para preencher a segunda posição de argumento interno de *considerar*, onde ele recebe um segundo papel- θ (o primeiro ele recebe dentro da OG). Quando uma fase é finalmente derivada, o DP *a Maria* recebe Caso acusativo porque, na posição que ele se move, [Spec, VP], ele c-comanda o V que herdou Caso acusativo de *v*. A preposição *como* não afeta a marcação de Caso do sujeito da OG como ele possivelmente afeta no complemento de *gostar* (ver (22) acima) por causa da posição extra de argumento interno nas sentenças com *considerar*. Se essas observações estão no caminho certo, a previsão é que o sujeito da OG pode ser passivizado. Essa previsão é corroborada pelos fatos, como mostrado pela gramaticalidade de (25-b). Nem é preciso dizer que uma análise exhaustiva é uma necessidade.

Um problema que surge aqui é que não tem nada para excluir uma construção em que tanto o suposto segundo argumento interno de *considerar* como o sujeito da OG são DPs manifestos:

(27) *O João considera *a Maria* como sendo *o Paulo* uma boa pessoa.

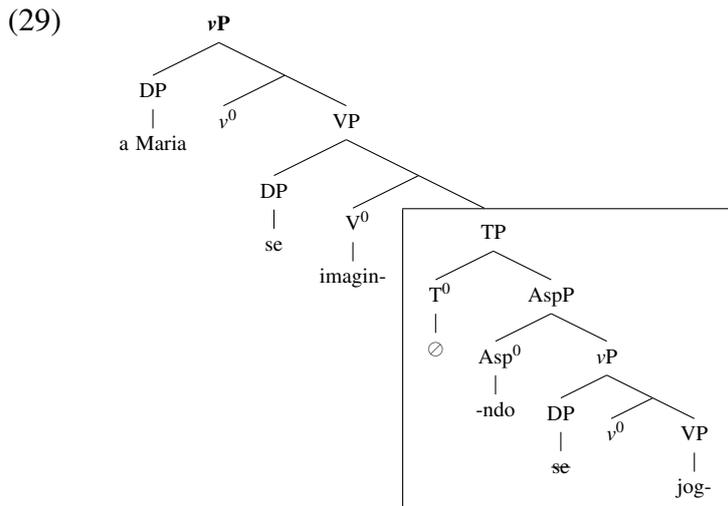
Esse é um problema gerado pela análise preliminar de que *considerar* é um verbo de controle de objeto e não tenho uma explicação para essa impossibilidade.

⁶'SC' é a sigla para *small clause*. Uso o termo apenas por conveniência.

Quanto a outras propriedades, o sujeito das OGs selecionadas por *imaginar* e *considerar* pode ser uma anáfora correferente com o sujeito-matriz:

- (28) a. A Maria_i se_i imagina jogando na seleção daqui a quinze anos.
 b. O João_i se_i considera como sendo uma boa pessoa.

Isso pode ser explicado pelas propostas relativas à estrutura de OGs de *classe 2* e ao domínio de ligação, isto é, uma fase. A representação esquemática de (28-a) é a seguinte:

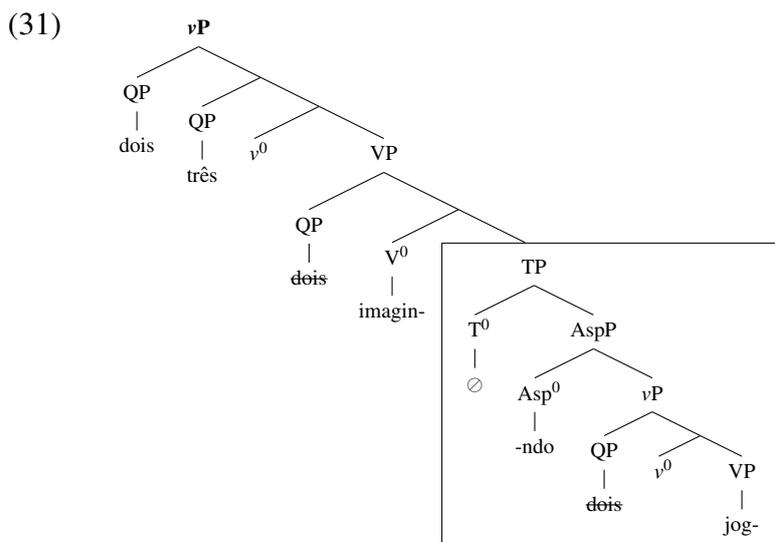


A menor fase que inclui a anáfora *se* é o vP-matriz. Nesse domínio, ela pode ser interpretada como sendo correferente com a cópia do sujeito-matriz em sua posição de base (i.e., *a Maria*, em [Spec, vP]).

Além do mais, parece ser o caso que o sujeito da OG que é complemento de verbos como *imaginar* e *considerar* pode ter escopo sobre um quantificador na matriz.

- (30) a. Algum professor imaginou todo aluno cantando.
 ?Para todo x, x é um aluno e algum professor qualquer imaginou x cantando.
 b. Três professores imaginaram dois alunos cantando.
 ?Tem dois alunos específicos tal que três professores quaisquer o imaginaram cantando.
 c. O João geralmente imagina três alunos cantando.
 ?Tem três alunos específicos tal que o João geralmente os imagina cantando.

A representação esquemática de (30-b) é a seguinte:



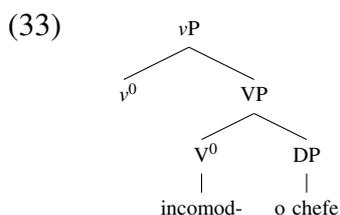
A borda de fase mais próxima para onde *dois* pode se mover é a do vP-matriz. Dessa posição, ele c-comanda *três* na posição de base do sujeito-matriz. Todas as condições impostas sobre alçamento de quantificador são satisfeitas, capturando a ambigüidade em (30-b).

5.2 OGs-sujeito

Verbos como *incomodar* e *orgulhar* podem tomar uma OG como seu sujeito.⁷

- (32) a. O João chegando atrasado incomodou o chefe.
b. A Maria acertando os exercícios orgulha o João.

A derivação de uma sentença como (32-a) começa com a formação das projeções lexicais do predicado-matriz, *incomodar*.

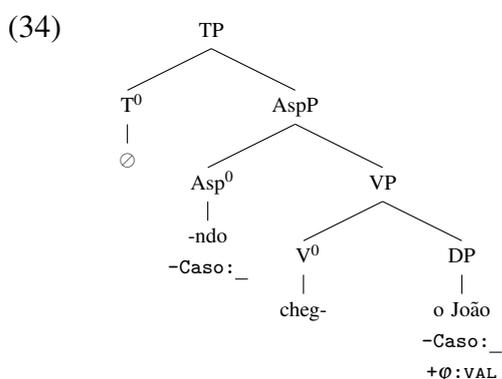


⁷OG subjetivas não podem ser confundidas com um DP modificado por uma OG adnominal (seção 4.5). Se o DP pré-verbal da OG em posição de sujeito for plural, o verbo-matriz continua no singular, como é geralmente o caso para orações que ocupam essa mesma posição. Ao contrário, se um DP modificado por uma OG adnominal estiver no plural, ele desencadeia concordância plural no verbo-matriz. Da mesma forma, enquanto um nome próprio pode ser o sujeito de uma OG-sujeito, um DP desse tipo não pode ser modificado por uma OG adnominal.

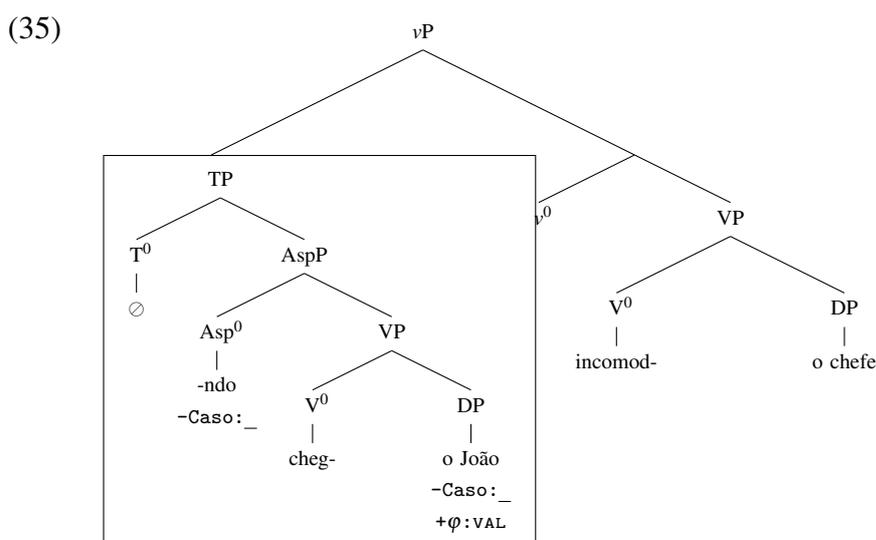
- (i) a. Os funcionários sabendo o estatuto de cór orgulhou(*aram) o chefe.
b. O João chegando atrasado incomodou o chefe.
- (ii) a. Os funcionários chegando pela entrada principal são queridinhos/*é queridinho do chefe.
b. *O João chegando pela entrada principal é queridinho do chefe.

Uma fase (o vP transitivo) foi construída e operações sintáticas, tais como herança de traços de v para V e valoração dos traços sem valor de V e os do objeto (*o chefe*), ocorrem nesse momento. (Para simplificar, elas não foram representadas). A derivação da oração-matriz não pode seguir em frente porque não tem nenhum objeto sintático apropriado disponível para preencher a sua posição de argumento externo. Assumo que estrutura parcial derivada até o momento é deixada de lado no workspace até que um objeto sintático apropriado tenha sido construído. Observe-se que uma subarray foi exaurida para construir (33).

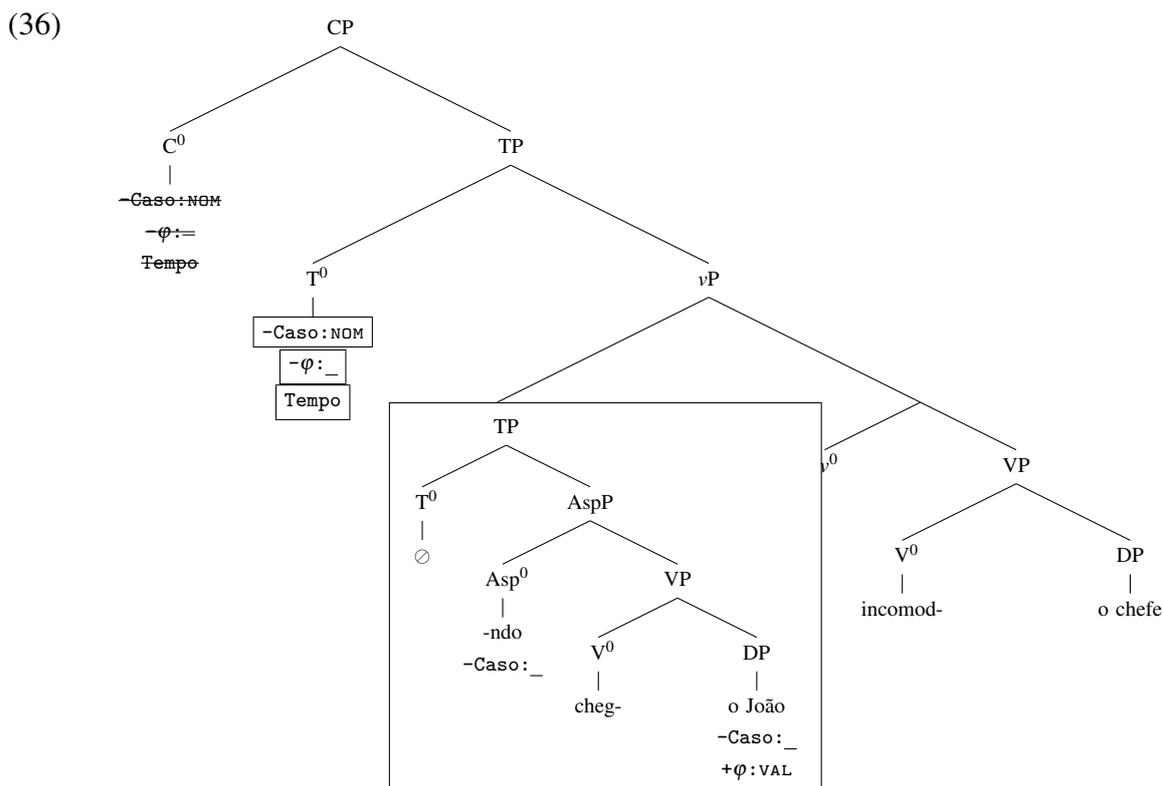
O objeto sintático que vai ser o argumento externo de *incomodar* é a OG *o João chegando atrasado*. Porque essa é uma OG de *classe 2*, a estrutura a ser derivada inclui o AspP mínimo, e também TP; CP, porém, não é projetado.



A estrutura derivada contém duas sondas, a saber, os traços não-valorados de Caso do morfema de gerúndio e o do DP *o João*. Uma fase ainda não foi derivada, então ainda não acontece sondagem. Agora sim um argumento apropriado para o vP derivado anteriormente – (33) – está disponível, então o TP que acaba de ser construído se concatena com ele como o argumento externo.



A derivação tem prosseguimento pela concatenação de T com o vP e depois de C com o TP formado. Porque o CP é uma fase, os traços que são uma especificação lexical de C são herdados por T .

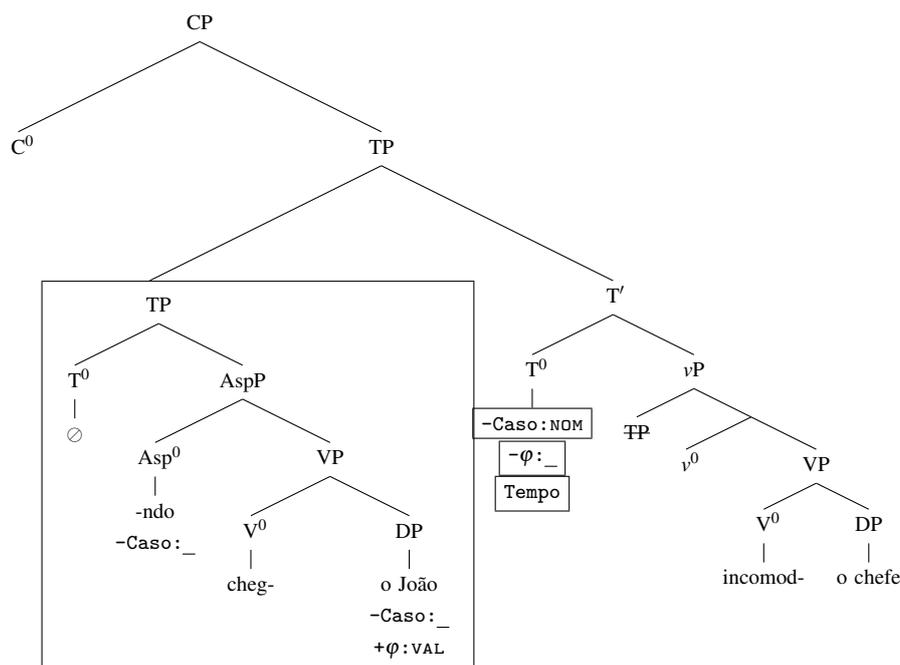


Depois de herança de traços, finalmente há um alvo apropriado para as sondas $[-\text{Caso}: _]$ presentes na estrutura. No entanto, esse alvo ($[-\text{Caso}: \text{NOM}]$ em T) está mais alto que os objetos sintáticos com as sondas correspondentes. Como consequência, eles vão ter que se mover para estender seus respectivos domínios de sondagem. Agora, surge um problema porque há dois candidatos para se mover, o morfema de gerúndio e o DP *o João*. Proponho que a decisão é feita com base na noção de intervenção (repetida de (46), p. 64).

(37) β intervém entre α e γ se α c-comanda β e β c-comanda γ .

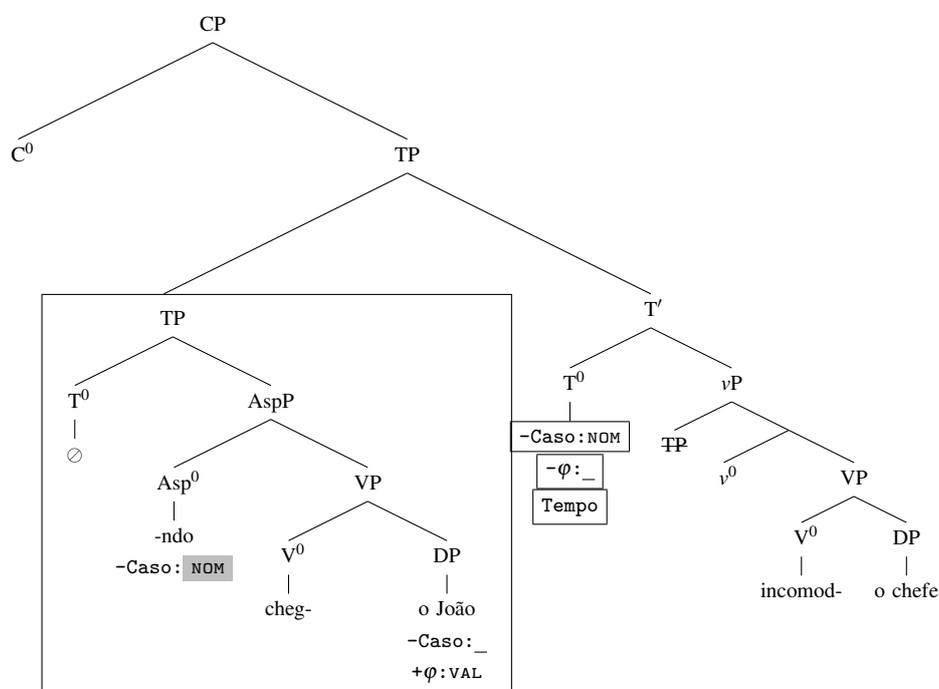
De acordo com essa condição, o morfema de gerúndio tem que se mover primeiro porque ele é c-comandado pelo T-matriz e, ao mesmo tempo, c-comanda o DP. Presumivelmente, o morfema de gerúndio sozinho não pode se mover porque isso consistiria em extrair um afixo do complexo verbal a que ele pertence. Proponho que esse problema pode ser superado movendo todo o sintagma em que está o morfema de gerúndio. Assumo também a definição de Grimshaw (2000) de projeção estendida (ver (16), p. 49), então, assumo que o TP e o AspP de uma OG de *classe 2* são projeções estendidas do verbo e portanto elas atuam como se fossem um objeto único. Assim, para que o morfema de gerúndio estenda o seu domínio de sondagem em (36), o TP como um todo tem que se mover porque, se o morfema de gerúndio se movesse sozinho, um complexo morfológico adequado não poderia ser formado e é o TP como um todo que se move porque essa é a projeção estendida mais alta de $\{-ndo\}$.

(38)



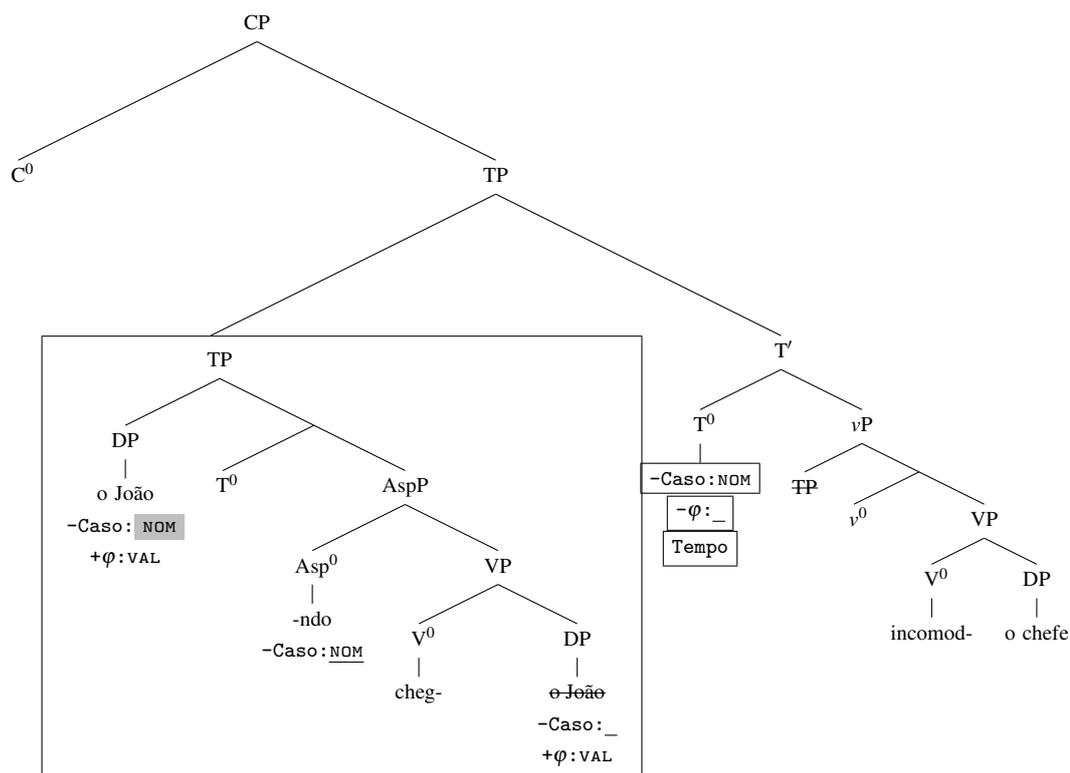
Dessa nova posição, o TP da OG e o T' da oração-matriz estão numa relação de c-comando mútuo. Eu tinha proposto que valoração de traço pode ser baseada em projeção estendida (ver (12) acima). Porque o TP é uma projeção estendida do AspP onde está o morfema de gerúndio, isso seria suficiente para que o [-Caso: _] em {-ndo} seja valorado pelo [-Caso: NOM] no T-matriz.

(39)



Nesse ponto da derivação, a primeira posição para onde o DP *o João* pode se mover para entender o seu domínio de sondagem é [Spec, TP] dentro da OG. TP é a projeção estendida do morfema de gerúndio que acabou de ser marcado com Caso.

(40)



Finalmente, a cópia mais alta do sujeito da OG (*o João*) sonda a estrutura para valorar e deletar o traço de Caso da sua cópia mais baixa. (Para simplificar, isso não foi representado.)

Essa é derivação de OGs-sujeito. Elas podem licenciar negação – (41) – e advérbio senten-
ciais como *provavelmente* – (42).

(41) Os alunos não mexendo um dedo orgulha o pai.

(42) A aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta angustia o João.

Essas possibilidades podem ser capturadas sem problemas: esses elementos pressupõem TP, uma projeção que realmente está presente em OGs de *classe 2*.

Ao contrário do que ocorre com as OGs proposicionais, o sujeito de uma OG-sujeito não pode ser movido sozinho para a posição de sujeito-matriz, deixando para trás o restante da OG.

(43) a. *Os filhos orgulharam *t* entrando na universidade o João.

b. *As crianças incomodaram *t* correndo no estacionamento o porteiro.

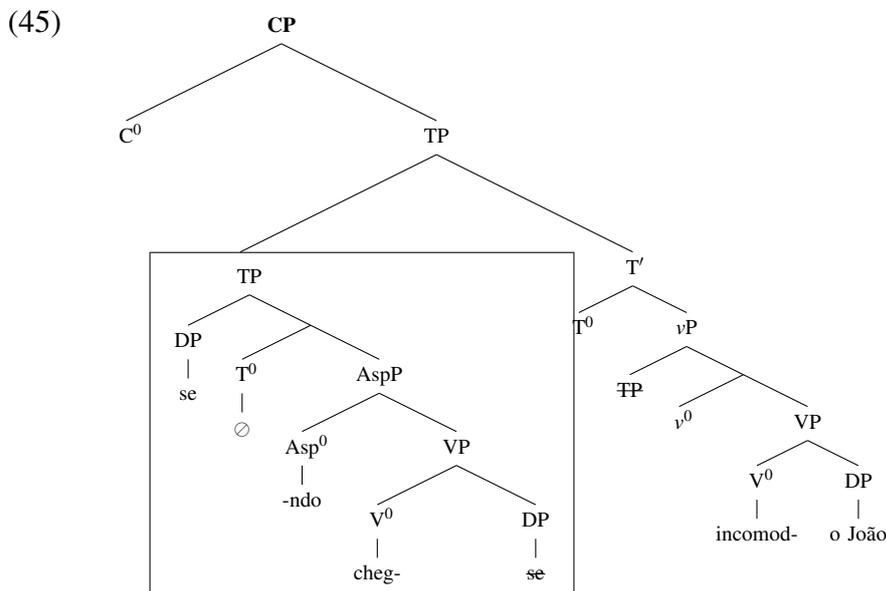
Sub-extração a partir da posição de sujeito é independentemente proibida, então, (43) é simplesmente uma instância de um padrão mais geral.

OGs-sujeito, novamente em oposição a OGs proposicionais, não podem ter um sujeito anafórico:

(44) a. *Se chegando atrasado incomodou o João.

b. *Se acertando os exercícios orgulha o João.

Isso quer dizer que a classificação das OGS-sujeito entre as OGS de *classe 2* está errada? Não, porque tem uma razão independente para a agramaticalidade de construções em (44). A configuração esquemática de (44) é a seguinte:



A menor fase que contém a anáfora e que, portanto, conta como o seu domínio de ligação é o CP da oração-matriz. A anáfora no [Spec, TP] dentro da OG é o sintagma nominal mais alto da estrutura, de modo que ele não pode ser interpretado como sendo correferente com nenhum sintagma c-comandante no seu domínio, como exigido pelo Princípio A. Assim, existe uma razão independente por que as construções em (44) são agramaticais, apesar de um sujeito anafórico ser uma possibilidade para outras OGS de *classe 2*: a configuração geral em que uma OG-sujeito está não tem espaço para o licenciamento da anáfora.

Quanto à leitura de escopo invertido, ela parece ser possível para OGS-sujeito⁸

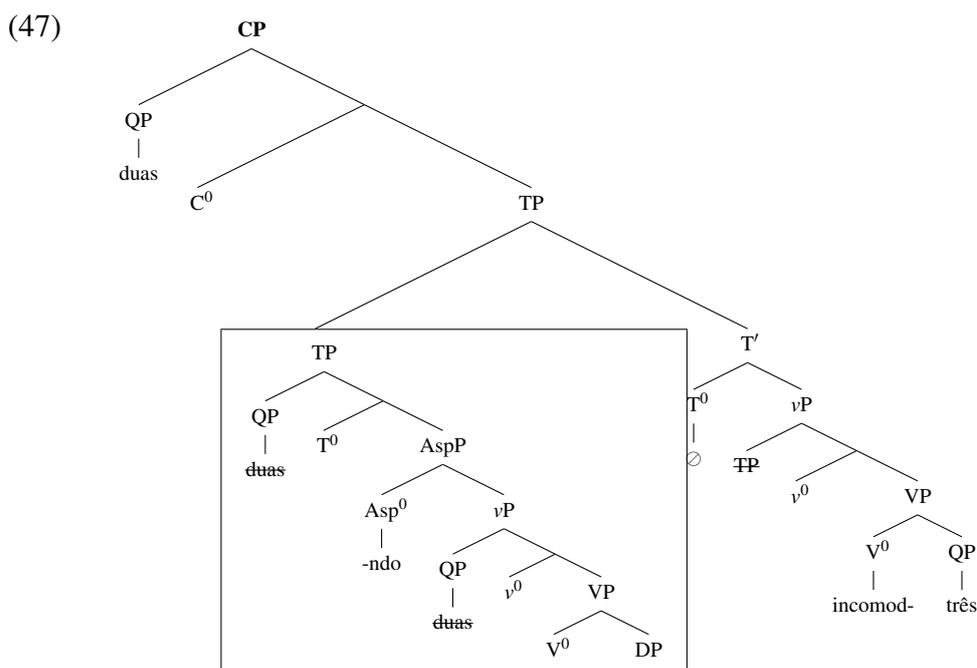
- (46) Duas meninas jogando na seleção orgulhou três treinadores.
?Tem duas meninas específicas tal que o fato que elas jogaram orgulhou três treinadores quaisquer.

A estrutura esquemática de (46) é a seguinte:

⁸Se adicionarmos uma sentença com um pronome cujo antecedente é *duas meninas*, o período como um todo parece ser bem formado:

- (i) Duas meninas_i jogando na seleção orgulhou três treinadores. Elas_i jogam desde criancinha.

Isso deve ser possível porque o pronome requeriria um DP com leitura específica como seu antecedente, uma leitura tornada disponível se *duas meninas* ter escopo sobre *três treinadores*.



De acordo com a teoria de QR que assumo aqui, *duas* dentro da OG-sujeito teria que se mover para a borda da primeira fase que contém esse QP. Na estrutura em questão, trata-se do [Spec, CP] da oração-matriz. Dessa posição, o QP pode c-comandar *três* na oração-matriz. Essa instância de QR é legítima tanto porque ela satisfaz o requerimento de que QR ocorra de fase-em-fase quanto a exigência de que esse movimento estenda o escopo de *duas*.

5.3 OGs adverbiais preposicionadas

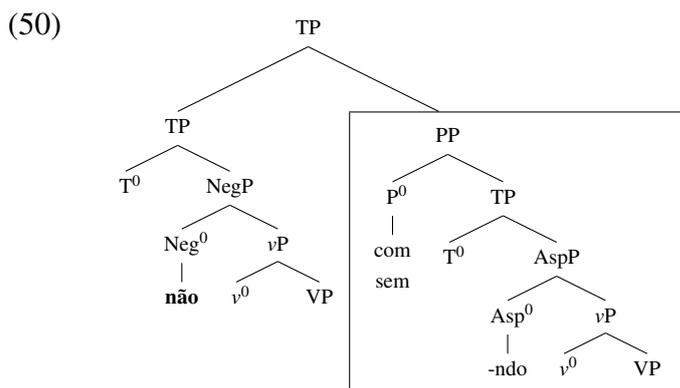
Finalmente, passamos para a última das OGs de *classe 2* investigadas aqui, a saber, as adverbiais preposicionadas. Essa denominação é devida à preposição que precede a OG (*com* em (48-a)). Esse subtipo de OG adverbial não pode ter um nulo sujeito; ele é necessariamente um DP manifesto.

- (48) a. O João estudou *com* os irmãos gritando.
 b. *Os irmãos estudaram *com ec* gritando.

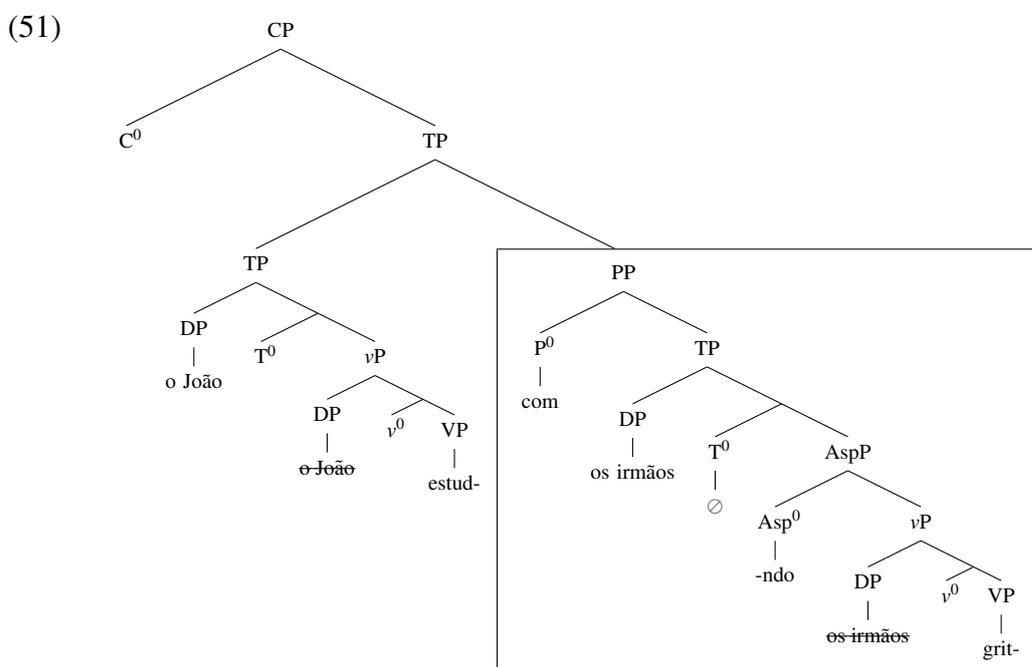
Outra característica de OGs adverbiais preposicionadas é que elas estão fora do escopo de negação sentencial da oração-matriz.

- (49) a. *A Maria não estudou *com* o João lendo livro algum.
 b. *O João não arrumou a sala *com* a Maria mexendo um dedo.

Com base nessa propriedade, proponho que essas OGs estão adjungidas ao TP-matriz, que está acima de NegP.



Como já mencionado, a derivação de todas as OGs adverbiais vai ser mostrada no capítulo 6. Por ora, basta que vejamos a configuração final de uma sentença como (48-a):



A partir dessa estrutura, tento explicar as características do comportamento de OGs adverbiais preposicionadas.

Essas OGs permitem o licenciamento de negação – (52) – e advérbio sentenciais – (53).

(52) A Maria não consegue dar aula com os alunos não mexendo um dedo.

(53) O João quer viajar sem a aeronave provavelmente sofrendo uma pane na volta.

O licenciamento de negação e advérbio sentenciais pressuporia TP, uma projeção que realmente está presente em OGs de *classe 2* como a adverbial preposicionada.

Passando para as propriedades que analisei como sendo dependentes de fase, não podemos considerar alçamento porque ela diz respeito a passivização na oração-matriz e movimento do sujeito da OG para a posição de sujeito-matriz.⁹ Quanto às propriedades que realmente

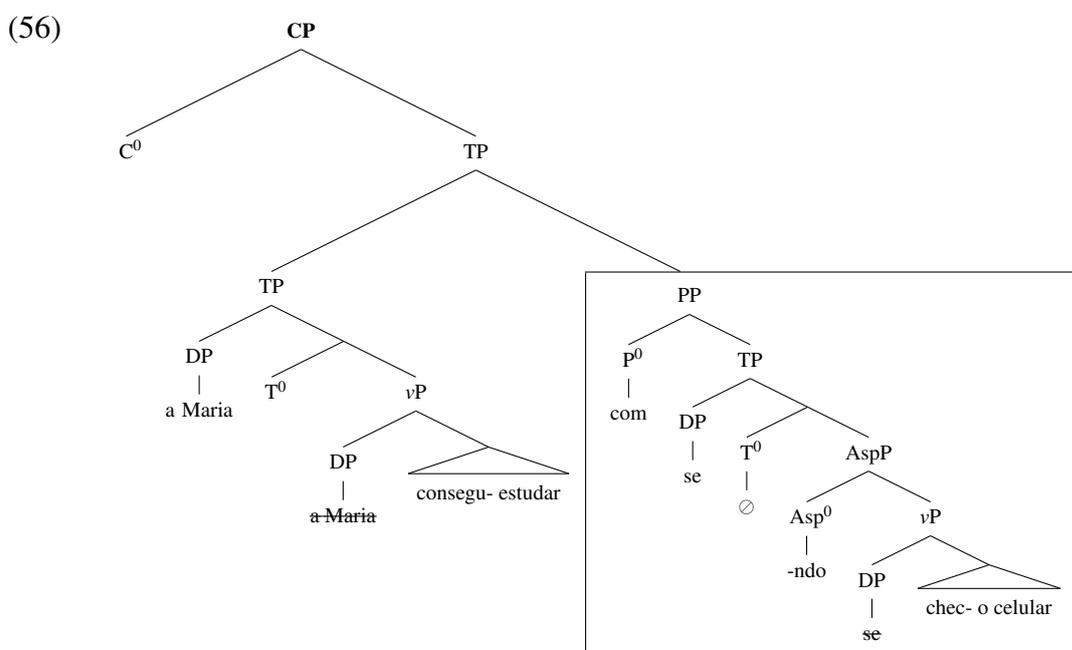
⁹Ver porém o capítulo 6, onde, assumindo a MTC, discuto por que movimento a partir da OG adverbial preposicionada não é possível. Isso resulta no sujeito desse subtipo de OG adverbial ser obrigatoriamente aberto.

podemos avaliar, um sujeito anafórico não é permitido – (54) – e uma leitura de escopo invertido também parece não estar disponível – (55).

(54) *A Maria_i não consegue estudar com se_i checando o celular toda hora.

(55) Três professores conseguiram dar aula com dois aluno gritando.
 ???*Tem dois alunos específicos tal que três professores quaisquer conseguiram dar aula com esses alunos gritando.*

A impossibilidade de ligação em (54) “diverge” do que é “esperado” de OGs de *classe 2*. OGs proposicionais, por exemplo, permitem um sujeito anafórico (ver seção 5.1 acima). Pode haver razões independentes por que OGs adverbiais preposicionadas se comportam da maneira como se comportam. OGs adverbiais preposicionadas parecem estar localizadas numa posição relativamente alta na estrutura.



A impossibilidade de ligação em (54) pode ser explicada pelo fato de não haver relação de c-comando entre o sujeito da oração-matriz e o sujeito da OG dentro do CP-matriz, que é a menor fase que inclui o sujeito anafórico da OG adverbial preposicionada e que deve ser o seu domínio de ligação.

Quanto à impossibilidade de leitura de escopo invertido em (55), eu ainda não tenho explicação. Na verdade, a previsão que a minha análise faz é que (55) deveria ser ambígua, pois *dois* deveria poder se mover para o Spec do CP-matriz, a menor fase que inclui a OG adverbial preposicionada. Dessa posição, esse quantificador deveria poder ter escopo sobre um quantificador na oração-matriz. As duas restrições sobre QR (i.e., o movimento não pode ser semanticamente vácuo e ele tem que proceder fase-por-fase) são respeitadas. Novamente, deixo esse outro problema para ser resolvido em investigações futuras.

5.4 Conclusão

Este capítulo foi dedicado a OGs de *classe 2*, as OGs que compartilham propriedades tanto com a *classe 1* quanto com a *classe 3*. Tal como a *classe 1*, as OGs de *classe 2* projetam TP, o que separa essas OGs das de *classe 3*. Isso explica por que as OGs de *classe 1* e as de *classe 2* convergem quanto a licenciamento de negação sentencial e de advérbio sentencial. Porém, diferentemente da *classe 1*, mas semelhantemente à *classe 3*, as OGs de *classe 2* não são fases, já que a projeção mais alta delas é TP. Isso captura o comportamento semelhante de OGs de *classe 2* e as de *classe 3* quanto a alçamento, ligação e escopo invertido. O compartilhamento de propriedades com cada uma das duas outras classes é o que torna a *classe 2* uma classe intermediária.

Tal como foi a estratégia usual nessa dissertação, eu tentei derivar o comportamento das OGs de *classe 2* da maneira como a computação procede, somando isso a assunções e propostas relativas à estrutura delas. Eu também tentei mostrar que, quando um dado subtipo de OG não apresenta o mesmo comportamento que o restante dos subtipos na mesma classe, é porque há um fator adicional atuante (por exemplo, restrições independentes sobre extração a partir da posição de sujeito e o posicionamento da OG em relação ao restante da estrutura).

Dois ingredientes importantes na análise de OGs de *classe 2* foram a incorporação do conceito de projeção estendida e a proposta de que c-comando de um alvo pela projeção estendida da sonda é suficiente para valoração de traço. Eu devo dizer que, apesar desse truque dar conta dos dados, ele continua sendo um *truque*, de modo que reavaliar a análise é preciso. Eu deixo isso para investigações futuras.

Finalmente, neste capítulo eu fiz algumas observações preliminares sobre as preposições *de* e *como* que estão presentes no complemento de *gostar* e de *considerar*, respectivamente. A análise do licenciamento dessas preposições requer desenvolvimento atento, o que deixo para investigações futuras também. É importante que esse trabalho seja feito porque foi com base na ocorrência dessas preposições que eu propus que o morfema de gerúndio possui um traço de Caso a ser valorado (ver seção 1.5.2).

Capítulo 6

Controle em OGs adverbiais

Neste capítulo, finalmente vamos ver a derivação de OGs adverbiais. Vou tentar mostrar que as possibilidades de controle, que são uma propriedade distintiva desses subtipos de OG, se seguem da análise proposta, em conjunção com algumas assunções auxiliares.

6.1 Introdução: problemas de controle suscitados por OGs adverbiais

Nessa dissertação, investigo três tipos de OGs adverbiais, as altas, as baixas e as preposicionadas.

(1) *OGs adverbiais altas*

- a. O João chegando mais cedo, a firma termina o projeto.
- b. O João chegando atrasado de novo, a firma não conseguiu terminar o projeto.
- c. *ec* Chegando mais cedo, o João vai conseguir terminar o projeto.
- d. *ec* Chegando atrasado de novo, o João não conseguiu terminar o projeto.

(2) *OGs adverbiais baixas*

- a. *O João caminha a Maria ouvindo música.
- b. O João caminha *ec* ouvindo música.

(3) *OGs adverbiais preposicionadas*

- a. O João estudou com os irmãos gritando.
- b. *Os irmãos estudaram com *ec* gritando.

Acontece de cada um desses três tipos de OGs adverbiais pertencer a cada uma das três classes de OGs propostas. OGs adverbiais altas são uma instância de OG de *classe 1*, OGs adverbiais baixas, da *classe 3* e OGs adverbiais preposicionadas, da *classe 2*. Quanto a auto-suficiência para Caso, OGs adverbiais altas são auto-suficientes, mas OGs adverbiais baixas e as preposi-

cionadas não são.

OGs adverbiais altas se distinguem pelo sujeito delas poder ser um DP não-nulo (*o João*) – (1-a), (1-b) – ou nulo – (1-c), (1-d). Para as OGs adverbiais baixas, essa alternância não está disponível: o sujeito é necessariamente nulo – (2-b) vs. (2-a). O mesmo pode ser dito de OGs adverbiais preposicionadas, só que agora o sujeito é necessariamente aberto – (3-a) vs. (3-b).

Apesar dessas diferenças, a análise proposta permite dar conta uniformemente dos três subtipos de OG adverbial. Analiso o sujeito nulo em (1-c), (1-d), (2-b) como *PRO* porque, como vamos ver abaixo, essas estruturas apresentam as propriedades características de controle exaustivo obrigatório. Para analisar essas estruturas, assumo a teoria de controle por movimento (MTC), resumida na seção 4.3.1 acima, e movimento lateral, a ser apresentado na seção 6.2. As particularidades de realização do sujeito de OGs adverbiais vão ser derivadas de fatores independentes da computação sintática, a saber:

- (4)
- a. A numeração contém material suficiente para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo ou merge interno/movimento é necessário?
 - b. O sujeito da OG adverbial está ativo na derivação para que ele possa se mover?
 - c. A ausência de um sujeito na estrutura da OG faz com que a derivação fracasse?

De acordo com a MTC, controle resulta quando o mesmo objeto sintático passa por mais de uma posição temática via movimento-A. Para que esse movimento seja possível, esse objeto sintático precisa estar ativo, isto é, ele deve ter um traço a ser valorado, senão, o movimento é excluído por economia. Isso leva à previsão de que OGs que não são auto-suficientes para Caso (i.e., as OGs de *classe 2* e as de *classe 3*) permitem controle, já que o sujeito delas não pode ser marcado com Caso dentro da OG e, portanto, se mantém ativo para se mover para dentro da oração-matriz. Se esse movimento tiver como alvo uma posição temática, o resultado é controle. É exatamente isso que acontece com OGs adverbiais baixas – (2-b). No entanto, esse não é o caso para OGs de *classe 2* – (3-a). Assim, a primeira questão que tenho que responder, já que estou assumindo a MTC, é: por que há um contraste entre as duas instâncias de OG adverbial que não são auto-suficientes para Caso?

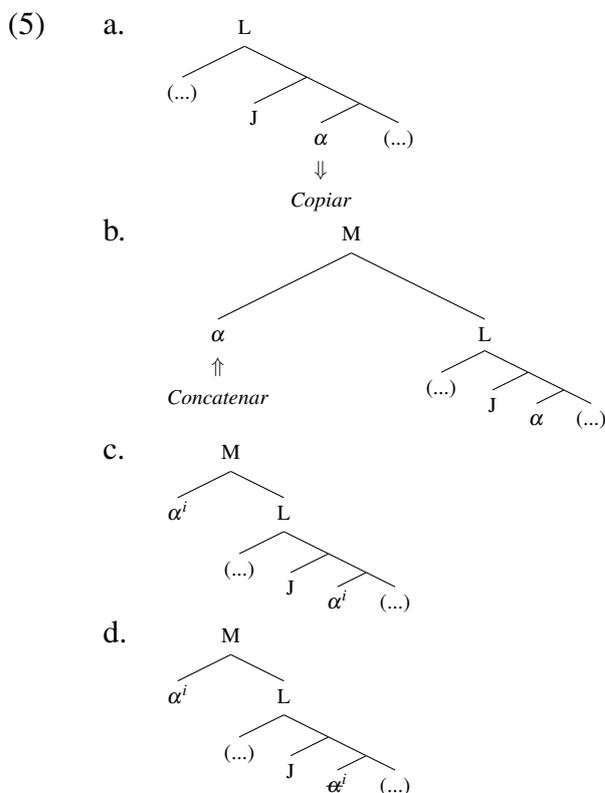
Por seu turno, as OGs auto-suficientes para Caso têm os seus próprios recursos de valoração de Caso. Assim, espera-se que o sujeito delas não esteja mais ativo para se mover para uma posição temática adicional dentro da oração-matriz. O resultado é uma OG adverbial alta com um sujeito manifesto, como em (1-a) e (1-b). Esse resultado está correto, mas ele não é exaustivo porque, como visto em (1-c) e (1-d), é igualmente possível que OGs adverbiais altas tenham um sujeito *PRO*. Se essas OGs são auto-suficientes para Caso, como é que o sujeito delas pode estar ativo para se mover para uma posição temática dentro da oração-matriz, resultando em controle? Argumento que, apesar de ser *possível* que o sujeito de uma OG adverbial alta tenha o seu traço de Caso valorado dentro da OG, isso não é *obrigatório*. Basta que (i) o sujeito se mova antes de acontecer valoração de Caso e que (ii) a ausência de um DP dentro da OG não cause o fracasso da derivação. Esses dois requisitos podem ser satisfeitos simultaneamente

somente na derivação de OGs adverbiais altas, do que decorre a opcionalidade na realização do seu sujeito.^{1,2}

Nas próximas seções, vamos ver a derivação de cada tipo de OG adverbial por vez, prestando atenção particularmente às propriedades do sujeito delas. Vou tentar mostrar que essas propriedades decorrem automaticamente do sistema de valoração de traços assumido e da análise tripartite de OGs. Antes de chegar nas OGs adverbiais propriamente ditas, apresento um dos ingredientes que vai ser importante na análise, a saber, movimento lateral.

6.2 Movimento lateral

De acordo com Nunes (2001, 2004), movimento não seria uma operação primitiva no sistema computacional. Ao invés disso, ele seria o *efeito* da conjunção entre outras operações, elas sim primitivas no sistema computacional, a saber, Copiar, Concatenar, Formar Cadeia e Redução de Cadeia. Em (5-a), um objeto sintático α , contido em L , é copiado. Em (5-b), α se concatena com L , criando um objeto sintático, M . Em (5-c), uma cadeia é formada, como indicado pelos *is* super-escritos nas duas instâncias de α . Em (5-d), acontece Redução de Cadeia, definida em (6).



¹Os requisitos enumerados acima não são condições ad hoc que se aplicam exclusivamente na derivação de OGs adverbiais altas. É apenas como a computação sintática já pode funcionar e, dentre essas potencialidades inerentes ao sistema, como uma derivação que acabe resultando nessa construção se desenrola. Isso deve ficar mais claro quando a derivação das duas variantes de OG adverbial alta (sujeito manifesto vs. sujeito *PRO*) forem mostradas.

²O termo 'variante' é usado aqui apenas informalmente.

(6) *Chain Reduction* (Nunes, 2004, 27, (44))³

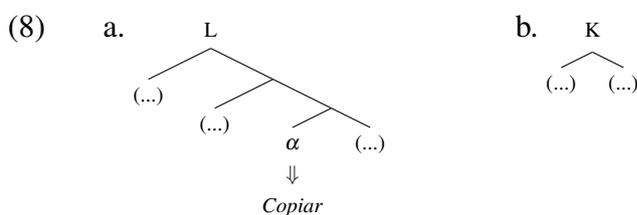
Delete the minimal number of constituents of a nontrivial chain CH that suffices for CH to be mapped into a linear order in accordance with the LCA⁴.

Para que uma estrutura sintática seja linearizada, dois requerimentos devem ser satisfeitos, assimetria e não-reflexividade (Nunes, 2004, 25, tradução minha, SF):

- (7) a. *Assimetria*: se α precede β , então, deve ser o caso que β não precede α .
 b. *Não-reflexividade*: se α precede β , então, deve ser o caso que $\alpha \neq \beta$.

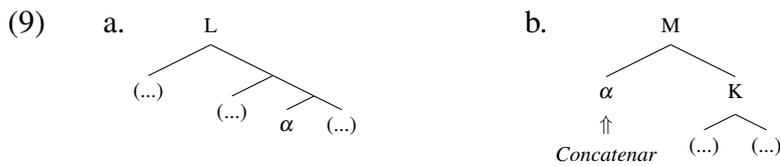
Em (5-c), a cópia mais alta de α (a que está imediatamente dominada por M) c-comanda J assimetricamente. Porém, J também c-comanda a cópia mais baixa de α assimetricamente. Assim, J deveria tanto preceder como ser precedido por α , uma exigência contraditória que viola (7-a). Além disso, a cópia mais alta de α c-comanda a cópia mais baixa de α assimetricamente, então, α acaba precedendo a ele mesmo, uma violação da exigência de não-reflexividade em (7-b). Para solucionar esses problemas, permitindo que a estrutura seja linearizada em PF, Redução de Cadeia elimina o menor número de elos da cadeia. Em (5-d), depois da cópia mais baixa de α ser deletada, a única ordem linear possível entre α e J é uma em que α precede J . Da mesma forma, como consequência de Redução de Cadeia, α não mais precede a si mesmo. Geralmente, é a cópia mais alta de um elemento movido que sobrevive a Redução de Cadeia, já que ela tem mais traços deletados. (Ver mais detalhes em Nunes 2001, 2004.)

Uma consequência da proposta de que movimento não existe enquanto operação primitiva na gramática, mas apenas como um efeito de combinar operações que são elas sim primitivas é que é possível que movimento ocorra na ausência de Formar Cadeia e Redução de Cadeia. O resultado é **movimento lateral**. Em (8), há dois objetos sintáticos independentes, K e L , ambos disponíveis no mesmo workspace. α , contido em L , é copiado e concatenado com K em (9), criando M . Uma vez que movimento não é uma operação primitiva no sistema computacional, a hipótese nula é que nada barra a concatenação de um objeto sintático copiado (α) com um objeto sintático desconectado (K). O resultado pode ser descrito como movimento lateral.

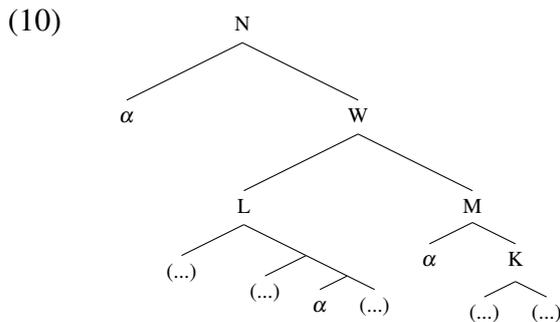


³“Delete o menor número de constituintes de uma cadeia não-trivial CH que baste para que CH seja convertida numa ordem linear de acordo com o LCA.” (tradução minha, SF)

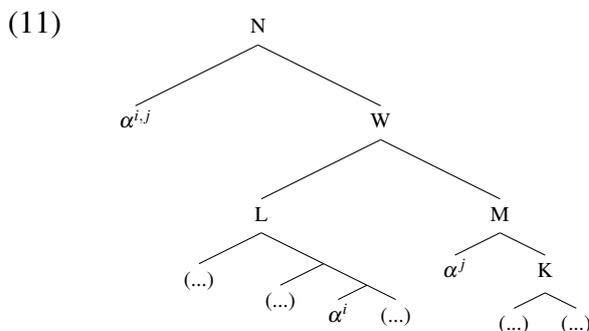
⁴Axioma de Correspondência Linear: “Seja X, Y nós não-terminais e x, y nós terminais, tal que X domina x e Y domina y. Então, se X c-comanda assimetricamente Y, x precede y.” (Kayne 1994 *apud* Nunes 2001, 307, (5), tradução minha, SF).



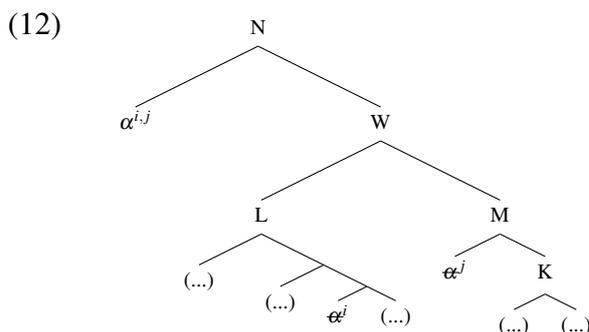
Mais tarde na derivação, L e M podem se juntar numa única árvore W . α pode ser copiado de novo e concatenado com W , criando N .



Não existe nenhuma relação de c -comando entre a cópia de α em L e a cópia em M , então, eles não podem formar uma cadeia. Na ausência de uma cadeia, Redução de Cadeia – (6) – não pode se aplicar e a derivação deveria fracassar em PF devido a problemas de linearização. No entanto, há mais uma cópia de α na estrutura, a cópia mais alta, logo abaixo de N . Essa cópia mais alta c -comanda tanto a cópia de α em L como a cópia de α em M . A cópia mais alta de α pode formar uma cadeia diferente com cada uma dessas cópias mais baixas, $CH1 = (\alpha^{i,j}, \alpha^i)$ e $CH2 = (\alpha^{i,j}, \alpha^j)$.



Como mencionado, é geralmente o elo mais alto na cadeia que tem mais traços deletados e portanto, é a cópia mais alta de $CH1$ e de $CH2$ que sobrevive à Redução de Cadeia. Uma vez que resta apenas uma instância de α em (12), os requerimentos de assimetria e de não-reflexividade podem os dois ser satisfeitos.



Movimento lateral é uma adição às ferramentas teóricas do capítulo 2 e ela vai ser integrada à MTC para capturar as possibilidades de controle em OGs adverbiais. Porém, o conjunto de ferramentas teóricas *não* se torna mais complexo em decorrência nem de movimento lateral, nem de MTC. Como enfatizado por Nunes (2001, 2004), movimento lateral deveria estar independentemente disponível no sistema computacional. O mesmo pode ser dito da MTC, como enfatizado por Hornstein (1999, 2003); Boeckx et al. (2010), que concebem controle não como um módulo isolado da gramática, mas como um sub-produto de movimento-A.

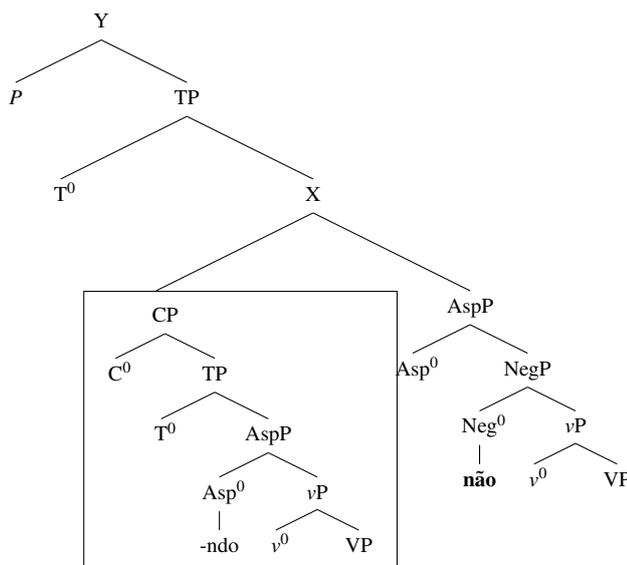
6.3 OGs adverbiais altas: a variante com sujeito aberto

Começamos com o subtipo de OG adverbial que é menos problemático para a análise, a saber, as OGs adverbiais altas cujo sujeito é manifesto. Esse é o caso porque OGs adverbiais altas são uma instância de OG que é auto-suficiente para Caso. O sujeito das OGs que pertencem a essa classe pode ser marcado com Caso dentro da própria OG, permitindo que ele não dependa de um valorador externo de Caso. O resultado é uma estrutura com sujeito manifesto. O caso aparentemente problemático é quando controle realmente ocorre numa OG adverbial alta; ele vai ser tratado na seção 6.6.

Uma OG adverbial alta como (1-a), repetida abaixo, foi analisada como um CP adjungido a uma porção *X* relativamente alta na oração-matriz. A OG adverbial alta é gerada sob *X*, mas pronunciada numa posição *P* que é ainda mais alta.

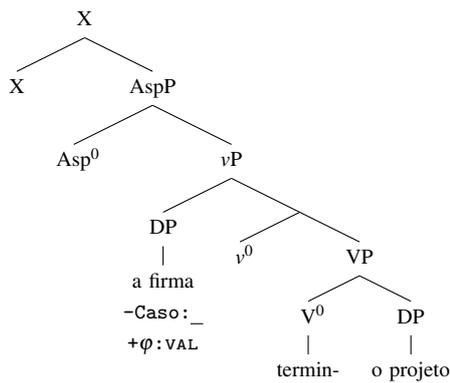
(13) O João chegando mais cedo, a firma termina o projeto.

(14)



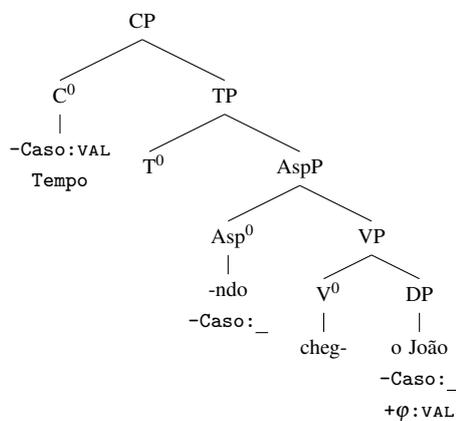
Suponha que a derivação de uma sentença como (13) comece exaurindo a numeração do vP-matriz (*terminar o projeto*). Depois, é formado o AspP-matriz. A projeção *X* à qual a OG adverbial alta vai se adjungir também é formada.

(15)



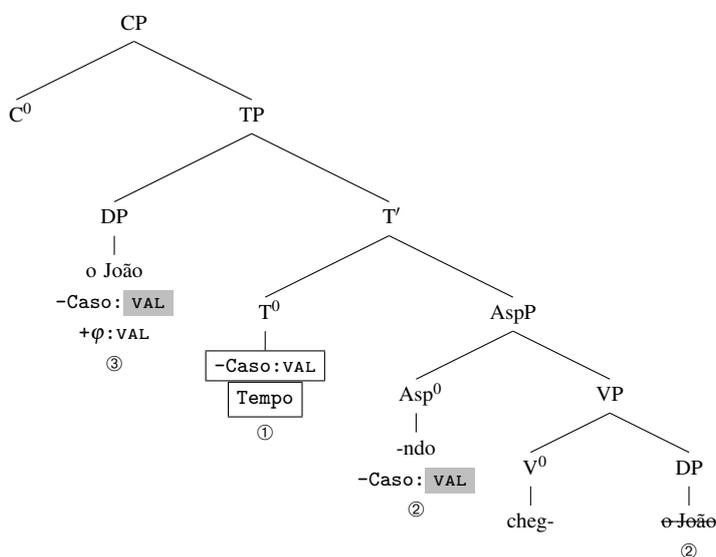
Suponha também que a estrutura formada fica na reserva para que a OG adverbial se adunja a ela mais tarde. Paralelamente, a OG adverbial (*o João chegando mais cedo*) começa a ser construída.

(16)



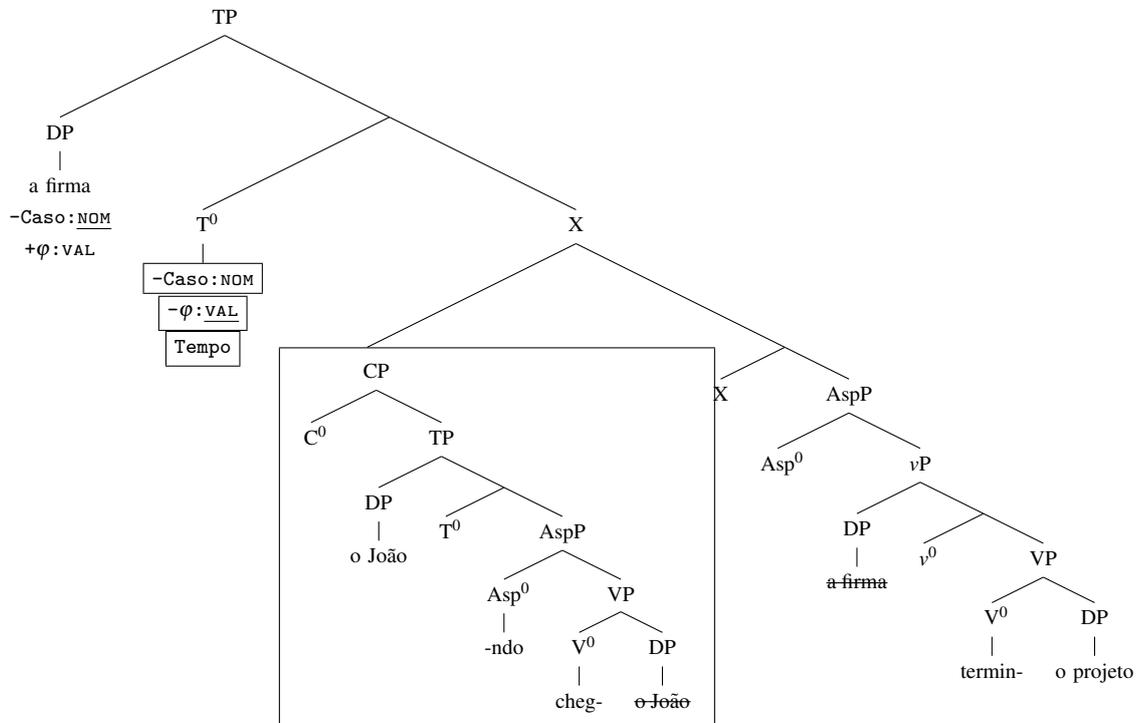
C tem um traço valorado de Caso, que é herdado por T (①). O traço equivalente no morfema de gerúndio (Asp) pode ser valorado pelo T por causa da relação de c-comando entre AspP e T (②). Ao mesmo tempo, o DP *o João* não encontra nenhum traço valorado de Caso no seu domínio inicial de sondagem, então, é permitido que ele se mova para a primeira posição em que ele pode c-comandar um alvo (②). Essa posição é [Spec, TP], de onde o DP pode c-comandar T e finalmente ter o seu traço de Caso valorado (③).

(17)



A OG que acaba de ser construída se concatena com a estrutura (15) derivada anteriormente. A derivação termina depois da formação do CP-matriz, de herança de traços de C para T e valoração dos traços não-valorados no sujeito-matriz e em T. (Para simplificar, o CP-matriz não foi representado.)

(18)



Finalmente a OG se move para a posição onde ela é pronunciada.

A análise proposta permite derivar uma OG adverbial alta com um sujeito aberto (*o João*, na sentença acima). Essa OG projeta um CP, do qual é herdado um traço valorado de Caso. Esse traço atua como um alvo para o traço equivalente, mas não-valorado no sujeito da OG, que pode, então, ser marcado com Caso dentro da própria OG.

O desafio então é explicar por que o mesmo subtipo de OG auto-suficiente para Caso também permite que o sujeito seja *PRO*. Essa possibilidade é particularmente intrigante se assumirmos a MTC, como faço aqui. Se o sujeito dessa OG pode ter o seu traço de Caso valorado dentro desse domínio, ele se torna inativo na derivação e portanto ele não deveria poder se mover para uma posição temática na oração-matriz. De acordo com a MTC, que analisa controle como um subproduto de movimento-A passando por mais de uma posição temática, isso deveria fazer com que controle não ocorresse. Nas seções seguintes, tento mostrar que a análise proposta pode realmente capturar a variante de controle de OGs adverbiais altas.

Primeiro, com o auxílio de movimento lateral e da MTC, analiso outro subtipo de OG adverbial, as OGs adverbiais baixas, cuja propriedade distintiva é o seu sujeito ser necessariamente nulo. Na seção 4.4, classifiquei essa construção entre as OGs de *classe 3*, que não são auto-suficientes para Caso. Por causa disso, o sujeito de OGs adverbiais baixas é dependente de um valorador externo. Isso, por seu turno, faz com que esse sujeito ainda esteja ativo na derivação no ponto em que uma posição temática dentro da oração-matriz tem que ser preenchida. O

resultado é uma estrutura de controle.

Depois, passamos para as OGs adverbiais preposicionadas, cujo sujeito é necessariamente um DP manifesto. Tal como as OGs adverbiais baixas, elas também não são auto-suficientes para Caso, já que pertencem à *classe 2*. Se, quanto a auto-suficiência, OGs adverbiais baixas e preposicionadas são idênticas, por que elas difeririam na realização do sujeito? OGs existenciais (seção 4.2) foram analisadas como uma instância de OG que não é auto-suficiente para Caso, mas que tem uma fonte de Caso alternativa, a saber, o Caso partitivo que assumo que o predicado existencial é capaz de atribuir. Podemos dizer que OGs adverbiais preposicionadas também têm essa fonte alternativa, fazendo com que elas sejam outra instância de OG que é *indiretamente* auto-suficiente para Caso. A fonte independente é a preposição *sem* ou *com*. Como o sujeito dessa OG é marcado com Caso dentro da própria OG, o resultado é uma estrutura com sujeito manifesto.

Finalmente, tendo mostrado como controle pode resultar na derivação de uma OG, volto para as OGs adverbiais altas e tento derivar a possibilidade do sujeito delas ser *PRO*, apesar da previsão inicial de que controle não deveria ser possível. Para que essa possibilidade seja explicada, nenhum ingrediente novo vai ser introduzido. Tudo que vai ser preciso é que o sujeito desse subtipo de OG auto-suficiente para Caso se mova *antes* que ocorra valoração de Caso dentro da OG e que a ausência de um DP dentro da OG não faça com que a derivação fracasse.

Mostro também como a derivação das OGs adverbiais altas difere da de OGs completivas por permitir um momento na derivação em que o sujeito da OG pode se mover antes de valoração de Caso. Isso explica por que controle é possível para OGs adverbiais altas, mas não para OGs completivas. OGs adverbiais altas são, no entanto, semelhantes a OGs-sujeito, já que a derivação das sentenças contendo esses dois subtipos de OG implica um momento em que a OG e a oração-matriz estão ambas presentes no workspace. É esse momento na derivação que permite que o sujeito da OG se mova antes de ocorrer valoração de Caso dentro da OG. No entanto, OGs-sujeito, ao contrário de OGs adverbiais altas, não podem ser estruturas de controle. Agora, Formação de Cadeia explica por que controle é excluído de OGs-sujeito.

6.4 OGs adverbiais baixas: sujeito necessariamente nulo

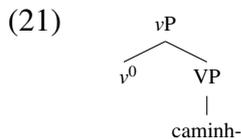
Nesta seção, analiso as OGs adverbiais cujo sujeito é obrigatoriamente uma categoria vazia, a saber, as OGs adverbiais baixas.

Que essa *ec* é um *PRO* obrigatoriamente controlado (ver Hornstein 1999, 2003; Boeckx et al. 2010) é indicado pelo fato de que ela apresenta as propriedades características desse tipo de categoria vazia. (19-a), (19-b) e (19-c) mostram que deve haver um antecedente local e c-comandante para o sujeito nulo da OG. (19-d) mostra que, sob elipse, somente uma leitura *sloppy* está disponível. Finalmente, (19-f) mostra que ele é interpretado como uma variável ligada se o antecedente for um DP com *somente*.

- (19) a. *Choveu caminhando no parque.
 b. *O João_i disse [que choveu *ec*_i caminhando no parque].
 c. [O irmão [do João]_i]_j corre *ec*_{*i/j} ouvindo música.
 d. A Maria_i corre ouvindo música e o João também.
 (*O João_j também corre *ec*_{*i/j} ouvindo música.*)
 e. *O João_i disse para a Maria_j correr *ec*_{i+j} ouvindo música.
 f. Somente o João corre ouvindo música.

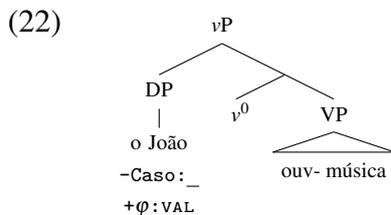
Tendo estabelecido que o sujeito necessariamente nulo de uma OG adverbial baixa é um *PRO*, vamos ver como essas estruturas são derivadas. A derivação de uma sentença como (2-b), repetida abaixo, começa com a formação do vP da oração-matriz, *o João caminha*, a menor fase da sentença.

- (20) O João caminha *PRO* ouvindo música.



Depois que uma fase foi construída, ocorrem as operações sintáticas usuais. Assumo uma condição de economia de acordo com a qual, se um dado núcleo desencadeia dois ou mais tipos de operações, a decisão é feita com base na possibilidade de uma dada operação resultar na correção de imperfeições formais. Quanto a *v*, de acordo com as minhas suposições, a introdução do seu argumento externo acontece depois de herança de traços e das operações de valoração que se seguem.

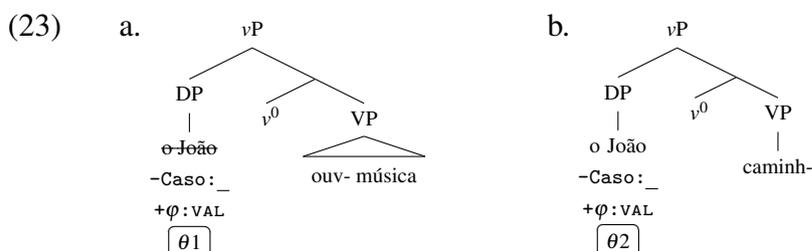
Depois dessas operações terem sido efetuadas, é finalmente hora de preencher a posição de argumento externo do vP. Suponha que não tem material suficiente na numeração para satisfazer esse requerimento via merge externo.⁵ O vP-matriz formado até o momento – (21) – é deixado na reserva até que um objeto sintático apropriado esteja disponível no workspace. Enquanto isso, outra subarray da numeração é acessada e a estrutura que vai se tornar a OG adverbial baixa (*ouvindo música*) começa a ser formada.



Agora há um objeto sintático apropriado para preencher a posição de argumento externo da oração-matriz, a saber, o DP *o João*. Esse DP é um candidato válido porque o seu traço de Caso ainda não foi valorado. Esse DP pode se mover para a posição de argumento externo no

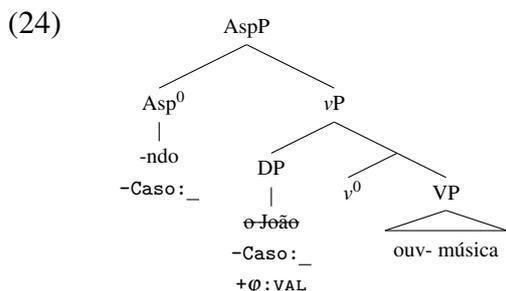
⁵A outra possibilidade lógica, isto é, que realmente tem material suficiente para que todas as posições temáticas sejam preenchidas por merge externo, vai ser considerada logo abaixo, na discussão em torno de (29-a).

oração-matriz – (23)-b –, onde ele recebe um segundo papel temático θ_2 , além daquele que ele recebe na sua posição de base dentro da OG, θ_1 – (23)-a. Uma vez que a estrutura de que esse movimento parte e a estrutura que ele tem como alvo estão desconectadas, essa é uma instância de movimento lateral.

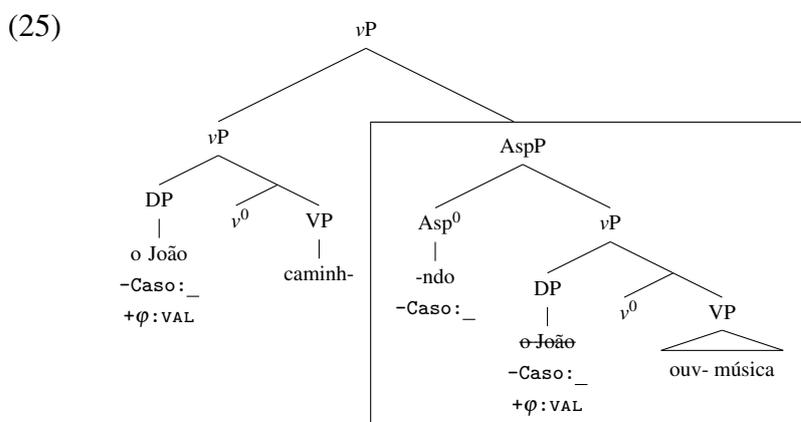


Porque essa instância de movimento lateral é exigida por questões temáticas, assumo que ela não precisa esperar até o nível da fase para ocorrer. (Fiz uma assunção semelhante na discussão de OGs existenciais (seção 4.2), onde a atribuição de Caso inerente partitivo não teve que esperar até uma fase ser construída.)

A derivação prossegue com a formação das projeções funcionais da OG adverbial baixa. Por ela ser uma OG de *classe 3*, somente o AspP mínimo é formado. A oração-matriz continua na reserva até que a OG se adjunja a ela.

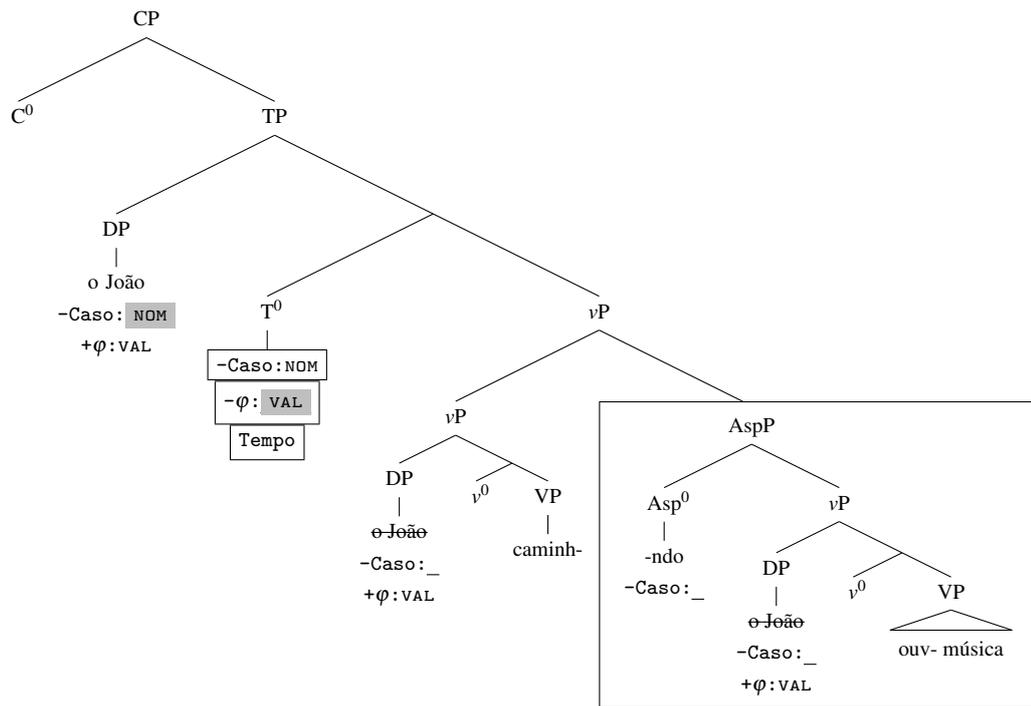


Finalmente, o vP-matriz e a OG são combinadas. As OGs sob análise são “baixas” porque se adjungem a uma porção relativamente baixa da oração-matriz.



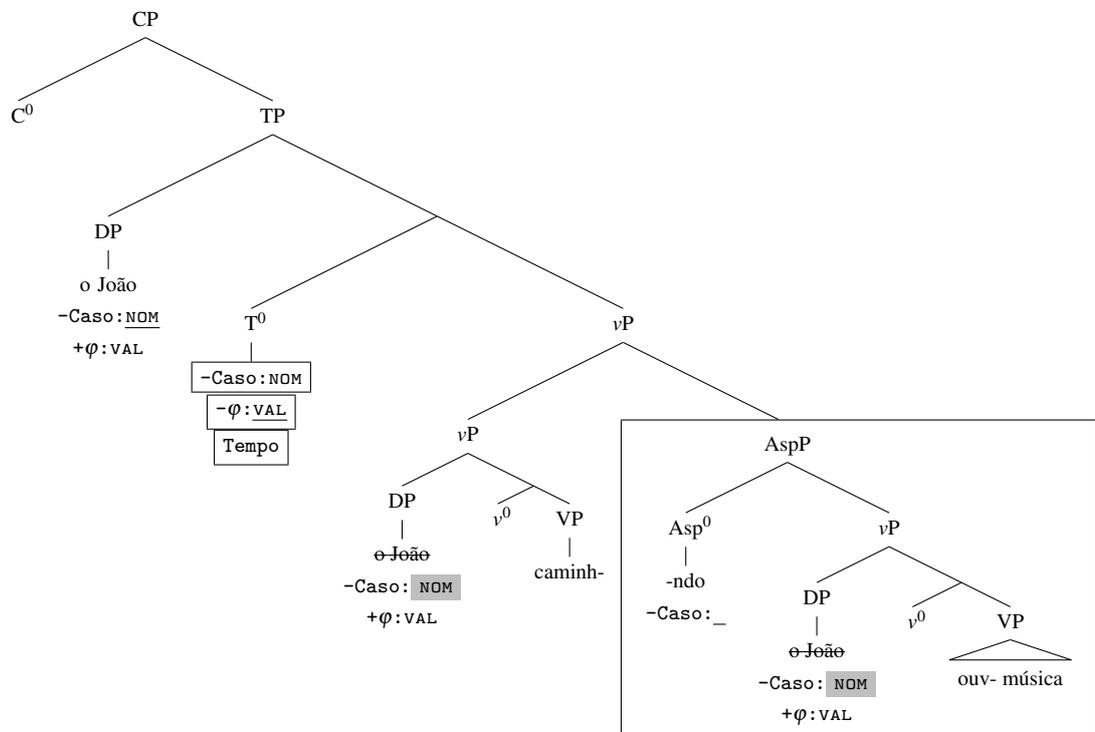
Depois, o TP- e o CP-matriz são formados e as operações sintáticas usuais são efetuadas.

(26)

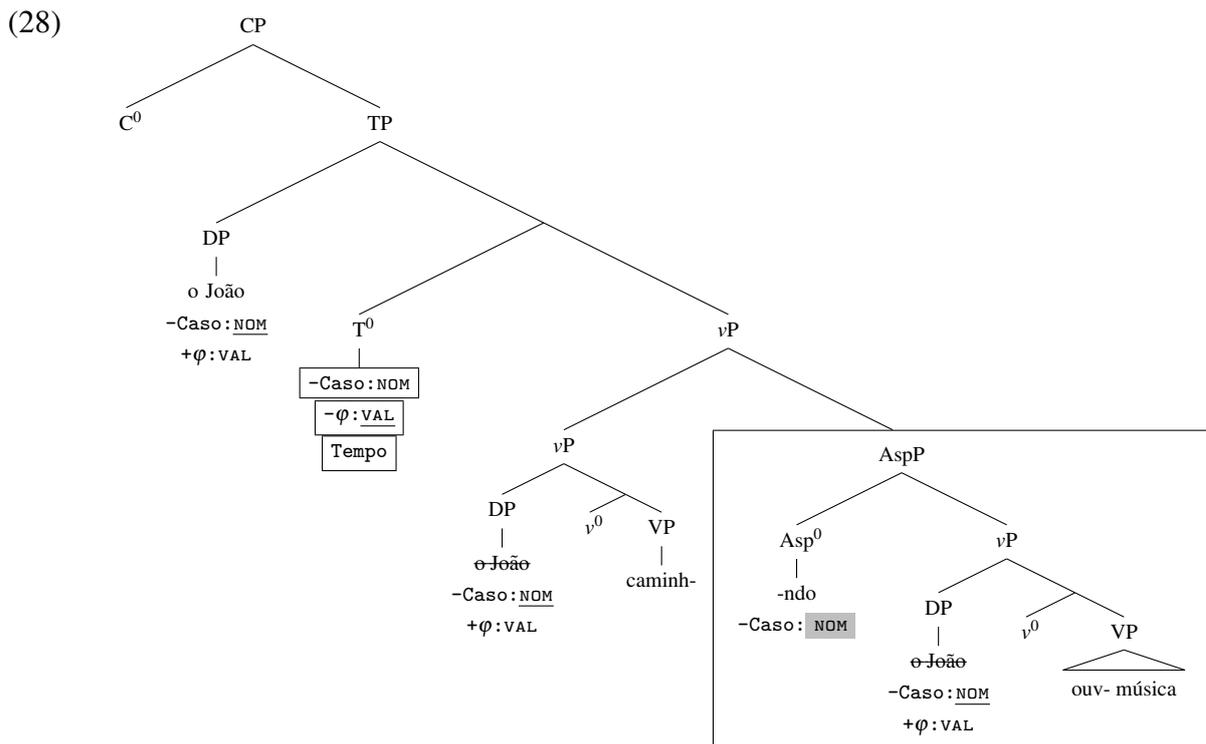


Agora, é necessário que os traços de Caso nas cópias mais baixas de *o João* sejam deletados. Isso é feito com a cópia mais alta sondando a estrutura e participando de Agree com as cópias mais baixas.

(27)



Finalmente, nesse ponto da derivação, o traço de Caso no morfema de gerúndio pode ser valorado, já que ele c-comanda um traço correspondente e valorado, a saber, o traço de Caso na cópia de *o João* que foi deixada dentro da OG. Todas essas operações acontecem dentro da mesma fase (i.e., o CP-matriz) e o morfema de gerúndio ainda não passou por Spell-Out.

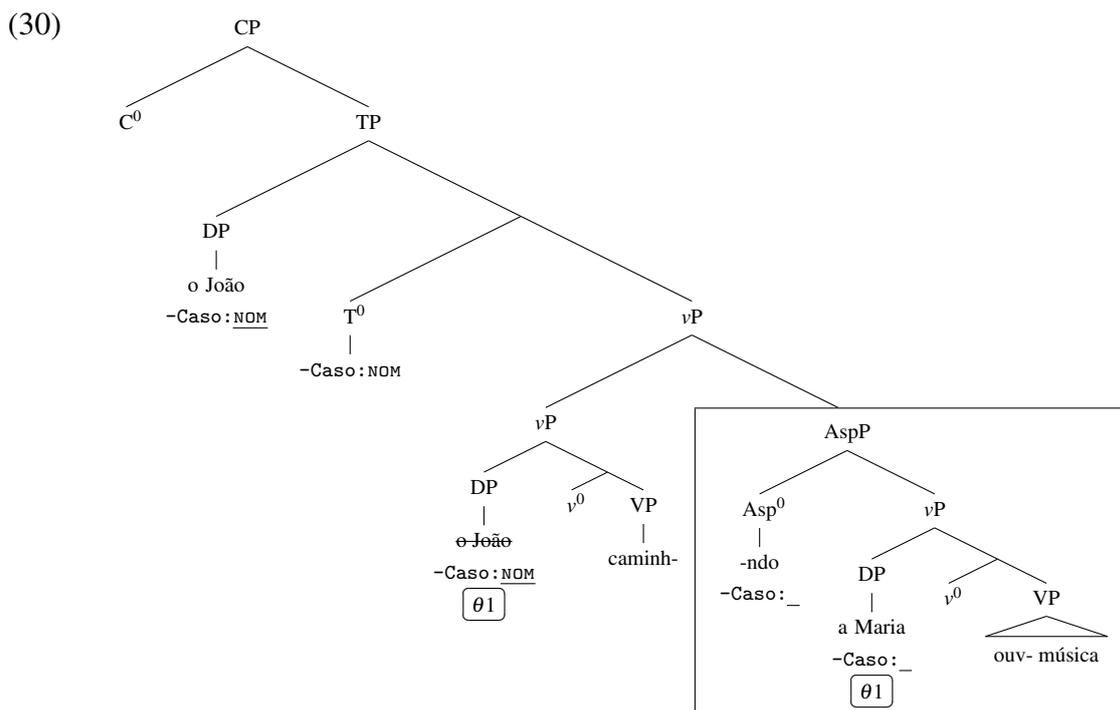


A derivação converge em LF porque todos os traços não-interpretáveis, incluindo os das cópias mais baixas, foram deletados. Porque um dos movimentos que gerou cópias passa por mais de uma posição em que papel- θ é atribuído – (23) –, a interpretação resultante é a de uma estrutura de controle.

Vamos considerar agora a derivação em que há material suficiente na numeração para preencher todas as posições temáticas via merge externo. Nessas circunstâncias, movimento-A para posições temáticas não precisa e, portanto, não pode ocorrer. A estrutura resultante é (2-a), repetida abaixo como (29-a).

- (29) a. *O João caminha a Maria ouvindo música.
 b. O João caminha *PRO* ouvindo música.

A construção em (29-a) é a variante com sujeito manifesto da sentença de controle cuja derivação acabamos de ver (i.e, de (20), repetida como (29-b)). Ao contrário de (29-b), (29-a) é agramatical. A pergunta a ser respondida é por que o sujeito de OGs adverbiais baixas é necessariamente *PRO*. A derivação de (29-a) é quase igual à de (29-b), tirando que o sujeito gerado dentro da OG não se move lateralmente para uma posição temática na oração-matriz – (23). A razão é que a numeração de (29-a) contém DPs suficientes para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo. Esquemáticamente, o produto final da derivação de (29-a) é o seguinte:



Em (30), não tem nenhum jeito para o sujeito da OG adverbial baixa, *a Maria*, e o morfema de gerúndio serem marcados com Caso. Na derivação de (29-b), o sujeito da OG é uma cópia do DP que acaba como o sujeito-matriz. Para que a derivação convirja, é necessário deletar os traços não-interpretáveis de cópias mais baixas. Como consequência da valoração da cópia do sujeito dentro da OG, o morfema de gerúndio pode ter o seu traço de Caso valorado também – (28). Em (30), por outro lado, o sujeito da OG não é uma cópia, mas um DP que foi gerado dentro da OG e lá permanece ao longo de toda a derivação. Não há razão para valorar e deletar os traços de cópias mais baixas porque não há cópias mais baixas de *a Maria*. Não há, assim, estratégia disponível para valorar e deletar o traço de Caso de *a Maria*. O mesmo pode ser dito sobre o traço de Caso no morfema de gerúndio. Em suma, (29-a) é agramatical devido a uma violação do Princípio de Interpretação Plena.

A análise proposta pode portanto dar conta da agramaticalidade de (29-a) e também da gramaticalidade de (29-b). O sujeito de OGs adverbiais baixas é necessariamente nulo porque a única derivação convergente, entre as possíveis no sistema, é uma em que o sujeito da OG se move para dentro da oração-matriz, deixando uma cópia para trás. Porque o sujeito da OG adverbial baixa chega na oração-matriz por uma via temática, o resultado é uma estrutura de controle.

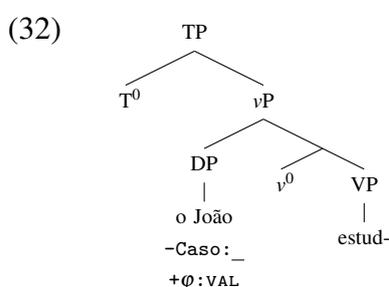
6.5 OGs adverbiais preposicionadas: sujeito necessariamente aberto

Nesta seção, vamos analisar as OGs adverbiais preposicionadas, as quais, por serem OGs de *classe 2*, são instâncias de OGs que não são auto-suficientes para Caso. As OGs adverbiais

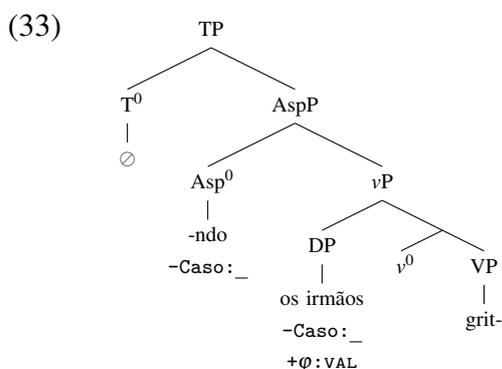
baixas analisadas acima também são OGs desse tipo e vimos que a ausência de Caso dentro da OG foi um ingrediente importante para explicar a obrigatoriedade de *PRO* como sujeito da OG adverbial baixa. Porém, o sujeito de OGs adverbiais preposicionadas é necessariamente um DP manifesto. Isso foi visto pelo contraste em (3), repetido abaixo.

- (31) a. O João estudou com os irmãos gritando.
b. *Os irmãos estudaram com *ec* gritando.

Vejam como uma sentença como (31-a) é derivada. A derivação começa com a formação da oração-matriz, *o João estudou*. Primeiro, a menor fase *vP* é derivada. Suponha que haja material suficiente na numeração para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas via merge externo.⁶ A derivação vai até TP, que é deixado na reserva esperando a adjunção da OG.⁷



No mesmo workspace, o que vai se tornar a OG adverbial preposicionada começa a ser derivada.

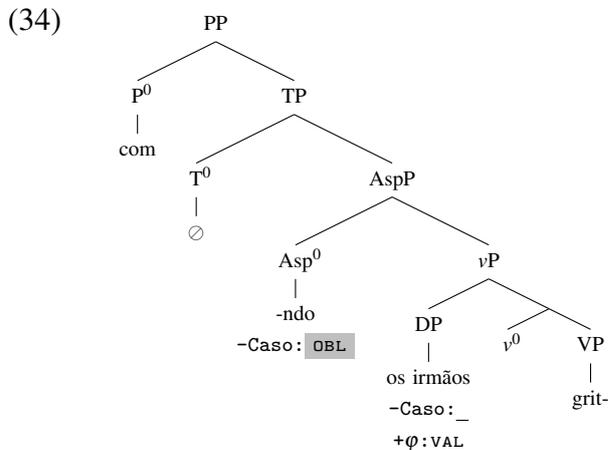


Esse TP se concatena com a preposição *com*. Assumi que preposições como *de* no complemento de *gostar* atribuem Caso oblíquo inerente. A hipótese nula a partir daí é que o mesmo deveria ser verdadeiro em relação a preposições como *com* ou *sem*. A única diferença parece ser que, enquanto *de* exerce tão-somente um papel funcional (i.e., marcação de Caso quando nenhuma outra estratégia está disponível), *sem* e *com* também parecem contribuir para o significado, como sugerido pelo fato de que substituir uma preposição pela outra muda radicalmente o significado da sentença. Ainda assim, essa diferença não parece afetar marcação de Caso, então, assumo que tanto *de* como *sem/com* atribuem Caso oblíquo (OBL) para o seu comple-

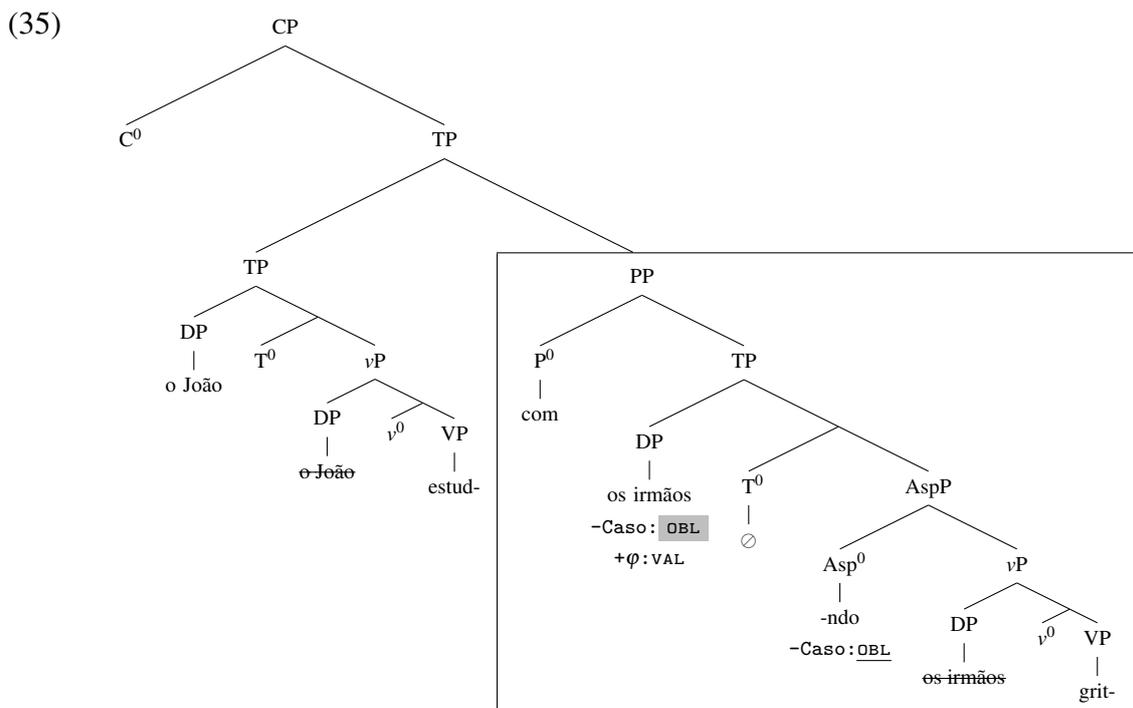
⁶A outra possibilidade lógica, a saber, que a numeração não é suficiente e, assim, é necessário movimento para preencher posições temáticas vai ser considerada abaixo, em (37).

⁷Com base na distribuição de NPIs dentro de OGs adverbiais preposicionadas, analiso essas OGs como estando adjuntas ao TP-matriz. Ver seção 5.3.

mento. Assumo também que esse Caso é inerente. P e TP estão numa relação de c-comando mútuo e, porque o TP é uma projeção estendida do morfema de gerúndio, isso bastaria para o Caso de $\{-ndo\}$ ser valorado. (Ver porém as objeções na seção 5.4.)



A derivação prossegue com a concatenação entre o TP-matriz e a OG. Depois, um CP é construído acima do TP-matriz. Depois que uma fase foi derivada, ocorrem as operações sintáticas usuais. Na oração-matriz, o sujeito *o João* se move para [Spec, TP] para ter o seu traço de Caso valorado. Na OG, o DP *os irmãos* também tem que se mover para estender o domínio de sondagem. A primeira posição para onde *os irmãos* pode se mover é [Spec, TP], a projeção estendida do morfema de gerúndio (o núcleo de AspP), que, anteriormente na derivação, tinha tido o seu próprio traço de Caso valorado pela preposição. (Detalhes irrelevantes foram omitidos.)



Agora é possível compreender por que o sujeito de OGs adverbiais preposicionadas pode ser um sujeito manifesto, apesar desse subtipo de OG não ser auto-suficiente para Caso. Devido

à presença de um traço de Caso no morfema de gerúndio e, crucialmente, devido à presença da preposição precedendo a OG, {*-ndo*} pode ser marcado com Caso oblíquo e, depois, o sujeito da OG pode ter o seu traço de Caso valorado dentro da própria OG. A preposição supera a não-auto-suficiência para Caso típica de OGs de *classe 2*. Em contrapartida, para as OGs adverbiais baixas, não tem plano B e, conseqüentemente, o sujeito tem que sair da OG para poder ser marcado com Caso.⁸

Contudo, isso não esgota as possibilidades, porque a presença da preposição apenas dá conta do porquê o sujeito *pode* ser licenciado dentro da OG, mas não do porquê essa é a *única* possibilidade convergente. As OGs adverbiais preposicionadas são diferentes não apenas das OGs adverbiais baixas porque o sujeito delas é necessariamente aberto; elas são diferentes também das OGs adverbiais altas porque não têm uma variante com sujeito nulo.

A resposta para esse problema pode residir novamente na presença da preposição antes da OG. O contraste em (36) sugere que preposições como *sem* e *com* podem se combinar com um nome, mas não com um adjetivo. Adjetivos em PB se flexionam em número e gênero, mas não em pessoa. Assumindo a abordagem em Ferreira (2010) (ver seção 1.5.1.1) em que há uma relação de um-para-um entre morfologia manifesta e traços formais, poderíamos dizer que adjetivos têm os traços [número] e [gênero], mas não [pessoa]. Proponho então que preposições como *sem* e *com* têm um traço não-valorado de [pessoa].

- (36) a. *sem/com delicadeza*
 b. **sem/com delicado*

Devido à sua composição de traços, essas preposições exigiriam um alvo do tipo [pessoa:VAL] no seu complemento. Esse requerimento pode ser satisfeito por um nome como *delicadeza*, assumindo que nomes contém um conjunto completo de traços- ϕ , mas não por um adjetivo como *delicado*, onde faltaria o traço de [pessoa].⁹

Em resumo, proponho que as preposições *sem* e *com* têm um conjunto completo de traços- ϕ a serem valorados e, conseqüentemente, deve haver um conjunto correspondente e valorado no domínio de c-comando dessas preposições. Um DP pleno como *os irmãos* tem exatamente essa especificação de traços. Se um tal DP estiver presente na OG adverbial preposicionada, os traços na preposição podem ser valorados. No entanto, se o DP sair desse domínio de sondagem da preposição, não vai ter um alvo para os traços- ϕ da preposição. Como conseqüência, a previsão

⁸O movimento do sujeito da OG adverbial baixa não é uma imposição ad hoc. Como vimos, o sujeito da OG permanece ou se move da OG de acordo com a composição da numeração e das exigências que vão precisando ser satisfeitas ao longo da derivação. Nada disso precisa ser estipulado. O que acontece é que, quando o sujeito permanece dentro da OG, a derivação acaba fracassando porque traços de Caso chegam nas interfaces sem terem sido deletados.

⁹Dada a proposta de que expletivo existencial em PB tem um traço [-pessoa:3], a previsão é que uma OG adverbial preposicionada poderia ser existencial. No entanto, essa previsão é contrária aos fatos.

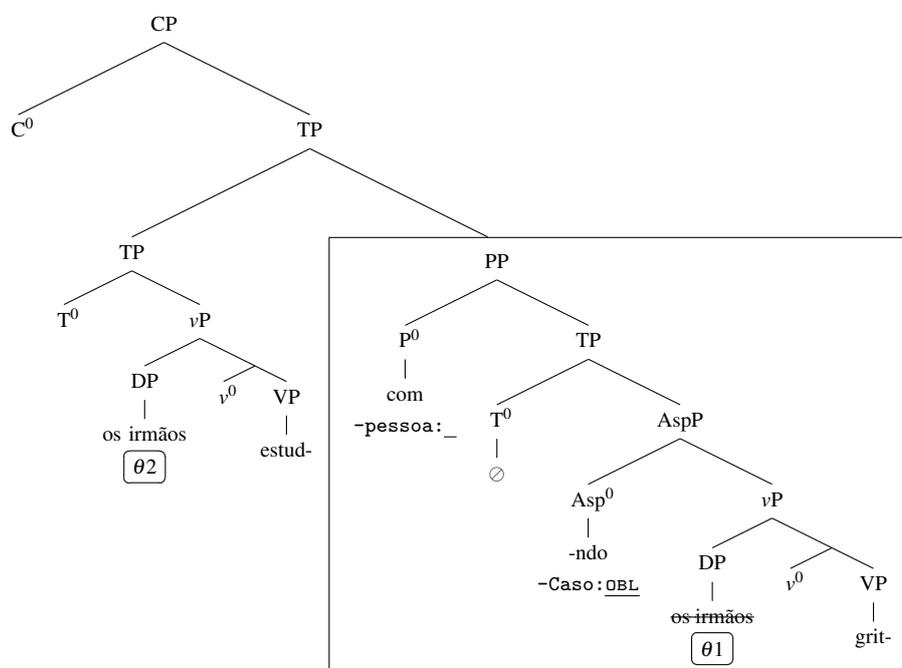
- (i) *O João quer estudar *sem pro* tendo gente demais na biblioteca.

Eu não tenho uma explicação para esse fato.

é que a derivação deveria fracassar.

Suponha agora que não tenha material suficiente para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo. Nesse caso, movimento de um DP previamente introduzido na derivação vai ser exigido. Esquemáticamente:

(37)



Não tem nada que barre o movimento do DP *os irmãos* para uma posição temática na oração-matriz enquanto ele ainda está ativo na derivação. É somente mais tarde na derivação que a ausência de um DP dentro da OG preposicionada tem efeitos negativos. Trata-se do momento quando os traços- ϕ não-valorados que proponho para a preposição começam a sua sondagem e não encontram nenhum alvo com traços equivalentes. Sem um alvo, a derivação fracassa porque traços não-interpretáveis chegam nas interfaces. Isso dá conta do porquê (31-b) é agramatical.

Em OGs adverbiais preposicionadas, não é apenas o caso que o sujeito *pode* permanecer dentro da OG, ele *tem que* porque, do contrário, a derivação fracassa. Essa seria a razão por que esse subtipo de OG é compatível apenas com um sujeito manifesto.

Porém, porque assumo que cópias não deveriam receber tratamento especial na sintaxe, uma pergunta que deve ser feita é por que a cópia mais baixa em (37) não conta como um alvo válido para os traços- ϕ da preposição. Se contasse (e deveriam), a derivação deveria convergir, já que *sem/com* poderiam ter os seus traços- ϕ deletados pelos traços correspondentes da cópia do DP. A previsão é que (31-a) deveria ser gramatical, contrariamente aos fatos. Deixo mais esse problema sem solução.

Na próxima seção, voltamos para as OGs adverbiais altas, em que um sujeito é possível, mas, ao contrário do que ocorre nas OGs adverbiais preposicionadas, essa não é a única possibilidade convergente.

6.6 OGs adverbiais altas: a variante de controle

Lembremos de (1-c) e (1-d), repetidas abaixo, que o sujeito de OGs adverbiais altas pode ser uma categoria vazia.

- (38) a. *ec* Chegando mais cedo, o João vai terminar o projeto.
 b. *ec* Chegando atrasado de novo, o João não conseguiu terminar o projeto.

Essa *ec* apresenta as propriedades de um *PRO* obrigatoriamente controlado.¹⁰ (39-a) mostra que a presença de um antecedente é obrigatória. (39-b) mostra que, sob elipse, a leitura resultante é *sloppy*. (39-c) mostra que antecedentes separados não é uma possibilidade para a *ec* que é sujeito da OG. Finalmente, (39-d) mostra que a *ec* é interpretada como uma variável ligada se o antecedente é um DP com *somente*.

- (39) a. **ec* Tomando banho mais rápido, evita desperdício.
 b. *ec* Chegando mais cedo, o João vai conseguir terminar o trabalho e o Paulo também vai.
 (Se ele_j chegar mais cedo, o Paulo_j também vai conseguir terminar o trabalho.)
 c. *A Maria_i disse que, *ec*_{i+j} chegando mais cedo, o João_j vai conseguir terminar o trabalho.
 d. *ec* Chegando mais cedo, somente o João vai conseguir terminar o trabalho.

Os dados acima levam à conclusão de que a *ec* no sujeito de OGs adverbiais altas é um *PRO* obrigatoriamente controlado. No entanto, o fato de que não parece haver uma relação de c-comando entre o antecedente e a *ec* aponta para a conclusão oposta. Ainda assim, lembremos da seção 3.3 que o sujeito-matriz realmente parece c-comandar o sujeito da OG, como podemos concluir a partir do licenciamento de variável – (40) –, licenciamento de NPI – (41) – e licenciamento de *cada... o outro* – (42).

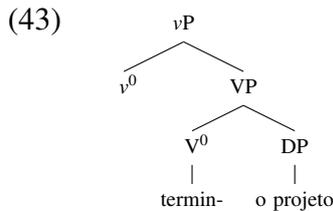
- (40) a. O filho dele tirando boas notas, todo pai fica contente.
 b. O filho dele tirando boas notas, todo pai ficou contente.
- (41) a. ?Aluno algum tirando boa nota, nenhum professor vai ficar contente.
 b. Aluno algum tirando boa nota, nenhum professor ficou contente.
- (42) a. O outro cooperando, cada membro do par vai conseguir terminar a tarefa.
 b. O outro cooperando, cada membro do par conseguiu terminar a tarefa.

Lembremos ainda que os fatos acima e a posição em que a OG adverbial alta é pronunciada, duas propriedades aparentemente contraditórias, foram reconciliadas com a proposta de que essas OGs são geradas numa posição que é c-comandada pelo sujeito-matriz, mas movidas para

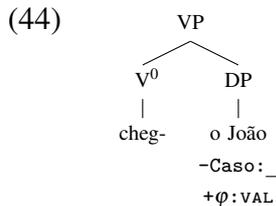
¹⁰Uso apenas a OG adverbial alta com interpretação condicional para ilustrar o comportamento de controle dessas OGs, mas as OGs com leitura causal se comportam da mesma maneira.

uma posição mais alta. De qualquer maneira, existe pelo menos um momento na derivação em que o sujeito-matriz pode c-comandar o sujeito da OG. Assim, a relação de c-comando entre *PRO* e o seu antecedente, um dos componentes do controle obrigatório, está presente nas OGs adverbiais altas também.

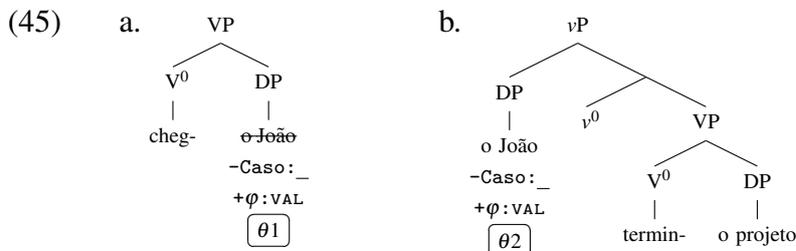
A derivação de uma OG adverbial alta com sujeito *PRO* como (38-a) começa com a formação das projeções lexicais da oração-matriz, *o João termina o projeto*.



Como já sabemos, a numeração pode conter menos material do que o necessário para que todas as exigências temáticas sejam satisfeitas por merge externo, de modo que merge interno de um objeto sintático previamente introduzido na derivação se torna necessário.¹¹ Esse objeto sintático tem que ainda estar ativo, isto é, ele tem que ter um traço a ser valorado. Enquanto o vP-matriz espera que um tal objeto sintático entre no workspace, ele fica na reserva enquanto a OG (*chegando mais cedo*) começa a ser derivada.



Agora finalmente tem um sintagma apropriado para preencher a posição de argumento externo do predicado-matriz, o DP *o João*. Esse DP é gerado como o argumento selecionado por *chegar*, o predicado da OG, e recebe um papel temático $\theta 1$ dele – (45)-a. *O João* está ativo na derivação porque, uma vez que apenas projeções lexicais foram formadas até agora, o seu traço de Caso ainda não foi valorado. *O João* se move lateralmente e se concatena com o *v* da oração-matriz, onde ele recebe um segundo papel temático, $\theta 2$ – (45)-b.

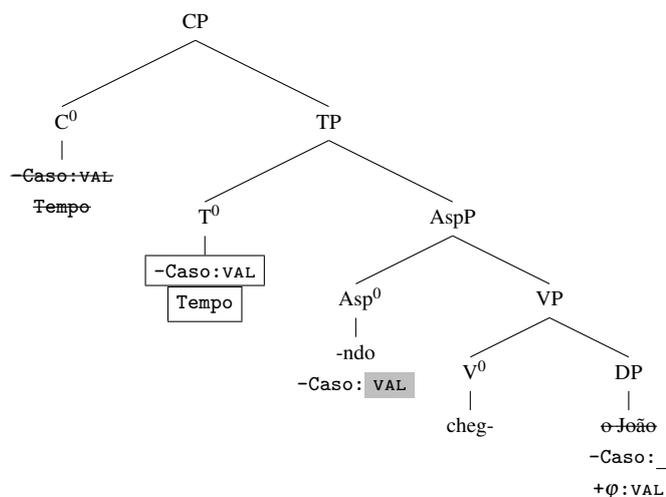


A derivação prossegue com a formação das projeções funcionais de cada oração. Na OG, depois de AspP, TP e CP serem formados, ocorre herança de traços de C para T. Por causa da relação de c-comando entre AspP e T, o Caso do morfema de gerúndio em Asp pode ser valorado pelo

¹¹A opção derivacional em que há tantos DPs na numeração para quantas exigências temáticas houverem foi considerada na seção 6.3.

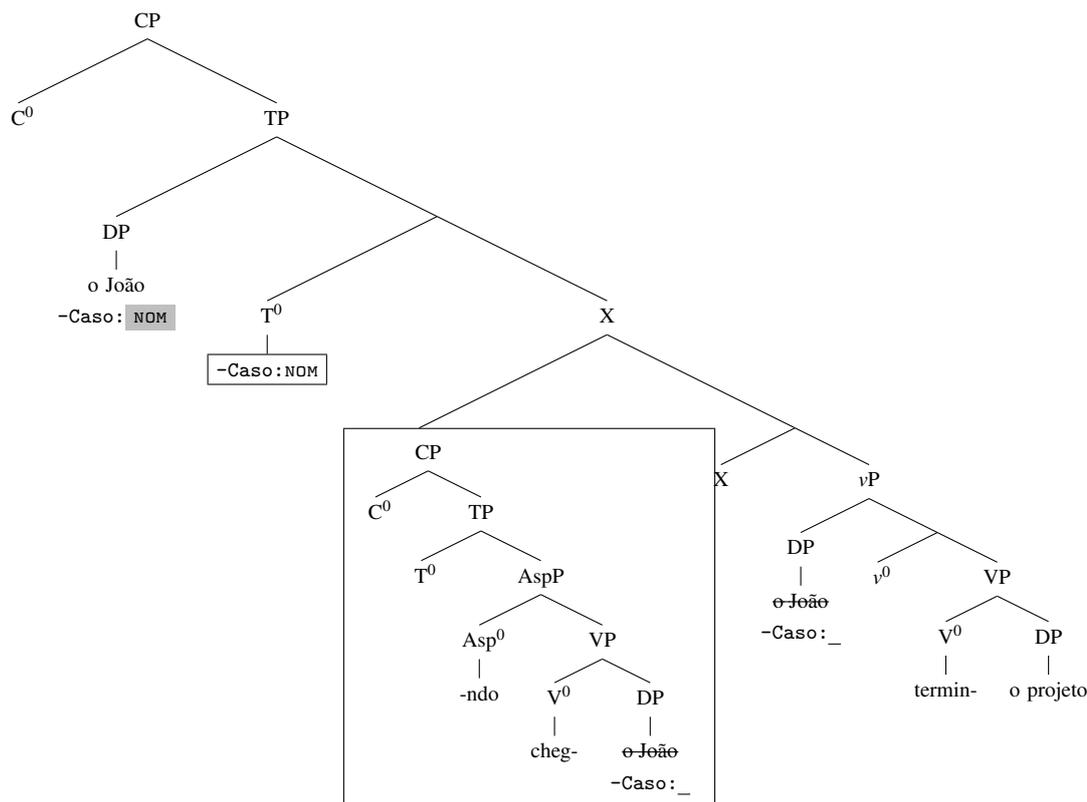
traço correspondente, mas valorado que T acabou de herdar.

(46)



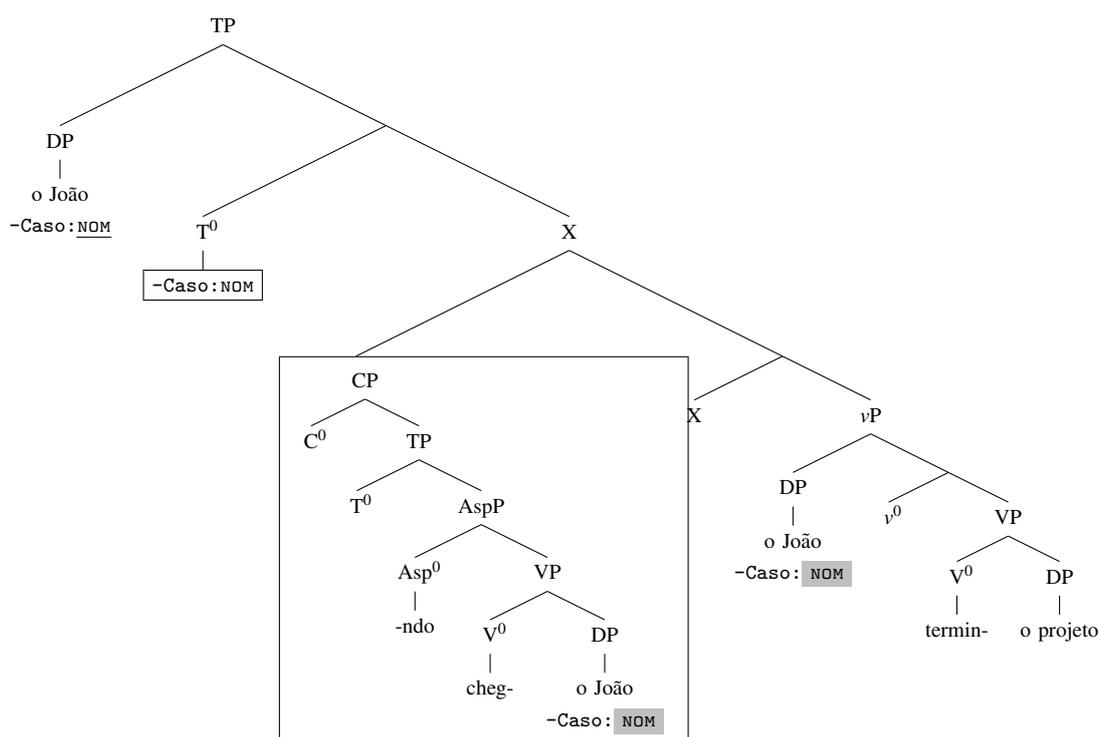
Na oração-matriz, a projeção X a que proponho que a OG adverbial alta é adjungida, é formada e a OG se combina com ela. Depois, TP e CP são formados e ocorrem as operações sintáticas usuais. Esquemáticamente (informações irrelevantes foram suprimidas):

(47)



A cópia mais alta de *o João* sonda a estrutura e valora e deleta os traços não-interpretáveis das suas cópias mais baixas. Isso seria possível porque essa cópia mais alta c-comanda cada uma das cópias mais baixas. (Para simplificar, o CP-matriz foi omitido.)

(48)



Finalmente, a OG adverbial alta se move para a posição mais alta em que ela é pronunciada.¹²

Essa OG adverbial alta acaba sem um sujeito manifesto porque o sujeito que é gerado dentro da OG sai desse domínio para satisfazer uma exigência temática da oração-matriz. A interpretação resultante é uma interpretação de controle.

6.6.1 Conseqüências da análise

6.6.1.1 Como controle é uma possibilidade em uma OG auto-suficiente para Caso?

De acordo com a análise proposta, a OG adverbial alta que acaba de ser derivada é auto-suficiente para Caso. Isso significa que ela tem um CP, do qual ocorre herança de um traço valorado de Caso. Esse traço pode ser o alvo para o traço correspondente do sujeito da OG. Porque esse sujeito da OG tem o seu traço de Caso valorado dentro da própria OG e porque eu incorporo a MTC na análise, uma pergunta é imediatamente suscitada: se o sujeito da OG pode ser marcado com Caso dentro da OG, ele se torna inativo nesse domínio e, assim, não deveria poder se mover para dentro de uma posição temática no oração-matriz. Controle, portanto, não deveria ser uma possibilidade. Não parece que a análise está fazendo uma previsão contrária aos fatos, já que controle é uma possibilidade em OGs adverbiais altas?

Não. O sujeito de uma OG auto-suficiente para Caso *pode* ter o seu traço de Caso valorado dentro da OG, mas não *precisa*. Existe um momento na derivação dessa OG em que o sujeito ainda está ativo e, assim, movimento é possível. Esse movimento está representado em (45), em que o traço de Caso do DP *o João* ainda não foi valorado, já que apenas projeções lexicais

¹²Não deixei claro por que essa deveria ser necessariamente a ordem como a derivação deveria ocorrer e também não incluí a ocorrência de Spell-out. Deixo esse refinamento necessário da análise para investigações futuras.

foram formadas até então. O movimento desse DP é desencadeado por exigências temáticas dentro da oração-matriz, resultando em controle. Significamente, o sujeito sai da OG *antes* de se tornar inativo.¹³

Além disso, a ausência de um DP dentro da OG não acaba causando problemas mais tarde na derivação, devido à composição de traços que propus para o C/T de uma OG auto-suficiente para Caso. O único traço que C/T poderia ter é um traço não-interpretável, mas valorado de Caso [-Caso:VAL], que pode ser checado com o do morfema de gerúndio. No sistema de valoração de traços assumido, traços que têm um valor, mas que são não-interpretáveis, devem participar de Agree parasiticamente para poderem ser deletados. O traço não-valorado de Caso no morfema de gerúndio garante que o traço de Caso do C/T de uma OG auto-suficiente para Caso participe de uma relação de Agree mesmo na ausência de um DP.¹⁴

Ademais, propus que o C/T de uma OG não tem traços- ϕ , com base na análise de Ferreira (2010) e em algumas considerações preliminares sobre o expletivo existencial em PB. É geralmente um DP que valora e deleta esses traços no C/T de uma oração finita. Na ausência de um DP, os traços de C/T não poderiam ser valorados e a derivação fracassa. Porém, numa OG, C/T não têm esses traços em primeiro lugar. Logo, se um DP deixar esse domínio, não surge nenhum problema.

Em contraste, esse não é o caso para OGs adverbiais preposicionadas (seção 6.5). Essas construções são uma instância de OG de *classe 2*, cujo T permanece vazio ao longo de toda a derivação. A ausência de um DP também não deveria causar nenhum problema relacionado a C/T. Ainda assim, controle não é uma possibilidade para OGs adverbiais preposicionadas.

- (49) a. O João conseguiu estudar com os irmãos gritando.
b. *Os irmãos conseguiram estudar com *PRO* gritando.

O que está em jogo aqui é a presença de uma preposição com um conjunto completo de traços- ϕ a serem valorados. Na ausência de um DP (porque ele se moveu para uma segunda posição temática na oração-matriz), esses traços não podem ser valorados e deletados e a derivação fracassa. Porque não ocorre movimento-A passando por mais de uma posição temática, também não ocorre controle. Um requisito desse tipo não se faz presente em OGs adverbiais altas, que não têm uma preposição como *sem* ou *com*. É por isso que OGs adverbiais preposicionadas têm um sujeito manifesto obrigatoriamente, mas OGs adverbiais altas podem alternar entre uma variante com um sujeito manifesto e uma variante com sujeito *PRO*.

¹³A idéia central da proposta feita aqui lembra a análise em Pires (2007). Nas duas análises, a alternância *PRO*-DP manifesto resulta de diferentes numerações, em conjunção com diferentes caminhos derivacionais que são em última instância convergentes, tanto no caso do sujeito da OG se mover para fora da OG (resultando em controle) e no caso em que ele permanece dentro da OG (resultando numa OG com sujeito manifesto). Apesar dessas semelhanças, acho que a análise de Pires recorre a algumas estratégias ad hoc. Resenhei a análise de Pires em Fong (2015, apêndice).

¹⁴Reconheço que esse argumento é interno à análise. Ainda assim, acho que é plausível afirmar que o traço de Caso de “atribuidores” de Caso (por exemplo, T finito e *v* transitivo) devem ser deletados para que a computação observe as condições de legibilidade impostas pelas interfaces. (Ver porém Bošković 2007, nota 58.)

O sujeito de OGs adverbiais baixas também não permite essa alternância, mas ele é necessariamente um *PRO*:

- (50) a. *O João caminha a Maria ouvindo música.
b. O João caminha *PRO* ouvindo música.

Na derivação de OGs adverbiais baixas, também tem um momento em que o sujeito pode sair da OG e entrar na oração-matriz por uma via temática. Isso resulta em controle. Porém, a possibilidade do sujeito permanecer dentro da OG resulta em convergência somente em OGs adverbiais altas, já que só elas são auto-suficientes para Caso. Em OGs adverbiais baixas, se o sujeito permanecer dentro da OG, ele não pode ter o traço de Caso valorado.

A análise proposta pode prever que controle é uma possibilidade para OGs adverbiais altas porque a derivação delas implica um momento em que o sujeito ainda está ativo e portanto ele é um candidato para o movimento que tem como alvo uma posição temática. Além do mais, a ausência de um DP dentro da OG não causa problemas em nenhum momento posterior da derivação porque o traço de Caso do morfema de gerúndio permite que o traço correspondente em T seja marcado para deleção. Ao mesmo tempo, se o sujeito da OG ficar dentro desse domínio (seção 6.3), a derivação também converge, já que ele vai ser marcado com Caso dentro desse domínio, que é auto-suficiente para Caso de qualquer maneira. Ambas as possibilidades são igualmente legítimas porque dependem, em primeiro lugar, do conteúdo da numeração e, em segundo de como a derivação prossegue de acordo com esse conteúdo.

6.6.1.2 Restrições sobre controle: OGs-sujeito

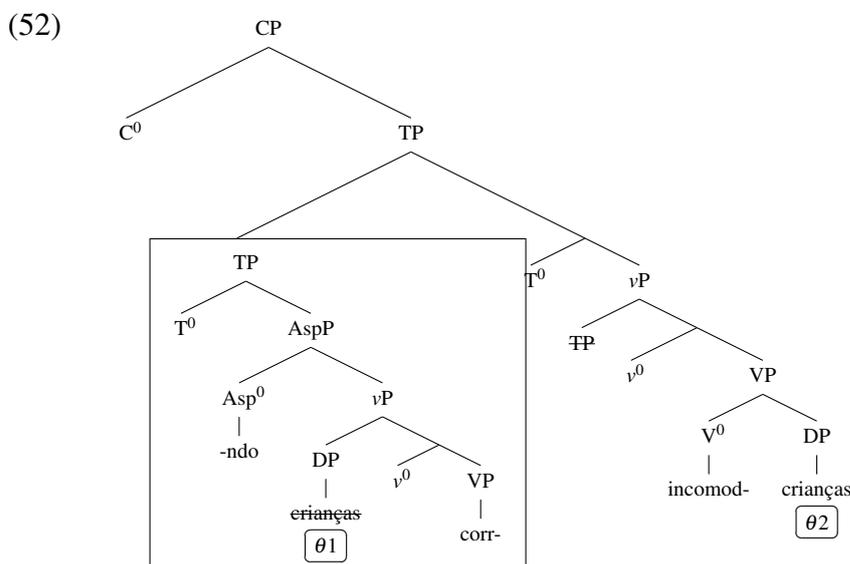
Nas OGs de controle consideradas acima, a oração-matriz é derivada parcialmente e deixada na reserva até que seja introduzido no workspace um objeto sintático apropriado para satisfazer uma de suas exigências temáticas, na ausência de material suficiente na numeração para fazer isso via merge externo. Essa ordenação particular das etapas da computação sintática exerce um papel importante na derivação de controle em OGs adverbiais altas, já que o movimento do sujeito só é possível enquanto ele ainda está ativo. Isso implica que esse movimento deve ser desencadeado por uma posição temática dentro de uma estrutura que está presente simultaneamente no mesmo workspace. Se a oração-matriz fosse derivada só *depois* que a OG já tivesse terminado de ser construída (ou vice-versa), o sujeito da OG seria sempre marcado com Caso dentro da OG, eliminando todas as possibilidades de controle. Porém, se houver mais de uma estrutura no mesmo workspace, tem espaço suficiente para que o movimento necessário possa ocorrer.

Porque sentenças contendo uma OG-sujeito (seção 5.2) também implicam um momento na derivação em que a oração-matriz e a OG-sujeito estão ativas no mesmo workspace, também deveria haver um momento na derivação em que o movimento do sujeito da OG-sujeito para uma posição temática dentro da oração-matriz é legítimo. A previsão é que controle deveria ser

uma possibilidade para OGs-sujeito. Essa previsão não é corroborada pelos fatos.

- (51) a. Crianças correndo no estacionamento incomodou/orgulhou o porteiro.
 b. **PRO* Correndo no estacionamento incomodou/orgulhou crianças.

Controle em OGs não tem que ser estipulado; é uma consequência das propriedades que proponho que as OGs têm, juntamente com movimento-A passando por mais de uma posição temática e com movimento lateral, ambos os quais estariam independentemente disponíveis. Assim, movimento lateral para uma posição temática adicional em (51) não pode ser excluído por força bruta. Isso me leva a hipotetizar que tem um fator independente que exclui as construções agramaticais em (51). Para identificar esse fator, vejamos a representação esquemática de (51-b).



O problema em (52) é que as cópias de *crianças*, o objeto sintático que se moveu da OG-sujeito para dentro da oração-matriz, não podem formar uma cadeia legítima.¹⁵ Consequentemente, Redução de Cadeia não pode se aplicar, então, nenhuma das cópias de *crianças* é deletada. Como resultado disso, os requerimentos de assimetria e não-reflexividade impostos sobre linearização não podem ser satisfeitos (ver seção 6.2). O fator independente que explica a agramaticalidade de (51) é a impossibilidade de formar uma cadeia legítima.¹⁶

Em (47), um exemplo de OG adverbial alta, a cópia de *o João* no [Spec, TP] da oração-matriz pode formar uma cadeia tanto com a cópia dentro da OG como com a cópia dentro da oração-matriz. Redução de Cadeia pode proceder como exigido, de modo que resta apenas uma cópia do DP depois dessa operação se aplicar, permitindo que a estrutura seja linearizada.

¹⁵ Outra possibilidade é que o movimento de *crianças* parta da oração-matriz e vá para a OG-sujeito. O resultado, isto é, a impossibilidade de formar uma cadeia legítima e, portanto, de linearização, é o mesmo.

¹⁶ Gostaria de agradecer ao Jairo Nunes (c.p.), ao Renato Lacerda (c.p.) e à Susi Wurmbrand (c.p.) por terem me chamado atenção para problemas de cadeia em versões anteriores da análise.

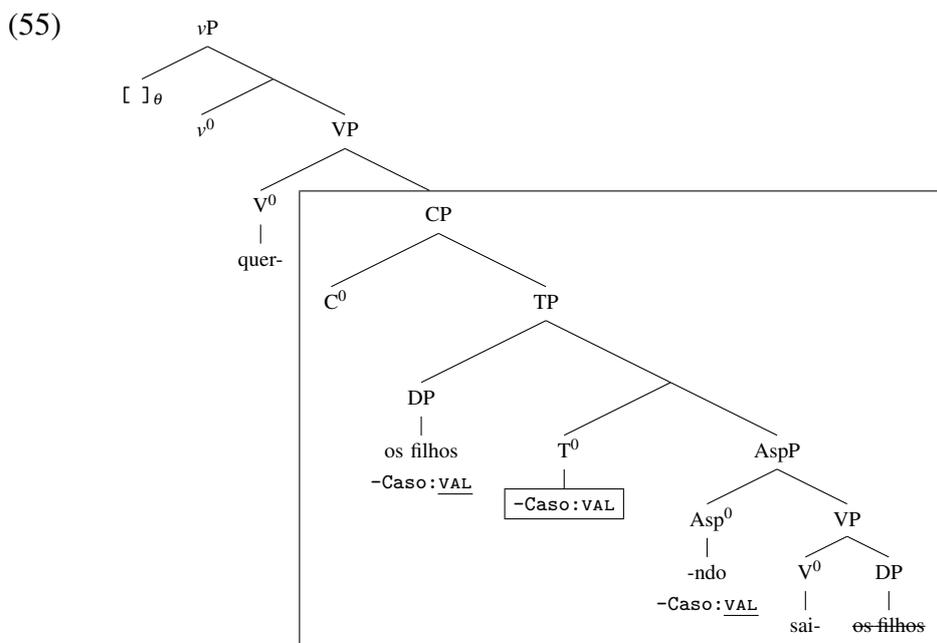
6.6.1.3 Restrições sobre controle: OGs completivas

Controle é impossível não apenas em OGs-sujeito, mas também em OGs completivas, como nas desiderativas – (53) – e perceptuais – (54).

- (53) a. O João quis os filhos saindo da escola mais cedo.
b. *Os filhos quiseram *PRO* saindo da escola mais cedo.

- (54) a. O João flagrou os filhos saindo da escola mais cedo.
b. *Os filhos flagraram *PRO* saindo da escola mais cedo.

Ao contrário do que ocorre na derivação de OGs adverbiais altas, na derivação de sentenças com uma OG completiva desiderativa, não tem nenhum momento em que as estruturas tanto da OG como da oração-matriz estão simultaneamente ativas no mesmo workspace. Em outras palavras, não tem nenhum momento da derivação em que o sujeito da OG está ativo e em que a uma posição temática na oração-matriz pode ser satisfeita por movimento. A razão é que a derivação de uma sentença contendo uma OG desiderativa é sempre somente de baixo para cima: primeiro, a OG desiderativa é derivada e só depois o verbo desiderativo se concatena com ela por questões argumentais. Porque OGs desiderativas são auto-suficientes para Caso, o predicado-matriz vai entrar na derivação só depois que o sujeito da OG tiver sido marcado com Caso. Como consequência, esse sujeito não vai mais estar ativo quando for a hora de preencher a posição de argumento externo do verbo desiderativo. Na ausência de movimento para mais de uma posição temática, controle não pode ser obtido. Esquemáticamente:

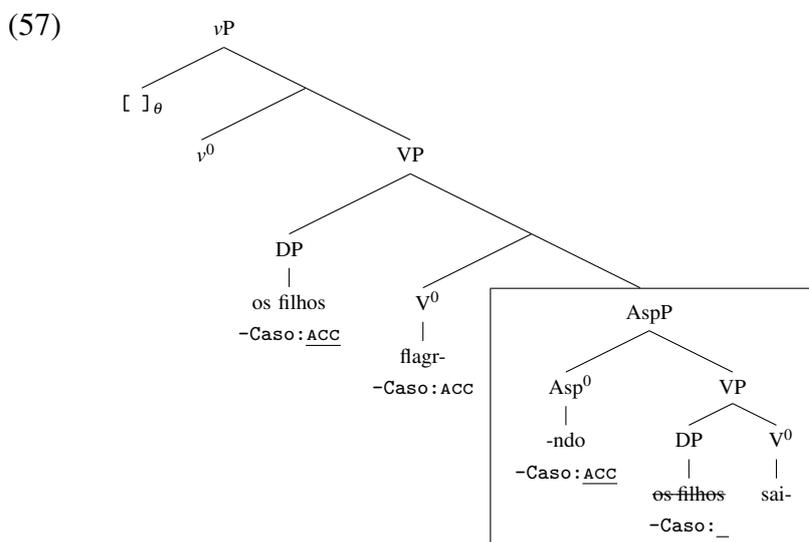


Uma explicação semelhante pode ser fornecida para OGs perceptuais. O sujeito é dependente de um marcador externo de Caso. Por que então o sujeito da OG perceptual não pode se mover para uma posição temática dentro da oração-matriz? A razão está na ordem em que derivação ocorreria. Especificamente, assumo a seguinte condição de economia (repetida de

(14), p. 48):

- (56) Se um dado núcleo sintático desencadeia as operações OP_i e OP_j , tal que OP_i pode resultar na deleção de imperfeições, enquanto OP_j resulta na introdução de novas imperfeições no workspace, OP_i é efetuada antes de OP_j .

O núcleo v desencadeia tanto a introdução de um argumento externo como herança de traços de v para V . De acordo com (56), este deveria ocorrer antes daquela porque herança de traços pode potencialmente levar a deleção de traços, enquanto a introdução de um argumento externo acrescenta mais imperfeições às já existentes na computação. Quando é hora de preencher a posição de argumento externo do verbo-matrizo perceptual em (54-b), o sujeito da OG já vai ter sido marcado com Caso.



Porque todas as instâncias de movimento devem satisfazer a condições de economia, o movimento de um DP que não tem imperfeições para serem corrigidas, como um DP que já teve o seu traço de Caso valorado, é proibido. Porque não ocorre nenhum movimento para uma posição temática adicional, controle não pode resultar. Essa expectativa é corroborada pelos fatos, como vemos em (54-b).¹⁷

Uma comparação útil é entre OGs completivas perceptuais e OGs de controle de objeto (ver seção 4.3). No caso dessas últimas, controle resulta porque o movimento para uma posição temática dentro da oração-matriz é desencadeada *antes* de atribuição de Caso acusativo devido à segunda posição de argumento *interno* que propus para verbos como *deixar* e *manter*. O sujeito da OG não se move para a posição de argumento *externo*, como em (57), que só é aberta após ter ocorrido atribuição de Caso acusativo, de acordo com (56).

Em suma, a análise proposta tem espaço suficiente para acomodar a alternância *PRO*-DP manifesto em OGs adverbiais altas e, ao mesmo tempo, ela é restrita o suficiente para excluir controle de OGs completivas e subjetivas.

¹⁷O mesmo pode ser dito em relação a OGs proposicionais, uma OG completiva que também não é auto-suficiente para for Caso, tal como as OGs perceptuais.

6.7 Conclusão

Neste capítulo, apresentei uma análise para os intrigantes contrastes de realização de sujeito em OGs adverbiais. OGs adverbiais baixas são necessariamente estruturas de controle, enquanto OGs adverbiais preposicionadas têm necessariamente um DP manifesto como sujeito. Diferentemente das duas, OGs adverbiais altas permitem tanto um *PRO* como um DP manifesto. Essas possibilidades não têm que ser estipuladas; elas decorrem de princípios independentes da gramática que determinam se a derivação converge ou fracassa.

Advérbios baixos só podem ter um sujeito *PRO* porque, se o sujeito permanecer dentro da OG, ele não pode ser marcado com Caso. Isso é uma consequência de OGs adverbiais baixas não serem auto-suficientes para Caso. Em outras palavras, a impossibilidade de OGs adverbiais baixas terem uma variante com sujeito manifesto é reduzida a uma violação do Princípio de Interpretação Plena: traços de Caso não deletados acabam chegando nas interfaces na derivação de uma OG adverbial baixa em que o sujeito permanece dentro da OG.

Algo nessa linha também pode ser dito de OGs adverbiais preposicionadas, só que, nesse caso, são os traços- ϕ que propus para preposições como *sem* e *com* que acabam causando o fracasso da derivação. A presença desses traços requer um DP dentro da OG, pois, do contrário, eles não podem ser valorados e deletados. Se o sujeito sair da OG preposicionada, apesar desse movimento ser em si possível, ele acaba fazendo com que a derivação fracasse por uma violação ao Princípio de Interpretação Plena: os traços- ϕ da preposição chegam nas interfaces sem terem sido deletados. No entanto, porque assumo que cópias deveriam ter o mesmo estatuto que o objeto sintático movido, a cópia deixada na OG depois do movimento do sujeito deveria bastar para valorar os traços da preposição. Não consegui lidar com esse problema, que deixo para investigações futuras.

O caso mais interessante foi a OG adverbial alta, que tem uma variante com sujeito *PRO* e uma variante com sujeito manifesto. Novamente, essa alternância não teve que ser estipulada. Se o sujeito ficar dentro da OG, ele pode ter o seu traço de Caso valorado pelo Caso herdado por T, já que essas OGs são auto-suficientes para Caso. Ainda assim, existe um momento na derivação em que tanto a oração-matriz quanto OG estão ativas no mesmo workspace. Nesse momento, o sujeito pode se mover para dentro da oração-matriz através de uma posição temática. Essa é uma possibilidade se não houver material suficiente na numeração para satisfazer todas as exigências temáticas via merge externo e se o sujeito da OG ainda estiver ativo.

A análise é flexível o suficiente para permitir essas duas opções para OGs adverbiais altas, mas restrita o bastante para excluí-las de OGs completivas e de OGs subjetivas. A derivação de sentenças em que o sujeito é uma OG também implica um momento em que a oração-matriz e a OG são derivadas em paralelo no mesmo workspace. Esse é um dos ingredientes necessários para derivar controle nas OGs adverbiais altas e baixas. O problema só aparece mais tarde na derivação: a configuração geral da sentença com uma OG-sujeito não permite que o sujeito da OG c-comande a sua cópia mais baixa. A derivação acaba fracassando em PF por problemas

de linearização. Em oposição, em sentenças com uma OG completiva, a derivação ocorre de tal maneira que a necessidade de satisfazer a posição de argumento externo na oração-matriz só surge depois do sujeito da OG já ter tido o seu traço de Caso valorado, quer a OG completiva em questão seja auto-suficiente para Caso ou não.

Um último comentário a ser feito é que, dentre as teorias de controle disponíveis, escolhi analisar as OGs com base na MTC porque, além das vantagens metodológicas, conceituais e empíricas (ver discussão em Boeckx et al. 2010), essa teoria captura a correlação interessante entre movimento e controle em OGs adverbiais. Controle está necessariamente ocorrendo onde o sujeito necessariamente tem que se mover; controle não está ocorrendo quando o sujeito pode mas deve não se mover e, por fim, quando a derivação é legítima quer ocorra movimento ou não, o sujeito pode ser manifesto ou de controle. Embora, nessa dissertação, eu não tenha feito um levantamento exaustivo das teorias de controle existentes, se não houver ancoragem de controle obrigatório sobre movimento, não está claro como essa correlação presenciada nas OGs adverbiais poderia ser capturada.

Capítulo 7

Esboço de uma análise das propriedades temporais de OGs

Neste capítulo, tento descrever e analisar propriedades temporais em OGs completivas, adnominais e adverbiais como um primeiro passo em direção a dar conta das propriedades temporais nesses domínios não-finitos. OGs completivas, analisadas na seção 7.2, foram novamente separadas como os protótipos das classes de OG propostas aqui porque parece ser mais fácil controlar os fatores que determinam o comportamento delas. Minha hipótese é que o que vai ser dito neste capítulo sobre OGs completivas vai poder ser estendido para os outros subtipos de OG na mesma classe, desde que identifiquemos os fatores extras que regulam o comportamento delas.

Se a análise temporal esboçada aqui for bem-sucedida, ela pode contar como sustentação empírica para a análise proposta nesta dissertação. Especificamente, os ingredientes que foram importantes na derivação de OGs e que vão ser importantes neste capítulo temporal são herança de traços (ver seção 2.1) e a proposta de que há três classe de OGs, tal que elas diferem na composição estrutural. É essa diferença em tamanho que determinaria se uma dada OG vai ou não ter os seus próprios traços temporais, assim como ela determinaria a maneira como essas propriedades temporais podem interagir com a oração-matriz.

Na seção 7.3, inspeciono OGs adnominais em posição de sujeito. Elas são temporalmente interessantes porque elas são ambíguas entre uma leitura de co-temporalidade com o momento da enunciação e uma leitura de co-temporalidade com o evento-matriz. Com base em Thompson (2001, 2005), tento explicar essa ambigüidade recorrendo à assunção de que qualquer cópia de um objeto sintático movido é apropriada para interpretação, a hipótese nula da teoria de movimento por cópia. A leitura de co-temporalidade com o momento da enunciação vai ser derivada de uma estrutura em que a cópia da OG adnominal que vai ser interpretada é a que está em [Spec, TP], a posição em que a OG é pronunciada. Quando é a cópia na posição de base da OG (i.e., a cópia dentro de *v*P) que alimenta o componente interpretativo, o resultado é uma leitura de co-temporalidade com o evento-matriz.

Na seção 7.4, tento descrever e explicar as propriedades temporais em OGs adverbiais altas.

Essas OGs são um desafio interessante para sistemas de interpretação temporal porque a ordem temporal é obtida na ausência de uma instrução manifesta para relacionar a oração-matriz e a OG. Vou tentar mostrar que a análise é consistente com os dados e que ela não precisa recorrer à postulação de conectivos nulos, embora essa seja uma análise possível. Além disso, na seção 7.4.2, descrevo um desafio empírico que OGs adverbiais constituem para teorias de interpretação temporal, a saber, o fato delas parecem permitir uma instância de iteração aspectual que não é atestada em nenhum outro ambiente. Apesar de eu não ter uma solução para esse problema, achei que era importante apontá-lo para investigações futuras.

O terceiro ingrediente que vai ser importante na tentativa de formular uma explicação para as propriedades temporais de OGs é uma sistema geral de interpretação temporal. Esse é o tópico da próxima seção.

7.1 O sistema de interpretação temporal em Demirdache & Uribe-Etxebarria

Nesta seção, descrevo o sistema de computação temporal assumido na análise, a saber, Demirdache and Uribe-Etxebarria (2000, 2004, 2007). Primeiro, resumo o funcionamento básico desse sistema e enfatizo os componentes que vão ser de importância particular na descrição e análise das propriedades temporais de OGs. Finalmente, faço algumas propostas sobre propriedades temporais em orações não-finitas.

7.1.1 Propriedades básicas do funcionamento da teoria de D&UE

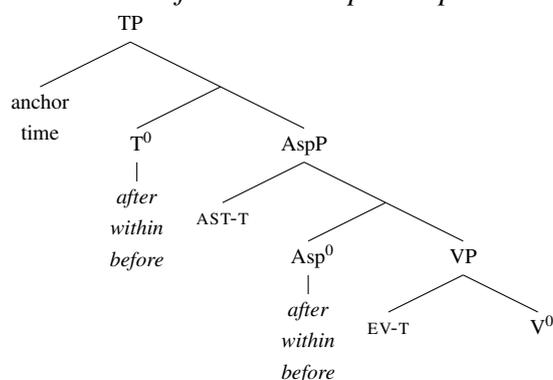
Demirdache and Uribe-Etxebarria (2000, 2004, 2007) (D&UE) propõem uma teoria de interpretação temporal em que tempo e aspecto são reduzidos aos mesmos primitivos sintáticos e semânticos.

De um ponto de vista semântico, tempo e aspecto são predicados de ordenação temporal que tomam como argumentos elementos que denotam intervalos temporais. Esses predicados temporais ordenam os seus argumentos determinando relações de coincidência temporal (ou ausência de) entre eles; ausência de coincidência temporal pode ser por precedência ou subsequência. Os significados abstratos que tempo e aspecto podem ter são: *after*, *within* e *before*. A tabela abaixo resume como as instâncias básicas de tempo e aspecto são traduzidas na teoria de D&UE.

Predicado	Tempo	Aspecto
<i>after</i>	<i>passado</i>	<i>perfeito</i>
<i>within</i>	<i>presente</i>	<i>progressivo</i>
<i>before</i>	<i>futuro</i>	<i>prospectivo</i>

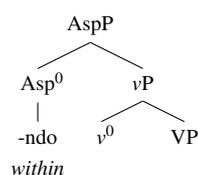
Tabela 7.1: A semântica unificada de tempo e aspecto

De um ponto de vista sintático, tempo e aspecto nucleiam cada um a sua própria projeção máxima, TP e AspP, respectivamente. Eles são predicados de dois lugares que projetam sua estrutura argumental como representado em (1). D&UE assumem que a configuração das projeções de tempo e aspecto é tal que TP domina AspP e AspP, por seu turno, domina VP.

(1) *A sintaxe unificada de tempo e aspecto*

Lembremos da seção 1.3 que proponho que o morfema de gerúndio $\{-ndo\}$ é o núcleo de AspP e que o significado dele é de aspecto progressivo. Nos termos de D&UE, isso é traduzido como $\{-ndo\}$ tendo o significado *within*. No sistema de D&UE, a estrutura temporal mínima de uma OG é como se segue:

(2)



Na estrutura completa (1), tempo (T) seleciona um *anchor time* como seu argumento externo. Em orações-matriz, *anchor time* geralmente denota o momento da enunciação (UT-T, *utterance time*).¹ Em orações encaixadas finitas, *anchor time* pode denotar ou UT-T ou ele pode ser ligado por algum intervalo temporal da oração-matriz (ver comentários na seção 7.1.3 abaixo). O argumento interno é um *assertion time* (AST-T).² Tempo ordena *anchor time* depois, dentro ou antes de AST-T, de acordo com o seu significado, respectivamente, *after*, *within* ou *before* (ver a tabela 7.1). Aspecto (Asp) ordena AST-T, o seu argumento externo, em relação ao momento do evento (EV-T, *event time*), o seu argumento interno. A função semântica do

¹Desde que o contexto apropriado seja fornecido, *anchor time* pode ser reorientado para algum outro momento, o presente histórico, por exemplo. Ver a discussão em Hornstein (1990).

²D&UE adotam definições específicas de 'argumento interno'. Clarificações podem ser encontradas nos trabalhos originais.

aspecto é focalizar um subintervalo de EV-T, o *assertion time*, AST-T. De acordo com D&UE, aspecto exerce um papel importante na interpretação temporal, já que somente a parte AST-T de EV-T está disponível para interpretação.

- (3) [T]he role of Aspect is to focus (pick out) an interval in the temporal contour of the event described by a sentence. Only the time interval focused by Aspect is visible to semantic interpretation. We call the time interval in the event time of the VP that Aspect focuses the *Assertion Time* (AST-T).

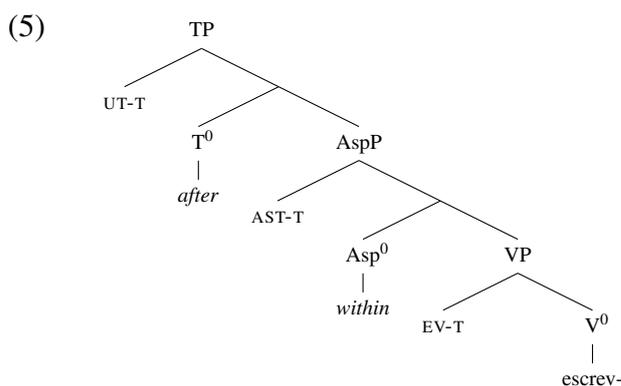
(Demirdache and Uribe-Etxebarria, 2000, 161)³

Aspecto também ordena AST-T em relação a EV-T conforme o seu significado seja *after*, *within* ou *before*.

O funcionamento básico do sistema de interpretação temporal de D&UE é ilustrado pela sentença (4-a). (4-a) pode significar ou que o evento de escrever está completamente acabado, isto é, que ele culmina antes de UT-T, como em (4-b-i), ou que esse evento ainda está acontecendo, como em (4-b-ii).

- (4) a. A Maria estava escrevendo um livro.
 b. (i) *A Maria estava escrevendo um livro e ela já acabou.*
 (ii) *A Maria estava escrevendo um livro e, no momento, ainda está.*

A teoria de interpretação temporal de D&UE pode capturar essa ambigüidade temporal. As relações de ordenação temporal que essa sentença expressa estão representadas hierarquicamente em (5). Como vemos na tabela 7.1, na teoria de D&UE, o tempo passado é um predicado temporal com significado *after*, enquanto aspecto progressivo é um predicado temporal com significado *within*.



Fazendo o cálculo de baixo para cima, a computação temporal de (5) é como se segue. O aspecto progressivo focaliza um subintervalo de EV-T ordenando AST-T em relação a ele. Na sentença em questão, o significado de Asp é *within*. Assim, uma parte dentro de EV-T é focalizada,

³“O papel do Aspecto é focalizar um intervalo dentro do contorno temporal do evento descrito pela sentença. Somente o intervalo temporal focalizado pelo Aspecto está visível para a interpretação semântica. Denominamos o intervalo de tempo que o Aspecto focaliza *Assertion Time* (AST-T).” (tradução minha, SF)

como representado abaixo, em (6-a).⁴ Uma vez que é um subintervalo dentro de EV-T que é focalizado, nada é afirmado sobre o começo ou fim do evento: essas partes de EV-T não são focalizadas por AST-T quando esse intervalos temporais são ordenados por um Asp de significado *within* e portanto, por (3), elas não estão acessíveis para interpretação. O tempo passado ordena UT-T depois de AST-T, como representado em (6-b). Juntando (6-a) e (6-b), duas ordens temporais resultam, (6-c-i) e (6-c-ii).

- (6) a. $-\text{[EV-T [AST-T]]} \rightarrow$
 b. $-\text{[AST-T]}-\text{[UT-T]} \rightarrow$
 c. (i) $-\text{[EV-T [AST-T]]}-\text{[UT-T]} \rightarrow$
 (ii) $-\text{[EV-T [AST-T]}-\text{[UT-T]]} \rightarrow$

Enquanto aspecto ordena AST-T em relação a EV-T, tempo ordena UT-T em relação a AST-T. EV-T e UT-T não são diretamente ordenados um em relação ao outro; eles só podem ser ordenados entre si pela mediação de AST-T. Dados (6-a) e (6-b), UT-T pode ser depois de tanto EV-T e AST-T, tal que aquele inclui este. Isso é possível porque essa ordenação satisfaz as exigências impostas tanto por tempo como por aspecto em (5): em (6-c-i), AST-T está incluído em EV-T, como exigido pelo aspecto progressivo, e UT-T está depois de AST-T, como exigido pelo tempo passado. Essa é a leitura (4-b-i). Mas também pode ser o caso que EV-T inclui não apenas AST-T, mas também UT-T, como representado em (6-c-ii). Isso é legítimo, já que essa ordenação também satisfaz os requerimentos impostos tanto pelo tempo como pelo aspecto na sentença em questão. Nessa ordenação, mesmo que UT-T esteja incluído em EV-T, ele também pode estar depois de AST-T. Essa é a leitura parafraseada em (4-b-ii).

Porque duas ordenações legítimas resultam da computação temporal, a teoria de interpretação temporal de D&UE é bem-sucedida em dar conta da ambigüidade de uma sentença progressiva no passado como (4-a).

7.1.2 Tempo e aspecto morfologicamente nulos

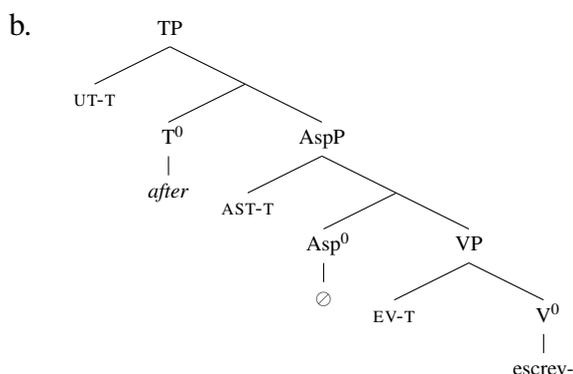
D&UE assumem que TP e AspP são sempre projetados, mesmo que eles sejam morfologicamente nulos. Se eles forem morfologicamente nulos, os argumentos temporais deles são ordenados via anáfora. A anáfora pode ser estabelecida ou via ligação ou via co-valorção.

⁴Notação utilizada: a seta descontínua representa o eixo temporal em que os intervalos temporais estão ordenados. Intervalos temporais estão representados entre '['']. Quando o predicado temporal que ordena o intervalo temporal α e o intervalo temporal β , é *after*, α é representado à direita de β e eles estão separados por '-', como em (i-a). Quando α e β são ordenados pelo predicado *within*, α é representado dentro do '[']' em que está β , como em (i-b). Finalmente, quando α e β são ordenados pelo predicado *before*, α é representado à esquerda de β e eles estão separados por '-'.
 (i) a. $-\text{[\beta]}-\text{[\alpha]} \rightarrow$
 b. $-\text{[\beta [\alpha]]} \rightarrow$
 c. $-\text{[\alpha]}-\text{[\beta]} \rightarrow$

- (7) a. TP and AspP are always projected.
 b. When either T^0 or Asp^0 lacks morphological content, its external temporal argument binds its internal temporal argument.
 (extraído de Demirdache and Uribe-Etxebarria 2004, 149, (8))⁵

Tempos simples (em inglês) não têm aspecto morfológico (isso é representado como ‘ \emptyset ’ em (8-b)). Ainda assim, AspP é projetado na sintaxe, como exigido por (7-a), e a ordenação entre AST-T e EV-T é feita via ligação.⁶ Isso é ilustrado pela sentença no passado simples (8-a), representada estruturalmente em (8-b).

- (8) a. A Maria escreveu um livro.



- c. $-[AST-T = EV-T] - [UT-T] \rightarrow$

Diferentemente de (4-a), (8-a) não é ambígua e a única leitura disponível é que o evento de escrever culmina em algum momento anterior ao UT-T, como em (4-b-i). Porque Asp em (8-b) é nulo, o argumento externo dele, AST-T, liga o seu argumento externo, EV-T. O resultado é que AST-T e EV-T acabam sendo exaustivamente coincidentes. Um sub-produto de AST-T e EV-T serem coincidentes e de apenas o subintervalo de EV-T focalizado por AST-T ser acessível para interpretação temporal é que, quando aspecto é nulo, o EV-T como um todo, incluindo o seu começo e fim, está acessível para interpretação. Em (8-a), o tempo passado ordena UT-T depois de AST-T. EV-T, que é coincidente com AST-T, também pode ser ordenado em relação a UT-T, isto é, UT-T também fica depois de EV-T, como mostrado em (8-c). Essa seria a razão por que (8-a) só pode significar que o evento de escrever está acabado antes do UT-T.

7.1.3 Hipóteses sobre as propriedades temporais de orações não-finitas

7.1.3.1 Constituição temporal de domínios não-finitos

A assunção em (7-a) cria um problema para a análise feita aqui, já que proponho que existe uma classe de OGs que projetam apenas até AspP, sem ter TP (*classe 3*). Na verdade, a questão

⁵ (a) “TP e AspP são sempre projetados.” (b) “Quando ou T^0 ou Asp^0 não tem conteúdo morfológico, o seu argumento temporal externo liga o argumento temporal interno.” (tradução minha, SF)

⁶Notação utilizada: correferência temporal é representada como ‘=’.

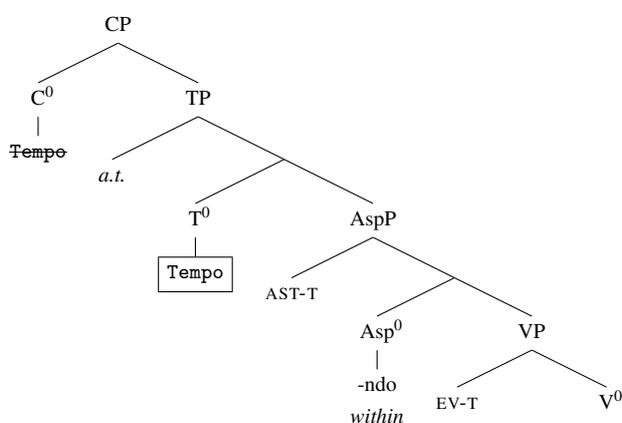
provavelmente é mais ampla, abarcando não apenas OGs, mas orações não-finitas em geral.⁷ Apesar de eu não poder formular uma análise exaustiva, hipotetizo que a proposta de que TP e AspP são sempre projetados – (7-a) – é restrita a orações finitas. A ocorrência de TP e de AspP em orações não-finitas poderia ser variável. Em outras palavras, proponho que orações não-finitas podem ser defectivas quanto a tempo e/ou aspecto.

(9) *Hipótese: defectividade na constituição temporal de orações não-finitas*

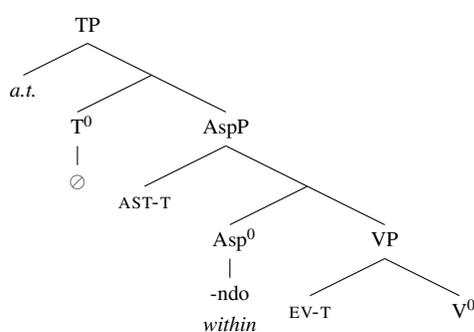
Em orações não-finitas, TP ou AspP não são sempre projetados. Pode ser que ambos sejam projetados, que apenas um deles seja projetado ou que nenhum deles seja projetado.

A estrutura temporal das três classes de OGs propostas estão em (10):⁸

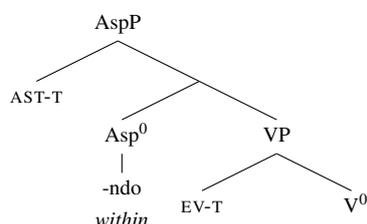
(10) a. *Classe 1*



b. *Classe 2*



c. *Classe 3*



As OGs de *classe 1* – (10-a) – e de *classe 2* – (10-b) – acabam projetando uma estrutura temporal plena porque ambas incluem TP e AspP. OGs de *classe 3* – (10-c) – têm a estrutura temporal mais defectiva, já que ela contém apenas AspP.

Assumo aqui herança de traços (ver seção 2.1), de acordo com a qual, os traços tradicionalmente associados a T não são especificações lexicais suas; ao contrário, elas são uma

⁷Ver, por exemplo, Wurmbrand (2014b), em que tempo em orações infinitivas é analisado.

⁸a.t. = anchor time.

especificação lexical de C e chegam em T derivativamente, através de um mecanismo de herança de traços de C para T. Chomsky (2004, 2008) propõe que mesmo os traços temporais de T são herdados de C. Se juntarmos herança de traços com a proposta de que há três classes de OG que diferem em tamanho, a expectativa é que o conteúdo temporal das diferentes estruturas de OG vai ser diferente também. A propriedade estrutural distintiva de OGs de *classe 1* – (10-a) – é elas contém um CP. Assumindo herança de traços, isso significa que apenas as OGs que pertencem a essa classe podem potencialmente conter uma especificação de própria. OGs de *classe 2* – (10-b) – não passam por herança de traços porque, apesar de conterem um repositório potencial de traços (i.e., T), elas não projetam a camada onde esses traços são gerados (i.e., C). Porque ele não pode herdar quaisquer traços, o T em uma OG de *classe 2* permanece vazio ao longo de toda a derivação. Por causa do T vazio em OGs de *classe 2*, *anchor time* e AST-T nessas estruturas acabam correferentes (ver o princípio (7-a) acima). Em suma, apesar de tanto as OGs de *classe 1* como as OGs de *classe 2* conterem uma estrutura temporal plena, elas diferem no conteúdo dessa estrutura. Finalmente, OGs de *classe 3* – (10-c) –, não projetam nem mesmo TP.

Além da constituição temporal, outra questão temporal que OGs introduzem é a integração entre a computação da OG e a da oração-matriz. Esse é o tópico da seção a seguir.

7.1.3.2 Integração temporal entre a oração-matriz e a oração não-finita

De modo geral, há duas maneiras de uma oração encaixada finita ser interpretada temporalmente em relação à oração-matriz. O *anchor time* (*a.t.*) pode denotar UT-T e o evento que ela descreve (EV-T₁) é ordenado em relação a ele. Porque o evento-matriz (EV-T₂) também é ordenado em relação a um *anchor time* que denota UT-T, como um sub-produto, os eventos matriz e encaixado também podem ser ordenados entre si. Isso está ilustrado em (11-a), cuja computação temporal simplificada está em (11-b-i).

- (11) a. O João disse que a Maria vai embora amanhã.
 b. (i) $-[a.t. = UT-T]-[EV-T_2] \rightarrow$ *oração encaixada*
 (ii) $-[EV-T_1]-[UT-T] \rightarrow$ *oração-matriz*
 (iii) $-[EV-T_1]-[UT-T]-[EV-T_2] \rightarrow$ *encaixada + matriz*

Alternativamente, é possível que o *anchor time* (*a.t.*) seja correferente com o evento-matriz (EV-T₂). Isso está ilustrado em (12-a), cuja computação temporal simplificada está em (12-b-i).

- (12) a. O João disse que a Maria foi embora ontem.
 b. (i) $-[EV-T_1]-[a.t. = EV-T_2] \rightarrow$ *oração encaixada*
 (ii) $-[EV-T_2]-[UT-T] \rightarrow$ *oração-matriz*
 (iii) $-[EV-T_1]-[EV-T_2]-[UT-T] \rightarrow$ *encaixada + matriz*

Assume-se que orações não-finitas são temporalmente dependentes da oração-matriz (ver por exemplo, Stowell 1982, 563). Isso excluiria uma computação temporal como a de (11-b-i), em que o *anchor time* encaixado denota UT-T diretamente. Como poderíamos excluir essa possibilidade de maneira fundamentada? Proponho que existem duas instâncias de *anchor time*, uma pronominal e uma anafórica, sendo que o *anchor time* pronominal ocorreria em orações finitas e o *anchor time* anafórico, em orações não-finitas como as OGs.⁹

(13) *Interpretação de anchor time*

- a. O argumento externo de T é *anchor time*.
- b. *Hipótese*: há duas instâncias de *anchor time*:
 - (i) *Anchor time* pronominal;
 - (ii) *Anchor time* anafórico.

(14) *Hipótese*: *anchor time* em orações finitas e em orações não-finitas

- a. *Anchor time* em orações finitas é pronominal.
- b. *Anchor time* em orações não-finitas é anafórico.

Dado (14-a), o *anchor time* em uma oração finita pode ser ligado por outro intervalo temporal c-comandante na mesma sentença ou ele pode denotar um elemento saliente no discurso. Ligação por outro intervalo temporal resulta numa leitura de dependência temporal como a vista em (12-a), enquanto denotar um elemento saliente no discurso resulta na leitura independente em (11-a).¹⁰

Dado (14-b), o *anchor time* em OGs de *classe 1* e em OGs de *classe 2* deve ser ligado pelo intervalo temporal c-comandante mais próximo da estrutura, em observância ao Princípio A da teoria da ligação. (14-b) é irrelevante para OGs de *classe 3* porque essas OGs não contém um *anchor time*.

Ainda assim, os intervalos temporais que estão incluídos na estrutura defectiva em OGs de *classe 3* devem ser integrados na computação temporal da sentença como um todo. Seguindo Hornstein (1990),¹¹ Assumo que a necessidade de todos os intervalos temporais serem integrados na computação temporal da sentença se segue do Princípio de Interpretação Plena aplicado a estruturas temporais:

⁹Devo dizer que não conseguir fazer uma revisão da literatura sobre tempo e aspecto, por isso, admito que não sei se a hipótese (14) simplesmente replica uma proposta já feita anteriormente.

¹⁰É necessário definir o domínio dessa ligação temporal. A hipótese nula é que o domínio para ligação nominal deveria ser usado aqui também (ver seção 2.3.1). Por ora, não tenho nada a dizer sobre isso. Noto apenas que a hipótese nula pode não ser empiricamente plausível porque interpretação temporal precisa talvez levar em conta a sentença como um todo (ao invés de apenas uma fase) para ser computada. Esse pode ser o caso, por exemplo, para construções do tipo *SOT* (*sequence of tense*) – ver, por exemplo, Hornstein (1990) e Wurmbrand (2014b).

¹¹D&UE atingem o mesmo resultado assumindo uma noção de economia semântica, de acordo com a qual nenhum elemento pode ser semanticamente inerte – ele tem que ser interpretado (ver (73) abaixo). Aqui, assumo a formulação de Hornstein (1990) em termos do Princípio de Interpretação Plena porque acho que ele é mais simples de apresentar.

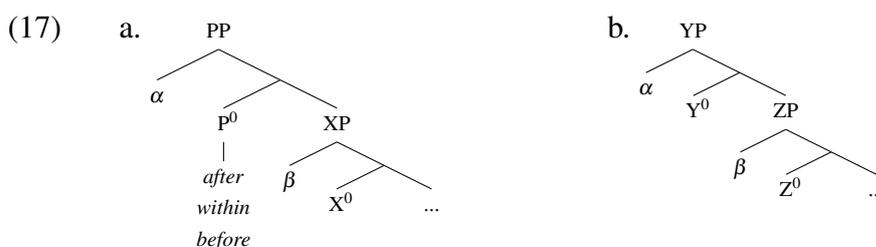
(15) *Princípio de Interpretação Plena*

Todos os objetos sintáticos que chegam nas interfaces devem ser interpretáveis lá.

(16) *Interpretação Plena em estruturas temporais*

- a. Todos os intervalos temporais devem ser interpretáveis, em observância a (15).
- b. Para que um intervalo temporal β seja interpretável, ele deve ser ordenado em relação ao primeiro intervalo temporal α que o c-comanda.
- c. (i) Quando todos os predicados temporais estão projetados, a ordem temporal é determinada pelo predicado temporal P , que ordena o seu argumento externo em relação ao seu argumento interno. P é T ou Asp e o seu significado por ser *after*, *within* ou *before*.^{12,13}
 - (ii) Na ausência de um P , β é ligado pelo intervalo temporal c-comandante mais próximo α , do modo que β e α acabam correferentes.

(16-c-i) está representado esquematicamente em (17)-a, onde PP é o sintagma projetado a partir do predicado temporal P e XP, o sintagma onde β é gerado. β é ordenado em relação a α de acordo com o significado de P (*after*, *within* ou *before*). (16-c-ii) está representado esquematicamente em (17)-b, em que Y não é um predicado temporal. Na ausência de um predicado temporal para ordenar β e α , aquele é ligado por este porque α é o intervalo temporal mais próximo que c-comanda β . O resultado é que β e α acabam correferentes. (16-c-ii) poderia ser considerado como uma maneira ótima de satisfazer (15) porque ele evita que β seja semanticamente inerte e, além disso, faz isso de maneira local.



As construções finitas (11-a) e (12-a) satisfazem (16) como um sub-produto de haver um *anchor time* pronominal em ambas as orações. Essa instância de *anchor time* relaciona a estrutura temporal encaixada com a matriz ou denotando UT-T, que também está incluído na oração-matriz, ou sendo diretamente correferente com o EV-T-matriz, como consequência de ligação. Algo desse tipo se aplica às OGs de *classe 1* e de *classe 2*, só que *anchor time* nelas é anafórico, de acordo com a proposta feita em (14-b). Finalmente, OGs de *classe 3* têm que recorrer a (16-c-ii) para que seus intervalos temporais sejam integrados na sentença como um todo.

Com base no sistema de interpretação temporal resumido acima, juntamente com as adições que propus para a constituição temporal em orações não-finitas e a natureza de *anchor time* em

¹²Essa cláusula do princípio é apenas uma paráfrase do funcionamento básico do sistema de D&UE.

¹³Novamente, por (7-a), se P for nulo, argumento externo do P de liga o argumento interno do P , de modo que eles acabam temporalmente correferentes.

orações finitas e não-finitas, tento derivar algumas das propriedades temporais em OGs.

7.2 Propriedades temporais de OGs completivas

Nesta seção, apresento a estrutura temporal e a interpretação das OGs completivas desiderativa, proposicional e perceptual.

- (18) a. O João quis a Maria cantando.
 b. O João adorou a Maria cantando.
 c. O João ouviu a Maria cantando.

Considero que esses são os protótipos da *classe 1*, *classe 2* e da *classe 3*, respectivamente. Separei essas OGs como sendo representativas da sua respectiva classe porque, como visto nos capítulos anteriores, elas são mais “comportadas”, isto é, existem menos fatores a controlar quando estudamos o comportamento delas. Além disso, acho que é prematuro tentar formular uma análise detalhada das propriedades temporais de todos os subtipos de OGs investigados aqui. De qualquer maneira, se a análise a ser apresentada abaixo se provar plausível, ela presumivelmente vai poder ser estendida para as demais OGs.

Um dos fatos que eu vou tentar explicar é o contraste abaixo:

- (19) a. Ontem, o João quis a Maria cantando amanhã.
 b. *Ontem, o João adorou a Maria cantando amanhã.
 c. *Ontem, o João ouviu a Maria cantando amanhã.

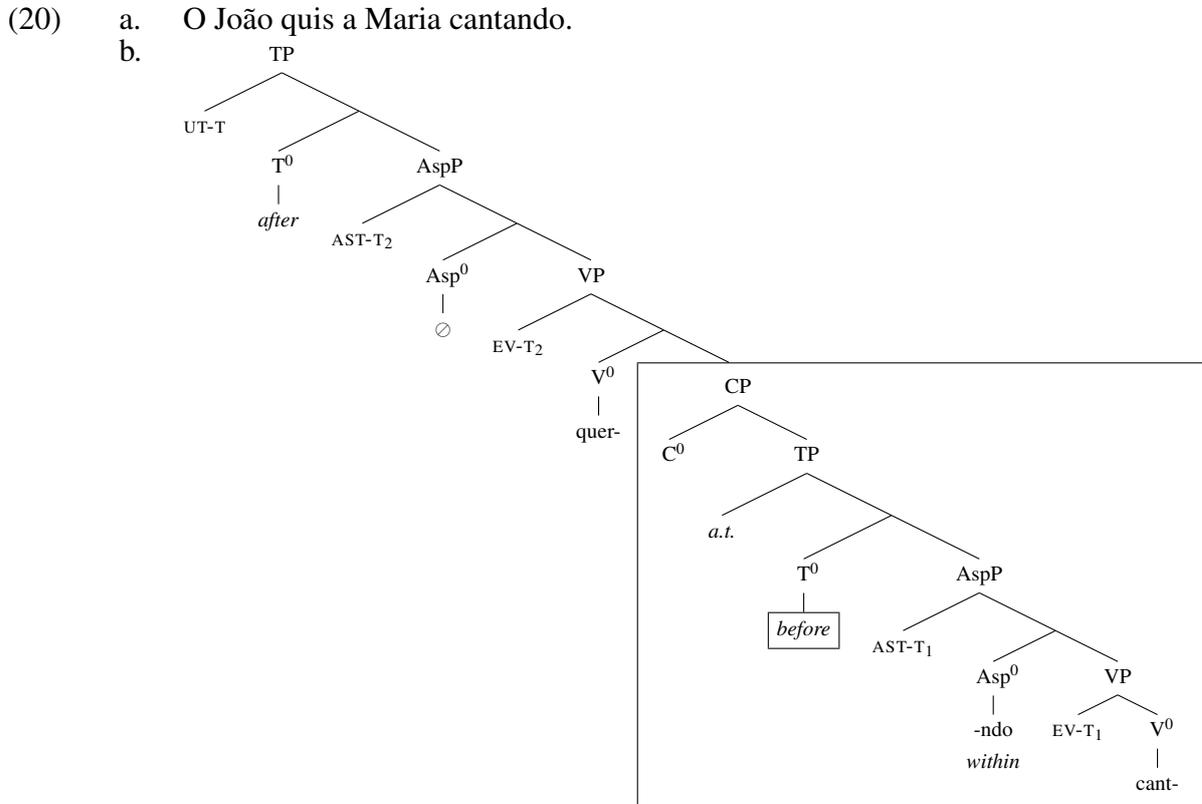
Em (19), há dois advérbios temporais, um modificando a oração-matriz (*ontem*) e o outro, a OG encaixada (*amanhã*). Por um lado, isso é uma possibilidade para OGs desiderativas – (19-a). Por outro, não é uma possibilidade se a OG for proposicional – (19-b) – ou perceptual – (19-c). As perguntas que eu vou tentar responder são: por que as OGs desiderativas permitem um advérbio temporal dissonante em relação à oração-matriz? e por que OGs proposicionais e OGs perceptuais se assemelham em proibir isso? Vou tentar mostrar que a semelhança entre as OGs de *classe 2* e de *classe 3* é um efeito colateral da composição estrutural delas, combinada com a teoria de interpretação temporal assumida aqui (D&UE).

7.2.1 Computação temporal em OGs de *classe 1*

Um desafio que OGs de *classe 1*, representadas pelas OGs desiderativas, introduzem é identificar o predicado temporal que T herda de C, já que uma OG não tem especificação temporal manifesta.¹⁴ Como maneira de contornar esse problema, assumo que a possibilidade de licenciamento de um advérbio orientado para o futuro como *amanhã* – (19-a) – indica que o predicado

¹⁴Exceto pelas OGs adverbiais no progressivo perfeito, mencionadas na seção 7.4.2 abaixo.

que nucleia o TP em uma OG desiderativa é *before*.¹⁵ A estrutura temporal de como (20-a) é, então, como (20-b):



Assumo que existe apenas um morfema de gerúndio, o qual uniformemente contribui com aspecto progressivo para a oração. Nos termos de D&UE, isso quer dizer que o significado temporal de $\{-ndo\}$ é uniformemente *within*. Esse predicado ordena AST-T₁ dentro de EV-T₁ – (21-a). Depois, o tempo *before* ordena o *anchor time* antes de AST-T₁ – (21-b). Juntando (21-a) e (21-b), porque não tem nenhuma ordenação direta entre *anchor time* e EV-T₁, duas ordenações possíveis resultam da computação da OG desiderativa, (21-c-i) e (21-c-ii).

(21) *Computação temporal: OG*

- a. $-[EV-T_1 [AST-T_1]] \rightarrow$
- b. $-[anchor\ time] - [AST-T_1] \rightarrow$
- c. (i) $-[anchor\ time] - [EV-T_1 [AST-T_1]] \rightarrow$
(ii) $-[EV-T_1 [anchor\ time] - [AST-T_1]] \rightarrow$

Tendo computado a OG encaixada, passamos para a oração-matriz. Lá, o aspecto é morfologicamente nulo. No sistema de D&UE, isso significa que AST-T deve ligar EV-T (ver (7-b)). Assim, na oração-matriz de (20-b), AST-T₂ e EV-T₂ acabam equivalentes – (22-a). Tempo é o

¹⁵ Isso não quer dizer que o tempo em todas as OGs de *classe 1* é futuro (*before*, nos termos de D&UE). A hipótese nula é que qualquer um dos predicados temporais (*after*, *within* e *before*) poderia ser uma especificação de C a ser herdada por T em OGs de *classe 1*. Na realidade, vamos ver na seção 7.4 que as demais possibilidades são efetivamente realizadas em OGs adverbiais altas. Argumento que essas especificações de tempo ajudam a fazer emergir as suas leituras causal e condicional na ausência de um conectivo.

predicado *after*, de modo que UT-T é ordenado depois de AST-T₂ – (22-b). O produto final é (22-c).¹⁶

(22) *Computação temporal: matriz*

- a. AST-T₂ = EV-T₂
- b. –[AST-T₂]–[UT-T]→
- c. –[EV-T₂]–[UT-T]→

Agora, temos que integrar a OG e a oração-matriz. Lembremos (de (14-b)) que hipotetizo que existem duas instâncias de *anchor time*, uma finita e uma não-finita, tal que a não-finita é anafórica. Como consequência da sua natureza anafórica, o *anchor time* em orações não-finitas deve ser ligado pelo intervalo temporal c-comandante mais próximo. Em (20-b), o intervalo temporal mais próximo que c-comanda o *anchor time* da oração desiderativa é o EV-T-matriz. Assim, *anchor time* e EV-T₂ acabam equivalentes – (23-a). Dadas as computações finais da OG e da oração-matriz, seis ordens temporais diferentes resultam – (23-b-i)-(23-b-vi).

(23) *Computação temporal: OG + matriz*

- a. *anchor time* = EV-T₂, por (14-b)
- b. (i) –[EV-T₂]–[UT-T]–[EV-T₁ [AST-T₁]]→
- (ii) –[EV-T₂]–[EV-T₁ [AST-T₁]]–[UT-T]→
- (iii) –[EV-T₂]–[EV-T₁ [AST-T₁]]–[UT-T]]→
- (iv) –[EV-T₁ [EV-T₂]–[UT-T]–[AST-T₁]]→
- (v) –[EV-T₁ [EV-T₂]–[AST-T₁]]–[UT-T]→
- (vi) –[EV-T₁ [EV-T₂]–[AST-T₁]]–[UT-T]]→

Em todas elas, EV-T₂ precede UT-T, como exigido por (22-c). Além disso, em (23-b-i), (23-b-ii) e (23-b-iii), EV-T₁ inclui AST-T₁ e, ao mesmo tempo, *anchor time* (= EV-T₂) precede EV-T₁, como exigido por (21-c-i). Por seu turno, em (23-b-iv), (23-b-v) e (23-b-vi), *anchor time* (= EV-T₂) precede AST-T₁ e ambos estão incluídos em EV-T₁, como exigido por (21-c-ii).

No sistema de D&UE (ver (3)), apenas AST-T está disponível para interpretação temporal. Tendo isso em mente, as seis ordens temporais em (23-b-i)-(23-b-vi) se reduzem às interpretações abaixo:

- (24)
- a. –[*queria*]–[UT-T]–[*cantando*]→
 - b. –[*queria*]–[*cantando*]–[UT-T]→

Considerando que apenas AST-T é relevante para a ordenação em relação a UT-T, (23-b-i) e (23-b-iv) são reduzidos a (24-a) porque em ambas EV-T₂ (= *queria*) precede UT-T, o qual, por seu turno, precede AST-T₁ (= *cantando*). Essa poderia ser a ordenação que permite os advérbios com especificações temporais diferentes em (19-a), repetida abaixo.

¹⁶Para simplificar, sempre que AST-T e EV-T são correferentes, omito aquele e represento apenas este.

(25) Ontem, o João quis a Maria cantando amanhã.

Uma assunção plausível parece ser que o advérbio orientado para o passado *ontem* na oração-matriz é licenciado pela relação de precedência entre *queria* e UT-T em (24-a) (aquele precede este). Por sua vez, o advérbio orientado para o futuro *amanhã* seria licenciado pela ordenação de subsequência entre *cantando* e UT-T (aquele se segue a este).

Mantendo a assunção de que apenas AST-T é relevante para a ordenação em relação a UT-T, as ordens temporais (23-b-ii), (23-b-iii), (23-b-v) e (23-b-vi) poderiam se reduzir a (24-b). Apesar de serem superficialmente um tanto diferentes, em todas essas ordenações, EV-T₂ (= *queria*) precede AST-T₁ (= *cantando*), o qual, por seu turno, precede UT-T. Que essa ordem também está disponível poderia ser evidenciado pela seguinte sentença:

(26) Na terça, o João quis a Maria cantando ontem.

Suponha que (26) seja proferida numa quinta-feira. O evento de cantar é para ocorrer no dia anterior ao momento da enunciação (i.e., numa quarta-feira), enquanto o evento de querer está localizado antes tanto do evento de cantar como do momento da enunciação (por exemplo, numa terça-feira). Nesse cenário, (26) parece ser uma sentença verdadeira.

Uma questão que é suscitada é: dada a redução de (23-b-i)-(23-b-vi) a (24-a)-(24-b), que diferença faz o morfema de gerúndio? Nos termos de D&UE, o que o aspecto de significado *within* faz é focalizar um subintervalo de EV-T que não inclui nem o seu começo nem o seu fim. Em (23-b-i) e (23-b-ii), isso não faz diferença para a interpretação temporal. Em (23-b-i), o EV-T₁ todo segue UT-T; em (23-b-ii), ele é todo precedido por *queria* e seguido por UT-T. Já em (23-b-iii), (23-b-iv) e (23-b-vi), EV-T₁ acaba incluindo UT-T. É essa relação que poderia estar por trás de uma sentença como (27), em que a OG é modificada pelo advérbio orientado para o momento da enunciação *agora*:

(27) O João quis a Maria cantando agora.

Especulativamente, *agora* seria licenciado pela sobreposição entre EV-T e UT-T.

Algo desse tipo pode talvez ser dito sobre (23-b-v), em que EV-T₁ (*cantando*) está sobreposto não com UT-T, mas com EV-T₂ (*queria*). O diagnóstico relevante pode talvez ser fornecido pelo licenciamento de *então*. Quando *então* ocorre numa oração em que o verbo está no gerúndio, a sentença resultante parece dar origem a uma leitura em que o evento é simultâneo com o evento no passado descrito na oração-matriz. Lembremos da seção 4.5¹⁷ que uma OG adnominal na posição de sujeito é ambígua entre uma leitura em que o evento denotado pela OG é simultâneo com o momento da enunciação e uma leitura em que evento da OG é simultâneo com o evento-matriz:

¹⁷Ver também a seção 7.3 abaixo, onde essas propriedades temporais são analisadas.

- (28) O passageiro esperando pelo vôo 307 reclamou com o comissário de bordo.
- Leitura de co-temporalidade com o momento da enunciação*: ‘o passageiro que está agora esperando pelo vôo 307 reclamou com o comissário de bordo’.
 - Leitura de co-temporalidade com o evento-matriz*: ‘o passageiro estava esperando pelo vôo 307 quando ele reclamou com o comissário de bordo’.

Porém, quando adicionamos *então* à OG, somente a leitura de co-temporalidade com o evento-matriz parece estar disponível.

- (29) O passageiro então esperando pelo vôo 307 reclamou com o comissário de bordo.
- *Leitura de co-temporalidade com o momento da enunciação*: ‘o passageiro que está agora esperando pelo vôo 307 reclamou com o comissário de bordo’.
 - Leitura de co-temporalidade com o evento-matriz*: ‘o passageiro estava esperando pelo vôo 307 quando ele reclamou com o comissário de bordo’.

Quando adicionamos *então* à sentença em que o complemento é uma OG desiderativa, a leitura em que o evento da OG e o evento-matriz de querer também parece estar disponível:

- (30) O João quis a Maria cantando então.

O que pode estar acontecendo aqui é que essa leitura, salientada por *então*, é tornada disponível devido à disponibilidade da ordem temporal (23-b-v), em que o cantar e o querer estão sobrepostos na cadeia temporal e ambos precedem UT-T.

No final das contas, o que podemos dizer é que uma sentença como (20-a), repetida abaixo, é multiplamente temporalmente ambígua.

- (31) O João quis a Maria cantando.

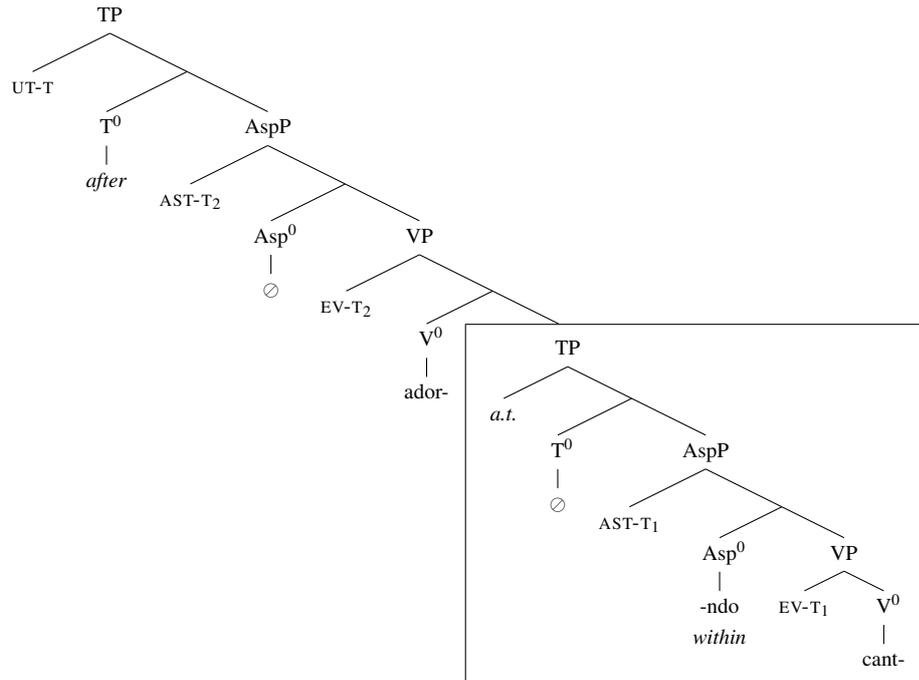
Ela pode ser usada para descrever estados-de-coisas em que o evento de cantar é sempre não-realizado em relação ao evento de querer, mas o cantar pode se seguir – (24-a) – ou preceder – (24-b) – o momento da enunciação. A ordem temporal subjacente que explica a primeira possibilidade também pode estar por trás do licenciamento de advérbios com especificações temporais distintas em (19-a). Outra leitura disponível é uma em que o evento de cantar acontece simultaneamente com o momento da enunciação – (27). Por fim, a sentença também pode descrever uma situação em que o evento de cantar e o de querer se sobrepõem – (30).

Os ingredientes recorridos para atingir esses resultados foram (i) herança de traços; (ii) a proposta de que há três classes de OGs, tal que elas diferem na composição estrutural delas (especificamente, OGs de *classe 1* são CPs); (iii) a hipótese de que há um *anchor time* anafórico, que ocorre em orações não-finitas; (iv) o sistema de interpretação temporal de D&UE. Na seqüência, vamos ver se esses mesmos ingredientes podem também dar conta das propriedades temporais nas outras duas classes de OGs.

7.2.2 Computação temporal em OGs de classe 2

A estrutura temporal de uma sentença como (32-a) está representada em (32-b). Porque a OG completiva pertence à *classe 2*, a projeção mais alta na oração encaixada é TP. Na ausência de CP, não pode ocorrer herança de traços e, conseqüentemente, o T numa OG de *classe 2* permanece vazio ao longo de toda a derivação.

- (32) a. O João adorou a Maria cantando.
b.



O morfema de gerúndio introduz um predicado temporal aspectual cujo significado é *within*. Ele ordena AST-T₁ dentro de EV-T₁ – (33-a). Porque o T está vazio, *anchor time* e AST-T₁ acabam correferentes – (33-b). O resultado é (33-c), em que *anchor time*, que é equivalente a AST-T₁, de acordo com (33-b), está dentro de EV-T₁, como exigido por (33-a).

- (33) *Computação temporal: OG*

- a. $-[EV-T_1 [AST-T_1]] \rightarrow$
b. $anchor\ time = AST-T_1$
c. $-[EV-T_1 [anchor\ time]] \rightarrow$

A computação temporal da oração-matriz é exatamente a mesma da sentença que vimos anteriormente (ver (22)) – em ambos os casos, o verbo-matriz está no passado e não há marcador aspectual aberto. O resultado da computação temporal na oração-matriz está repetido abaixo:

- (34) *Computação temporal: matriz*

- $-[EV-T_2]-[UT-T] \rightarrow$

Agora, temos que integrar (33-c) e (34). Isso é feito pela hipótese (14-b), de acordo com a qual existem duas instâncias de *anchor time*, uma das quais é anafórica e ocorre em orações

não-finitas. Como consequência dessa propriedade, o *anchor time* em OGs tem que ser ligado pelo argumento temporal c-comandante mais próximo. Em (32-b), EV-T₂ é o que preenche esses requisitos – (35-a). Os resultados possíveis são (35-b-i) e (35-b-ii). Essas são as duas possibilidades, devido à exigência de EV-T₂ preceder UT-T – (34) – e de EV-T₁ incluir EV-T₂ – (33-c) –, sendo que EV-T₂ é equivalente a *anchor time*, devido a (35-a). Por não haver ordenação direta entre EV-T₁ e UT-T, aquele pode incluir este – (35-b-i) – ou não – (35-b-ii).

(35) *Computação temporal: OG + matriz*

- a. *anchor time* = EV-T₂, por (14-b)
- b. (i) –[EV-T₁ [EV-T₂]-[UT-T]]→
- (ii) –[EV-T₁ [EV-T₂]]-[UT-T]→

Tanto em (35-b-i) como em (35-b-ii), o evento encaixado de cantar (EV-T₁) e o evento-matriz de adorar (EV-T₂) estão sobrepostos, como resultado daquele incluir este. Uma sentença como (36) não parece ser contraditória:

(36) Eu adorei que você cantou, mas não adorei você cantando.

Quando o complemento de *adorar* é uma oração finita, não há implicação de que o evento de adorar e o evento descrito no complemento são simultâneos. Se o mesmo significado fosse expresso pela OG selecionada por esse mesmo verbo, (36) deveria ser contraditória. Já que não parece haver contradição, concluímos que a OG subcategorizada por *adorar* não requer ausência de simultaneidade.

Que existe uma exigência positiva de simultaneidade é sugerido pelo fato de *então* poder ser licenciado na OG proposicional. Lembremos da discussão referente a (29) que *então* favorece uma leitura de simultaneidade.

(37) O João adorou a Maria então cantando.

A diferença entre (35-b-i) e (35-b-ii) reside em o evento de cantar ser também simultâneo com o momento da enunciação ou não. Poderíamos dizer que a ordenação em (44-b-i) está por trás da possibilidade de uma OG proposicional ser modificada por um advérbio como *agora*, que é orientado para o momento da enunciação.

(38) O João adorou a Maria cantando agora.

Como mencionado acima, uma assunção plausível parece ser que o que subjaz ao licenciamento de *agora* é uma sobreposição entre EV-T e UT-T.

Lembremos de (19-b), repetida abaixo, que OGs proposicionais não permitem o licenciamento de um advérbio que tenha uma especificação temporal diferente em relação à oração-matriz.

(39) *Ontem, o João adorou a Maria cantando amanhã.

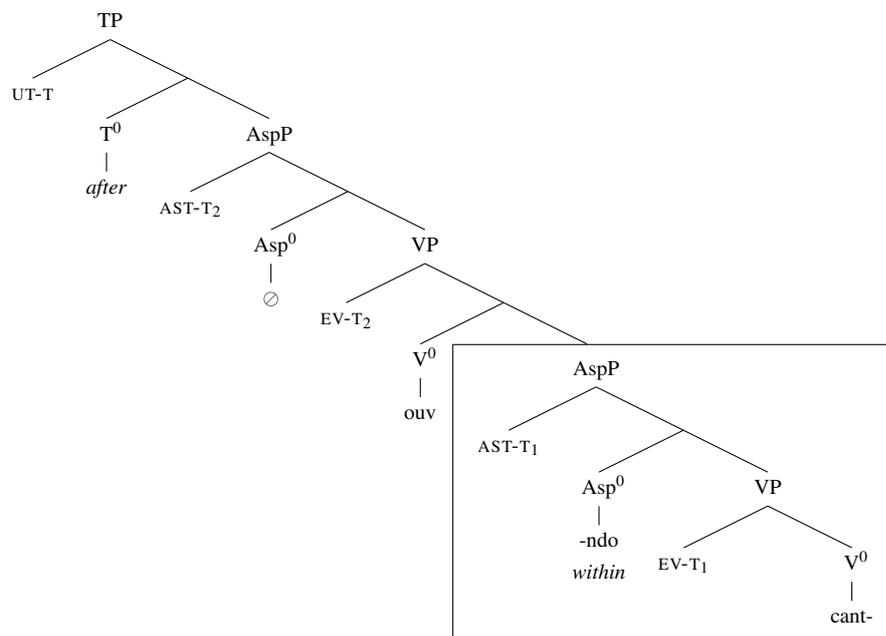
A análise proposta é compatível com esse fato. Assumo que, para que um advérbio orientado para o futuro seja licenciado, uma relação temporal em que o evento se segue ao momento da enunciação é exigida. Essa ordenação não está presente em nenhuma das ordens temporais obtidas, (35-b-i) e (35-b-ii).

A seguir, passamos para as OGs de *classe 3*, representada pelo subtipo perceptual. Essas OGs parecem ter uma interpretação temporal bastante semelhante à exibida por OGs proposicionais. À primeira vista, esse fato parece ser contrário ao que a análise prevê, já que ela é baseada em diferentes estruturas para cada classe de OG e na representação sintática de relações temporais. Se a *classe 2* e a *classe 3* diferem em estrutura, a expectativa é que elas diferem temporalmente também. A análise não está, então, fazendo uma previsão empiricamente incorreta? Vou mostrar abaixo que não.

7.2.3 Computação temporal em OGs de *classe 3*

A estrutura temporal de uma sentença como (40-a) é (40-b). OGs de *classe 3* como a perceptual projetam apenas a estrutura minimamente necessária para construir uma OG, a saber, um AspP.

- (40) a. O João ouviu a Maria cantando.
b.



Dada essa simplicidade, a única computação temporal efetuada na OG perceptual é a ordenação de AST-T₁ dentro de EV-T₁ – (41).

- (41) *Computação temporal: OG*
-[EV-T₁ [AST-T₁]]→

A computação temporal na oração-matriz é a mesma que a em (22), (34). O resultado dessa computação está repetido em (42) abaixo.

- (42) *Computação temporal: matriz*
 $-\text{[EV-T}_2\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$

O próximo passo é integrar a computação da OG com a da oração-matriz. Para as OGs desiderativas e proposicionais, isso foi feito com base na hipótese do *anchor time* anafórico (ver (14-b)). Para essas OGs, esse foi o princípio recorrido porque ambas contêm T e portanto elas têm *anchor time*. Para as OGs de *classe 3*, esse princípio é inaplicável, já que essas estruturas não contêm T nem *anchor time*. Ainda assim, assumo que o Princípio de Interpretação Plena deveria se aplicar para a computação temporal também (como deveria ser a hipótese nula). O princípio de interpretação temporal relevante para estruturas temporais defectivas como as OGs de *classe 3* é (16-c-ii), repetido abaixo:

- (43) Na ausência de um P , β é ligado pelo intervalo temporal c-comandante α , do modo que β e α acabam correferentes.

Em (40-b), o argumento temporal mais próximo que c-comanda AST-T_1 é EV-T_2 . Por (43), AST-T_1 e EV-T_2 acabam correferentes – (44-a).

- (44) *Computação temporal: OG + matriz*
 a. $\text{AST-T}_1 = \text{EV-T}_2$, por (43)
 b. (i) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2\text{]}\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$
 (ii) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2\text{]}\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$

Como consequência da computação temporal na OG – (41) –, EV-T_1 deve incluir EV-T_2 (= AST-T_1 , por (44-a)); como consequência da computação temporal na oração-matriz, EV-T_2 deve preceder UT-T – (42). Esses requerimentos são ambos satisfeitos em (44-b-i) e (44-b-ii). Porque não existe nenhuma instrução direta para a ordenação entre EV-T_1 e UT-T , aquele pode incluir este opcionalmente.

Essas são exatamente as ordens temporais que resultam na computação da sentença em que o complemento é uma OG proposicional, repetidas abaixo:

- (45) a. O João adorou a Maria cantando.
 b. (i) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2\text{]}\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$
 (ii) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2\text{]}\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$

A semelhança temporal entre as OGs de *classe 2* e as de *classe 3* seria contrária às expectativas acarretadas pela análise? Propus três classes de OGs, cada uma das quais tem uma estrutura diferente. Uma vez que assumo, juntamente com D&UE, que tempo e aspecto são representados sintaticamente, não deveria ser o caso que as propriedades temporais das OGs de *classe 2* e as das OGs de *classe 3* deveriam ser diferentes?

Afirmo aqui que essa previsão é correta, mas as ordens temporais que resultam nas sentenças contendo uma OG proposicional (*classe 2*) e uma OG perceptual (*classe 3*) acabam semelhan-

tes, como um *sub-produto* da maneira como essas propriedades temporais são computadas. Repito abaixo as etapas relevantes na computação temporal de uma sentença contendo uma OG proposicional:

- (46) a. $-\text{[EV-T}_1 \text{ [anchor time]]} \rightarrow$ *OG proposicional*
 b. $-\text{[EV-T}_2 \text{]} - \text{[UT-T] } \rightarrow$ *oração-matriz*
 c. *anchor time* = EV-T₂, por (14-b)
 d. (i) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2 \text{]} - \text{[UT-T]]} \rightarrow$ *OG + matriz*
 (ii) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2 \text{]} - \text{[UT-T] } \rightarrow$

Em OGs proposicionais, AST-T₁ e *anchor time* são correferentes porque T, apesar de presente em OGs de *classe 2*, permanece vazio ao longo de toda a derivação, já que não há C do qual ele poderia herdar traços. *Anchor time*, por seu turno, é ligado pelo EV-T-matriz – (46-c) –, como consequência da hipótese de que o *anchor time* em uma oração não-finita ser de natureza anafórica. Levando em conta a ordem temporal que resulta na oração-matriz – (46-b) –, o resultado é que o EV-T₁ da OG acaba incluindo o EV-T₂-matriz e pode ou não incluir UT-T também, dada a ausência de uma instrução direta para ordenar EV-T₁ e UT-T.

As etapas relevantes na computação temporal de uma sentença contendo uma OG perceptual estão repetidas abaixo para facilitar a comparação:

- (47) a. $-\text{[EV-T}_1 \text{ [AST-T}_1 \text{]]} \rightarrow$ *OG perceptual*
 b. $-\text{[EV-T}_2 \text{]} - \text{[UT-T] } \rightarrow$ *oração-matriz*
 c. AST-T₁ = EV-T₂, por (43)
 d. (i) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2 \text{]} - \text{[UT-T] } \rightarrow$ *OG + matriz*
 (ii) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2 \text{]} - \text{[UT-T] } \rightarrow$

Nesse caso, não tem nenhum *anchor time* porque OGs de *classe 3* não projetam TP. O argumento temporal mais alto em uma OG perceptual é portanto AST-T. Ele pode acabar correferente com o EV-T-matriz – (47-c) –, assim como em OGs proposicionais. No entanto, a razão para essa correferência em sentenças onde o complemento é uma OG perceptual é o Princípio de Interpretação Plena: todos os intervalos temporais devem ser interpretáveis e, na ausência de um predicado temporal, isso é feito via ligação pelo intervalo temporal c-comandante mais próximo. Em última instância, o resultado é novamente que o EV-T₁ da OG acaba incluindo o EV-T₂-matriz, sendo que essa inclusão pode opcionalmente alcançar UT-T. Ainda assim, as razões por trás desses produtos finais são diferentes em cada caso. A constituição temporal de OGs proposicionais e a de OGs perceptuais diferem (TP vs. AspP) e o princípio de interpretação temporal responsável pela relação temporal entre a oração-matriz e a OG encaixada (a necessidade de anáforas serem ligadas vs. o Princípio de Interpretação Plena) também.

Em suma, a análise tripartite parece ser consistente com as propriedades temporais em OGs completivas, ao contrário do que se poderia concluir à primeira vista.

7.3 Propriedades temporais de OGs adnominais

Uma propriedade marcante de OGs adnominais (ver seção 4.5) é a interpretação temporal delas. Como observado por Thompson (2001, 2005), uma sentença como (48-a)¹⁸ é ambígua. Ela pode querer dizer tanto que o evento de esperar ocorre junto com o momento da enunciação – (48-b-i) – ou que o evento de esperar ocorre junto com o evento de reclamar – (48-b-ii).

- (48) a. [O passageiro esperando pelo vôo 307] reclamou com o comissário de bordo.
 b. (i) *Leitura de co-temporalidade com o momento da enunciação*: ‘o passageiro que está agora esperando pelo vôo 307 reclamou com o comissário de bordo’.
 (ii) *Leitura de co-temporalidade com o evento-matriz*: ‘o passageiro ele estava esperando pelo vôo 307 quando ele reclamou com o comissário de bordo’.

Para explicar essa ambigüidade temporal, sigo Thompson (2001, 2005), que propõe que uma OG adnominal em posição de sujeito¹⁹ como a em (48-a) pode ser interpretada ou em sua posição de base dentro de *vP* ou na posição em que ele é pronunciado, [Spec, TP]. De um ponto de vista conceitual, que qualquer uma das cópias de uma OG adnominal em posição de sujeito seja apropriada para interpretação se segue da assunção de que todas as cópias de um objeto sintático movido deveriam ser apropriadas para interpretação.²⁰

Assumindo a teoria de interpretação temporal de D&UE,²¹ A estrutura temporal de (48-a) quando a OG adnominal está na sua posição movida está em (49). Assumo como hipótese de trabalho que a posição para a qual o sujeito com a OG adnominal se move fica abaixo do argumento *anchor time* de T (i.e., UT-T). Assumo também que, em princípio, a posição da OG adnominal em relação a UT-T é livre. Porém, quando a OG adnominal está acima de UT-T, nenhuma interpretação temporal válida pode resultar, então, essa opção é independentemente

¹⁸(48-a) é baseada em Thompson (2001, 290, (6)). Os dados de Thompson são do inglês, mas, pelo que eu consigo ver, o cerne da análise dela se aplicam ao PB também.

¹⁹Essa proposta não se estende facilmente para OGs adnominais que estão na posição de objeto, as quais também são temporalmente ambíguas:

- (i) a. O comissário de bordo reclamou com [o passageiro esperando pelo vôo 307].
 b. 1) *O comissário de bordo reclamou com o passageiro que está agora esperando pelo vôo 307.*
 2) *O comissário de bordo reclamou com o passageiro que estava esperando pelo vôo 307 no momento da reclamação.*

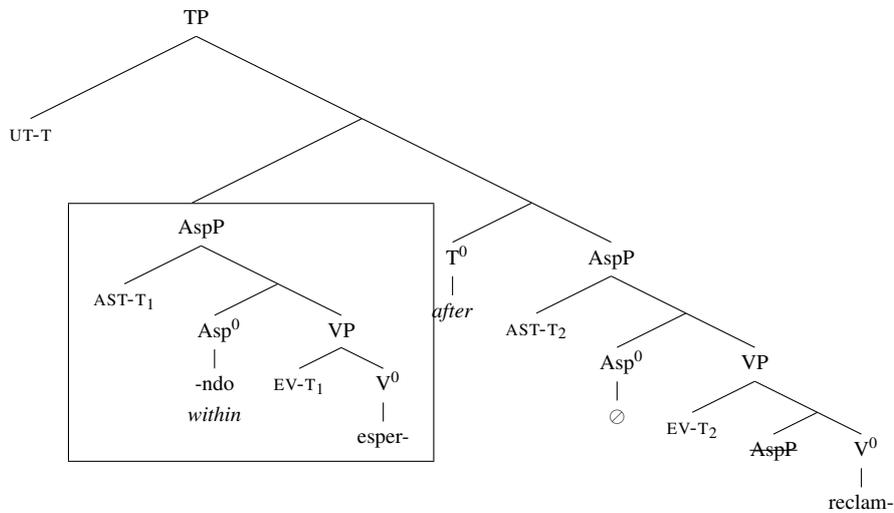
Não tenho explicação para esse fato.

²⁰Ver Thompson (2001, 2005) para uma série de argumentos empíricos para a afirmação de que a posição em que a OG adnominal é interpretada é relevante para a sua interpretação temporal. Os dados dela incluem coordenação, *there* existencial, escopo de advérbios quantificacionais e cardinais, extraposição, pressuposicionalidade e efeitos de ligação.

²¹A análise em Thompson (2001, 2005) é uma análise à la Reichenbach baseada na versão de Hornstein (1990). Assumo D&UE aqui para que a análise seja uniforme e porque essa teoria parece ser adequada para dar conta de algumas propriedades temporais em OGs. Ainda assim, não faço nenhuma comparação entre um sistema de interpretação temporal reichenbachiano e D&UE. Para alguns comentários, ver Demirdache and Uribe-Etxebarria (2000, 2004, 2007).

excluída.²²

(49)



A computação temporal da OG adnominal é a mesma que a da OG perceptual da seção 7.2.3 acima, já que ambas pertencem à *classe 3*.

(50) *Computação temporal: OG*

$-[EV-T_1 [AST-T_1]] \rightarrow$

Na oração-matriz, o núcleo aspectual é morfologicamente nulo, de modo que os intervalos temporais que são os seus argumentos acabam correferentes – (51-a). O tempo-matriz é passado, então, UT-T deve se seguir a AST-T₂ – (51-b). O produto final dessa computação temporal é (51-c), em que EV-T₂ precede UT-T.

(51) *Computação temporal: matriz*

- a. $AST-T_2 = EV-T_2$
- b. $-[AST-T_2] - [UT-T] \rightarrow$
- c. $-[EV-T_2] - [UT-T] \rightarrow$

Para juntar as computações temporais da OG e da oração-matriz, o princípio apropriado é aquele que rege intervalos temporais que não são c-comandados por um predicado temporal, (43). O intervalo temporal mais próximo que c-comanda AST-T₁ em (49) é o UT-T-matriz. Por (43), esses intervalos temporais acabam correferentes – (52-a). Conseqüentemente, duas ordens temporais podem resultar, (52-b-i) e (52-b-ii). Em (52-b-i), EV-T₁ inclui imediatamente AST-T₁ (e UT-T), em observância a (50). EV-T₂, por sua vez, precede UT-T (e AST-T₁), em observância a (51-c). Porque não tem nenhuma instrução específica para ordenar EV-T₁ e EV-T₂, aquele pode também incluir este, como em (52-b-ii), em que todos os requerimentos de ordenação temporal mencionados também são observados.

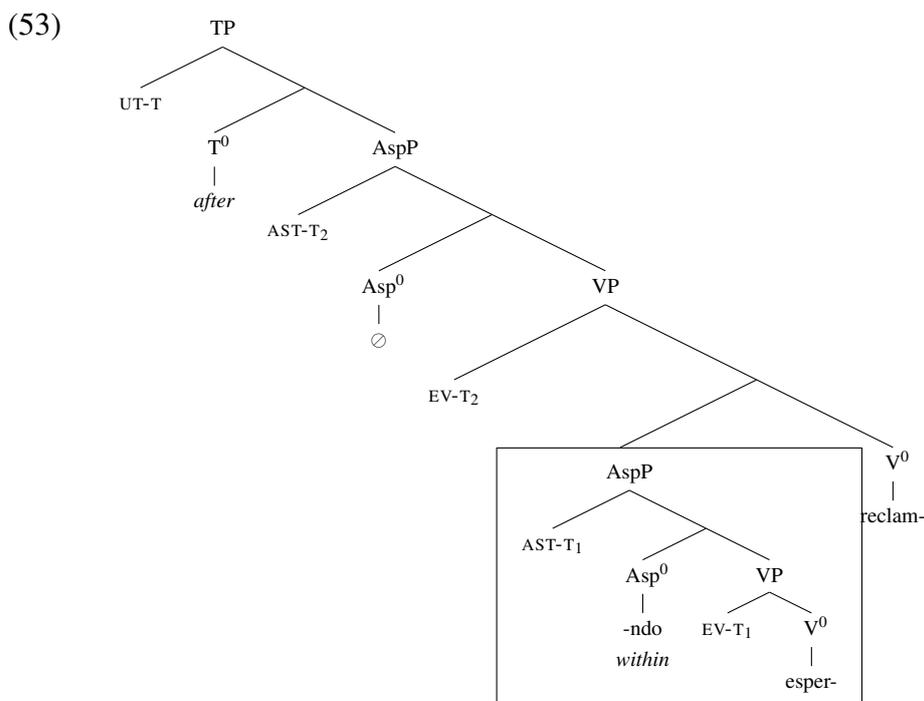
²²A razão é porque, se a OG adnominal estiver acima de todos os intervalos temporais, a sua estrutura temporal não pode ser integrada com a da oração-matriz, porque nenhum intervalo de tempo da oração-matriz a c-comanda.

(52) *Computação temporal: OG + matriz*

- a. $AST-T_1 = UT-T$, por (43)
 b. (i) $-[EV-T_2]-[EV-T_1 [AST-T_1 = UT-T]] \rightarrow$
 (ii) $-[EV-T_1 [EV-T_2]-[AST-T_1 = UT-T]] \rightarrow$

Tanto em (52-b-i) como em (52-b-ii), o $EV-T_1$ da OG inclui $UT-T$. Isso pode capturar a leitura (48-b-i) de (48-a), em que o evento de esperar da OG está sobreposto com o momento da enunciação.

Essa é uma das leituras disponíveis para (48-a), mas não a única. Para derivar a leitura em que o evento da OG adnominal ocorre simultaneamente com o evento-matriz, é a cópia na posição de base dentro da νP -matriz que é a relevante para interpretação temporal. A estrutura é a em (53). Assumo como hipótese de trabalho que a OG adnominal está abaixo do intervalo temporal mais alto da projeção em que essa OG está.



Porque é só a posição da OG adnominal que mudou, a computação temporal da OG é exatamente a mesma que a em (50) e o mesmo pode ser dito em relação à oração-matriz – (51-c). A diferença está em o que liga o $AST-T$ da OG. Em (53), o intervalo temporal mais próximo que c-comanda $AST-T_1$ é o $EV-T_2$ -matriz. Duas ordens temporais podem resultar, (54-b-i) e (54-b-ii). Em ambas, $EV-T_1$ inclui $AST-T_1$ (e $EV-T_2$), como exigido por (50) e $EV-T_2$ precede $UT-T$, como exigido por (51-c). A diferença entre (54-b-i) e (54-b-ii) é que, nessa última, mas não na primeira, $EV-T_1$ também inclui $UT-T$. Isso é uma possibilidade porque não tem nenhuma instrução direta para ordenar esses intervalos temporais entre si.

(54) *Computação temporal: OG + matriz*

- a. $AST-T_1 = EV-T_2$, por (43)

- b. (i) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2\text{]}\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$
 (ii) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [EV-T}_2\text{]}\text{]}\text{-[UT-T]}\rightarrow$

Tanto em (54-b-i) como em (54-b-ii), o evento de esperar da OG e o evento-matriz de reclamar são simultâneos porque aquele inclui este. Essa é a leitura (48-b-ii) de (48-a).

Essa análise parece dar conta da ambigüidade temporal de uma sentença em cujo sujeito está uma OG adnominal. Os ingredientes necessários para derivar esse fato foram: (i) a hipótese de que todas as cópias de um objeto sintático movido são legítimas para interpretação; (ii) a posição de OGs adnominais é abaixo do intervalo temporal mais alto da projeção onde ele é interpretado (TP ou VP); (iii) o sistema de interpretação temporal em D&UE.

7.4 Propriedades temporais de OGs adverbiais altas

OGs adverbiais altas (ver seção 3.3 e cap. 6) introduzem pelo menos dois desafios para teorias de interpretação temporal. Primeiro, não tem nenhuma indicação manifesta (sob a forma de um conectivo, por exemplo) sobre como o evento da oração-matriz e o da OG deveriam ser ordenados entre si. Como essa ordenação surgiria? Segundo, é possível que OGs adverbiais altas estejam na forma do progressivo do perfeito, um exemplo de recursão aspectual que parece não ser atestado em mais nenhum contexto. Por que essa “exceção” é possível? Vamos considerar cada uma dessas questões por vez nas próximas seções.

7.4.1 Ordenação temporal na ausência de conectivos

Instâncias de sentenças contendo OGs adverbiais altas estão abaixo. Essas OGs podem ter uma leitura causal ou condicional.

(55) *OG adverbial alta causal*

- a. O João trabalhando com mais afinco, a firma terminou o trabalho.
 b. Trabalhando com mais afinco, o João terminou o trabalho.

(56) *OG adverbial alta condicional*

- a. O João trabalhando com mais afinco, a firma vai terminar o trabalho.
 b. Trabalhando com mais afinco, o João vai terminar o trabalho.

Não há indicação manifesta de como os eventos descritos em cada oração (matriz e OG) deveriam ser ordenados e, no entanto, eles parecem estar inconfundivelmente ordenados. Tanto para a OG causal como para a OG condicional, o evento da OG (*trabalhar com mais afinco*) precede o evento-matriz (*terminar o trabalho*).

Esses dados levantam a seguinte questão: essa ordenação resulta do quê? Por que as OGs adverbiais altas são interpretadas causal ou condicionalmente se não tem nenhuma indicação ostensiva para essas interpretações? Hipotetizo que uma peça importante para responder essas

perguntas pode ser fornecida pela análise feita aqui, que se baseia em dois ingredientes. O primeiro é que OGs adverbiais altas são OGs de *classe I*. Essas OGs projetam CP e podem portanto ter as suas próprias especificações temporais via herança de traços de C para T. O segundo é que assumo o sistema de interpretação temporal de D&UE, modificado com algumas hipóteses sobre interpretação temporal em orações não-finitas.

7.4.1.1 OG adverbial alta causal

Para identificar o tempo de OGs adverbiais causais, recorro à distribuição de advérbios temporais como *ontem*, *agora* e *amanhã*, sob a assunção de que eles têm que ser licenciados por um predicado temporal apropriado – *after* (passado), *within* (presente) e *before* (futuro), respectivamente.

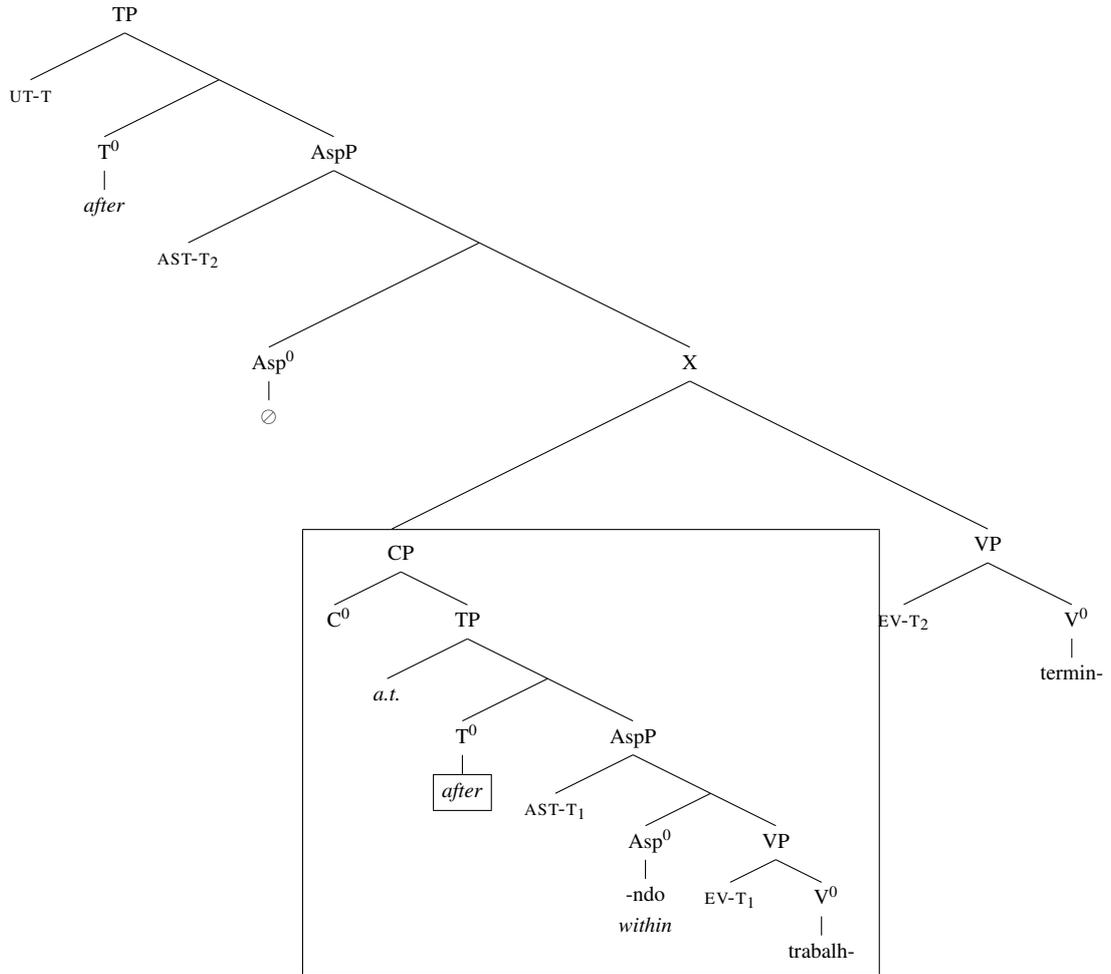
- (57) a. O João trabalhando com mais afinco *ontem/*agora/*amanhã*, a firma terminou o trabalho.
 b. Trabalhando com mais afinco *ontem/*agora/*amanhã*, o João terminou o trabalho.

Somente o advérbio orientado para o passado *ontem* é possível. Concluo que o tempo que o T de uma OG adverbial alta causal herda de C é *after*. Isso é consistente com a distribuição de advérbios temporais em orações-matriz como (58) abaixo, em que tempo é abertamente passado.

- (58) O João trabalhou com mais afinco *ontem/*agora/*amanhã*.

A estrutura temporal de uma sentença como as em (57) é a em (59). Lembremos da seção 3.3 que assumo que OGs adverbiais altas são geradas numa posição abaixo do sujeito-matriz e acima de negação sentencial, mas elas são movidas para a esquerda do CP-matriz, onde são pronunciadas. Assumindo novamente que qualquer cópia poderia servir para interpretação, a OG adverbial alta poderia ser interpretada em qualquer uma dessas duas posições. Porém, na posição em que ela é pronunciada, por ser alta demais, não há nenhum intervalo temporal c-comandante que possa ligar o *anchor time* anafórico proposto para essas OGs. Assim, das duas cópias possíveis, resta a cópia da posição de base da OG.

(59) *Estrutura temporal de uma OG adverbial alta causal*



Na computação temporal de uma OG adverbial alta causal, o morfema de gerúndio ordena AST-T₁ dentro de EV-T₁ – (60-a). Depois, tempo, que descobrimos ser passado, ordena o *anchor time* depois de AST-T₁ – (60-b). Juntando essas duas instruções, resultam duas ordenações, (60-c-i) e (60-c-ii). Em ambas, EV-T₁ inclui AST-T₁ e esse último precede *anchor time*. A diferença está em EV-T₁ incluir ou não *anchor time*.

(60) *Computação temporal: OG*

- a. $-\text{[EV-T}_1 \text{ [AST-T}_1\text{]}\text{]}\rightarrow$
- b. $-\text{[AST-T}_1\text{]}\text{--[anchor time]}\rightarrow$
- c. (i) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [AST-T}_1\text{]}\text{]}\text{--[anchor time]}\rightarrow$
- (ii) $-\text{[EV-T}_1 \text{ [AST-T}_1\text{]}\text{]}\text{--[anchor time]}\rightarrow$

Na oração-matriz, porque Asp é morfologicamente vazio, o seu argumento externo liga o seu argumento interno, de modo que AST-T₂ e EV-T₂ acabam correferentes – (61-a). O tempo passado ordena UT-T depois de AST-T₂ – (61-b). A ordenação final é (61-c), em que EV-T₂ precede UT-T.

(61) *Computação temporal: matriz*

- a. $AST-T_2 = EV-T_2$
- b. $\neg[AST-T_2]\neg[UT-T]\rightarrow$
- c. $\neg[EV-T_2]\neg[UT-T]\rightarrow$

Para integrar a computação temporal da OG e a da oração-matriz, porque *anchor time* está presente na estrutura da OG, recorro à hipótese (14), repetida abaixo:

(62) *Anchor time* em orações não-finitas é anafórico.

Na estrutura em (59), o intervalo temporal mais próximo que *c*-comanda *anchor time* é $AST-T_2$, do que decorre (63-a). Lembremos que $AST-T_2$ é ele mesmo correferente com $EV-T_2$ – (61-a). Três ordens temporais resultam, (63-b-i)–(63-b-iii). Em todas elas, $EV-T_1$ inclui $AST-T_1$ – (60-a), o último dos quais precede $EV-T_2$, como consequência de (60-b), em combinação com (63-a) e (61-a). Finalmente, em todas as três ordens temporais resultantes, $EV-T_2$ também precede $UT-T$ – (61-c). A diferença entre essas ordenações consiste em $EV-T_1$ também incluir ou não $EV-T_2$ e $UT-T$.

- (63)
- a. *anchor time* = $AST-T_2$, por (62)
 - b. (i) $\neg[EV-T_1 [AST-T_1]]\neg[EV-T_2]\neg[UT-T]\rightarrow$
 - (ii) $\neg[EV-T_1 [AST-T_1]\neg[EV-T_2]]\neg[UT-T]\rightarrow$
 - (iii) $\neg[EV-T_1 [AST-T_1]\neg[EV-T_2]\neg[UT-T]]\rightarrow$

O que essas ordenações estão dizendo? No sistema de interpretação temporal de D&UE, somente a porção $AST-T$ de um $EV-T$ é acessível para ordenação em relação a $UT-T$. Em (63-b-i)–(63-b-iii), apesar das diferenças, $AST-T_1$ sempre precede $EV-T_2$, o qual, por sua vez, sempre precede $UT-T$. As três ordenações podem ser reduzidas a uma só:

- (64) $\neg[trabalhando]\neg[terminou]\neg[UT-T]\rightarrow$

A ordenação resultante parece ser consistente com a interpretação de sentenças como (57). Chegamos nessa ordenação sem postular um conectivo escondido relacionando a oração-matriz e a OG. A ordenação é resultante da constituição temporal de uma OG de *classe 1* como a OG adverbial alta, juntamente com a hipótese de que o *anchor time* em orações não-finitas é anafórico.²³

Isso explica a ordenação entre o evento-matriz e o da OG, mas não a leitura causal. Para esse problema, eu não tenho resposta. Especulativamente, poderia ser o caso que a leitura causal de alguma maneira faz referência à ordenação em (64). Numa relação de *causa-consequência* como as expressas em (57), a causa precede a consequência lógica e cronologicamente também. Dado que a relação cronológica é um produto automático da estrutura (59), na presença de

²³Postular um conectivo coberto é sem dúvida uma análise plausível, mas, na ausência de sustentação empírica robusta, o melhor seria tentar formular uma análise que não recorre a artifícios desse tipo.

ingredientes apropriados a serem identificados, a leitura causal poderia se seguir também.

7.4.1.2 OG adverbial alta condicional

Para identificar o significado do T de uma OG adverbial alta condicional, recorro novamente à distribuição de advérbios temporais.

- (65) a. O João trabalhando com mais afinco *ontem/agora/amanhã, a firma vai terminar o trabalho.
 b. Trabalhando com mais afinco *ontem/agora/amanhã, o João vai terminar o trabalho.

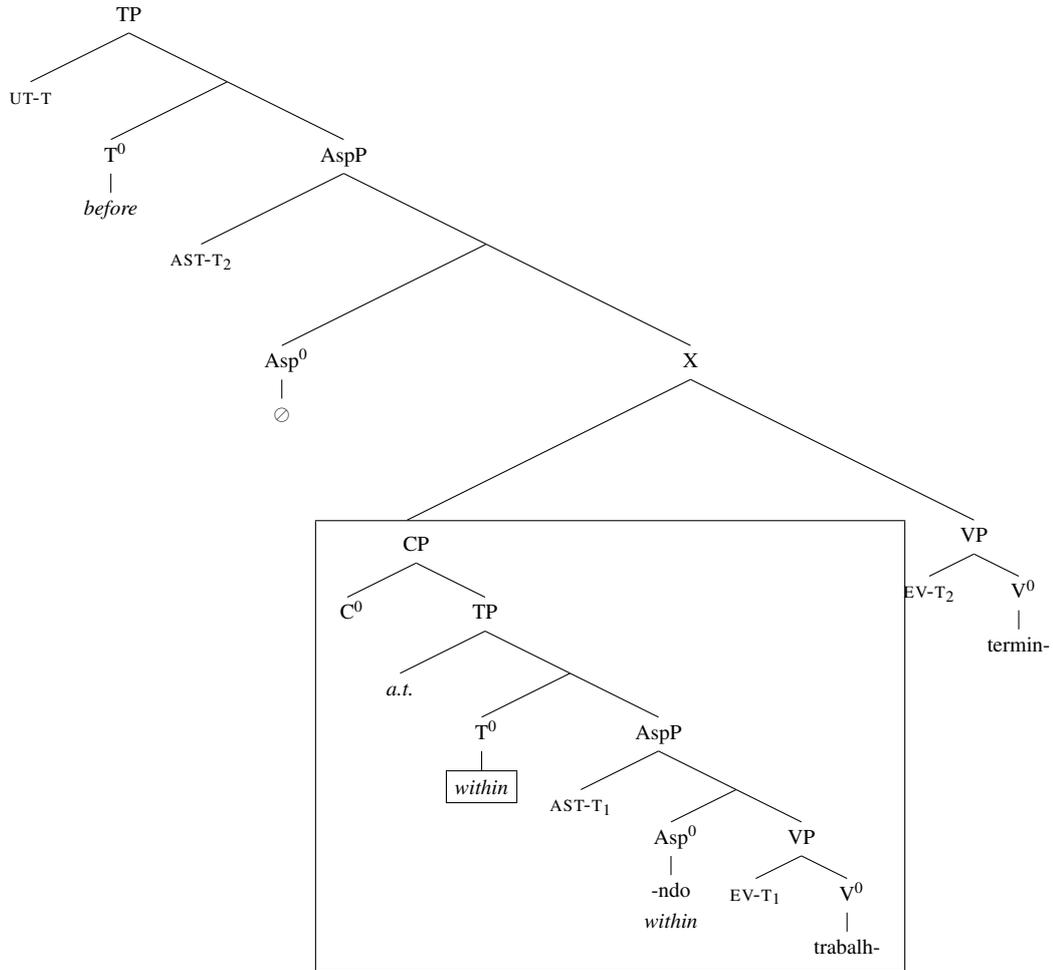
Dessa vez, o advérbio orientado para o passado *ontem* é que é excluído, mas advérbios orientados para o presente e para o futuro são ambos aceitáveis. Deveríamos concluir que uma OG adverbial alta pode herdar ou presente (*within*) ou futuro (*before*) de C? Talvez não. O comportamento visto em OGs adverbiais condicionais em (65) é encontrado em orações-matriz no presente (66-a), em que tanto *agora* e *amanhã* podem ser licenciados. Em contrapartida, em orações-matriz no futuro, somente *amanhã* é possível – (66-b).

- (66) a. O João trabalha com mais afinco *ontem/agora/amanhã²⁴.
 b. O João vai trabalhar com mais afinco *ontem/*agora²⁵/amanhã.

Com base nesses contrastes, assumo que o tempo em OGs adverbiais condicionais é presente. A estrutura temporal das sentenças em (65) é, portanto, (67).

²⁴Para uma explicação à la Reichenbach para por que *amanhã* pode modificar uma sentença no presente, ver Hornstein (1990). A idéia central da proposta é que modificação temporal deveria preservar a ordenação entre intervalos temporais e não criar associações entre elas que já não existam previamente. Modificação de uma estrutura temporal no presente por *amanhã* satisfaz os dois requerimentos.

²⁵A seqüência *O João vai trabalhar com mais afinco agora* é bem formada, porém, acho que ela não ordena o evento *trabalhar com mais afinco* como sendo simultânea ao momento da enunciação; ao contrário, essa sentença parece ser uma promessa ou uma ordem.

(67) *Estrutura temporal de uma OG adverbial alta condicional*

Na OG, o morfema de gerúndio ordena AST-T₁ dentro de EV-T₁ – (68-a). O tempo presente ordena *anchor time* dentro de AST-T₁ – (68-b). O único resultado final é (68-c), onde EV-T₁ inclui AST-T₁, que, por sua vez, inclui *anchor time*.

(68) *Computação temporal: OG*

- [EV-T₁ [AST-T₁]]→
- [AST-T₁ [*anchor time*]]→
- [EV-T₁ [AST-T₁ [*anchor time*]]]→

Na oração-matriz, AST-T₂ e EV-T₂ são correferentes – (69-a) – porque Asp é morfologicamente nulo. O tempo futuro ordena UT-T antes de AST-T₂ – (69-b). O resultado é (69-c), em que UT-T precede EV-T₂.

(69) *Computação temporal: matriz*

- AST-T₂ = EV-T₂
- [UT-T]–[AST-T₂]]→
- [UT-T]–[EV-T₂]]→

Porque um *anchor time* está presente na estrutura de uma OG adverbial alta, o que é relevante para integrar a oração-matriz e a OG é a hipótese de que *anchor time* na oração não-finita é anafórico. O intervalo temporal mais próximo que c-comanda o *anchor time* em (67) é AST-T₂ – (70-a). Três ordens temporais podem resultar, (70-b-i)–(70-b-iii). Em todas elas, UT-T precede EV-T₂ – (69-c). Além disso, em todas essas ordenações, AST-T₁ inclui EV-T₂, como consequência de (68-b), em combinação com (69-a) e (70-a). Por não existir ordenação direta entre AST-T₁ e UT-T, aquele pode opcionalmente incluir este também. Finalmente, nas três ordenações resultantes, EV-T₁ também inclui AST-T₁ – (68-a). Porque não há ordenação direta entre EV-T₁ e UT-T, nem entre EV-T₁ e EV-T₂, EV-T₁ pode opcionalmente incluir os dois últimos também.

(70) *Computação temporal: OG + matriz*

- a. *anchor time* = AST-T₂, por (62)
- b. (i) –[UT-T]–[EV-T₁ [AST-T₁ [EV-T₂]]]→
- (ii) –[EV-T₁ [AST-T₁ [UT-T]–[EV-T₂]]]→
- (iii) –[EV-T₁ [UT-T]–[AST-T₁ [EV-T₂]]]→

Tendo em mente que apenas o subintervalo AST-T de EV-T é acessível para ordenação em relação UT-T, as três ordens temporais em (70-b-i)-(70-b-iii) se reduzem aos dois esquemas abaixo:

- (71) a. –[UT-T]–[trabalhando [vai terminar]]→
 b. –[trabalhando [UT-T]–[vai terminar]]→

As ordenações resultantes parecem corresponder aos fatos. Nas sentenças em (65), o evento de terminar o trabalho é interpretado como um evento potencial a ocorrer no futuro. Nos dois esquemas (71-a) e (71-b), a ordenação é essa mesma. A diferença entre elas consiste na possibilidade do evento de trabalhar também começar em algum momento no futuro, mas continuar ocorrendo, de modo a englobar não apenas o momento da enunciação, mas também o evento de terminar o projeto. De qualquer modo, o começo do evento de trabalhar está antes do começo do evento de terminar o projeto.

Essas duas ordenações são novamente obtidas na ausência de um conectivo aberto. Basta que a OG adverbial alta contenha um *anchor time* anafórico, que tem que ser ligado por um intervalo temporal numa configuração apropriada na oração-matriz. Novamente, essas ordenações podem não ser suficientes para chegar na leitura condicional de sentenças como (65). Ainda assim, as especulações que formulei sobre OGs adverbiais causais podem ser aplicar aqui também. As ordenações temporais resultantes podem ser um dos ingredientes necessários para chegar na leitura condicional. Com efeito, em sentenças condicionais “plenas”, parece ser igualmente o caso que a condicional precede o conseqüente potencial logicamente, de modo análogo à precedência cronológica entre o evento da OG e o da oração-matriz.

7.4.2 Um desafio para teorias de interpretação temporal: progressivo perfeito em OGs adverbiais altas

Nesta seção, descrevo um desafio empírico introduzido por OGs adverbiais altas, a saber, o fato de que elas parecem permitir uma instância de iteração aspectual que não é atestada em nenhum outro contexto. Não tenho solução para esse problema, mas acho que é importante chamar atenção para ele.

No sistema de interpretação temporal de D&UE, há três predicados aspectuais, *after*, *within* e *before*. Apesar de ser possível combinar esses predicados, nem todas as combinações logicamente possíveis dão origem a construções bem formadas. Por exemplo, a combinação entre o perfeito (*after*) e o progressivo (*within*) é bem formada, como podemos ver em (72-a). Em oposição, se a combinação for na direção contrária, o resultado é mal formado, como podemos ver em (72-b).²⁶

- (72) a. O João tem/tinha estado trabalhando. ✓ *perfeito do progressivo*
 b. *O João está/estava tendo trabalhado. **progressivo do perfeito*

Para explicar as possibilidades e impossibilidades de iteração aspectual, D&UE propõem que a computação temporal deve ser semanticamente ótima:

- (73) *Temporal Computation Economy* (Demirdache and Uribe-Etxebarria, 2007, 349, (34))
 A given temporal construal must be achieved in an optimal manner. That is, no step in the temporal derivation may be semantically vacuous, temporally uninformative. Each step must yield a temporally distinct construal.²⁷

As partes relevantes das estruturas temporais de (72-a) e (72-b) e a computação temporal resultante estão abaixo.

- (74) a. O João tem/tinha estado trabalhando.
 b. $[_{AspP2} AST-T_2 \textit{ after } [_{AspP1} AST-T_1 \textit{ within } [_{VP} EV-T]]]$
 c. (i) $-[AST-T_2]-[EV-T [AST-T_1]] \rightarrow$
 (ii) $-[EV-T [AST-T_2]]-[AST-T_1] \rightarrow$
- (75) a. *O João está/estava tendo trabalhado
 b. $[_{AspP2} AST-T_2 \textit{ within } [_{AspP1} AST-T_1 \textit{ after } [_{VP} EV-T]]]$
 c. $-[EV-T]-[AST-T_1 [AST-T_2]] \rightarrow$

Ambas as ordenações (74-c-i) e (74-c-ii) são legítimas de acordo com o princípio de economia temporal (73), porque cada uma das duas instâncias de AST-T focaliza uma porção diferente

²⁶(72-a) e (72-b) têm como base Demirdache and Uribe-Etxebarria (2007, 349, (36)).

²⁷“*Economia na computação temporal*: Uma dada interpretação temporal deve ser atingida de maneira ótima. Ou seja, nenhuma etapa na derivação temporal pode ser semanticamente vácuca, não-informativa temporalmente. Cada etapa deve dar origem a uma interpretação temporalmente distinta.” (tradução minha, SF)

de EV-T. Em (74-c-i), AST-T₁ focaliza um subintervalo dentro de EV-T, enquanto AST-T₂, um subintervalo antes de EV-T. Em (74-c-ii), cada instância de AST-T focaliza um subintervalo diferente dentro de EV-T. Porque há uma ordem inconfundível entre AST-T₁ e AST-T₂, cada um focaliza um subintervalo diferente de EV-T.

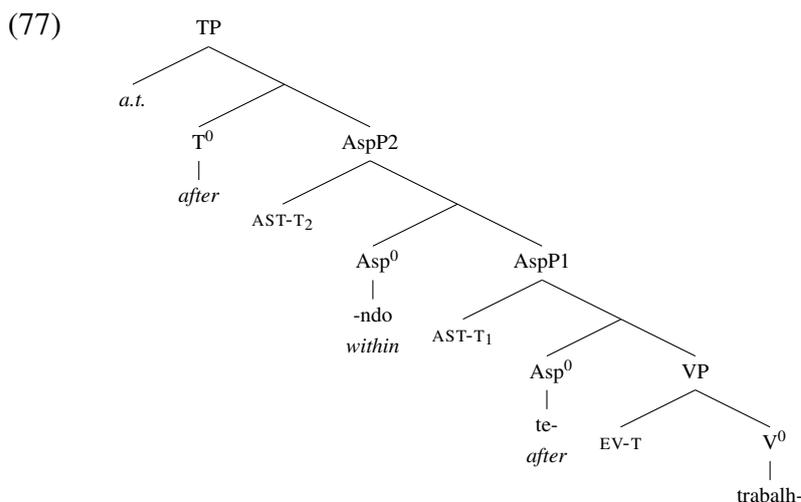
Em contrapartida, em (75-c), AST-T₂ focaliza um subintervalo dentro de AST-T₁, então, não existe nenhuma informação adicionada à computação da ordem temporal: AST-T₂ focaliza um subintervalo dentro do subintervalo de EV-T que já tinha sido focalizado por AST-T₁. Isso constitui uma violação a (73).

Tendo em mente esses dados e a análise proposta para eles, vejamos as seguintes OGs adverbiais altas:

- (76) a. O João tendo trabalhado ontem/*agora/*amanhã com afinco, a firma terminou o trabalho.
 b. Tendo trabalhado ontem/*agora/*amanhã com afinco, o João terminou o trabalho.

As OGs adverbiais altas acima parecem incluir uma instância de progressivo do perfeito, um exemplo de recursão aspectual que é agramatical, como vimos em (72-b). Se isso for verdade, devemos perguntar por que é possível que esse subtipo de OG contenha um tipo de recursão aspectual que parece ser proibida nos demais contextos.

Primeiro, precisamos determinar se *tendo trabalhado* em (76) é realmente um caso de progressivo do perfeito. Proponho que a estrutura temporal de sentenças como (76) é (77). Pelas suposições feitas aqui, o padrão de modificação adverbial em (76) sugere que o tempo na OG adverbial é passado. Consistente com isso é interpretação causal dessas OGs (ver seção 7.4.1.1 acima).



Assumindo que um auxiliar determina a forma de um verbo localmente,²⁸ (77) também parece ser uma estrutura adequada, já que o predicado aspectual mais baixo, a realização morfológica do qual é *ter*, está próximo do verbo lexical *trabalhado*, o que pode capturar a morfologia

²⁸Ver, por exemplo, Lunguinho (2011).

participial em *trabalhado*. Mais tarde na derivação, *ter* é movido para a posição em que está $\{-ndo\}$ e o complexo verbal resultante é realizado como *tendo*. Em resumo, a estrutura em (77) parece ser consistente com as propriedades morfológicas das OGs adverbiais altas em (76).

No entanto, se (77) for a configuração correta, ela é idêntica a (75-b), a estrutura temporal que foi crucial para D&UE formularem uma explicação para a má formação de (72-b). Por que então ela não causa o fracasso da derivação por violação do princípio de economia semântica (73)? Não tenho uma solução para esse problema, mas achei que era importante apontá-lo, já que, até onde eu saiba, não existe solução para ele. Independente da teoria de interpretação temporal assumida, a má formação de (72-b), em oposição à boa formação de (76), é um fato empírico que deve ser explicado.

7.5 Conclusão

Neste capítulo, tenteir mostra que a análise proposta para OGs em PB é consistente com as propriedades temporais dessas construções. De acordo com essa análise, há três classes de OGs, tal que elas diferem em complexidade estrutural. OGs de *classe 1* projetam a estrutura mais complexa e a sua projeção mais alta é CP. OGs de *classe 3*, por outro lado, têm a estrutura mais simples, projetando apenas AspP. OGs de *classe 2*, por sua vez, têm uma estrutura de tamanho intermediário: elas projetam TP, então elas são menores que a *classe 1*, mas maiores que a *classe 3*. Assumindo herança de traços, a consequência dessas estruturas diferentes é que somente OGs de *classe 1* vão ter uma especificação temporal própria. As outras duas classes não têm pelo menos um dos ingredientes para que ocorra herança de traços.

As OGs de *classe 1* consideradas podem conter cada um dos predicados temporais listado no inventário restrito em D&UE: OGs desiderativas herdando tempo futuro (*before*, nos termos de D&UE), OGs adverbiais causais, passado (*after*) e OGs adverbiais condicionais, presente (*within*). Esses dois ingredientes – herança de traços temporais e o sistema de D&UE de interpretação temporal – combinados podem nos ajudar a dar conta das possibilidades de interpretação temporal exibidas por sentenças contendo OGs completivas desiderativas e OGs adverbiais altas. Especulativamente, as ordens temporais que resultam nessas últimas podem ser o que está por trás do fato de que OGs adverbiais altas podem ser interpretadas causal ou condicionalmente mesmo na ausência de um conectivo aberto. Obviamente, essa especulação precisa ser verificada.

As semelhanças entre as OGs proposicional e perceptual, representantes da *classe 2* e da *classe 3*, respectivamente, também foram discutidas. Tendo em vista os ingredientes da análise, a previsão é que essas OGs deveriam ter comportamento temporal diferente, já que as estruturas delas são diferentes. No entanto, elas provaram ser temporalmente idênticas. O que eu tentei mostrar é que a análise está fazendo a previsão correta, só que a computação temporal das sentenças contendo as OGs proposicional e perceptual acabam semelhantes como um efeito colateral da estrutura temporal, em conjunção com os diferentes princípios que atuam para

integrar a computação temporal na OG e a da oração-matriz.

Neste capítulo, também vimos a análise, baseada em Thompson (2001, 2005), de OGs adnominais em posição de sujeito. Elas podem ter ou uma leitura de co-temporalidade com o momento da enunciação ou uma leitura de co-temporalidade com o evento-matriz. Para derivar essas leituras, recorri a uma assunção que é importante ao longo de toda a dissertação, a saber, a assunção de que qualquer cópia de um objeto sintático movido é apropriada para interpretação. A leitura de co-temporalidade com UT-T da OG adnominal resulta quando ela é interpretada em [Spec, TP], a posição em que ela é pronunciada. A leitura de co-temporalidade com o evento-matriz resulta quando a OG adnominal é interpretada na sua posição de base dentro do vP.

Por fim, apontei que OGs adverbiais altas podem ser um desafio para teorias de interpretação temporal porque elas parecem permitir um tipo de iteração aspectual (i.e., o progressivo do perfeito) que está indisponível em outros contextos. Não consegui apresentar uma solução para esse problema, mas achei que valia à pena chamar a atenção para ele.

Capítulo 8

Considerações finais

As propostas centrais que eu fiz nessa dissertação são as seguintes. Em primeiro lugar, propus que há três classes de OG em PB, tal que elas diferem no tamanho de sua estrutura. Segundo, apesar da variedade de subtipos de OGs, procurei mostrar que é possível formular uma análise uniformizante para cada OG e as suas especificidades. Não é necessário estipular nem as três classes nem cada um dos subtipos; eles simplesmente decorrem de recursos independentes do sistema computacional, juntamente com características específicas de certos itens lexicais.

Nas seções a seguir, listo aspectos da análise com os quais não estou muito contente, mas que não consegui corrigir em tempo. Também menciono algumas maneiras como a investigação de OGs pode continuar

8.1 Inconsistências e problemas na análise

O que eu tentei fazer nessa dissertação foi derivar as propriedades de cada subtipo de OG a partir da maneira como a sua computação sintática procede. No capítulo 2, tentei fornecer argumentos conceituais em favor do sistema assumido. No entanto, apesar da maioria dos argumentos ser consistente com assunções minimalistas, creio que os argumentos poderiam ter ido em outra direção; eu só escolhi a direção que era mais conveniente para o conjunto de dados. Argumentos conceituais mais claros e motivação empírica independente são necessários para melhorar a análise.

Ainda em relação ao sistema computacional, apesar de ter assumido noções minimalistas de economia, eficiência e elegância, acho que algumas partes do sistema são excessivamente complicadas ou mesmo obscuras. Admito que a proposta de que projeções estendidas de um dado núcleo podem participar em operações sintáticas como Agree é estranha. Talvez o mesmo possa ser dito da proposta baseada em Bare Phrase Structure de que qualquer projeção está visível para essas operações. Mesmo que eu tenha recorrido à sustentação independente de Bare Phrase Structure e da noção de projeção estendida, fiz essas propostas especificamente para acomodar a derivação de OGs de *classe 2*. O morfema de gerúndio que precisa ser marcado com

Caso por um valorador externo está em Asp, mas entre os dois está o TP característico dessa classe. Assumo que esse TP é uma projeção estendida, de modo que ele poderia permitir que a valoração de Caso ocorra. Por um lado, a proposta de uma classe intermediária foi importante para capturar o comportamento de algumas OGs que exibem algumas propriedades de *classe 1* e algumas propriedades de OGs de *classe 3* sem poder ser reduzida a nenhuma das duas. Por outro lado, tive que introduzir algumas complicações no sistema para poder dar conta dessa classe intermediária.

Outra estratégia um tanto estranha foi a proposta de que uma cópia mais alta de um objeto sintático movido pode sondar a estrutura para valorar e deletar os traços não-valorados das cópias mais baixas. Acho que algo nessa linha tem que ser proposto se assumirmos a teoria de movimento por cópia porque, do contrário, os traços não-valorados de cópias mais baixas fariam com que a derivação fracassasse nas interfaces. Ainda assim, a implementação técnica que propus não se acomoda muito bem no sistema porque a cópia mais alta, tendo tido todos os seus traços valorados, não deveria funcionar como uma sonda. Do ponto de vista empírico, essa proposta foi importante para dar conta da valoração do traço de Caso que propus para o morfema de gerúndio. Por um lado, tentei apresentar sustentação empírica para essa proposta (a distribuição de preposições no complemento de *considerar* e *gostar*). Adicionalmente, esse traço foi importante na derivação dos efeitos de definitude em OGs existenciais e da variante com sujeito *PRO* de OGs adverbiais altas. Por outro lado, em construções passivas em que o sujeito da OG se move até a posição de sujeito-matriz e em OGs adverbiais baixas, não existe outra maneira para esse Caso ser valorado. Tentei resolver esse problema recorrendo à sondagem de cópias mais baixas pela cópia mais alta. O sucesso dessa tentativa precisa ser avaliado.

Um problema mais específico diz respeito às OGs de *classe 1*. Se elas são auto-suficientes para Caso, por que elas não podem ocorrer em mais ambientes sintáticos? Crucialmente, por que não encontramos OGs de *classe 1* como orações-matriz, já que elas têm seus próprios recursos internos de licenciamento, tal como orações finitas? Talvez a hipótese de que o *anchor time* em orações não-finitas é anafórico (ver seção 7.1.3) pode nos ajudar a restringir a distribuição de OGs de *classe 1*: porque um dos seus componentes é anafórico, esse tipo de OG não pode ocorrer sozinho, já que isso resultaria no *anchor time* não poder ser licenciado.

Existe ainda um problema básico na descrição dos dados, especialmente no que diz respeito à leitura de escopo invertido. Os julgamentos estão longe de ser claros. Ainda assim, parece haver uma distinção de escopo, então, a descrição dessa propriedade tem que ser refinada. Além do mais, escopo invertido foi uma das propriedades empíricas centrais em que baseei a análise, então, é uma necessidade melhorar essa parte da descrição.

Também no domínio empírico, um dos principais problemas da dissertação está no que eu classifiquei como ‘OGs proposicionais’. Esse subtipo incluiu uma série de predicados bastante diferentes entre si, a saber, *adorar*, *gostar*, *imaginar* e *considerar*. As OGs subcategorizadas por esses verbos não se comportam exatamente igual em relação a todas as propriedades que

usei para descrever OGs. Não consegui apresentar uma descrição exaustiva desses subtipos de OG, nem uma explicação para essas diferenças. Ao invés disso, dei ênfase para o que parecia ser uma manobra necessária, a saber, que houvesse uma classe intermediária que se comportasse como OGs de *classe 1* em relação a propriedades dependentes de TP, mas como OGs de *classe 3* em relação a propriedades dependentes de fase. Com esse objetivo em mente, passei por cima dos “desvios” individuais dos subtipos de OG que joguei nesse saco proposicional. No futuro, é necessário descrever e analisar essas OGs individualmente.

Há, por fim, um problema metodológico na análise: onde estabelecer um limite para as possíveis estruturas de OG? Em uma versão anterior da análise (Fong, 2014) proponho apenas uma divisão bipartite de OGs; a criação de uma terceira classe, uma que fosse intermediária entre os dois extremos propostos anteriormente surgiu da necessidade de dar conta de OGs como as proposicionais que apresentam tanto o comportamento esperado de estruturas mais complexas (e.g., licenciamento de negação sentencial) quanto o comportamento de estruturas oracionais mais defectivas (e.g., licenciamento de sujeito anafórico e alçamento do sujeito para dentro da oração-matriz). Porém, a seguinte questão se põe: se eu encontrar outro subtipo que apresenta um comportamento que não pode ser exaustivamente reduzido à nenhuma das três classes, eu vou ter que postular uma quarta classe de OG? E se surgir ainda um quinto subtipo diferente de OG? Se eu postular uma classe diferente em cada ocasião em que isso acontecer, a análise deixa de se definir como tal para se tornar uma descrição sofisticada (ou obscura) dos dados. Ou seja: onde está o limite da possibilidade de postular classes de OGs? Uma resposta possível é que o limite está na própria arquitetura possível de uma sentença. As classes de OGs se diferem na constituição de suas projeções funcionais, sendo que o esqueleto básico de uma oração não parece poder ir além de CP.¹ Esse problema metodológico, portanto, não é um problema insolúvel que invalida a análise, mas ele vai precisar ser considerado mais detidamente no futuro.

Apesar desses problemas, acho que essa dissertação pelo menos apresenta uma maneira de identificar algumas questões que OGs em PB suscitam. Na seção seguinte, menciono algumas maneiras como a investigação de OGs pode prosseguir.

8.2 Algumas maneiras de continuar a investigação

Existem algumas possibilidades de comparação no interior do PB, tanto com outras construções não-finitas como com construções progressivas.

- (1) a. Quais são as semelhanças e diferenças entre OGs e orações infinitivas em PB? E quanto a orações participiais? O que está por trás dessas semelhanças e diferenças?
- b. Qual é a relação entre OGs e o morfema de gerúndio usado em construções aspec-

¹Claro que é possível implodir o CP, como em Rizzi (1997), mas as projeções resultantes são projeções dentro do domínio de CP e não acima dele.

tuais progressivas? Essas últimas seriam formadas com o mesmo morfema $\{-ndo\}$ com um traço não-valorado de Caso que propus para as OGs?

Comparações são também possíveis com construções análogas em outras línguas.

- (2) a. Como as OGs do PB se comparam com outras construções de gerúndio em outras línguas românicas?
- b. Quais são as semelhanças e diferenças entre o gerúndio do PB e o do inglês? O que está por trás delas?

De um ponto de vista diacrônico, uma pergunta que as OGs suscitam é como elas surgiram na língua.

- (3) Parece ser o caso que o que é uma OG hoje em PB começou como uma OG adverbial baixa (ver seções 4.4 e 6.4), como observado por Mattos e Silva (2006, 141). Como o gerúndio em PB pôde passar a formar tantos tipos diferentes de construção? Especulativamente, pode ser que o traço não-valorado de Caso que propus para o morfema de gerúndio tenha tido algum papel na expansão do uso de OGs em português. OGs talvez se combinem livremente com outras estruturas e seria a disponibilidade de Caso nessas estruturas que determinam se, no final das contas, essa combinação vai resultar em convergência ou não.

Finalmente, existem questões mais gerais sobre as quais OGs podem ter algo a dizer.

- (4) a. Quais predicados podem e não podem se combinar com uma OG? O que explicaria essas possibilidades? Essa questão está inserida em outra mais geral, sobre a existência e a natureza de restrições de seleção.
- b. As OGs poderiam fornecer argumentos empíricos para distinguir uma teoria de controle das demais? Assumindo que a descrição do capítulo 6 esteja correta, as possibilidades de controle em OGs adverbiais, especialmente a alternância *PRO*-DP manifesto de OGs adverbiais altas introduz um desafio intrigante para teorias de controle. A teoria de controle por movimento, juntamente com algumas assunções auxiliares, permitiu uma análise que parece bem-sucedida, mas não tive tempo de fazer uma comparação com outras teorias de controle disponíveis.

Em resumo, há uma série de questões interessantes que OGs suscitam.

Referências Bibliográficas

- Adger, D. (2003). *Core syntax: A minimalist approach*. Oxford University Press Oxford.
- Avelar, J. O. (2009). The comitative-copular basis of possessive-existential constructions in Brazilian Portuguese. In Nunes, J., editor, *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins. John Benjamins, Amsterdam.
- Aygen, G. (2011). Reduced relative clauses and the location of agreement. *California Linguistic Notes*, 45(3).
- Barbosa, P. (2008). Acquisição, a sintaxe minimalista de domínios defeituosos: Gerúndios e infinitivos (Linguistik aktuell/Linguistics today 98). Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2006. pp. xiv+ 188. *Journal of Linguistics*, 44(03):781–786.
- Basilico, D. (2003). The topic of small clauses. *Linguistic Inquiry*, 34(1):1–35.
- Belletti, A. (1988). The case of unaccusatives. *Linguistic inquiry*, 19(1):1–34.
- Bobaljik, J. D. and Wurmbrand, S. (2005). The domain of agreement. *Natural Language & Linguistic Theory*, 23(4):809–865.
- Boeckx, C. and Grohmann, K. K. (2007). Remark: Putting phases in perspective. *Syntax*, 10(2):204–222.
- Boeckx, C., Hornstein, N., and Nunes, J. (2010). *Control as movement*. Cambridge University Press.
- Boivin, M. C. (1998). Complementation and interpretation: the concrete and imaginative readings of ‘visual’ perception verbs. *MIT working papers in linguistics*, 25:103–123.
- Borges Neto, J. and Foltran, M. J. (2001). Construções com gerúndio. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 28-30 de Setembro de 2000)*, pages 725–735.
- Borges Neto, J. and Foltran, M. J. (2002). Construções com gerúndio em português: alguns problemas. *Revista Letras*, 58:211–223.
- Bošković, Ž. (1994). D-structure, theta-criterion, and movement into theta-positions. *Linguistic Analysis*, 24(3-4):247–286.
- Bošković, Ž. (1997). *The syntax of nonfinite complementation: an economy approach*. MIT Press.
- Bošković, Ž. (2007). On the locality and motivation of move and agree: an even more minimal theory. *Linguistic Inquiry*, 38(4):589–644.

- Bošković, Ž. (2014). Now i'm phase, now i'm not a phase: on the variability of phases with extraction and ellipsis. *Linguistic Inquiry*, 45(1):27–89.
- Britto, H. (2000). Syntactic codification of categorical and thetic judgments in Brazilian Portuguese. In Kato, M. A. and Negrão, E., editors, *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Vervuert-Iberoamericana, Frankfurt-Madrid.
- Chomsky, N. (1995a). Bare phrase structure. In Webelhuth, G., editor, *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Blackwell, Oxford.
- Chomsky, N. (1995b). *The minimalist program*. Cambridge University Press.
- Chomsky, N. (2000). Minimalist inquiries: The framework. In Martin, R., Michaels, D., and Uriagereka, J., editors, *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Chomsky, N. (2001). Derivation by phase. In Kenstowicz, M., editor, *Ken Hale: a life in language*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Chomsky, N. (2004). Beyond explanatory adequacy. In Belletti, A., editor, *Structures and Beyond. The cartography of syntactic structures, volume 3*. Oxford University Press, Oxford.
- Chomsky, N. (2008). On phases. In Freidin, R., Otero, C., and Zubizarreta, M. L., editors, *Foundational Issues in Linguistics Theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Chomsky, N. (2013). Problems of projection. *Lingua*, 130:33–49.
- Chomsky, N. and Lasnik, H. (1993). The theory of principles and parameters. In Jacobs, J., von Stechow, A., Sternefeld, W., and Vennemann, T., editors, *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Walter de Gruyter, Berlin.
- Cinque, G. (1995). The pseudo-relative and acc-ing constructions after verbs of perception. In Cinque, G., editor, *Italian syntax and universal grammar*. Cambridge University Press, Cambridge.
- de Souza Campos, O. A. (1980). *O gerúndio no português: estudo histórico-descritivo*. Presença.
- Demirdache, H. and Uribe-Etxebarria, M. (2000). The primitives of temporal relations. In Martin, R., Michaels, D., and Uriagereka, J., editors, *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Demirdache, H. and Uribe-Etxebarria, M. (2004). The syntax of time adverbs. In Guéron, J. and Lecarme, J., editors, *The Syntax of Tense and Aspect*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Demirdache, H. and Uribe-Etxebarria, M. (2007). The syntax of time arguments. *Lingua*, 117(2):330–366.
- Diesing, M. (1992). *Indefinites*. MIT Press.
- Epstein, S., Groat, E., Kawashima, R., and Kitahara, H. (1998). *A derivational approach to syntactic relations*. Oxford University Press.

- Epstein, S. D. and Hornstein, N. (1999). *Working minimalism*. MIT Press.
- Felser, C. (1998). Perception and control: a minimalist analysis of english direct perception complements. *Journal of Linguistics*, 34(02):351–385.
- Felser, C. (1999). *Verbal complement clauses: a minimalist study of direct perception constructions*, volume 25. John Benjamins Publishing.
- Ferreira, M. (2009). Null subjects and finite control in brazilian portuguese. In Nunes, J., editor, *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins. John Benjamins, Amsterdam.
- Ferreira, M. (2010). The morpho-semantics of number in brazilian portuguese bare singulars. *Journal of Portuguese Linguistics*, 91:95–116.
- Fong, S. (2014). *Gerund clauses in Brazilian Portuguese*. [BEPE report] Ms., Universidade de São Paulo/University of Connecticut.
- Fong, S. (2015). Building a nonfinite domain: the syntax of gerund clauses in brazilian portuguese. <http://wp.me/a5Pmc4-1u>.
- Galves, C. and Andrade, A. (2009). The minimalist syntax of defective domains: gerunds and infinitives. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 25(2):511–520.
- Grano, T. A. (2012). *Control and restructuring at the syntax-semantics interface*. PhD thesis, University of Chicago.
- Grimshaw, J. (2000). Locality and extended projection. *Amsterdam Studies in the theory and history of linguistic science, series 4*, pages 115–134.
- Hornstein, N. (1990). *As time goes by: Tense and universal grammar*. MIT Press.
- Hornstein, N. (1999). Movement and control. *Linguistic inquiry*, 30(1):69–96.
- Hornstein, N. (2000). *Move! A minimalist theory of construal*, volume 10. Wiley-Blackwell.
- Hornstein, N. (2003). On control. In Hendrick, R., editor, *Minimalist syntax*. Blackwell, London.
- Hornstein, N., Martins, A. M., and Nunes, J. (2008). Perception and causative structures in english and european portuguese: φ -feature agreement and the distribution of bare and prepositional infinitives. *Syntax*, 11(2):198–222.
- Hornstein, N., Nunes, J., and Grohmann, K. K. (2005). *Understanding minimalism*. Cambridge University Press.
- Iatridou, S., Anagnostopoulou, E., and Izvorsky, R. (2000). Some observations about the form and meaning of the perfect. In Martin, R., Michaels, D., and Uriagereka, J., editors, *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Kato, M. A. (2000). The partial pro-drop nature and the restricted vs order in brazilian portuguese. In Kato, M. A. and Negrão, E., editors, *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Vervuert-Iberoamericana, Frankfurt-Madrid.

- Kratzer, A. (1995). Stage-level and individual-level predicates. In Carlson, G. N. and Pelletier, F. J., editors, *The generic book*. The University of Chicago Press.
- Krifka, M., Pelletier, F. J., Carlson, G. N., ter Meulen, A., Chierchia, G., and Link, G. (1995). Genericity: an introduction. In Carlson, G. N. and Pelletier, F. J., editors, *The generic book*. The University of Chicago Press.
- Kuroda, S.-Y. (1992). Judgment forms and sentence forms. In *Japanese syntax and semantics*, pages 13–77. Springer.
- Landau, I. (2001). *Elements of control: Structure and meaning in infinitival constructions*, volume 51. Springer Science & Business Media.
- Landau, I. (2004). The scale of finiteness and the calculus of control. *Natural Language & Linguistic Theory*, 22(4):811–877.
- Landau, I. (2006). Severing the distribution of pro from case. *Syntax*, 9(2):153–170.
- Lasnik, H. and Saito, M. (1991). On the subject of infinitives. In *27th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, volume 27, pages 324–343.
- Lobo, M. (2001). Aspectos da sintaxe das orações gerundivas adjuntas do português. *Actas do 17º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa)*.
- Lopes, J. M. (2004). Orações gerundivas adjetivas no português do Brasil. Master's thesis, Universidade de Brasília, Brasília.
- Lunguinho, M. V. d. S. (2011). *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos*. PhD thesis, Universidade de São Paulo.
- Lunguinho, M. V. d. S. and Bertucci, R. (2013). When the progressive and aspectual classes meet: the case of Brazilian Portuguese. In Molsing, K. V. and Ibaños, A. M. T., editors, *Time and TAME in Language*. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne.
- Martin, R. (2001). Null case and the distribution of pro. *Linguistic Inquiry*, 32:141–166.
- Mattos e Silva, R. V. (2006). *O português arcaico – fonologia, morfologia e sintaxe*. Contexto.
- Modesto, M. (2013). Inflected infinitives and restructuring in Brazilian Portuguese. Ms., Universidade de São Paulo.
- Moutella, E. R. (1995). O gerúndio oracional em português. Master's thesis, Universidade de Brasília, Brasília.
- Negrão, E. V. (2003). Forma lógica e quantificação. In Müller, A. L., Negrão, E. V., and Foltran, M. J., editors, *Semântica formal*. Contexto, São Paulo.
- Nunes, J. (2001). Sideward movement. *Linguistic Inquiry*, 32(2):303–344.
- Nunes, J. (2004). *Linearization of chains and sideward movement*. MIT Press.
- Nunes, J. (2007). Relativized minimality and the extended peeking principle. *Cuadernos de Lingüística del IUI Ortega y Gasset*, 14:73–86.

- Nunes, J. (2008). Preposition insertion in the mapping from spell-out to pf. *Linguistics in Potsdam 28: Optimality Theory and Minimalism: Interface Theories*, pages 133–156.
- Nunes, J. (2009). Dummy prepositions and the licensing of null subjects in Brazilian Portuguese. In Aboh, E., van der Linden, E., Quer, J., and Sleeman, P., editors, *Romance Languages and Linguistic Theory – Selected papers from “Going Romance”*. Amsterdam, John Benjamins.
- Nunes, J. (2011). The copy theory. In Boeckx, C., editor, *The Oxford handbook of linguistic minimalism*. Oxford University Press.
- Nunes, J. (2013). *Anotações do curso ‘Tópicos em Teoria Sintática’*. Universidade de São Paulo.
- Ormazabal, J. (1995). *The syntax of complementation: on the connection between syntactic structure and selection*. PhD thesis, University of Connecticut.
- Pesetsky, D. and Torrego, E. (2001). T-to-c movement: Causes and consequences. In Kenstowicz, M., editor, *Ken Hale: a life in language*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Pesetsky, D. and Torrego, E. (2004a). The syntax of valuation and the interpretability of features. In S. Karimi, V. S. and W. Wilkins, editors, *Phrasal and clausal architecture: Syntactic derivation and interpretation*. Benjamins, Amsterdam.
- Pesetsky, D. and Torrego, E. (2004b). Tense, case, and the nature of syntactic categories. In Guéron, J. and Lecarme, J., editors, *The Syntax of Tense and Aspect*. MIT Press, Cambridge, MA.
- Pires, A. (2001). *The syntax of gerunds and infinitives: subjects, case, and control*. PhD thesis, University of Maryland, College Park.
- Pires, A. (2006). *The minimalist syntax of defective domains: Gerunds and infinitives*, volume 98. John Benjamins Publishing.
- Pires, A. (2007). The derivation of clausal gerunds. *Syntax*, 10(2):165–203.
- Raposo, E. (1987). Case theory and infl-to-comp: The inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, pages 85–109.
- Reuland, E. J. (1983). Governing-ing. *Linguistic Inquiry*, pages 101–136.
- Richards, M. D. (2007). On feature inheritance: An argument from the phase impenetrability condition. *Linguistic Inquiry*, 38(3):563–572.
- Rizzi, L. (1997). The fine structure of the left periphery. In Haegeman, L., editor, *Elements of grammar*, pages 281–337. Springer.
- Rodrigues, P. d. A. (2002). Le gérondif comme complément des verbes de perception dans le portugais brésilien. *Revista Letras*, 57.
- Rodrigues, P. d. A. (2003). O gerúndio e os verbos de percepção visual no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*, 32.
- Rodrigues, P. d. A. (2006). *Les compléments infinitifs et gérondifs des verbes de perception en portugais brésilien*. PhD thesis, Université du Québec à Montréal.

- Rodrigues, P. d. A. (2010a). A complementação e a interpretação dos verbos de percepção. *Revista Letras*, 81.
- Rodrigues, P. d. A. (2010b). O gerúndio como complemento de verbos volitivos. *Anais do IX Encontro do Celsul*.
- Rodrigues, P. d. A. (2011). O gerúndio e as leituras concreta e imaginativa dos verbos de percepção em português brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 49(1).
- Rodrigues, P. d. A. and Pacca, M. B. (2010). Orações gerundivas como complemento verbal no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*, 39(1):409–418.
- Rodrigues, P. d. A. and Rochette, A. (2005). Os juízos tético e categórico e as leituras concreta e imaginativa dos verbos de percepção. *Estudos Lingüísticos*, 34.
- Schütze, C. T. (2001). On the nature of default case. *Syntax*, 4(3):205–238.
- Stowell, T. (1982). The tense of infinitives. *Linguistic Inquiry*, 13:561–570.
- Stowell, T. (2007). The syntactic expression of tense. *Lingua*, 117(2):437–463.
- Thompson, E. (2001). Temporal dependency and the syntax of subjects. *Journal of linguistics*, 37(02):287–312.
- Thompson, E. (2005). *Time in natural language: syntactic interfaces with semantics and discourse*. Mouton de Gruyter.
- Viotti, E. (1999). *A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil*. PhD thesis, Universidade de São Paulo.
- Wurmbrand, S. (1998). *Infinitives*. PhD thesis, Massachusetts Institute of Technology.
- Wurmbrand, S. (2007). How complex are complex predicates? *Syntax*, 10(3):243–288.
- Wurmbrand, S. (2013). Qr and selection: covert evidence for phasehood. In *Proceedings of the North Eastern Linguistics Society Annual Meeting*, volume 42, pages 277–290.
- Wurmbrand, S. (2014a). The merge condition: A syntactic approach to selection. *Minimalism and Beyond: Radicalizing the interfaces*, pages 139–177.
- Wurmbrand, S. (2014b). Tense and aspect in english infinitives. *Linguistic Inquiry*, 45(3):403–447.
- Zanuttini, R. (1996). On the relevance of tense for sentential negation. In Belletti, A. and Rizzi, L., editors, *Parameters and functional heads. Essays in comparative syntax*. Oxford University Press, Oxford.